

Universidade Católica de Pelotas – UCPel
Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos
Doutorado em Política Social e Direitos Humanos
Guilherme Ribeiro Rostas

**A PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NO IFSUL A PARTIR DAS
MUTAÇÕES OCORRIDAS NA CARREIRA DOCENTE EBTT**

Pelotas/RS

2018

Guilherme Ribeiro Rostas

**A PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NO IFSUL A PARTIR DAS
MUTAÇÕES OCORRIDAS NA CARREIRA DOCENTE EBTT**

Tese apresentada junto ao Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas – UCPel, como requisito parcial para obtenção do Grau de doutor em Política Social e Direitos Humanos.

Orientadora: Prof^a. Dra. Cristine Jaques Ribeiro

Pelotas/RS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R839p Rostas, Guilherme Ribeiro

A precarização social do trabalho no IFSul a partir das mutações ocorridas na carreira docente EBTT. / Guilherme Ribeiro Rostas – Pelotas: UCPel, 2018.

188 f.

Tese (doutorado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Pelotas, BR-RS, 2018.

Orientadora: Cristine Jacques Ribeiro.

1. carreira docente. 2. precarização social do trabalho. 3. previdência social. 4. sindicalismo. 5. políticas de educação. I. Ribeiro, Cristine Jacques, or. II. Título.

CDD 370

**A PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NO IFSUL A PARTIR DAS
MUTAÇÕES OCORRIDAS NA CARREIRA DOCENTE EBTT**

Tese apresentada junto ao Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas – UCPel, como requisito parcial para obtenção do Grau de doutor em Política Social e Direitos Humanos.

Aprovada em 20, de dezembro, de 2018.

Prof^a. Dra. Cristine Jaques Ribeiro (Presidente – Orientadora)
Universidade Católica de Pelotas
UCPel

Prof. Dr. Renato da Silva Della Vechia
Universidade Católica de Pelotas
UCPel

Prof. Dr. Giovanni Felipe Ernst Frizzo
Universidade Federal de Pelotas
UFPeI

Prof Dr. Manoel José Porto Júnior
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
IFSul

Dedico este estudo à minha esposa Márcia pela paciência em minha ausência em razão do trabalho e pelo amor que me alimenta e me inspira nesses mais de vinte anos juntos atravessando momentos de sucessos e de necessidades.

Aos meus pais, pelos exemplos de vida e que Deus os tenha.

A Deus, acima de tudo.

AGRADECIMENTOS

À professora Cristine Jacques Ribeiro pelos incentivos, liberdade e respeito que me impulsionaram a avançar e concluir estes estudos, bem como pela coragem em me aceitar como orientando já no momento de qualificação do trabalho.

À professora Regina Célia Tamaso Mioto por ter iniciado comigo a trajetória desta pesquisa sempre me desafiando e dando liberdade para avançar, com muita elegância e respeito, também um exemplo de orientadora.

À professora Myriam Siqueira da Cunha, inicialmente professora do programa e hoje colega de trabalho que, por razões de disponibilidade, não pode estar presente no momento da defesa deste trabalho, mas que muito contribuiu com discussões no momento de qualificação e forneceu informações e incentivos durante a pesquisa.

Aos professores pelos quais passei durante a integralização dos créditos deste doutorado que, nas palavras aqui escritas, figuram indiretamente como co-autores deste trabalho.

Aos colegas do IFSul que ajudaram direta ou indiretamente em minha pesquisa, em especial à PROGEP por disponibilizar os dados coletados e apresentados aqui.

Ao professor Manoel José Porto Júnior que se dispôs, em vários momentos, em ajudar e discutir o tema com muito respeito e sua militância sindical que muito me inspira em seguir discutindo e defendendo a carreira dos servidores públicos federais, em especial a docente.

Ao professor Renato da Silva Della Vecchia, por se dispor em ajudar nas discussões, principalmente em relação aos sindicatos, cujas informações e referências estão aqui escritas principalmente nos últimos capítulos.

Aos colegas da Rede Federal, membros do Fórum de Dirigentes de Ensino, que muito contribuíram nas interlocuções que ocorreram por este Brasil afora, em especial aos membros do GT – Carreira Docente ao qual coordenei no ano de 2018, com alguns avanços, mas que este trabalho possa inspirar este grupo.

À Universidade Católica de Pelotas, por manter este grupo seletivo e competente de professores que conduzem o Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos, proporcionando a mim, bem como aos demais discentes, momentos de reflexão crítica acerca das questões que envolvem o coletivo,

principalmente para aquelas pessoas que necessitam de ajuda por meio das políticas sociais cada vez mais escassas em um Estado cada vez mais mínimo.

“Privatização, desregulamentação, fluxo livre de capitais, financeirização, terceirização e precarização do trabalho, desemprego estrutural, trabalho temporário, parcial, aumento da miserabilidade, todas essas prerrogativas da barbárie neoliberal e de sua reestruturação produtiva passaram a caracterizar o cotidiano do mundo do trabalho. Com um processo de tal intensidade, não foram poucas as consequências nefastas para a classe trabalhadora, que sofreu inúmeras mutações e metamorfoses”.

Ricardo Antunes

RESUMO

A tese tem como objeto observar se ocorre a precarização do trabalho na carreira docente EBTT no âmbito do IFSul, uma unidade da RFEPCCT, sob os efeitos da legislação que altera sua estrutura e funcionamento (Lei nº 12.772/2012) e que altera as regras de previdência aos servidores públicos federal (Lei nº 11.784/2012). Este conjunto produziu mutações na carreira e na forma de organização de seus componentes refletindo na organização sindical. Com suporte em literatura crítica que trata as questões do desmonte de direitos sociais, da formação e mobilização sindical e da própria precarização social do trabalho em que nos ancoramos em Druck (2011, 2013a, 2013b), de onde estabelecemos duas de suas dimensões (dificuldades da organização sindical e das formas de luta e representação dos trabalhadores; e crise do direito do trabalho provocado pela fetichização do mercado). Utilizamos o método dialético como enfoque de análise. Adotamos a pesquisa qualitativa quanto à forma e explicativa quanto a sua natureza, para tanto, utilizamos a análise textual discursiva no auxílio da interpretação dos documentos e de triangulação de dados na interpretação de indicadores e levantamentos efetuados. Recorremos à literatura acerca da temática em repositórios científicos apresentando teses e dissertações encontradas e que possuíam algum tipo de relação com o tema. Percebemos o ineditismo do estudo ao constatar que as pesquisas encontradas não tratam o tema da mesma forma como buscamos abordar. Encontramos na legislação, na literatura e nos dados consultados indicativos de precarização social do trabalho vinculada às mudanças na carreira, na organização sindical e nos efeitos das novas regras da previdência para os docentes que ingressaram no IFSul a partir de março de 2013 (vigência das alterações). Buscamos estabelecer as relações entre a educação e as políticas sociais e percebemos forte relação da educação profissional com essas políticas. Quanto à estrutura da RFEPCCT, observamos que ela é fragmentada pois advém de institucionalidades distintas, a comparamos à equidna, um animal diferente e estranho, mas que convive na natureza. Comparamos os regulamentos da carreira docente EBTT ao leito de Procusto, personagem mitológico que desmembrava seus hóspedes ao compará-los com o tamanho da cama em que se deitavam, funcionando assim como um padrão que deveria ser seguido. Com relação ao sindicalismo, buscamos entender sua estrutura e funcionamento diante do contexto histórico e efetivamente na carreira docente EBTT e concluímos que existe um processo de esvaziamento progressivo dos novos servidores que vêm se inserindo na carreira. Com relação à previdência social, percebemos um forte movimento de direita, neoliberal, que traz em sua agenda os desmontes dos direitos sociais adquiridos com a previdência, tentando privatizá-la. Chegamos a conclusão de que temos evidências de precarização verificando as perdas causadas pela mutação ocorrida na carreira que hoje se assemelha à equidna deitada no leito de Procusto, este último personificado por um Estado cada vez menos social.

Palavras-chave: Carreira docente. Precarização social do trabalho. Previdência social. Sindicalismo. Políticas de educação.

ABSTRACT

The thesis aims at observing if there is any work loss in the EBTT teaching career at the Federal Institute of Education Sul-rio-grandense (IFSul), a unit of the RFEPCT, under the effects of the legislation that modifies its structure and operation (Law nº 12.772/2012) and changes the rules of social security to federal public servants (Law nº 11.784/2012). This set of rules produced changes in the career and in the organizational form of its components reflecting on the Union organization. In accordance to the critical literature that addresses the issues of dismantling social rights, the formation and mobilization of unions and the social loss of work, we anchor this work on Druck (2011, 2013a, 2013b) from where we established two of his dimensions: difficulties of union organization e of mobilizations and the representation of workers; and the crisis in the work rights caused by the market fetishization. We used the dialectical method as the focus of the analysis. We adopted the qualitative research and we used the discursive textual analysis to interpret documents e the triangulation of data in the interpretations of indicators and information collected. We consulted the literature on the subject in scientific repositories presenting theses and dissertations that had some kind of relation with the theme. We observe the novelty of this study as the already existing research on this topic does not approach it as we do so. We found in the legislation, literature and data consulted indicatives of social work loss linked to changes in career, union organization and the effects of the new rules of social security for teachers who had joined IFSul from March 2013 on (validity of changes). We seek to establish the relations between education and social policies, we perceive a strong relation between the vocational education and these policies. Concerning the structure of the RFEPCT, we observe that it is fragmented because it comes from different institutions, we compare it to the *equidna*, a different and strange animal, but it coexists in nature. To the EBTT career regulations, we compared them to the bed of Procrustes, a mythological character who dismembered his guests by comparing them to the size of the bed in which they lay, thus functioning as a standard to be followed. Regarding the union, we sought to understand its structure and operation inside a historical context and related to the EBTT career, we concluded there is a process of progressive emptying of the new employees who have been joining the career. Concerning social security, we perceived there is a strong right neoliberal movement, which brings in its agenda the dismantling of social rights acquired with social security, trying to privatize it. We came to the conclusion that we have evidence of precariousness verifying the losses caused by the changes that occurred in the career that today resembles the *equidna* lying in the bed of Procrustes, the latter personified by an increasingly less social state.

Keywords: Teaching career. Social precarization of work. Social Security. Union. Education policies.

LISTA DE SIGLAS

ADAF – Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior do Município de Pirassununga

ADUFC – Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Ceará

ADUFG – Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás

ADUFPeI-Ssind – Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas – Seção Sindical do ANDES-SN

ADUFRGS – Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul

ADUFSCAR – Sindicato dos Docentes em Instituições Federais de Ensino Superior dos Municípios de São Carlos, Araras e Sorocaba

ADURN – Sindicato dos Docentes da UFRN

ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANTD – Agenda Nacional do Trabalho Docente

APUB – Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia

BRL – Real Brasileiro (R\$)

BSM – Plano Brasil Sem Miséria

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAT – Central Autônoma dos Trabalhadores

CaVG – Campus Pelotas – Visconde da Graça

CAVG – Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça

CEFET – Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

CEFET-MG – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

CEFET-RJ – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

CGU – Controladoria Geral da União

CNE – Conselho Nacional de Educação

CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente

CPRSC – Conselho Permanente de Reconhecimento de Saberes e Competências

CSB – Central dos Sindicatos Brasileiros

CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular

CST – Curso Superior de Tecnologia

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadora do Brasil
CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DRU – Desvinculação de Receitas da União
DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos
EAF – Escola Agrotécnica Federal
EBTT – Educação Básica, Técnica e Tecnológica
e-Tec Brasil – Escola Técnica Aberta do Brasil
ETF – Escola Técnica Federal
Fasubra – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIES – Financiamento Estudantil
FS – Força Sindical
FUNPRESP - Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal
FUNPRESP-Exe – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo
FUNPRESP-Jud – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário
FUNPRESP-Leg – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de desenvolvimento Humano
IF – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (ou Instituto Federal)
IF SUDESTE MG – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
IF Sudeste MG – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
IFAC – Instituto Federal do Acre
IFAL – Instituto Federal de Alagoas
IFAM – Instituto Federal do Amazonas
IFAP – Instituto Federal do Amapá
IFB – Instituto Federal de Brasília
IFBA – Instituto Federal da Bahia
IFBaiano – Instituto Federal Baiano

IFC – Instituto Federal Catarinense
IFCE – Instituto Federal do Ceará
IFES – Instituto Federal do Espírito Santo
IFET – Instituto Federal de Educação Tecnológica (antiga nomenclatura)
IFF – Instituto Federal Fluminense
IFFarroupilha – Instituto Federal Farroupilha
IFGO – Instituto Federal de Goiás
IFGoiano – Instituto Federal Goiano
IFMA – Instituto Federal do Maranhão
IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais
IFMS – Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
IFMT – Instituto Federal de Mato Grosso
IFNMG – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
IFPA – Instituto Federal do Pará
IFPB – Instituto Federal da Paraíba
IFPE – Instituto Federal de Pernambuco
IFPI – Instituto Federal do Piauí
IFPR – Instituto Federal do Paraná
IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro
IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IFRO – Instituto Federal de Rondônia
IFRR – Instituto Federal de Roraima
IFRS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
IFSE – Instituto Federal de Sergipe
IFSertão-PE – Instituto Federal do Sertão Pernambucano
IFSP – Instituto Federal de São Paulo
IFSul – Instituto Federal Sul-rio-grandense
IFSULDEMINAS – Instituto Federal do Sul de Minas Gerais
IFTM – Instituto Federal do Triângulo Mineiro
IFTO – Instituto Federal do Tocantins
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação

MF – Carreira docente do Magistério Federal
MPS - Ministério da Previdência Social
MPV – Medida Provisória
MS – Carreira docente do Magistério Superior
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NCST – Nova Central Sindical de Trabalhadores
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE – Plano Nacional de Educação
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGPS – Programa de Pós-graduação em Política Social
PROIFES – Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSL - Partido Social Liberal
PT - Partido dos Trabalhadores
RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RGPS - Regime Geral de Previdência Social
RPPS - Regime Próprio de Previdência Social
RSC – Reconhecimento de Saberes e Competências
RT – Retribuição por titulação
SDS – Social Democracia Sindical
SESU – Secretaria de Educação Superior
SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
SINDIEDUTEC – Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica Técnica e Tecnológica do Estado do Paraná
SIND-PROIFES – Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Federal
Sindproifes-PA – Sindicato dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior dos Municípios de Ananindeua, Abaetetuba, Belém, Braganca e Cameta
SINDUFMA – Sindicato dos Professores das Universidades Federais do Maranhão
SNET – Sistema Nacional de Educação Tecnológica
STF – Supremo Tribunal Federal
TCU – Tribunal de Contas da União

UCPel – Universidade Católica de Pelotas
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal de Pernambuco
UFPEl – Universidade Federal de Pelotas
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR – Universidade Federal de Roraima
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSE – Universidade Federal de Sergipe
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UFV – Universidade Federal de Viçosa
USD – Dólar Americano (US\$)
UGT – União Geral dos Trabalhadores
USI – União Sindical Independente
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
VB – Vencimento Básico

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Quantitativo de servidores efetivos em Dezembro de 2017	36
Quadro 02 - Docentes totais do IFSul que tiveram os seus ingressos antes da criação da carreira (2008), entre sua criação até as mudanças ocorridas em 2013 e os que entraram depois de 2013	50
Quadro 03 - Tipos de arenas e suas respectivas formas de regulação	57
Quadro 04 - Tipos ou dimensões da precarização social do trabalho.....	64
Quadro 05 - Os três estados de bem-estar (“welfare state”).....	69
Quadro 06 - Tipos de serviço	78
Quadro 07 - Institutos Federais criados a partir de um tipo de institucionalidade	93
Quadro 08 - Institutos Federais criados a partir de um tipo de institucionalidade, porém com mais de uma unidade anteriormente autônoma	94
Quadro 09 - IFs criados a partir de mais de uma institucionalidade.....	95
Quadro 10 - Instituições que compunham a RFEPCT, além dos Ifs, em 2008	96
Quadro 11 - Programas de pós-graduação stricto sensu na RFEPCT.....	98
Quadro 12 - Legislação do segundo movimento na criação dos CEFETs	99
Quadro 13 - Estrutura da carreira de professor do Magistério de 1º e 2º graus.....	101
Quadro 14 - Evolução na carreira docente EBTT a partir da Lei 11.784/2008.....	102
Quadro 15 - Comparação da atual estrutura da Carreira docente EBTT com a anterior	103
Quadro 16 - Simulação para chegar ao topo da carreira conforme titulação	104
Quadro 17 - Remuneração – vencimento básico – professor EBTT com vigência a partir de 1º de agosto de 2018	105
Quadro 18 - Valores de Retribuição por Titulação (RT) para docentes com regime de trabalho de 40 horas com dedicação exclusiva – vigência em agosto/2018	106
Quadro 19 - Centrais sindicais criadas no período inicial do processo de redemocratização.....	117
Quadro 20 - Parâmetros para certificação de uma central sindical	117
Quadro 21 - Centrais sindicais certificadas pelo MTE em 2016.....	118
Quadro 22 - Participação relativa dos sindicatos no total de ingressantes nos três períodos	127
Quadro 23 - Taxa de sindicalização por Câmpus – IFSul	129

Quadro 24 - Docentes sindicalizados por campus e período de ingresso.....	130
Quadro 25 - Taxa de sindicalização e antiguidade – IFSul	133
Quadro 26 - Docentes ingressantes a partir de 04 de fevereiro de 2013, por ano de ingresso no IFSul e atual situação com o Funpresp-Exe	142
Quadro 27 - Limites mínimos de pontuação para aposentadoria.....	145
Quadro 28 - Plataforma Política do PSL	146
Quadro 29 - Totais de docentes com e sem adesão ao Funpresp-Exe por faixa etária	148
Quadro 30 - Total de docentes que aderiram ao Funpresp e não concluíram o estágio probatório no IFSul segmentados por titulação e faixa etária	149
Quadro 31 - Adesão ao Funpresp e sindicalização por ano de ingresso	153

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Docentes por titulação/nível de remuneração no IFSul.....	107
Tabela 2 - Docentes que ingressaram no IFSul a partir de 1º de março de 2013 - distribuídos por faixa etária	152

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Um dos pontos de convergência do BSM com o PRONATEC	33
Figura 2 - Objetivos estratégicos da OIT para a promoção do trabalho decente	76
Figura 3 - Distribuição geográfica dos <i>campi</i> do IFSul	132
Figura 4 - Metodologia de Adesão à Funpresp-Exe	137
Figura 5 - Atlas Nacional Digital - Indicadores Sociais - Esperança de Vida ao Nascer.....	151

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Expansão do número de servidores docentes e técnicos nas autarquias da RFEPCT	35
Gráfico 2 - Salário mínimo em dólar – USD (2008-2018)	67
Gráfico 3 - Salário mínimo em dólar – USD (janeiro a outubro de 2018).....	68
Gráfico 4 - Evolução dos serviços no Brasil.....	88
Gráfico 5 - Trabalhadores sindicalizados segmentados por tempo de instrução (em anos de estudo) – Ano de referência – 2015	123
Gráfico 6 - Docentes do IFSul - sindicalização por data de ingresso.....	126
Gráfico 7 - Evolução da taxa de adesão ao Funpresp-Exe no IFSul	142
Gráfico 8 - Participação dos docentes nos grupos etários por período de ingresso (01/03/2013).....	152
Gráfico 9 - Adesão ao Funpresp conforme sindicalização por ano de ingresso no IFSul.....	154

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	21
2	AS MUTAÇÕES NA CARREIRA DOCENTE EBTT E NA RFEPCT – PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES.....	27
2.1	O sentido de mutação neste estudo.....	27
2.2	As mutações na carreira docente EBTT e na RFEPCT	29
2.3	Serviço público, neoliberalismo e políticas públicas – as mutações do trabalhador social	37
3	PERCURSO METODOLÓGICO.....	44
3.1	O cenário da pesquisa: a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	46
3.2	Proposição metodológica.....	47
4	POLÍTICAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO	52
4.1	Políticas sociais e políticas de educação: aproximações necessárias.....	55
4.2	Políticas sociais e o mundo do trabalho	61
4.3	Trabalho e precarização social do trabalho.....	65
5	TRABALHO DOCENTE E TRABALHO DECENTE.....	76
5.1	neoliberalismo e trabalho docente	79
5.2	Trabalho docente decente	82
5.3	A carreira docente na RFEPCT – o leito de Procusto	85
6	A EQUIDNA E A CARREIRA DOCENTE: AS MUTAÇÕES NA RFEPCT.....	92
6.1	Mutações e inflexões na Rede Federal Tecnológica: a equidna	92
6.2	Mutações na carreira docente: avanços ou precarização?	100
7	O SINDICALISMO, A PRECARIZAÇÃO E A CARREIRA DOCENTE EBTT ..	109
7.1	Sindicalismo e mobilização.....	110
7.2	A representação sindical no Brasil.....	114
7.3	Representações sindicais e a RFEPCT	120
7.4	Filiação sindical no IFSul: um olhar crítico.....	125
8	PREVIDÊNCIA SOCIAL E REMUNERAÇÃO: A EMERGÊNCIA DE RISCOS	

AOS DIREITOS SOCIAIS CONQUISTADOS	135
8.1 A adesão ao Funpresp no IFSul: a equidna no leito de Procusto.....	141
8.2 Novos tempos, novas incertezas.....	145
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
REFERÊNCIAS.....	159
APÊNDICE A - Instituições sindicalizadas no Sind-Proifes.....	175
ANEXO A – TERMO DE ACORDO ASSINADO PELO PROIFES	179
ANEXO B – CONSULTA AO CADASTRO DA RECEITA FEDERAL.....	188

1 INTRODUÇÃO

Analisar a carreira dos docentes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT) nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) aparentemente parece ser uma tarefa simples, mas é revestida de extrema complexidade quando a proposta é compreendê-la no contexto de evidenciar a ocorrência de precarização. Esta incursão investigativa perpassa necessariamente pela compreensão de como está, atualmente, esta carreira que vem sofrendo constantes mutações desde a criação dos IFs.

Sou docente no serviço público federal desde fevereiro de 2008 (ano em que ocorreram grandes mudanças na RFEPCT) e, a partir de então, atuei por duas vezes como integrante de Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) ou análoga. De 09/10/2009 a 30/05/2011 atuei como vice-presidente da Comissão Provisória de Avaliação de Desempenho e Estabilidade dos Professores de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA)¹, sendo que, em seguida assumi, sua presidência por um curto espaço de tempo, pois logo depois (em junho de 2011) fui redistribuído² para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul. Nesta instituição, retornei a atuar como presidente a partir de março de 2013, permanecendo nesta até março de 2015, período em que ingressei neste programa de Pós-graduação para cursar doutorado.

Durante minha trajetória no serviço público federal, dentro e fora dos períodos que atuei em CPPD, deparei-me com profissionais da carreira docente EBTT que se consideravam, em alguns casos, prejudicados e, em outros, privilegiados pelas mutações nas regras³ e relações entre servidores públicos e o Estado. Estes sentimentos ou impressões por parte dos professores tinham como fato gerador a data de posse e exercício na carreira, pois, dependendo da vigência da legislação,

¹ Na época, sob os efeitos da Lei nº 11.784/2008 (BRASIL, 2008b), não havia exigência legal para a existência de CPPD, foi criada no IFMA uma comissão, que aqui denominamos análoga, por ter atribuições similares. A exigência de CPPD surgiu com a Lei nº 12.772/2012 (BRASIL, 2012b).

² “Art. 37 **Redistribuição** é o **deslocamento** de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, **para outro órgão ou entidade** do mesmo Poder [...]” (BRASIL, 1990, p. 2397, grifo nosso)

³ Lei nº 12.772/12 (BRASIL, 2012b) que altera as regras para o desenvolvimento na carreira dos docentes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica – EBTT e a Lei nº 12.618/2012 (BRASIL, 2012a) que estabelece novas regras acerca da previdência social dos servidores públicos federais.

ocorriam tratamentos diferenciados entre servidores que tinham as mesmas atribuições e necessidades muito similares. Via de regra, o sentimento de perda e da falta de tratamento isonômico vinha dos docentes que, principalmente, ingressaram no serviço público a partir do ano de 2013, época em que assumi a presidência da CPPD do IFSul, justamente pelo fato de ter experiência anterior e a legislação de então exigir a existência desta comissão (BRASIL, 2012b), pois na lei anterior a sua existência era facultativa às Instituições Federais de Educação (IFE).

Observamos⁴, ainda, que antes da aprovação da Lei nº 12.772/2012 (BRASIL, 2012b) já ocorria desconfortos por questões pertinentes ao desenvolvimento na carreira, que se dava por meio de distinções produzidas entre os docentes que ingressaram a partir da vigência da Lei 11.784/2008 (BRASIL, 2008b) em relação aos que ingressaram anteriormente ainda sob os efeitos da Lei 11.344/2006 (BRASIL, 2006). Assim, percebemos que em um espaço temporal relativamente curto, entre os anos de 2006 e 2013, ocorreram mudanças significativas na estrutura e na forma de desenvolvimento na carreira docente dos atuais IFs⁵. A configuração destas instituições também sofreu mudanças através de sua expansão física, reestruturada e organizada a partir da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008a), quando da criação dos IFs por transformação e junção de várias institucionalidades, a saber: Centros Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – CEFETs; Escolas Agrotécnicas Federais – EAFs; Escolas Técnicas Federais – ETFs; e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais. Abordaremos estas questões ao longo deste trabalho.

Tais observações sempre me inquietaram e me instigaram a analisar este fenômeno em uma instituição que possui docentes em situações distintas dentro da carreira de docente EBTT. Assim, esta pesquisa tem como tema **os efeitos das Leis 12.772/12 (BRASIL, 2012b) e 12.618/12 (BRASIL, 2012a), dentre outras, que influenciam na carreira dos professores EBTT e sua capacidade de mobilização.**

Em razão de esta pesquisa declarar, já em seu título, que se preocupa com as mudanças ocorridas na carreira docente EBTT, entendemos que este fenômeno pode estar promovendo a sua conseqüente precarização. Assim, primeiramente

⁴ Até aqui, utilizamos a primeira pessoa do singular. Deste ponto em diante passamos a utilizar a terceira pessoa do plural. Tomamos a liberdade de realizar esta distinção pois os relatos até aqui eram de cunho pessoal, por se tratar de trajetória pessoal. Assim, as alternâncias entre o “eu” e o “nós” no texto, propositalmente seguiram esse objetivo.

⁵ Na vigência da Lei 11.344/2006 (BRASIL, 2006) a carreira era denominada magistério de 1º e 2º graus.

sentimos a necessidade de explicitar, de forma crítica, o sentido aqui adotado para o conceito de mutação. Essa preocupação se faz necessária em razão de não cairmos na armadilha evolucionista que a interpretação usual desta palavra possa nos remeter.

Assim, apresentamos no **Capítulo 2** os conceitos de carreira docente e a RFEPCT, porém, inicialmente delimitamos o conceito de mutação, por ele ser polissêmico e muitas vezes se confundir com termos que tendem ao evolucionismo, situando essa análise em um contexto dialético, mais próximo de nossa proposta de pesquisa. Em seguida apresentamos com brevidade as mutações ocorridas tanto na carreira docente como na RFEPCT e situamos o leitor no contexto em que se dá a pesquisa, bem como na necessidade de sua delimitação ao IFSul. Por se tratar de uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos (PPGPSDH) estabelecemos relações entre as políticas sociais e a educação profissional, justificando, assim, o trabalho. Ademais, apresentamos os dados quantitativos tanto de docentes quanto os de configuração da RFEPCT a fim de situar o leitor no contexto em que se deu a pesquisa. Adiante apresentamos o cenário de mutações no serviço público, desvelando alguns conceitos prévios acerca da fixidez do salário do servidor público e sua aparente segurança quanto aos seus direitos e garantias trabalhistas.

No **Capítulo 3**, iniciamos com um breve panorama do percurso metodológico adotado na pesquisa trazendo à tona questionamentos quanto à (in)segurança produzida pelas mutações tanto na carreira como na própria configuração da RFEPCT. Destacamos o objeto de estudo como sendo as mudanças na carreira, na legislação trabalhista e na organização sindical como pontos que podem indicar precarização neste serviço público de corte social. Dessa forma, além de situar a pesquisa, declaramos seus objetivos, as metodologias adotadas e a estrutura do campo de pesquisa, o IFSul.

No **Capítulo 4**, partimos de uma revisão teórica buscando cercar o problema da pesquisa, a precarização da carreira docente. Recorremos à literatura acerca da temática em repositórios científicos apresentando teses e dissertações que possuíam algum tipo de relação com o tema. Percebemos o ineditismo do estudo ao constatarmos que as pesquisas encontradas não tratam o tema da mesma forma como buscamos abordar. Adiante aprofundamos a discussão entre as temáticas relacionadas às políticas sociais e às políticas de educação, abordando referenciais teóricos que dão lastro à discussão em que ambos se correlacionam. Relacionamos,

também, as políticas sociais com o mundo do trabalho, procurando demonstrar que a educação profissional se insere no espaço dessa discussão. Aqui, declaramos as categorias de Druck (2011, 2013a, 2013b) que adotamos como parâmetros para a análise da precarização social do trabalho. Trouxemos, ainda, com maior profundidade e dados concretos, a questão do poder aquisitivo dos salários diante das oscilações econômicas no Brasil, denunciando a falsa fixidez dos salários e a consequente precarização social do trabalho provocada pela evolução do capital financeiro especulativo.

No **Capítulo 5** apresentamos os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) acerca do que denominam de trabalho decente e buscamos estabelecer sua relação com o trabalho docente, considerado como serviço puro, pois não lida com um produto material, mas com o conhecimento do trabalhador, no caso o próprio professor que necessita de tempo e recursos para melhorar seus conhecimentos e melhorar seu padrão de vida a patamares que lhe permita manter-se em constante aprimoramento por meio de formação continuada. Nesse caminho, apresentamos as características do neoliberalismo que traz como consequência da reestruturação produtiva a precarização social do trabalho, principalmente da classe que vive do trabalho. Para definir o trabalho docente decente nos apropriamos das categorias da OIT, das categorias de precarização social do trabalho (DRUCK, 2011, 2013a, 2013b) e estabelecemos a relação da aceleração da produtividade acadêmica exigida ao docente com o mito de Procusto, que, na sua essência, induz ao sujeito regras e padrões que vêm a desmembrar as conquistas da carreira, principalmente as situações provocadas pela legislação que altera carreira (BRASIL, 2012b) e questões de previdência (BRASIL, 2012a), abordadas nos capítulos seguintes.

No **Capítulo 6** descrevemos a estrutura e mutações sofridas na carreira docente e na RFEPCT. Comparamos a Rede ao equidna, um animal estranho com características de vários outros animais que se relaciona com a origem e atual estrutura de uma rede que nasce de diferentes institucionalidades em 2008 (BRASIL, 2008a). Assim, temos institutos de origem pura e outros de origem híbrida, trazendo para dentro de uma nova institucionalidade estruturas autárquicas com vocação tanto industrial quanto agrícola, além de escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais. Apresentamos, também, as mutações na carreira docente que se deram antes da mudança de institucionalidade, com a antiga carreira de magistério de 1º e 2º graus e suas características. A atual estrutura remuneratória e regras de

progressão na carreira são aqui apresentadas para entendermos como funciona estruturalmente a carreira docente EBTT.

No **Capítulo 7** adentramos nas questões que envolvem o sindicalismo e a carreira docente. Buscamos a categoria de Druck (2013a) que trata as dificuldades dos trabalhadores em se organizar em frentes de luta a favor de suas condições de trabalho. Apresentamos um panorama do sindicalismo no Brasil a partir do período de redemocratização e demonstramos que ocorre um movimento de desmobilização que se dá em função de disputas dentro do meio sindical. Retomamos clássicos, como Kollontai (1977), que descrevem a ideologia de uma organização sindical (de guerra) em uma sociedade socialista e que, mesmo no nascimento da revolução russa, havia discordâncias quanto ao papel dos sindicatos. Aproximamo-nos de Cruz (2000), que nos revela o discurso da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e suas mutações no final do século XX (que apontam para a fragmentação – característica do indicador de precarização social do trabalho (DRUCK, 2013a) – e a consequente perda de direitos). Apresentamos a estrutura da representação sindical no Brasil, a partir de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e, em seguida, verificamos que na RFEPC a Carreira docente EBTT tem sua representatividade dividida, que se caracteriza como mais um aspecto de precarização. Na sequência, trouxemos os dados de sindicalização no IFSul, que demonstraram a fragmentação⁶ e, como um achado de pesquisa, percebemos um movimento de redução da taxa de filiação sindical, considerando a antiguidade dos docentes, que só é percebida na medida em que analisamos os níveis de sindicalização de acordo com o período do ingresso desses docentes. Assim, percebemos que os professores que entraram mais recentemente estão se filiando em um menor grau dos que ingressaram há mais tempo e consideramos que com o passar dos anos a tendência de queda nominal no índice de filiação é considerável. Assim, identificamos fortes traços de precarização identificados no contexto da mobilização sindical.

No **capítulo 8** analisamos a situação da previdência social na carreira docente EBTT. Podemos observar que existem quatro situações distintas com os atuais docentes do IFSul, desde aqueles que ainda detém o direito de aposentadoria integral até aqueles que necessitam de previdência (privada) complementar, estes últimos tendo ingressado a partir do ano de 2013 sob a vigência da legislação que

⁶ No caso do IFSul, encontramos quatro sindicatos atuando na carreira docente, porém a maioria dos docentes é filiada ao Sinasefe.

trata tanto da carreira docente (BRASIL, 2012b) quanto da previdência do servidor público federal, no caso, o fundo gerenciado pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP) (BRASIL, 2012a). Discutimos criticamente a criação de fundos privados de previdência verificando, inclusive, riscos à sua existência. Encontramos no IFSul, a partir de 1º março de 2013, o perfil em que vem ocorrendo a adesão ao fundo da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), e verificamos que tal situação apresenta um comportamento inverso ao ocorrido com a filiação sindical, ou seja, nos anos mais recentes tem ocorrido um aumento progressivo nos índices de adesão ao fundo previdenciário. Verificamos, assim, mais um indicativo de precarização, este aliado à perda dos direitos trabalhistas. Denunciamos, também, a instabilidade no fundo previdenciário que é alimentado por papéis públicos – e que este se torna mais oneroso do que a antiga previdência, em especial para os servidores públicos federais –. Assim, qualquer mudança significativa nas políticas econômicas e sociais podem terminar de retirar os direitos sociais destes trabalhadores, acentuando a precarização. Em seguida, apresentamos as principais ideias do partido do próximo presidente da república que toma posse em 1º de janeiro de 2019. Tais informações acentuam nossa preocupação com o destino da previdência e dos docentes que se encontram nas classes cada vez mais desprotegidas que vivem do trabalho. Ademais, procuramos verificar também o comportamento dos servidores sindicalizados e não sindicalizados de acordo com a filiação sindical e a adesão ao Funpresp, mas percebemos que o comportamento é semelhante tanto para sindicalizados como não sindicalizados, o que nos permite supor que a adesão ao fundo previdenciário é um movimento crescente que não sofre interferência direta dos sindicatos.

No **capítulo 9**, adentramos as considerações finais deste trabalho. Anunciamos que vivemos em um mundo dialético e que as considerações aqui produzidas foram fruto de um trabalho de quatro anos e que, neste intervalo de tempo, muitas mutações ocorreram em escala planetária e as classes que vivem do trabalho, em especial a docente, continua deitada no leito de Procusto, porém este está em mutação, ou seja, cada vez menor (em direitos). Resta saber até que ponto esta categoria sobreviverá, ou o capital inovará e o substituirá por algo mais rentável ou menos “oneroso” para o Estado (que quer ser mínimo).

2 AS MUTAÇÕES NA CARREIRA DOCENTE EBTT E NA RFEPCT – PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Analisar a carreira docente EBTT⁷ nos IFs que compõem a RFEPCT aparentemente pode parecer ser uma tarefa simples, mas é revestida de extrema complexidade quando a proposta é compreendê-la no contexto da totalidade da vida social. Esta incursão investigativa perpassa necessariamente pela compreensão do trabalho docente diante de uma carreira que vem sofrendo constantes mutações desde a criação dos IFs.

Antes de adentrar para o cenário da pesquisa, especificamente acerca da carreira docente EBTT, julgamos importante abordar o termo mutação, pois ele pode trazer controvérsias se o seu sentido não for exposto adequadamente.

2.1 O sentido de mutação neste estudo

Considerando que no título desta pesquisa adotamos o termo “mutações” para designar a forma como vêm se alterando as relações de trabalho na carreira docente EBTT, inicialmente nos aproximamos do seu conceito usual e (a partir dele) explicitaremos como ele será utilizado neste estudo. Partimos do princípio que mutação é um termo polissêmico e que seu real sentido depende tanto do referencial como do contexto em que é empregado. Verificamos sua maior incidência (uso) nas ciências naturais, em especial na biologia genética. Na construção de um sentido próximo ao objeto de estudo que perseguimos (que se insere no interior das ciências humanas e sociais), primeiramente buscamos perceber como a biologia, enquanto ciência utiliza-se do termo. Nessa área a mutação é empregada como a

Modificação do material genético, espontânea ou induzida por substâncias químicas ou radiações. [...] A mutação passa de uma geração para outra (ou seja, é hereditária) apenas quando afeta células das gônadas (linhagem germinativa). Se ocorrer em células somáticas, células da pele, por exemplo, fica limitada ao indivíduo, não atingindo seus descendentes (MOURA, 1993, p. 299).

Logo, trata-se de um conceito simplificado, mas que oferece caminhos para avançarmos em busca de um sentido que se aproxime de nossa análise e

⁷ A Lei nº 12.772/2012 (BRASIL, 2012b) cria a Carreira do Magistério Federal, que compõe a carreira docente EBTT e a carreira do Magistério Superior, porém optamos por abordar a carreira somente na primeira (EBTT), pois analisaremos um fenômeno dentro de uma rede que há a sua predominância.

interpretação de fenômenos que possam vir a interferir nas condições de trabalho e de vida dos professores da carreira docente EBTT na RFEPCT.

Para um biólogo a percepção do termo gravita no entorno do conceito apresentado por Moura (1993), porém, para um pesquisador ou um leitor que observa um fenômeno (re)produzido em um contexto social, o termo mutação pode ser percebido em outro sentido. Austin (2004) observa que uma forma de se adotar o termo, evitando interpretações fora de propósito, seria a utilização de exemplos em seu uso.

No caminho da construção de exemplos nas ciências humanas e sociais, observamos o uso do termo mutação na construção do conceito de história, onde ela não pode ser imutável como a antropologia histórica tende a afirmar, mas, pelo contrário, a “história [...] só pode ser uma ciência da **mutação** e da explicação da mudança. [...]” (LE GOFF, 2003, p. 15, grifos nosso).

Assim, assumimos aqui o termo mutação como um processo de mudança similar ao seu conceito biológico, porém empregado em um sentido específico. A Biologia entende por mutação as pequenas ou grandes mudanças que podem ou não afetar a forma e o funcionamento de um organismo, pois sua origem pode ser hereditária ou adquirida por uma disfunção celular em um determinado organismo vivo. Nos estudos biológicos são observadas modificações tanto positivas como negativas que podem provocar adaptações ao meio (evolução) ou patologias (que podem prejudicar os seres que sofrem tais mutações). Seu conceito ainda pode ser entendido como sinônimo de metamorfose e ambos podem significar: “mudança, alteração, transformação [...]” (FERNANDES, 2005, p. 624). O termo metamorfose é relativamente usual nas ciências humanas e sociais⁸. Marx (2011a) faz uso do termo para explicar que

[...] A simultaneidade do processo do capital nas diferentes fases do processo só é possível por meio de sua divisão e repulsão em porções, sendo cada uma delas capital, mas capital cada vez em uma determinação diferente. **Metamorfose e metabolismo, como no corpo orgânico.** Quando se afirma, p. ex., que o corpo se reproduz em 24 horas, ele não o faz de uma só vez, mas a repulsão em uma forma e a renovação na outra são repartidas, têm lugar simultaneamente. No corpo, aliás, a estrutura óssea é o capital fixo; ela não se renova no mesmo tempo que a carne, o sangue. Há graus diferentes na velocidade do consumo (do autoconsumo) e, conseqüentemente, da

⁸ Metamorfose é recorrente nas interpretações das relações de trabalho em Antunes (2005); Marx (2011a) utiliza o termo para identificar as modificações ocorridas tanto nas relações de trabalho como nas formas do capital na produção, nas mercadorias (circulação e bens), nos meios de produção e no dinheiro.

reprodução. [...] (MARX, 2011a, p. 886, grifo nosso).

Marx (2011a) estava estabelecendo uma conexão entre circulação e produção e para isso utilizou o termo “metamorfose” associado ao metabolismo humano. Em nossa adoção do termo mutação nos distanciamos da compreensão de um crescimento “natural” orgânico e nos aproximamos de uma construção dialética em que ocorrem rupturas e transformações significativas que não se constituem em um movimento recursivo ou circular, mas em uma nova forma que afeta o funcionamento da totalidade dessas instituições bem como da carreira docente EBTT.

A mutação, neste estudo, não é entendida como simples adaptação ao meio, pois essa mudança pode trazer consigo avanços (benefícios) e/ou retrocessos (entraves e dificuldades). A compreensão do termo mutação deve ser feita por meio de uma percepção dialética. Aqui ele é empregado com o objetivo de investigar algo relativamente novo (mas que carrega traços de algo antigo e que sofreu alterações significativas) e seus possíveis efeitos. Assumimos que as mudanças na carreira docente EBTT, dentro da RFEPCT, podem produzir avanços ou a **precarização**, sendo esta última o foco deste trabalho. Assim, o objeto de estudo a ser perseguido está em constante movimento e está sendo observado em um determinado instante de sua história que é mutável, dinâmica e, principalmente, dialética. Adiante, discutimos quais mutações buscamos analisar para entender se está ocorrendo o fenômeno da precarização.

2.2 As mutações na carreira docente EBTT e na RFEPCT

As mutações na carreira docente EBTT vêm ocorrendo de forma sistemática desde a sua criação por meio de alterações em sua estrutura e funcionamento. A mais recente configuração promoveu distinções em relação à sua versão anterior, que podem ser interpretadas como avanços ou retrocessos que podem levar à precarização, pelo menos na perspectiva dos que ingressaram após a vigência das alterações (legislação que modificou a carreira).

A Carreira docente EBTT sofreu diversas modificações desde a sua criação com a Lei nº 11.784/2008 (BRASIL, 2008b), avançando no número de classes e níveis⁹. Antes, ainda sob os efeitos da Lei nº 11.344/2006 (BRASIL, 2006) –

⁹ No capítulo 6 detalhamos essas mudanças (cf. quadro 14).

denominada de Magistério de 1º e 2º graus – , possuía cinco classes (A, B, C, D, E) com quatro níveis cada (de 1 a 4) e uma classe de nível único, denominada “Classe Especial” com regras de acesso distintas conforme a titulação do docente¹⁰. Cabe ressaltar que as Classes A e B eram para os docentes que não possuíam graduação – normalmente docentes com formação técnica, contratados antes da LDB (BRASIL, 1996), que passou a exigir graduação para atuar na Educação Básica –, os quais não tinham acesso à “Classe Especial”. A formação técnica era admitida para lecionar práticas profissionais.

O aumento nos níveis da carreira (BRASIL, 2008b) por exemplo, pode ser interpretado como um avanço, porém, o último nível (Classe Titular) só pode ser alcançado por docentes que possuam o título de doutor, o que pode ser interpretado como um estímulo à formação continuada ou como uma distinção (privilégio de alguns).

O sentido de mutação, em sua forma dialética, proporciona ao pesquisador um maior rigor ao buscar a concretude dos fenômenos que cercam a carreira docente EBTT, não se contentando com a sua aparência ou considerando as mudanças como naturais, mas buscando a sua essência vinculada a uma *práxis* intencional (VÁZQUEZ, 1990) em uma pesquisa de cunho qualitativo. Tal movimento assemelha-se à “descrição densa” proposta por Geertz (2008).

A fim de cercar este objeto de pesquisa, sentimos a necessidade de estabelecer conceitos que nos permitam analisar criticamente a carreira docente EBTT. Nesse caminho, julgamos necessário discutir categoria (docente), trabalho e precarização. Como a precarização social do trabalho possui indicadores definidos em outras pesquisas (DRUCK, 2013a, 2013b, 2011), destacamos, no cenário da carreira docente EBTT, três pontos que aparentemente vêm sofrendo mutação: a) as regras gerais que estabelecem os critérios de desenvolvimento na carreira que se traduzem na composição remuneratória destes atores; b) as formas de previdência social, que refletem na remuneração, mas também nas perspectivas de longo prazo (aposentadoria e outras proteções sociais); e, c) nas formas como esta categoria de trabalhadores se mobiliza coletivamente e se defende diante dessas mutações que se originam no movimento de avanço neoliberal, principalmente na atual configuração do sindicalismo brasileiro.

¹⁰ Atualmente graduação ou pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*.

Antes, porém, necessitamos situar o espaço em que os docentes da carreira docente EBTT atuam. Em sua maioria estão na RFEPCT, que sofreu grande transformação no ano de 2008, quando foram criados os IFs. Na ocasião, sob o amparo da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008a), foram criados trinta e oito (38) IFs com características bem distintas, herdadas das especificidades das instituições que os precederam. De fato, as instituições que compunham a RFEPCT não eram homogêneas e ainda não são. Assim, existiam os CEFETs, ETFs, EAFs e Escolas Técnicas vinculadas a Universidades Federais¹¹, com propostas de formação técnica (básica) e tecnológica (superior) dentro de suas vocações, vinculadas ao mundo do trabalho. Na ocasião, nem todas as instituições da RFEPCT converteram-se em IFs, destacando-se o CEFET Minas Gerais (CEFET-MG), o CEFET Celso Suckow da Fonseca (CEFET – RJ), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, o Colégio Pedro II (RJ) e algumas escolas técnicas vinculadas a Universidades Federais¹².

Desde a criação dos IFs, algumas integrações ocorreram posteriormente à legislação, dentre elas importa-nos a integração da Escola Técnica “Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça” (CAVG), em Pelotas, até então vinculada à Universidade Federal de Pelotas (UFPel), que passou a integrar o IFSul (BRASIL, 2010a). Essa unidade, hoje, se constitui no *campus* Pelotas – Visconde da Graça (CaVG).

É importante ressaltar que dentre as instituições de origem, as EAFs, os CEFETs e ETFs eram autarquias¹³ e detinham autonomia de gestão, diferente das escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais. Assim, as formas de organização dos atuais IFs diferem-se entre si, principalmente nas instituições que nasceram da junção de institucionalidades distintas. Tais configurações proporcionam realidades diferenciadas¹⁴.

A carreira docente na RFEPCT também passou por um processo de mutação. Considerando que a carreira docente EBTT se estrutura em vários

¹¹ No capítulo 6, na seção 6.1, apresentamos as origens dos IFs bem como de outras instituições pertencentes à RFEPCT.

¹² Em alguns contextos entendidas como escolas ou colégios de aplicação, ao adotamos o termo escola técnica vinculada assumimos o mesmo sentido deste.

¹³ “[...] Entidade **autônoma**, auxiliar e descentralizada da administração pública, sujeita à fiscalização e tutela do Estado, com patrimônio constituído de recursos próprios, e cujo fim é executar serviços de caráter estatal ou interessantes à coletividade [...]” (FERREIRA, 1988, p. 74, grifo nosso).

¹⁴ Também no capítulo 6, na subseção 6.1, abordamos mais detalhadamente a estrutura dos IFs.

segmentos dentro da rede pública federal com várias instituições que compõem a RFEPECT, e que esta abarca instituições em todo território nacional, **delimitamos o espaço de estudo ao IFSul** uma vez que há um vínculo profissional entre o pesquisador e essa instituição, o que facilita a compreensão dos fenômenos que afetam as condições de trabalho e de vida dos docentes EBTT. Estes constituem o universo e o espaço amostral desta pesquisa.

A presente tese vincula-se ao PPGPSDH, da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), com área de concentração em Questão social, direitos humanos e políticas sociais e linha de pesquisa **Questão Social, Trabalho, Sociabilidades e Resistências Políticas**, considerando, em primeiro lugar, que a educação é um direito (social) assegurado constitucionalmente. Em segundo lugar, observamos que se trata de uma política social e, que, particularmente, as políticas de educação profissional se entrelaçam com outras políticas sociais, em especial com as políticas de assistência social¹⁵.

Um exemplo de política pública de corte social que envolve serviços de educação e a sua inter-relação com a assistência social surgiu em 2011 no Decreto Presidencial nº 7.492, quando foi lançado o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) “com o objetivo ambicioso de superar a extrema pobreza até o final de 2014” (BRASIL, 2011). O plano possui três eixos de atuação: garantia de renda, acesso aos serviços públicos e inclusão produtiva¹⁶. Dentro deste último (inclusão produtiva) tem-se o objetivo de **preparar o cidadão para o mundo do trabalho**, que se dá por meio da oferta de serviços por meio das instituições públicas com financiamento próprio e de instituições privadas (incluindo-se aqui o terceiro setor) subvencionadas pelo Estado.

Dentro do eixo inclusão produtiva do BSM, buscando contemplar as necessidades de formação profissional para o mercado de trabalho, surge o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC, 2014), que, por sua vez, divide-se nas seguintes ações: **Expansão da Rede Federal**; Programa Brasil Profissionalizado; Rede Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil); Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem; e Financiamento Estudantil (FIES) Técnico e Empresa. Essas ações do BSM e do PRONATEC (Figura 1)

¹⁵ Aprofundamos estes conceitos no capítulo 4.

¹⁶ Aqui evidentemente vinculados às questões da sociedade salarial (CASTEL, 2013), pois envolvem suas ações ao “mercado” de trabalho, porém correlacionadas às duas outras frentes: garantia de renda (proteções sociais que garantem um mínimo de renda aos cidadãos) e acesso aos serviços públicos, neste último também encontramos a educação pública.

diferentes modalidades de cursos de tempos de duração acoplados aos tempos do mercado e aos desígnios do capital. (SILVEIRA, 2015, p. 155)¹⁷.

A participação das instituições públicas federais no processo de inclusão produtiva do PRONATEC foi um dos motivos de o Estado estabelecer como meta a expansão da RFEPCT, pois se trata de uma inclusão que visa atender necessidades do “mercado” de trabalho (KUENZER, 2010; SILVEIRA, 2015; CIAVATTA, 2008). Nessa direção, o Governo Federal buscou aumentar sua capacidade de oferta de educação profissional estabelecendo, por meio do PRONATEC, o eixo de ação que prevê a expansão da RFEPCT (Figura 1). Anteriormente ao BSM e ao PRONATEC, o primeiro passo para a consolidação da expansão foi dado com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs que congregou, como já explicitado, as antigas instituições (tradicionalmente formadoras de mão de obra técnica para o “mercado” de trabalho) em novas instituições pluricurriculares e *multicampi*, que visam a verticalização do ensino¹⁸ com a oferta de Educação Básica e Superior (BRASIL, 2008a).

As junções provocadas pela expansão da RFEPCT, observadas por Silveira (2015), ocorreram entre diferentes individualidades (instituições autárquicas independentes e outras vinculadas a uma autarquia, portanto, dependentes administrativa e financeiramente de uma instituição federal) produzindo novas configurações de trabalho em seus interiores. Nesse caminho, no mesmo ano da criação dos IFs surgiu uma Lei (BRASIL, 2008b) que reestruturou a carreira docente alterando a rotina laboral nesses espaços. Além de novos tratamentos à carreira com mais níveis de remuneração, formas de avaliação do trabalho docente (a cada 18 meses), a nova institucionalidade proporcionada pela expansão física efetivada aumentou o número de servidores técnicos e docentes dentro dessas instituições.

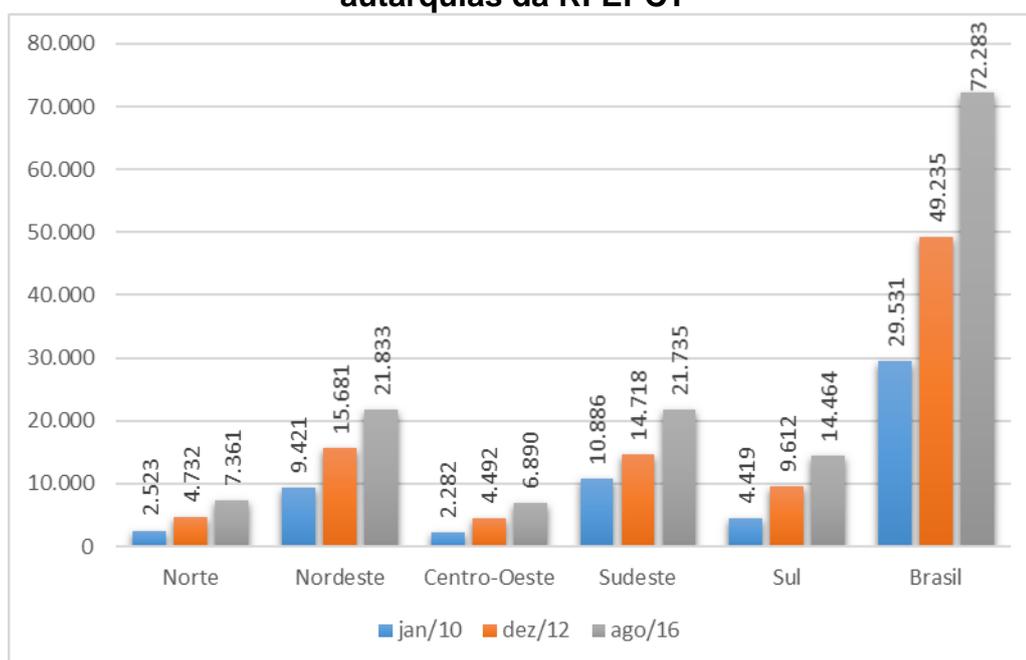
Ao observarmos o Gráfico 1 percebemos que, em dezembro de 2012, o número de servidores já havia expandido em cerca de 2/3 (66,7%) de seu quadro em relação a janeiro de 2010. Já em agosto de 2016 esse crescimento foi um pouco menor em relação a dezembro de 2012 (46,81%). De fato, considerando apenas o número de servidores nas instituições observadas, é visível o crescimento da

¹⁷ Ressalta-se que tal posição é da autora. Aqui nos referenciamos às múltiplas identidades que moldaram a criação dos IFs. Servir ou não ao capital trata-se de uma discussão maior que não cabe aqui neste espaço, porém questionável, pois entendemos que este fenômeno é muito mais complexo.

¹⁸ Esta verticalização do ensino, ou seja, a oferta de educação básica e superior impeliu o governo federal a reestruturar a carreira dos docentes que, antes, atuavam na educação básica para atuar também na educação superior. Esta modificação se deu paralelamente à criação dos IFs.

RFEPECT. O IFSul, individualmente, apresentou crescimento similar (MINISTÉRIO, 2016): em janeiro de 2010 eram 711 servidores, em dezembro de 2012 passaram a ser 1.340 (crescimento de 88% em relação a 2010) e em agosto de 2016 chegaram a 1.687 (crescimento de 26% em relação a 2012). O crescimento maior em 2012 contou também com o acréscimo de docentes em razão da anexação do CAVG (BRASIL, 2010a), com a criação do Campus CaVG.

Gráfico 1 - Expansão do número de servidores docentes e técnicos nas autarquias da RFEPECT¹⁹



Fonte: Ministério do Planejamento (2016) – elaboração do autor.

Por meio dos dados mais recentes acerca da RFEPECT (PLATAFORMA, 2018), excluindo a UTFPR e as escolas técnicas vinculadas a Universidades Federais, podemos observar que houve um pequeno crescimento em relação aos anos anteriores. Observamos ainda que excluindo a UTFPR dos dados do Gráfico 1 teríamos os dados da região sul e os totais do Brasil, em 2016, alterados para 10.760 e 68.759, respectivamente, porém a fonte não distingue servidores efetivos e

¹⁹ São autarquias consideradas neste levantamento: a) os 38 IFs criados pela Lei 11.892/08 (BRASIL, 2008a); b) Os CEFETs Rio de Janeiro e Minas Gerais; e, c) Colégio Pedro II (RJ). Não foram consideradas as escolas vinculadas às Universidades Federais neste levantamento, embora também pertençam à RFEPECT, mas tenham vinculação direta com a Secretaria de Educação Superior (SESU/MEC) e estão subordinadas às autarquias às quais se vinculam, ou seja, não possuem autonomia administrativa e financeira. A Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, embora tenha sido criada a partir da modificação do CEFET-PR, passou mais fortemente aos domínios da SESU, mesmo que ainda ofereça alguns cursos técnicos.

aposentados.

Os dados do Quadro 01, a seguir, levam em conta apenas os servidores efetivos, excluindo os aposentados. Assim, podemos observar um crescimento no número de servidores em todas as regiões do país, porém não é possível apresentar o índice desse crescimento em razão das origens distintas que as informações foram extraídas. Essa distinção foi provocada pela alteração das institucionalidades e da mudança no quadro dos componentes da RFEPCT, em especial, a saída da UTFPR.

Quadro 01 – Quantitativo de servidores efetivos em Dezembro de 2017

Região	Docentes	TAs	Total
Norte	4.215	4.101	8.316
Nordeste	12.113	10.884	22.997
Centro-Oeste	3.833	3.512	7.345
Sudeste	12.061	10.271	22.332
Sul	6.065	5.325	11.390
Brasil	38.287	34.093	72.380

Fonte: PLATAFORMA (2018) – elaboração do autor.

Obs.: Não consideradas a UTFPR e as escolas técnicas vinculadas à Universidades

Em paralelo ao movimento de expansão do quadro de servidores na RFEPCT, o Governo Federal propôs alterações significativas na carreira dos servidores públicos federais, principalmente com relação à previdência social (BRASIL, 2012a²⁰; FUNPRESP, 2015) e, em seguida, a reformulação nas carreiras, entre outras, dos docentes no Magistério Federal (BRASIL, 2012b), alterando consideravelmente o tratamento dado aos novos professores²¹ e demais servidores que ingressaram nas Instituições Federais de Educação. Trata-se de situações que afetam diretamente a remuneração e, em longo prazo, principalmente as regras de aposentadoria.

Embora as mutações no regime previdenciário afetem a todos os servidores públicos federais observamos que no magistério ocorrem diferenças

²⁰ Altera o regime de contribuição e equipara o teto remuneratório, para fins de aposentadoria, ao já existente no setor privado, ou seja, estabelece um valor máximo de aposentadoria. Incentivando a previdência privada.

²¹ A partir 1º de março de 2013, na carreira dos docentes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica – EBTT, as avaliações que antes ocorriam a cada 18 meses passam a se dar a cada 24 meses. Com isso, progressões baseadas na titulação (nível de formação acadêmica) passam a ocorrer após o cumprimento do estágio probatório (3 anos), dentre outras medidas que alteram o tratamento na carreira que afetam consideravelmente tanto a rotina laboral quanto a remuneração.

significativas ao tratamento dado anteriormente. Assim, tais diferenças produzem distinções dentro de uma mesma carreira profissional – magistério federal (MF) –, que equiparou (em classes e níveis) as carreiras EBTT e Magistério Superior (MS) com a Lei nº 12.772/12 (BRASIL, 2012b). Dentre as alterações mais significativas na carreira docente EBTT, observamos a criação de uma nova classe no final da carreira, a de Titular e, mais significativo ainda, alterou as regras que regulam o tempo de progressão na carreira, bem como represou os possíveis saltos por titulação (aceleração da promoção), permitindo que elas ocorram apenas após o estágio probatório, estipulado em três anos.

Nesse ponto, a carreira docente EBTT apresenta situações que, em seu conjunto, devem ser observadas, ou seja, as mudanças na legislação promoveram, na prática, diferentes impactos entre os docentes que ingressaram antes e depois da lei. Cabe aqui ressaltar que a qualidade do serviço docente vai muito além do conhecimento a ser trabalhado por esse profissional. A escola também é um espaço onde se produz a consciência de classe (neste caso, a classe trabalhadora) e as conquistas trabalhistas ocorridas até então contribuem para a valorização da profissão/carreira, mesmo que com limitações impostas pelas restrições orçamentárias, pois havia (e ainda há) forte mobilização da classe, embora esta capacidade venha se alterando, principalmente pelo crescimento do “sindicalismo dos empregados do Estado [... que] aconteceu em toda a parte e perturbou as relações tradicionais de poder no interior dos movimentos sindicais” (RODRIGUES, 1999, p. 89). Essas mutações têm origem nas mudanças ocorridas a partir dos ajustes que o capitalismo vem promovendo nas políticas e serviços públicos, temática que abordamos na seção seguinte.

2.3 Serviço público, neoliberalismo e políticas públicas – as mutações do trabalhador social

O servidor público possui diferenças em relação ao trabalhador que pertence à iniciativa privada, principalmente no que diz respeito ao seu tratamento e seu sentimento de pertencimento a uma categoria distinta de trabalhadores. Silva (2013, p. 42) observa que

[...] servidor público vende sua força de trabalho ao Estado; pertence à classe que vive do trabalho, é um assalariado; portanto **é um trabalhador social**,

suas atividades coletivas visam à promoção do bem-estar social de toda a população; e assim contribui para o desenvolvimento socioeconômico e político do país, seja qual for a função ou a profissão / atribuição que estiver exercendo. [...] atende ao capital e às classes populares (grifos nosso).

Essa dupla função de atender ao capital e ao social oferece, contraditoriamente, (in)seguranças e responsabilidades. Esses sentimentos não são sempre constantes, pois se movem de acordo com a capacidade de mobilização das classes e das políticas de governo que se modificam constantemente.

Ainda na linha da mobilização social, observamos que os movimentos populares ocorridos no final da década de 1980, na América Latina e no Brasil, influenciaram o texto da atual Constituição Federal (BRASIL, 1988). Assim, verificamos muitas das conquistas sociais materializadas na carta magna que propunham uma aproximação a um Estado (mais) social. Porém, percebemos que na década seguinte (1990) a crise mundial do capital se avolumou, o que elevou rapidamente o desmonte de muitos direitos conquistados com o enxugamento do Estado por meio de estratégias neoliberais. Esse movimento se deu com a focalização das políticas sociais visando a redução dos gastos destinados aos serviços públicos e à proteção social (OLIVEIRA, 2005). Como consequência da diminuição desses gastos também observamos a perda de direitos trabalhistas e sociais por parte dos trabalhadores sociais e verificamos, também, que esse comportamento ocorreu na carreira docente EBTT.

Principalmente após a Constituição Federal (BRASIL, 1988), podemos ter a compreensão de que o serviço público federal oferece estabilidade no emprego e uma remuneração por vezes acima do que se pratica no mercado de trabalho privado (em algumas carreiras), o que teoricamente elevaria o servidor público a um grau de satisfação suficiente para a manutenção da qualidade na prestação de um serviço público. Silva (2013, p. 44) afirma que “já no tocante à questão salarial, é complicado afirmar que o salário hoje é ‘de fome’”, observando que estudos apontam para uma remuneração mais compatível com o setor privado²².

Contraditoriamente, vivemos em um país onde os serviços públicos de corte social, principalmente os serviços sociais vinculados às políticas de saúde e de educação, vêm sofrendo críticas quanto à sua qualidade²³. Nos serviços públicos

²² Afirmção polêmica, pois este segmento sobrevive da mais valia. Assim, não podemos ter como parâmetro de remuneração justa o que o “mercado” estipula, mas sim valores necessários para uma vida digna.

²³ Segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD (2014), o

vinculados à educação, principalmente nas instituições públicas federais, percebemos um tratamento diferenciado²⁴ de seus profissionais em relação às demais redes públicas de ensino. Também, contraditoriamente, esse tratamento distinto teve origem justamente no período pós-Constituição de 1988, em que se buscavam fortalecer os direitos de cidadania assegurados por ela, ou seja, em um momento de promoção/construção de um Estado Social atravessado por grandes embates no âmbito político realizados por movimentos sociais e sindicais. Contudo, as conquistas desse período podem estar em risco, pois contradições tem se acirrado nos últimos anos, especialmente pelos caminhos seguidos pela política social brasileira e também pelas mutações que a carreira dos servidores públicos vem sofrendo.

No campo ideológico existem interesses privatistas que tentam desmontar os direitos trabalhistas conquistados alegando que são perniciosos à qualidade do serviço público. Castro (2016), defendendo a lógica neoliberal, chega a afirmar que “como os professores são estáveis, com completa impunidade, podem ser péssimos a vida toda [...]”. Tal afirmativa, feita pela mídia escrita (tendenciosa), inflama os grupos que defendem as mutações na carreira (principalmente na previdência social e nos salários) que, na sua maioria, defendem o desmonte do Estado de bem estar. Além disso, produzem generalizações como, por exemplo, que esses servidores públicos tendo férias, licenças, recessos e outros processos (conquistados por meio de sucessivos embates e que são inerentes à carreira de um professor), tenham seus benefícios (direitos) apontados como privilégios²⁵. Também alegam que se trata de uma classe de trabalhadores que são financiados com recursos públicos e, assim, não poderiam produzir custos tão elevados, em contraparte, o desconto previdenciário é linear e não há teto de recolhimento por parte do servidor público, ou seja, recolhem muito mais que os trabalhadores cujo regime previdenciário é regido pela CLT²⁶. Essa situação vem se modificando de forma gradual e afetando mais diretamente àqueles

Brasil apresentou, em pesquisa de satisfação, no ano de 2012, cerca de 52% da população entrevistada como satisfeitos com os serviços de educação e, para o período que compreendeu entre os anos de 2008 a 2012, cerca de 25% de satisfação com os serviços de saúde. Nesta época (2007 a 2012), cerca de 80% estavam satisfeitos com seu emprego. Cabe destacar que estes dados foram coletados por um instituto de pesquisa (*Gallup*) em nível de sondagem mundial, não há referência às condições sociais dos entrevistados. Aqui é importante ressaltar que praticamente metade da população representada não está satisfeita com os serviços educacionais e cerca de 3/4 não está com os serviços de saúde.

²⁴ Previdência diferenciada e salários mais elevados dentre outros benefícios.

²⁵ Em nosso entendimento, percebemos como um direito e não um privilégio. Aqui tratamos do discurso recorrente na literatura.

²⁶ Consolidação das Leis do Trabalho, criada pelo Decreto nº 5452 de 1º de maio de 1943 (BRASIL, 1943).

que ingressaram a partir da vigência da Lei nº 12.618/2012 (BRASIL, 2012a).

Tanto os direitos trabalhistas como direitos sociais são produzidos por políticas públicas de corte social, onde os primeiros visam proteger o trabalhador nas relações entre capital e trabalho, o que Marx (2011a) já apontava ser uma relação conflituosa e de forças desproporcionais no qual o capitalista acaba expropriando o trabalhador do que lhe seria justo. Esse fato ainda ocorre em nossos dias, por exemplo, ao analisarmos os estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (DIEESE, 2018) verificamos que o salário mínimo necessário para uma família viver com um mínimo (médio) de dignidade, baseados nos critérios de necessidades vitais básicas previstos no texto legal da Constituição Federal (BRASIL, 1988), em outubro de 2018, seria de R\$ 3.783,39, enquanto o salário mínimo, nessa data, era efetivamente de R\$ 954,00. Considerando, ainda, que o trabalhador recebe, mas nem sempre, um aumento por ano, e que nesse período a moeda e o valor dos bens de primeira necessidade oscilam de acordo com as leis de mercado, o poder de compra do salário não é fixo, tal observação²⁷ já fora feita por Marx (2011a).

Os direitos sociais e as conquistas no campo do trabalho foram construídos desde o nascimento do capitalismo em um movimento de exploração, pelo lado do empregador, e de lutas e conquistas de direitos que produzissem um mínimo de segurança nas condições de vida, inclusive para aqueles que não pudessem trabalhar (por falta de acesso ao trabalho ou por incapacidade – total ou parcial – para o trabalho), aos demais membros da sociedade (trabalhadores e não trabalhadores). Esse movimento de lutas entre capitalistas e trabalhadores produz desigualdades na sociedade, ao que, diante da ofensiva neoliberal²⁸, se denominou de questão social²⁹, onde o Estado atua oferecendo proteção aos que dela necessitam, seja em nível de garantias mínimas de sobrevivência aos que possuem baixa renda, através da assistência social, ou em nível de garantias trabalhistas e de seguridade social aos trabalhadores formais (VIEIRA, 2009).

²⁷ Na seção 4.3 (Trabalho e precarização social do trabalho) abordamos o conceito de fixidez do salário em Marx.

²⁸ Onde “[...] o centro de seu ataque constituiu-o no Estado de bem-estar. [...] No plano social e político-institucional, o que se coloca em questão é o conjunto daquilo que [...] Marshall arrolou como *direitos sociais* e as funções reguladoras macroscópicas do Estado. [...]” (NETTO, 2012a, p. 85, grifos do autor).

²⁹ “[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. [...]” (IAMAMOTO, 2004, p. 17).

As conquistas trabalhistas e as de seguridade social, dentro de um Estado de bem-estar social, aconteceram de forma diferenciada, de acordo com o contexto socioeconômico e político em que estavam inseridas. Esping-Andersen (1991) observa que cada nação adotou um modelo distinto, de acordo com a capacidade de mobilização e de reivindicação da população, nos países mais desenvolvidos, principalmente na Europa. Castel (2013) também verifica que os direitos sociais são produzidos de forma distinta entre os países europeus e atribui essas diferenças a fatores econômicos e culturais. A respeito disso, Hobsbawm (2000) percebe que os sindicatos tiveram forte influência nesse processo de conquistas de direitos. No Brasil, Antunes (2005) aponta que as relações entre capital e trabalho têm se dado sob a forma de exploração, que se modificam ao longo da história, e que, atualmente, sofre forte influência da mundialização financeira dentro do movimento denominado de reestruturação produtiva no contexto do neoliberalismo (ALVES, 2011; HOBBSAWM, 2000; MÉSZÁROS, 2002; NETTO, 2012a; CHESNAIS, 2015; CHOMSKY, 2002).

Nessa reestruturação produtiva, as relações de trabalho sofrem mutações produzindo situações de desproteção e ou de perdas de garantias. Assim, as relações de trabalho se tornam precárias (BOURDIEU, 1998), produzindo uma situação que denominada precarização social do trabalho³⁰ (ANTUNES, 2005a, 2005b; ALVES, 2011; BERNARDO & PEREIRA, 2008; BOURDIEU, 1998; BRAGA, 2014, 2012; COLLADO, 2014; DRUCK, 2013a, 2013b, 2011), na qual surgem novas formas de exploração do trabalho. No campo da educação, Morosini (2006) alerta para a proletarização do trabalho docente. Nesse caminho, Vieira (2009) aponta que os direitos sociais, até então conquistados e garantidos pelas políticas públicas de corte social dentro do neoliberalismo e de sua reestruturação, tornam-se mercadorias (serviços), tal como vem ocorrendo com os servidores públicos federais (FUNPRESP, 2015; BRASIL, 2012a).

Nesse sentido, Pereira (2008) observa que as políticas não são perenes e que apresentam mudanças de acordo com a disputa de forças entre os atores sociais em relação aos seus direitos individuais (civis e políticos) e sociais³¹ (difusos -

³⁰ Dentro da tipologia apresentada por Druck (2013b, p 376) “a condenação e o descarte do direito do trabalho” é uma das que mais se aproximam do nosso objeto de estudo, pois trata da legislação trabalhista e social sendo aviltadas por princípios liberais. Tal comportamento faz com que a classe que vive do trabalho distancie-se da proteção social provida pelo Estado.

³¹ Isso ocorreu no século XX, quando os direitos foram abarcados pelo *welfare state* ou Estado de bem-estar social (ESPING-ANDERSEN, 1991) e, posteriormente, remodelados pelo movimento neoliberal que acirrou as disputas e as diferenças entre classes sociais (IAMAMOTO, 2004; NETTO, 2012a;

econômicos, sociais e culturais), ou seja, de cidadania. Já as políticas educacionais, imbricadas na lógica dessa disputa de forças, são previstas por meio de leis e decretos (nas esferas do Estado) e materializadas através de programas, planos e projetos. Essas políticas são implementadas, na sua maioria, seguindo orientações de organismos internacionais como o Banco Mundial (PRIORIDADES, 1996) que visam supostamente à melhoria de indicadores educacionais em países com baixo e médio desempenho econômico, mas que, se tratam de países com carências econômicas. Este tipo de política praticada pelo Banco Mundial se dá por meio de ajuda financeira seguida de condicionalidades

[...] oferecendo as receitas usuais de “expansão da iniciativa privada” e minimização dos “objetivos sociais”, aumentando desse modo a desigualdade e a pobreza e rebaixando os níveis de educação e saúde. Vale a pena assinalar que essas receitas usuais vinham acompanhadas de sermões sobre a necessidade de diminuir a desigualdade e a pobreza e de melhorar os índices de saúde e educação (CHOMSKY, 2002, p. 57).

No Brasil, essas diretrizes figuram em documentos, como Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014) que estabelecem metas de curto, médio e longo prazo para a educação nacional. Devemos ter o cuidado de considerar que esses documentos focam na produtividade dos serviços educacionais estabelecendo indicadores numéricos como metas, bem como sua racionalização financeira – e até visando lucros (BALL, 2001) – evitando altos gastos, principalmente nos serviços públicos.

Atualmente, os serviços (públicos e privados) passam a ocupar uma parcela importante da economia, principalmente com a saturação “do mercado de trabalho” na indústria, em boa parte também pelo processo de mecanização e automação (BRAVERMAN, 2012). Castel (2013) observa que os serviços pessoais surgem também como uma alternativa à solidariedade mecânica existente no meio rural (que figurava no protocapitalismo) e àqueles que não dispõem de recursos para financiar esses serviços recorrem ao Estado que os oferece de forma subsidiária por meio de políticas públicas. Meirelles (2006) observa que serviço é trabalho em processo, podendo ser realizado tanto por pessoas (trabalho vivo) como por máquinas (trabalho mecânico), sendo caracterizado, portanto, como um trabalho em processo.

Na educação o professor produz o trabalho vivo, ou seja, só existe trabalho quando ele está presente, mas para que haja essa produção ele precisa de insumos

personais que são produzidos sob forma de capital: cultural, social e econômico (BOURDIEU, 2001). Marx e Engels (1984, p. 108), ao formularem as Teses sobre Feuerbach, afirmam que “a doutrina materialista da transformação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias têm de ser transformadas pelos homens e que o próprio homem tem que ser educado. [...]”. Tanto a concepção de Bourdieu (2001) como a de Marx e Engels (1984) nos permitem apontar o educador como sujeito desse trabalho vivo e indicar que este ator social é essencial na implementação da política pública de educação. Além de dever possuir o capital cultural (conhecimento e habilidades) necessário para a oferta de serviços educacionais, ele necessita também dos demais capitais (econômico e social) para educar, ser educado e sobreviver em uma sociedade cada vez mais desigual.

Conhecendo as linhas gerais do cenário e da problemática que encontramos nesta pesquisa, passamos a delimitar nossa proposição metodológica.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Ao assumirmos como problema de pesquisa a afirmação de que a precarização social do trabalho, diante das mutações ocorridas na Carreira docente EBTT, leva à desmobilização dos trabalhadores face às diferenças de tratamento entre os que ingressaram a partir de 2013 e os que já se encontravam investidos na carreira, bem como na pluralidade de institucionalidades – com diferentes filiações sindicais – que produziram a atual configuração da RFEPCT, entendemos que a precarização afeta as condições de vida e de trabalho destes docentes. Assim, nos propomos a investigar de que forma e com que intensidade esse fenômeno vem ocorrendo.

Supomos que a educação, quando visa à formação crítica do cidadão que atua no mundo do trabalho³², inicia pela atuação do professor, que pode provocar a consciência de classe em seus alunos e, por consequência, daqueles que vivem em seu entorno (SAMPAIO; MARIN, 2004) desde que não existam impedimentos legais³³.

Dessa forma, buscamos apontar de que maneira a qualidade do serviço público pode ser afetada. Também buscamos observar, na carreira docente EBTT, mesmo com suas mutações, a possibilidade de oferecer pistas para encaminhamentos de políticas de pessoal mais efetivas que se configurem em serviços de qualidade para a população assistida, em especial a classe que vive do trabalho.

Assim, além de contribuir com indicadores de qualidade para a educação dos trabalhadores, a análise dos tratamentos existentes na carreira docente em que este estudo se propõe pode vir a contribuir com caminhos para possíveis soluções que visem melhorar as políticas e serviços públicos de corte social. Esse movimento se dá a partir da valorização profissional de seus agentes reduzindo ou eliminando distinções e contribuindo para a promoção do bem estar de todos. Caso as contribuições não alcancem esse intento, pelo menos poderão constituir um instrumento de reflexão que aponte caminhos.

³² A formação crítica se refere a uma “educação integrada entre a educação geral e a educação profissional que reitera os princípios da educação politécnica, de formação omnilateral, qual seja, intelectual, manual, física, afetiva, artística e política, propiciando ao jovem a compreensão da totalidade do trabalho e dos fenômenos da sociedade em que vive” (CIAVATTA, 2008, p. 92).

³³ Na contramão de um projeto de educação emancipatória, o Projeto de Lei nº 867/2015 (BRASIL, 2015b), “Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o ‘Programa Escola sem Partido’”, que propõe criminalizar ações docentes que denunciem as precariedades do sistema capitalista.

Partindo do pressuposto de que está ocorrendo a precarização social do trabalho dos docentes na carreira docente EBTT, entendemos que, para nos aproximarmos do objeto desta pesquisa deveríamos estabelecer um caminho. Assim, indagando acerca das incertezas que perpassam pela carreira docente, formulamos três questionamentos:

1) Quais as possíveis mutações nas relações de trabalho dos docentes da Carreira docente EBTT antes e após a vigência da legislação (1º de março de 2013)?

2) As mutações na carreira docente, especialmente aquelas decorrentes das mudanças legislativas a partir de 2013, produzem a precarização social do trabalho docente?

3) A mobilização sindical é efetiva diante das mutações na carreira docente EBTT e na RFEPCT?

Considerando que o fenômeno a ser estudado ocorre em um processo dialético, buscamos investigar, a partir das questões norteadoras levantadas, as contradições existentes na carreira e os processos históricos que estabelecem as condições de vida material dos agentes envolvidos, a saber, dos docentes.

Em se tratando de uma tese de doutorado em que os recursos humanos disponíveis se restringem ao pesquisador, delimitar o espaço de uma instituição proporciona viabilidade técnica para sua execução, a saber, o estudo se deu no IFSul. No que diz respeito à viabilidade e relevância política, observamos o fato de a pesquisa se propor analisar um fenômeno e apontar soluções que minimizem os possíveis efeitos de uma política pública que supostamente prejudica uma classe de trabalhadores que prestam serviço de extrema relevância social, principalmente para a classe que vive do trabalho (ANTUNES, 2005a).

Diante deste cenário de pesquisa, consideramos como objetivo principal desta tese a identificação da existência (ou não) de indicativos de precarização do trabalho na carreira docente EBTT, considerando as mudanças no campo da remuneração, da previdência social e da organização política/sindical dos professores, bem como nas modificações na estrutura da RFEPCT quando de sua criação.

Para alcançar este objetivo, buscamos adotar os seguintes procedimentos:

a) Levantar os documentos legais e normativos que estabelecem os parâmetros para inserção e manutenção do professor na carreira docente EBTT;

b) Examinar as mudanças produzidas pela legislação, na remuneração, na

previdência e no desenvolvimento da carreira docente EBTT; e

c) Verificar se há indicação de precarização social do trabalho do docente EBTT em razão organização política (sindical).

Os objetivos visaram a localização e a contextualização da pesquisa no caminho da construção do cenário necessário à interpretação da realidade sócio histórica em que os docentes do IFSul (foco desta pesquisa) e da RFEPCT (cenário) estão inseridos.

Considerando que os objetivos elaborados eram complexos e exigiam do pesquisador um rigor metodológico, apresentamos, neste capítulo, as intenções metodológicas iniciando pela descrição sucinta do cenário geográfico, histórico e econômico. Tais fatos são observados diante da expansão de uma rede de ensino que está permeada de inúmeras peculiaridades que vêm sofrendo mutações constantes à deriva das políticas públicas imbricadas em ideários tanto sociais como neoliberais. Além disso, buscamos observar os aspectos éticos, bem como os possíveis riscos e benefícios desta pesquisa.

3.1 O cenário da pesquisa: a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Segundo o Ministério da Educação (MEC), a RFEPCT tem suas origens em 1909, com o Decreto Presidencial nº 7.566 (BRASIL, 1909) que cria 19 (dezenove) Escolas de Aprendizes e Artífices, dedicadas ao ensino profissional, vinculadas ao então Ministério da Agricultura, Indústria e *Commercio*. Trata-se de escolas custeadas pela União que deram início a uma rede nacional de formação profissional. Naquela época, o seu público-alvo era a população pobre, à margem da sociedade, que vinha “engrossando um grupo urbano periférico obstaculizador do desenvolvimento do país e causador de medo” (KUNZE, 2009, p. 15). Neste momento, a educação profissional assumia o papel social de cuidar dos “desvalidos da sorte”³⁴, buscando minimizar os efeitos do crescimento da pobreza nas regiões urbanas. Tal comportamento ainda é visto atualmente nos discursos políticos que apontam para a qualidade na educação como instrumento de “redenção” da sociedade, produzindo a redução da violência social. Acerca disso, Comenius (2001), já no Século XVII, previa que os bons alunos

³⁴ O termo foi retirado do texto legal (BRASIL, 1909), no qual a pobreza urbana era considerada um problema de segurança pública e a sua solução perpassava pela retirada dessas crianças da rua a fim de dar-lhes uma formação profissional para que não se tornassem marginais.

são aqueles que não só se deixam ser conduzidos, mas que querem ser conduzidos, ou seja, uma educação para a subordinação à moral e aos “bons costumes”.

Após a sua criação e durante o restante do século XX, a RFEPCCT sofreu várias transformações (mutações) até a sua atual estrutura de funcionamento, vindo a crescer tanto quantitativa quanto qualitativamente. Lima Filho (2010) aponta que em 2003 a rede era composta por 140 instituições, que eram distribuídas por boa parte do território nacional.

A mudança mais significativa na rede ocorreu a partir da criação dos IFs, quase um século após o seu nascimento (BRASIL, 2008a). Observamos que não se trata de uma rede homogênea, mas de uma heterogeneidade que se constitui em uma nova institucionalidade (LIMA FILHO, 2010; MORAES, 2016) que surge a partir de escolas com vocações distintas. Assim, antes da sua constituição tínhamos instituições agrícolas e outras que focavam nas áreas técnicas, como as engenharias. Porém, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996), muitas passaram a investir nos cursos superiores de tecnologia (CST), cuja formação específica permite que tenham uma menor duração em relação aos bacharelados e às engenharias (LIMA FILHO, 2010).

3.2 Proposição metodológica

Partindo da premissa de que a investigação acerca das mutações na carreira e do seu reflexo na atividade docente são fatores de extrema complexidade, considerando o contexto da totalidade da vida social, adotamos como enfoque o **método dialético**³⁵. Essa adoção tendo em vista que não podemos considerar os fatos fora do contexto sócio histórico e devemos observar as contradições existentes nas relações produzidas dentro da carreira docente EBTT.

Considerando, ainda, que existe uma relação entre o mundo e os docentes EBTT que não podem ser traduzidos somente em números, do ponto de vista da abordagem do problema, esta investigação se dará de forma **qualitativa**, pois, “[...] a pesquisa qualitativa na pesquisa social permite reunir, por seu caráter relativamente

³⁵ Sobre isso, cabe referir que “no processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social” (FRIGOTTO, 1997, p. 81).

indeterminado, uma série de ‘ideologias moles’, e pode suportar usos diferentes” (GROULX, 2012, p. 117). Groulx (2012) observa, também, que essa flexibilidade permite lidar com a questão social de forma a não sofrer tantos riscos quanto aos presentes na pesquisa quantitativa que classifica, homogeneiza os dados perdendo a sensibilidade necessária às particularidades. Nesse sentido, a flexibilidade não pode ser entendida como um grau de menor rigor, mas, pelo contrário, trata-se de um trabalho que exige procedimentos, por exemplo, àqueles similares à “descrição densa” da etnografia de Geertz (2008), na qual o nível de atenção do pesquisador deve ser elevado buscando captar os detalhes do fenômeno observado.

Considerando que há a necessidade de constituir uma maior familiaridade com o problema, do ponto de vista dos objetivos, esta investigação deu-se, de acordo com a sua natureza, de forma **explicativa**³⁶. Além disso, para construir o *corpus* da pesquisa, foi necessário lançar mão também de procedimentos técnicos que permitiram colher informações de fontes de dados documentais, de banco de dados e de bibliografias.

A análise documental se deu no que diz respeito aos aspectos pertinentes à carreira docente nos Institutos Federais, analisando, para tanto, a legislação pertinente à carreira docente e à previdência social, e os relatórios e dados referentes aos docentes tanto no IFSul quanto na RFEPCT.

Face às mutações na carreira docente, analisamos as informações referentes aos docentes do IFSul e buscamos, então, a distinção entre os dados dos que ingressaram antes e depois de 1º de março de 2013, data da vigência da Lei nº 12.772/2012 – que estabelece as novas regras como os que já estavam na carreira nesta data. A vigência da Lei nº 12.618/2012 é 04/02/2013 (FUNPRESP, 2015), e, portanto, as duas datas são bem próximas. Assim, a data mais atual foi utilizada como um referencial balizador para a maioria das comparações necessárias entre os servidores mais antigos e os que estão sob o jugo desta legislação. Houve a necessidade de analisar, também, os docentes que já estavam na carreira quando ela foi alterada pela Medida Provisória nº 431 de 2008 (BRASIL, 2008c), convertida em lei (BRASIL, 2008b). Diante das informações dos docentes que ingressaram em datas

³⁶ É interessante referir que “essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas”. (GIL, 2002, p. 42).

diferentes, observamos a existência de comportamentos distintos em cada um dos grupos.

Adotamos, para os dados colhidos (parametrizados pelas categorias de análise) na pesquisa documental e bibliográfica (*corpus*), a metodologia de análise textual discursiva, que se dá por meio de desconstrução e de reconstrução das informações em unidades de significado ou de sentido (MORAES, 2003). Também foi utilizada a técnica de categorização, para uma posterior codificação dos dados, permitindo a sua tabulação e/ou interpretação. Para auxiliar a codificação e a categorização³⁷, foram utilizados os softwares de banco de dados e planilhas eletrônicas. Além disso, utilizamos tabelas dinâmicas disponíveis *online* através de consultas ao sítio da Plataforma Brasil (PLATAFORMA, 2018).

As ferramentas de análise e de tratamento dos dados foram utilizadas de forma que seus resultados pudessem ser analisados visando não produzir distorções. Para tanto, buscamos categorias de análise coerentes com o referencial teórico adotado. Face à quantidade de fontes de informação (bibliográfica e documental), adotamos a técnica de triangulação na coleta de dados³⁸.

O quadro 02, a seguir, apresenta a distribuição por *campus* dos docentes do IFSul segmentados em três períodos significativos: 1) aqueles que ingressaram antes de 30/07/2008 – vigência da MPV³⁹ nº 431/2008 (BRASIL, 2008c); 2) os que ingressaram entre 01/08/2008 a 28/02/2013 – vigência da Lei nº 12.772/2012 (BRASIL, 2012b); e 3) os que ingressaram a partir de 01/03/2013 e que estão sob as novas regras na carreira (BRASIL, 2012b) e no regime de previdência (BRASIL, 2012a). Observamos que os *campi* com maior número de docentes e com datas de início (de funcionamento das unidades) mais antigas oferecem maiores possibilidades de comparação entre as datas estabelecidas neste estudo. Percebemos, ainda, que estas se caracterizam como tendo maior nível de maturação institucional, com estruturas melhor definidas em relação aos *campi* que ainda estão em fase de

³⁷ Segundo Moraes (2003, p. 197), “a categorização é um processo de comparação constante entre as unidades definidas no processo inicial da análise, levando a agrupamentos de elementos semelhantes. Os conjuntos de elementos de significação próximos constituem as categorias”.

³⁸ A técnica da triangulação de dados tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social. Tais suportes teóricos, complexos e amplos, não tornam fáceis os estudos qualitativos (TRIVIÑOS, 2013, p. 138).

³⁹ Medida Provisória

expansão.

Quadro 02 - Docentes totais do IFSul que tiveram os seus ingressos antes da criação da carreira (2008), entre sua criação até as mudanças ocorridas em 2013 e os que entraram depois de 2013

<i>Campus</i>	Ano de implantação e/ou criação	Docentes				Total Geral
		Período de Ingresso				
		Antes de 2008	de 2008 a 2013	Após 2013		
Avançado Jaguarão	2014	1	1	19	21	
Avançado Novo Hamburgo	2014	0	3	17	20	
Bagé	2010	2	29	14	45	
Camaquã	2010	2	19	24	45	
Charqueadas	2006	6	24	35	65	
Gravataí	2014	1	5	14	20	
Lajeado	2014	0	6	16	22	
Passo Fundo	2007	8	32	17	57	
Pelotas	1943	191	120	46	357	
Pelotas Visconde da Graça	1923	41	66	18	125	
Santana do Livramento	2010	1	9	27	37	
Sapiranga	2013	3	3	24	30	
Sapucaia do Sul	1996	27	35	19	81	
Venâncio Aires	2010	2	23	23	48	
TOTAL	-	285	375	313	973	

Fonte: SIAPE/PROGEP/IFSul⁴⁰ - elaboração do autor.

Observamos, também, que pelos critérios de expansão da RFEPCT, um *campus* chega ao pleno funcionamento quando atinge, em geral, o número de cinquenta docentes. Assim, estas variáveis foram consideradas na interpretação dos dados, porém foi necessário analisar a totalidade dos docentes em certos momentos, pois investigamos fenômenos que apresentaram comportamentos distintos dentro dos intervalos de datas selecionados.

Com relação aos aspectos éticos, considerando o cumprimento das disposições legais, e buscando atender os critérios necessários em uma pesquisa bibliográfica e documental, o projeto desta pesquisa não necessitou ser submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Católica de Pelotas – UCPel. De igual forma, considerando a Resolução nº 466, de 12 de

⁴⁰ Dados quantitativos de docentes extraídos de folha de pagamento referente ao mês de setembro de 2018 (SIAPE/PROGEP/IFSul) elaborados pelo autor. Os dados de início de funcionamento estão disponíveis em <<http://www.ifsul.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20&Itemid=45>>.

dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, que trata especificamente de pesquisas que envolvam diretamente seres humanos, entendemos que não houve necessidade de cadastrarmos esta investigação na Plataforma Brasil, mantida pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2012c).

Em relação aos riscos, consideramos que, apesar de entender que há o risco de danos eventuais em uma pesquisa que envolve seres humanos, esta investigação buscou analisar o bem estar do docente mediante as novas regras laborais e previdenciárias, bem como as formas de organização dessa categoria de trabalhadores, que podem afetar as suas condições de trabalho e de vida no curto e/ou longo prazo. Dessa forma, entendemos que não há riscos potenciais, pois não foi necessária a mobilização de informantes em entrevistas ou aplicação de qualquer outro instrumento de coleta de dados para este fim.

Quanto aos benefícios, com os resultados da pesquisa esperamos estar contribuindo para as discussões referentes à carreira dos docentes da RFEPCT, proporcionando indicadores que venham a favorecer as suas condições de trabalho e, ainda, alertando para os possíveis caminhos da (des)mobilização da categoria.

Discutidas as questões metodológicas adotadas nesta pesquisa passamos a estruturar alguns referenciais que visam situar o leitor em relação às concepções e conceitos necessários para cercar o objeto deste estudo. Logo, no próximo capítulo, fazemos uma incursão por uma revisão de literatura acerca do nosso tema de pesquisa. Para isso, estabelecemos a relação entre políticas sociais e educação, mundo do trabalho e o que entendemos por precarização social do trabalho, conceitos chave para as nossas análises.

4 POLÍTICAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO

No caminho da compreensão da relevância e ineditismo desta pesquisa, buscamos analisar trabalhos acadêmicos que se aproximam à temática da carreira docente EBTT. Assim, em junho de 2016, consultamos o acervo do Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), buscando trabalhos realizados a partir do ano de 2013 – em razão da vigência da legislação que modifica as condições da carreira docente EBTT (BRASIL, 2012a, 2012b) – com as seguintes palavras-chaves de pesquisa:

- a) “carreira docente” AND “Rede Federal”;
- b) “trabalho docente” AND “Rede Federal”; e
- c) “EBTT”.

Com esses parâmetros chegamos ao total de 33 pesquisas, sendo 21 dissertações de mestrado e 12 teses de doutorado. Todas as teses e 17 dissertações foram elaboradas em programas de Pós-graduação em educação. As quatro dissertações restantes foram apresentadas em programas de Educação Agrícola (1), Educação Profissional (1), Profissional em Gestão e Desenvolvimento Regional (1) e Administração (1). Dos 33 trabalhos, 10 não possuem ligação direta a uma instituição da RFEPCT (IF ou CEFET). Dos 23 restantes, 14 tratam de temáticas que não envolvem direta ou indiretamente a carreira docente, mais precisamente as condições de trabalho, e abordam desde questões gerenciais até questões curriculares. Assim, os 09 restantes analisaram ou debateram sobre questões que envolvem a carreira docente e/ou condições de trabalho de forma direta ou indireta, ou seja, abordaram a temática foco do presente estudo (AMORIM, 2013; CORNELIO, 2016; FERNANDES, 2013; NEVES, 2014; PRADO, 2013; SANTIAGO, 2015; SILVA, 2015a; SILVA, 2015b; SOUSA, 2015), porém nenhum buscou especificamente comparar as mutações ocorridas na carreira docente EBTT a partir da legislação aqui apresentada (BRASIL, 2012a, 2012b). Dessa forma, além da atualidade, a temática apresentada trata de uma proposta original, ao observarmos a produção acadêmica dos programas de Pós-graduação defendidas após a vigência da legislação. Além disso, as análises e conclusões dos nove estudos (sete dissertações e duas teses) auxiliaram esta investigação na construção de referencial teórico. O que os trabalhos apontam, em linhas gerais, é a intensificação do trabalho docente a partir da nova institucionalidade, promovida em 2008 (BRASIL, 2008a), com a expansão da RFEPCT e a verticalização

do ensino (Educação Básica e Ensino Superior).

Observando as mutações apontadas na carreira docente, também podemos questionar se há possibilidade desse novo docente (EBTT) ter o seu trabalho precarizado, pelo menos em relação aos que já se encontravam na carreira antes da vigência da nova legislação. Os estudos analisados apontaram para a intensificação do trabalho em toda a carreira, e Santiago (2015) observa que, no IFSudeste de Minas (IF Sudeste MG) – Campus Rio Pomba, houve um aumento nas atividades de pesquisa, extensão e gestão, além da expansão dos níveis e modalidades de ensino dos docentes EBTT e de programas da RFEPCT como PRONATEC e educação a distância, dentre outros. Contraditoriamente, Santiago (2015) aponta a intensificação do trabalho, mas, ao mesmo tempo, relata que os docentes estão satisfeitos com as atuais condições laborais.

Ocorre, também, a possibilidade de ter reduzida a capacidade de reivindicação e luta dos servidores, visto que conquistas por acordos coletivos vêm sendo retiradas dos novos ingressantes, provocando a criação de subclasses dentro de uma mesma carreira. Nesse caminho, Prado (2013) observa que a carreira docente EBTT está em situação de crise de identidade, pois – por razões históricas que refletem a atual institucionalidade dos IFs – pode ser representada por três organizações sindicais, sendo sindicatos o ANDES⁴¹ e o SINASEFE⁴², e também pelo PROIFES⁴³, que é uma federação. Tal situação desmobiliza a categoria, porém devemos procurar conhecer como os professores estão se articulando com essas representações e qual é a atual capacidade de luta dos docentes. Silva (2015a) observa que as mudanças na carreira a partir da lei nº 12.772/12 não melhoraram a situação dos professores e aponta como justificativas as sucessivas greves ocorridas desde então.

Além das mutações produzirem instabilidade e desarticulação da categoria docente e podem produzir insatisfação e diminuir o envolvimento dos professores com seus alunos, pois existem pressões dentro da rede para aumentar a carga horária e, conseqüentemente, o número de alunos atendidos (BRASIL, 2016b). Prado (2013) observa que em não havendo uma diretriz comum, há a possibilidade de cada

⁴¹ Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

⁴² Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica.

⁴³ Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico.

instituição propor as regras quanto à carga horária docente, provocando distinções por toda a RFEPCT. Silva (2015a) aponta, no IFNMG, a expansão da educação superior e a sua relação com a intensificação do trabalho dos docentes. A recente normativa (BRASIL, 2016b) estabelece, numericamente, os mínimos para as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, porém faculta a regulamentação *interna corporis* às instituições da RFEPCT. Fernandes (2013) também aponta para a intensificação do trabalho docente, considerando como seu maior fator a verticalização do ensino, mas não aponta as mutações na carreira.

Cornelio (2016), ao analisar a categoria vida pessoal e vida profissional, observa que nas relações de gênero há poucos casos declarados de intensificação do trabalho, considerando as tarefas domésticas das professoras da carreira docente EBTT. Neves (2014), buscando encontrar distinções e mudanças na carreira dos docentes após a alteração de CEFET para Instituto (IFMT⁴⁴), aponta para a intensificação do trabalho e, contraditoriamente, a baixa vulnerabilidade ao estresse em razão das estratégias individuais de professores. Também de forma contraditória, Silva (2015b), aponta um elevado nível de estresse nos docentes do IFMG⁴⁵ – Campus Ouro Preto. Assim, podemos verificar que os comportamentos observados em casos isolados podem apresentar-se de formas distintas, conforme o contexto local e institucional. Tais comportamentos apontam para as diferenças encontradas na institucionalidade dos IFs antes de sua transformação. Abordaremos essa questão no próximo capítulo.

Amorim (2013) aponta caminhos para novas pesquisas, pois a nova institucionalidade dos componentes da RFEPCT carece de muitos estudos que virão a contribuir e “avançar na compreensão da oferta de formação de trabalhadores no Brasil” (AMORIM, 2013, p. 221). Sousa (2015), por sua vez, busca caracterizar o perfil acadêmico do docente no CEFET-MG e a sua profissionalização; nesse exercício, traz importantes contribuições em relação ao histórico da carreira, principalmente acerca das dificuldades existentes na pluralidade de necessidades que a carreira docente EBTT possui. Traz, ainda, indicadores que identificam o perfil e a intensidade de trabalho dos professores, essa última afetando em alguns casos as possibilidades de crescimento na carreira na busca por uma melhor titulação.

Observando, então, as pesquisas desenvolvidas nesse período,

⁴⁴ Instituto Federal do Mato Grosso.

⁴⁵ Instituto Federal de Minas Gerais.

percebemos que o estudo aqui proposto se estabelece de forma inédita e relevante, pois temáticas correlatas vêm sendo produzidas e, além disso, identificamos os problemas que existem na carreira docente EBTT. Cabe referir que a literatura ora apresentada poderá contribuir no aporte teórico necessário para as interpretações necessárias.

No caminho da compreensão do fenômeno a ser estudado há, em princípio, a necessidade de estabelecer relações entre as políticas de educação e as políticas sociais, uma vez que assumimos o papel do educador como sendo eminentemente social, na medida em que ele é uma peça importante no processo de (re)produção das forças de trabalho e, ao mesmo tempo, um instrumento de fomento à consciência crítica do proletário, ao que Marx (1984) já questionava a Feuerbach. Para essa construção, torna-se necessário discutir as relações de trabalho no contexto da educação e das políticas sociais e as categorias que identificam a precarização.

4.1 Políticas sociais e políticas de educação: aproximações necessárias

Analisar as políticas públicas remete-nos, em primeira instância, a buscar um conceito que permita nos posicionarmos criticamente em relação ao seu significado. Assim, Cavalcanti (2007) apresenta uma análise em relação ao emprego do termo no transcorrer dos tempos. Observa a polissemia encontrada no termo em razão de sua origem e desdobramentos, em especial na língua Inglesa, apresentando os conceitos de *politics* e *policies*, bem como as facetas da *policy* (*public policy*)⁴⁶. Ademais, constrói um conceito de políticas públicas, amparada em autores latinos, para demonstrar a difícil delimitação do significado do termo. Assim, sintetiza observando que:

[...] sem pretender uma formulação original [...] é possível propor uma síntese dizendo que política pública é um curso de ação ou inação, escolhido por autoridades públicas para focalizar um problema, que é expressada no corpo das leis, regulamentos, decisões e ações de governo. A política pública está relacionada com as intenções que determinam as ações de um governo; com o que o governo escolhe fazer ou não fazer; com as decisões que têm como objetivo implementar programas para alcançar metas em uma determinada sociedade; com a luta de interesses entre o governo e sociedade; ou ainda, com atividades de governo, desenvolvidas por agentes públicos ou não, que têm uma influência na vida de cidadãos (CAVALCANTI, 2007, p. 26).

⁴⁶ Giovanni e Nogueira (2013), citando a Revue Française de Science Politique (2002), apresentam os seguintes significados: *policy* como as relações entre a políticas públicas, *politics* como a competição política e *polity* como o espaço político.

Observamos que a autora (CAVALCANTI, 2007) apresenta uma dupla função do termo, pois pode tratar de ações a serem implementadas ou de ações efetivamente estabelecidas. Assim, podemos encontrar políticas no âmbito do planejamento, em sua efetiva execução, que, por sua vez, podem representar os interesses dos atores sociais, principalmente aqueles menos favorecidos no embate entre capital e trabalho.

Nesse caminho, Adelantado, Nogueira e Rambla (2000) observam que nem todas as políticas públicas são sociais. As políticas sociais, então, dependendo da ideologia que as perpassa, marxistas (crítica) ou não marxistas (neoliberais), podem ter a função de compensar a desigualdade que o mercado de distribuição de recursos produz ou o de (re)produzir a lógica social. Adelantado, Nogueira e Rambla (2000, p 16) observam que:

[...] las interrelaciones entre la estructura social y la política social son de carácter recursivo: la política social, no sólo se genera a partir de la estructura social sino que contribuye también a los procesos de estructuración social de las sociedades, mediante diferentes maneras de provocar cambios o permanencias en la estructura social⁴⁷.

Demo (2007), observa que, numa perspectiva crítica, a Política Social existe de duas formas, preventiva (necessária) e curativa (inevitável), e que servem para a diminuição das desigualdades. Na primeira estariam as políticas de educação e, na segunda, as políticas de assistência. Behring e Boschetti (2011) apontam que, no contexto da legislação nacional, a educação, a reforma agrária e outras, embora políticas sociais, “não estão contempladas no conceito constitucional restrito de seguridade social [...]” (p. 165). Cabe destacar, assim, que a Constituição Federal (BRASIL, 1988), quando trata em seu Título III (Da ordem social), divide-a, dentre outros, em: seguridade social (Art. 194/204); educação, cultura e desporto (Art. 205/217); portanto, como entes distintos (BRASIL, 1988).

Considerando o conceito de Demo (2007) e as ponderações de Behring e Boschetti (2011), poderíamos dizer que a assistência social é um dos componentes da política social, pois nela predomina a sua natureza curativa. Nesse sentido, as políticas educacionais, também pertencendo ao rol das políticas sociais, deveriam atuar prioritariamente no campo da prevenção.

⁴⁷ Em uma tradução livre: “as inter-relações entre a estrutura social e política social são natureza recursiva: política social, não só é gerada a partir da estrutura social, mas também contribui para os processos de *estruturación* social das sociedades, através de diferentes formas para causar mudanças ou permanências na estrutura social”.

Pereira (2008) observa que as políticas não são perenes e apresentam mudanças de acordo com a disputa de forças entre os atores sociais em relação aos seus direitos individuais (civis e políticos) e sociais⁴⁸ (difusos – econômicos, sociais e culturais), ou seja, de cidadania⁴⁹. Assim, no quadro 03 verificamos que, nessas disputas por direitos sociais, existem quatro grandes arenas de conflito em que uma política pública social pode ser produzida. Di Giovanni (2009) entende as políticas públicas como uma forma de exercício do poder nas relações entre Estado e sociedade, que pode ocorrer de forma democrática ou não, porém constituído historicamente a partir de quatro fatores de natureza: macroeconômica, geopolítica, política e, por último, cultural e sociológica.

Quadro 03 - Tipos de arenas e suas respectivas formas de regulação

Arena/Políticas	Características	Forma de regulação ou ação do Estado
Regulamentadora	Incidem na prática de indivíduos produzindo penalizações/sanções ou de coletivos regulamentando praticas, por exemplo, profissionais.	Evidente
Redistributiva	O poder público age na distribuição de bens e serviços de forma arbitrária produzindo privilégios a determinados grupos ou de forma equilibrada onde há um consenso, produzindo perdas e ganhos, entre as partes. Os contempláveis por estas políticas não são obrigados a fazer uso de seus benefícios.	
Distributiva	Este tipo de política não incita disputas, pois atua de forma difusa, pois não há clareza de sua fonte de financiamento e atendem as necessidades de forma compensatória. Ex.: políticas de transferência de renda.	Difusa
Constitutiva	Políticas que se constituem de forma débil ou difusa não incitando conflitos e interesses, pois são ações que definem regras sobre normas ou o poder constituído. Ex.: revisões de leis; reformas institucionais ou administrativas.	

Fonte: Adaptado de Pereira (2008). Elaboração do autor.

Assim, não é possível entender a política (pública) social como neutra, pois historicamente percebe-se que, nas disputas no interior do Estado, os agentes sociais (e econômicos) possuem intensidade de forças diferenciadas. Além disso, uma política social redistributiva produz sujeitos inseguros, no caso do seguro desemprego,

⁴⁸ No século XX foram abarcados pelo *welfare state* ou Estado de bem estar social (SPING-ANDERSEN, 1991) e, posteriormente, remodelados pelo movimento neoliberal, que acirrou as disputas e as diferenças entre as classes sociais (FALEIROS, 1991; DRAIBE e HENRIQUE, 1998).

⁴⁹ No caminho neoliberal este conceito passou a constituir-se pela fusão entre os direitos individuais e sociais, porém com distinção em seu usufruto, ou seja, produz privilégios às classes dominantes. Na crise do *welfare state*, isto fica mais aparente.

por exemplo, Faleiros (1991) observa que o trabalhador que recebe esse benefício (mínimo), para se reinserir no “mercado de trabalho”, se sujeita a situações em que seus direitos trabalhistas e sua efetiva remuneração sejam inferiorizadas e ou reduzidas a patamares cada vez mais degradantes, reproduzindo a precarização⁵⁰ desse trabalho. Produz-se, assim, ao capitalista, uma mão de obra barata e disciplinada. Isso se dá pelo avanço neoliberal, no qual:

O Estado de bem-estar está sendo substituído por um estado de contenção social que se expressa nos mecanismos de vigilância física e eletrônica, na construção de prisões e ampliação dos aparatos de punição. A competitividade e não a solidariedade é que é valorizada pelas políticas de responsabilização individual pela sua sorte, acentuando-se a desigualdade e a polarização entre os ricos e mais pobres (FALEIROS, 1991, p. 79).

O autor (FALEIROS, 1991), além do mais, observa que as políticas sociais, nos países capitalistas, contribuem para a manutenção da ordem social buscando minimizar os conflitos sociais. Assevera ainda que tais relações não são estanques e (re)produzem-se em constantes mutações (estruturais e dialéticas), também produzindo, contraditoriamente, em certa medida, melhores condições aos trabalhadores. Portanto, esse é um campo em que as lutas não podem ser abandonadas.

Mauriel (2006), observando o cenário neoliberal no Brasil, aponta que as políticas sociais seguem em um movimento que produz um discurso economicista de gerenciamento terapêutico da pobreza, no qual as crises cíclicas do capital são tratadas pelo receituário neoliberal visando, principalmente em países periféricos como o Brasil, o controle das massas. Tal receituário segue preceitos de teóricos como Amartya Sen, laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1998, que defende a justiça social como sendo possível somente por meio do crescimento econômico e das **qualidades individuais** dos cidadãos (redistribuição de liberdades de capacidades). Essa fórmula estimula o egoísmo e a competição entre os sujeitos.

Di Giovanni e Nogueira (2013, p. 12-13) observam que o neoliberalismo busca

1) um Estado forte para romper com os sindicatos e controlar a moeda; 2) um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas; 3) busca a estabilidade monetária como meta suprema; 4) uma forte disciplina orçamentária, diga-se, contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa natural de desemprego; 5) uma reforma fiscal, diminuindo os impostos

⁵⁰ Bourdieu (1998, p. 124) observa que “A precariedade se inscreve num *modo de dominação* de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração” (grifos do autor).

sobre os rendimentos mais altos; e 6) o desmonte dos direitos sociais, implicando na queda da vinculação entre a política social e esses direitos, que compunha o pacto político do período anterior [*welfare state*].

O discurso neoliberal pauta-se na caracterização do *welfare state* como sendo paternalista e indica que as políticas sociais universalizantes são prejudiciais para o desenvolvimento do capital. Ademais, verificamos que Mauriel (2006) observa a focalização das políticas sociais no combate à fome e à pobreza. Porém, percebemos que essas políticas, de forma recursiva, constituem e modulam as desigualdades sociais intervindo de maneira compensatória aos efeitos negativos do mercado (ADELANTADO; NOGUEIRA; RAMBLA, 2000).

O desenvolvimento da lógica neoliberal é acompanhado pelo movimento de globalização. Costa (2006) observa o *welfare state* como tendo existido em sua plenitude somente nos países (de economias) centrais, o que Esping-Andersen (1991) já apontava nos seus três regimes (liberal, corporativista e social-democrata). Netto (2012b), Bourdieu (1998) e Paiva e Ouriques (2007), apontam que as vitórias do capital penalizam o trabalhador, reduzindo empregos (substituindo mão de obra por novas tecnologias, precarizando as relações de trabalho e avançando contra os sistemas públicos de seguridade social) sob a lógica da inovação e modernização como uma única forma de crescimento econômico.

Paiva e Ouriques (2007) observam esse cenário na América Latina, onde as políticas sociais funcionam como uma estratégia de redução de conflitos ou caridade social. No Brasil, essa estratégia é referenciada pelos autores como a lógica das migalhas e dos mecanismos de desmobilização e subalternização das camadas populares. Assim, afirmam que a superação desta lógica somente ocorrerá a partir de um projeto democrático radical.

Observando que as políticas sociais, então, sendo focalizadas e direcionadas para a docilização das camadas populares e retomando a lógica aqui anunciada de que a política de educação é uma política social, no Brasil, encontramos certas particularidades nos direitos sociais e nas políticas sociais que funcionam de maneiras distintas. Cardoso Jr. e Jaccoud (2005) consideram somente a educação fundamental⁵¹ como uma política social, devido à sua universalização. Behring e Boschetti (2011) apontam o caminho inverso que se seguiu após as proposições da

⁵¹ A Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996) estabelece a educação brasileira em dois níveis: 1) Educação Básica, composta por Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; e 2) Educação Superior (graduação e pós-graduação).

Constituição Federal (BRASIL, 1998), que foi gerada em uma perspectiva universalista e aponta a focalização das políticas sociais no contexto neoliberal.

O atual PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014) – amplia a universalização da Educação Infantil (Meta 1), toda a população de 15 a 17 anos (Meta 3) e toda a população de 4 a 17 anos com deficiência. Embora o texto legal não preveja ainda a universalização do Ensino Médio (Meta 3) e da Educação Superior (Meta 12), para esses já existem metas voltadas para elevação das taxas de matrículas. Assim, a educação pode ser considerada uma prioridade, porém ainda não universalizada. Tal afirmativa não pode ser assumida como uma totalidade concreta, pois é necessário considerar a qualidade dos serviços educacionais que são oferecidos às classes que vivem do trabalho e os indicadores de permanência e êxito dos alunos nas redes públicas de ensino.

No caminho dessa discussão, Oliveira (2005), além de tratar a educação como uma política social, observa que ela vem seguindo a lógica neoliberal e sendo encontrada nas demais políticas sociais. Destaca o movimento das reformas nas políticas sociais a partir da década de 1990, no Brasil, como uma contratendência estabelecida pelo movimento neoliberal que trata essas políticas de forma focalizada em oposição ao universalismo pretendido com o Estado de bem-estar social. Assim, observa que, da mesma forma, essas políticas focalizam aos mais desassistidos, as políticas de educação rumam a essa mesma lógica, a do alívio à pobreza e investimento no “capital humano”. Ademais, critica a “terceirização” das políticas sociais (EC nº 19/1998) e políticas focalizadas na Educação (PROUNI, cotas etc.). Alerta que a descentralização administrativa, que se dá no âmbito das responsabilidades entre os entes federativos (do central para o local, do governo para o não-governo etc.), vem se constituindo em um risco aos valores sociais.

Ainda, observando a focalização das políticas educacionais, Whitty e Power (2002) verificam, em países centrais como Inglaterra, Reino Unido, EUA e Nova Zelândia, um movimento para romper com o sistema único de educação provido e financiado pelo Estado. Tal caminho promove a competição entre as escolas favorecendo aos setores privados e voluntários. Ball (2001) também apresenta características similares às políticas de educação a um movimento global.

Considerando a educação como um direito social de responsabilidade do Estado, observar as políticas de educação seguindo a lógica neoliberal permite-nos refletir e investigar as suas possibilidades emancipatórias desta. No Brasil, embora as

políticas públicas de ação afirmativa no campo educacional sirvam de instrumento de focalização, não se pode negar que se constituíram como um avanço no campo dos direitos sociais. Santos (2013) observa que há, no país, um forte movimento em favor dessa política e que dificilmente poderá ser revertida. Observa ainda o relevante trabalho do Conselho Nacional de Educação (CNE), que vem construindo pareceres e atos normativos (resoluções) que privilegiam o que ele considera uma “revolução democrática intercultural” (SANTOS. 2013, p. 84). Devemos observar que o CNE é composto por representantes de vários setores ligados à educação, inclusive órgãos e entidades privadas (esta realidade vem se acentuando nos últimos tempos, pois hoje temos um cenário diferente ao apontado por Santos (2013)).

Assim, mesmo as políticas de educação servindo à lógica neoliberal, carregam, em seu interior, o movimento contrário (emancipatório). Investigar, então, a educação, dentre elas a profissional, e as condições em que se apresenta no âmbito das políticas sociais, torna-se um desafio importante e necessário. Para tanto, referenciais críticos são relevantes na medida em que seus métodos rigorosos não nos deixam levar pelo “canto da sereia”, introduzido no discurso neoliberal encontrado nas políticas sociais. Assumimos, então, que a política e a educação se dão de forma redistributiva, tentando ser universalizadoras, porém com fortes traços de focalização, devendo ser investigadas e avaliadas sem perder de vista esse foco.

Morosini (2006, p. 165) observa que as políticas educacionais “fazem parte do conjunto de políticas públicas sociais, [são a] expressão da ação (ou não-ação) social do Estado [...]”. Mesmo havendo controvérsias acerca das políticas (e os serviços públicos) em educação ao serem consideradas como políticas sociais, as assumimos, nesta pesquisa, como sendo uma política pública de corte social, pois, pelo menos é a educação pública que tem a função de atender as classes economicamente desfavorecidas ou, como diria Castel (2013), aos desfilados (sujeitos em diversos graus e configurações de vulnerabilidade social).

4.2 Políticas sociais e o mundo do trabalho

Outro ponto a se considerar é o vínculo constituído entre as políticas públicas (sociais) e o mundo do trabalho, considerando que buscamos analisar as relações de trabalho de servidores públicos em uma instituição que, pelos seus fins, confundem-se tanto com políticas sociais como com as políticas de educação,

principalmente profissional. Esta última contribui para a formação de mão de obra para o mundo do trabalho.

Cabe referir que essas políticas educacionais que visam apenas aumentar o número de vagas nas escolas (muitas vezes sem o proporcional aumento de servidores docentes e técnicos administrativos) ou o número de pessoas que concluem a educação básica. Isso, conseqüentemente, mostra que tais metas quantitativas, por si só, não promovem a melhora da qualidade nos sistemas de ensino, pelo contrário, provocam sua precarização, isto é, diminuem a possibilidade da educação promover o desenvolvimento social e a formação crítica da classe que vive do trabalho.

Estas políticas, de cunho declaradamente neoliberal, buscam tratar os professores e demais profissionais que atuam no serviço público sob a lógica do livre mercado, mas só expandem o fosso entre ricos e pobres. Souza (2010) aponta para essa mesma lógica nas frentes de trabalho da área da saúde, nas quais as novas precariedades assumidas por uma diversidade de formas nos contratos de trabalho dentro do serviço público elevam a precariedade dos serviços em saúde.

Situação análoga é apontada por Raichelis (2013) ao discutir o trabalho do assistente social tensionado pela relação mercantil de sua força de trabalho⁵² que produz (e também é produto de) reflexos nas (das) políticas de assistência social. Gomes e Thedim-costa (1999) já apontavam, também, situação semelhante para os programas de saúde (pública) coletiva que afetam tanto aos trabalhadores como aos não trabalhadores evidenciando sua relação com a violência urbana.

De forma geral, Mocelin (2011) observa que o conceito de qualidade do emprego vem se modificando de forma a acompanhar o desenvolvimento tecnológico, mas também, em face ao desemprego estrutural, reproduz condições em que outrora os trabalhadores estariam classificados como constituintes de um mau emprego. Assim, mesmo que as condições de trabalho não sejam as melhores, a possibilidade de manter-se em um emprego por maior tempo (possível) influencia na gradação subjetiva de sua qualidade.

Especificamente acerca do trabalho docente, Basso (1998) busca construir

⁵² A autora usa como exemplo a expansão dos serviços sociais e de sua maior prevalência nas redes municipais onde há uma “tendência à interiorização dos postos de trabalho; precarização das condições de trabalho, instabilidade e insegurança nos postos de trabalho, sobretudo em relação à forma de contratação via seleção e/ou indicação/convite; baixos salários que levam a mais de um vínculo empregatício, principalmente nas regiões Norte e Nordeste” (RAICHELIS, 2013, p. 628).

uma base conceitual sócio histórica acerca das relações entre seu significado e sentido. Observa que não há como separar as dimensões subjetivas, vinculadas à formação do professor, e as objetivas, que perpassam pelo grau de autonomia na organização de sua prática e pelas condições de sua remuneração. Observa que, além disso, o trabalho docente possui especificidades⁵³ que o diferencia do trabalho fabril por sua subjetividade, uma vez que não pode ser substituída por recursos e mecanismos tecnológicos na mesma proporção que o setor fabril consegue fazê-lo. Acerca disso, Basso (1998, online) observa que

[...] os professores bem-sucedidos são aqueles que conseguem integrar significado e sentido. São professores com uma formação adequada que inclui a compreensão do significado de seu trabalho e que, encontrando melhores condições objetivas ou lutando muito por elas, e, em alguns casos, contando com apoio institucional, concretizam uma prática pedagógica mais eficiente e menos alienante.

A alienação apontada pelo autor pode ser interpretada de duas formas, tanto pela perspectiva do produto do trabalho docente⁵⁴, como pelas condições de trabalho (e vida) do próprio professor. Alves (2011) observa que a alienação das condições de trabalho, ao que ele denomina de perda de subjetividade, é produzida pelo medo do desemprego, fazendo com que o trabalhador renuncie parte de seus direitos sociais e trabalhistas e intensifique seu trabalho de forma a manter-se na condição de trabalhador assalariado, o que garante uma fonte de renda regular, mas tem consciência de que ela não é permanente. Pastorini (2004), ao que denomina de nova questão social, observa que essa perda de direitos trabalhistas e sociais⁵⁵ vem se agudizando a partir dos anos 1980.

Além do medo da perda do emprego, o trabalhador é afetado pelo

[...] fetichismo do capitalismo neoliberal, isto é, a troca de “contrapartidas qualitativas” como o emprego vitalício ou direitos sociais, por “contrapartidas quantitativas” como gratificações ou bônus salariais, que reforçam, no plano da consciência social, o fetichismo do dinheiro. [...] (ALVES, 2011, p. 68).

Nesse sentido, esse fetichismo acaba por ser aceito e tratado como natural

⁵³ Conforme apontamos anteriormente, são características próprias do setor de serviços, além da liberdade que possui em construir seu percurso metodológico de ensino, ou seja, sua liberdade em organizar seu trabalho.

⁵⁴ Que pode produzir uma educação acrítica que reproduz a lógica do que Gramsci (1988) denominou de “gorilas amestrados de Taylor”, ou seja, uma educação que reproduz a lógica (capitalista) de mercado. Gramsci (1988), pelo contrário, defendia uma educação crítica omnilateral e emancipadora que estimulasse a consciência dos educandos.

⁵⁵ Antes utilizados para garantir a acumulação capitalista através do “[...] controle dos trabalhadores necessário para a manutenção da coesão social e legitimidade da ordem. [...]” (PASTORINI, 2004, p. 108).

em uma sociedade que prioriza o consumo. Assim, observamos estas estratégias do capitalismo neoliberal para a precarização social do trabalho (DRUCK, 2011, 2013a, 2013b) presentes em nossa sociedade, no serviço público e também no trabalho docente, como alertou Santiago (2015) na intensificação dos trabalhos por meio de programas como PRONATEC e a educação a distância que oferecem remuneração complementar por meio de bolsas de trabalho.

Quadro 04 - Tipos ou dimensões da precarização social do trabalho

Dimensão	Indicadores
1. Formas de mercantilização da força de trabalho	a) inserção ocupacional; b) salários; c) níveis de desemprego.
2. Processo do trabalho	Intensificação do trabalho.
3. Condições de (in)segurança e saúde no trabalho	a) padrões de gestão que desrespeitam o necessário treinamento; b) ignoram informações sobre riscos; c) não implementam medidas preventivas coletivas; d) definem metas inalcançáveis e usam o assédio moral para seu cumprimento, etc.
4. Perda das identidades individual e coletiva	Desvalorização simbólica e real que condena o trabalhador ser o responsável por sua empregabilidade.
5. Dificuldades da organização sindical e das formas de luta e representação dos trabalhadores	a) concorrência entre os sindicatos; b) heterogeneidade e divisão implicando na pulverização dos sindicatos.
6. Crise do direito do trabalho provocado pela fetichização do mercado	Leis trabalhistas e sociais sendo violentamente condenadas pelos "princípios" liberais de defesa da flexibilização como processo inexorável trazido pela modernidade dos tempos de globalização.

Fonte: Adaptado de Druck (2013a)

Nos indicadores apontados no quadro 04, propostos por Druck (2013a), podemos observar a presença da precarização nos serviços públicos até aqui apresentados. Percebemos, também, certa proximidade com os objetivos da OIT (2016) que observaremos com maiores detalhes no capítulo 5.

Buscamos até o momento destacar as relações de trabalho no campo das políticas sociais e da educação, bem como estabelecer sua relação com os indicadores de precarização social do trabalho propostos por Druck (2013a). Para nos

aproximarmos de algumas conclusões, ainda provisórias, passemos a relacionar o trabalho com a precarização da carreira docente.

4.3 Trabalho e precarização social do trabalho

Entendemos que a estabilidade no emprego e a conseqüente manutenção da renda do funcionário público é aparente e contraditória. Marx (2011a), ao analisar as proposições de economistas contemporâneos, observa que o filósofo francês Bastiat (1801-1850) apresenta justificativas acerca das vantagens da fixidez do salário usando, inclusive, a estabilidade que o funcionário público francês possuía naquela época. Marx (2011a) observa que a fixidez da remuneração pelo trabalho ocorre por meio do salário, mas que seu valor sempre privilegia o capitalista (proprietário dos meios de produção). Observando que o valor da moeda varia de acordo com os movimentos de oferta e a demanda do capital (economia) e o salário não varia (pelo menos na mesma proporção), verifica que, embora ele seja fixo, seu poder de compra não acompanha os preços das mercadorias que o trabalhador necessita para a sua manutenção.

Assim, a segurança da estabilidade do servidor público não pode ser tomada como uma verdade universal, muito embora haja uma fixidez dos salários e estabilidade do vínculo empregatício, o poder de compra do servidor oscila de acordo com as políticas salariais adotadas pelo Estado que dependem da contribuição (fiscal) da população, em específico, onde os capitalistas e proletários subvencionam com impostos e taxas para a manutenção dos serviços públicos.

Marx (2000, p. 54) observa que a “[...] legislação sobre o trabalho assalariado, [é] marcada desde a sua origem com o cunho da exploração do trabalhador e, sucessivamente, sempre dirigida contra ele [...]”. O autor observa, citando Adam Smith, que nas negociações trabalhistas os mediadores (conselheiros ou juizes) eram sempre representados pelos patrões. Embora Marx (2000) estivesse se referindo ao capitalismo nascente e aos meios da indústria primitiva, adiante ele constata que a própria Revolução Francesa se constituiu em uma mudança de dinastia, na qual os antigos mestres de ofícios, agora então industriais, passaram a ter o domínio do poder legislativo e produzir leis mais favoráveis a si.

Castel (2013) observa que historicamente a condição de assalariado inicia-se no capitalismo industrial, em condições de intensa exploração, elevando a

precariedade da vida e do trabalho. Com a administração científica, há uma maior intensificação do trabalho buscando-se a eliminação do “desperdício” de tempo nas linhas de produção. Porém, com o pós-guerra, surgiu o pacto no campo do trabalho e das políticas públicas sociais que poderia garantir a reconstrução dos países que se envolveram diretamente na segunda guerra mundial. Logo, o Estado de bem-estar social estabelece-se intervindo fortemente na sociedade (europeia, pelo menos). Nesse mesmo tempo os operários passam a se organizar coletivamente produzindo ganhos e conquistas, tanto salariais como acesso aos serviços públicos tais como saúde e educação, além das garantias de aposentadoria e demais benefícios sociais vinculados ao trabalho e ao não-trabalho.

Das garantias e proteções sociais, Castel (2013) observa que no protocapitalismo, ou seja, na passagem do sistema feudal para o que hoje chamamos de capitalismo, já existia o gérmen dos sistemas de proteção social vinculados ao não-trabalho.

Esses sistemas, via de regra, subsistiam na tentativa de minimizar ou ocultar a miséria e distinguia a mendicância em duas frentes, o mendigo inválido (sem as condições físicas e ou mentais necessárias para o trabalho), que necessitava de alguma proteção e por isso era digno de algum tipo de filantropia e o mendigo válido (vagabundo), ou seja, aquele que possuía as condições para o trabalho, a este eram-lhe oferecidos auxílios pautados na *less eligibility*⁵⁶. Nesse último caso, muitas vezes os trabalhos eram criados para mantê-los ocupados com remunerações abaixo dos valores mínimos praticados⁵⁷ e, no extremo (quando a pessoa não se enquadrava no trabalho ofertado), ocorria a sua expulsão do território ou sua internação, pois a “vagabundagem” era indesejável.

Quanto às estruturas sociais e econômicas, a sociedade europeia se dividia entre campo e cidade, com estratificações entre os trabalhadores diante da remuneração percebida.

O trabalho, então, não era e ainda não é igual em vários sentidos, dentre eles o salário. Ainda considerando a ironia de Marx (2011a), ao demonstrar a contraditória configuração da fixidez dos salários, podemos perceber que a suposta

⁵⁶ [...] que reina sem restrições nas políticas sociais (e não somente nas sociedades pré-industriais): os auxílios e alocações de recursos devem ser sempre inferiores à mais extrema necessidade [...] (CASTEL, 2013, p. 185).

⁵⁷ Aqui, com muitas reservas, é possível estabelecer uma relação tênue de similaridade com o BSM, pois o PRONATEC, vinculado ao seguro desemprego assemelha-se ao menos em partes.

estabilidade no trabalho de um servidor público não é sinônimo de qualidade de vida.

No gráfico 2 observamos os valores de salário mínimo convertidos ao Dólar Americano (USD), na cotação do primeiro dia útil do mês de janeiro, no período de 2008 (transformação das instituições em IFs), até o ano de 2018, em que realizamos a análise. A forte queda, em 2016, foi causada pela desvalorização do Real Brasileiro (BRL). Assim, o poder de compra desse salário saiu de um ganho equivalente a US\$ 292,49 em janeiro de 2015 para US\$ 217,81, correspondendo a uma perda de 25,5% em relação ao valor do ano anterior, causada pelo período de crise em que o país atravessou. Analisando o valor calculado pelo DIEESE (2018) do salário mínimo necessário⁵⁸ no Brasil (R\$ 3.783,39) e observando o valor real do salário mínimo nacional (R\$ 954,00), ambos em outubro de 2018, percebemos que essa remuneração mínima corresponde a apenas 25,21% do valor mínimo necessário a ser gasto por uma família mensalmente para se ter uma vida com um mínimo de qualidade de vida ou dignidade.

Gráfico 2 - Salário mínimo em dólar – USD (2008-2018)



Fonte: Dados extraídos do DIEESE (2018) - elaboração do autor.

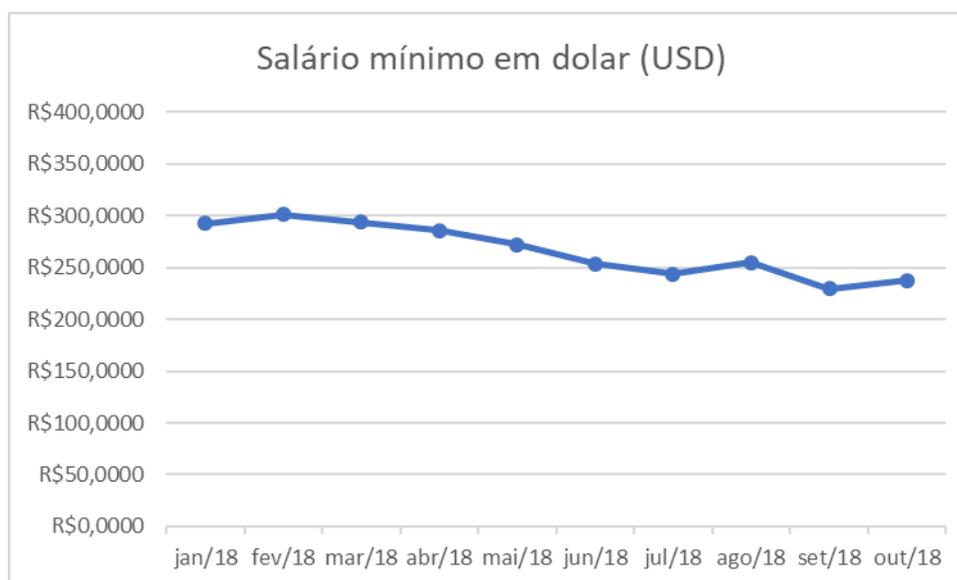
Se analisarmos o salário mínimo no valor de R\$ 954,00 durante o ano de 2018, convertidos à taxa média entre compra e venda⁵⁹ do USD entre os meses de

⁵⁸ O DIEESE calcula este valor com base na Constituição Federal (BRASIL, 1988) onde o salário mínimo deve ser “fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas (do trabalhador) e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo” (DIEESE, 2018).

⁵⁹ Calculado através da cotação de compra e venda (câmbio oficial) no primeiro dia útil do mês.

janeiro e outubro, percebemos, a partir do gráfico 3, que este salário varia muito em um ano, demonstrando uma queda no poder aquisitivo.

Gráfico 3 – Salário mínimo em dólar – USD (janeiro a outubro de 2018)



Fonte: Dados extraídos do DIEESE (2018) - elaboração do autor.

Na mesma linha de raciocínio, Castel (2013, p. 28, grifos nosso) já observava que,

[...] No momento em que a condição de assalariado livre se torna a forma juridicamente consagrada das relações de trabalho, a situação salarial ainda permanece e, por muito tempo, com a conotação de **precariedade e infortúnio**. Enigma da promoção de um multiplicador da riqueza que instala a miséria em seu centro de difusão. E, ainda hoje, não há como se espantar com a estranha reviravolta a partir da qual, após ter sido um sucesso [durante os 30 anos do Estado de bem-estar social, principalmente na Europa], a condição de assalariado novamente corre o risco de se tornar uma situação perigosa.

Essa situação perigosa pode ser observada hoje e na origem do capital (MARX, 2000), ao percebemos que o salário varia em relação ao seu poder de compra, e, dessa forma, a sua fixidez é aparente. Além do valor do salário, também faz parte da remuneração do trabalhador os direitos conquistados por meio dos movimentos sociais, principalmente dos movimentos sindicais. Serviços públicos⁶⁰, como educação e saúde, bem como os direitos trabalhistas, dentre outros, a aposentadoria, o seguro desemprego, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

⁶⁰ “[que se constituem em] propriedade social. Representam um tipo de bens [sic] que não são apropriáveis individualmente, nem comercializáveis, mas servem ao bem comum” (CASTEL, 2013, p. 488).

(FGTS)⁶¹ e os planos de carreira se constituem dispositivos de proteção social ao trabalhador e lhe garantem relativa segurança.

Mesmo assim, durante os momentos de crise do capital em que as oscilações do poder de compra do salário se tornam maiores, a garantia de manutenção no emprego oferece um provável conforto, o que, de fato, trata-se de uma contradição. Porém, como Marx (2011a) observava, o conforto é aparente, pois compara o servidor público com os demais membros da classe que vive do trabalho destacando as vantagens existentes. Nesse sentido, somente ao capitalista (dono dos meios de produção) é garantido o ganho efetivo, sob a falácia de que somente ele assume riscos. Na realidade, os riscos são mínimos e os rendimentos são ameaçados apenas por outros capitalistas no processo de exploração do capital (MÉSZÁROS, 2002; ALVES, 2011; CHESNAIS, 2015; CHOMSKY, 2002).

O servidor público conquistou, dentro de um Estado mais social⁶², garantias trabalhistas e de seguridade social (VIEIRA, 2009) que atraiu o interesse da classe que vive do trabalho. Essa seguridade social aos trabalhadores e aos servidores públicos surgiu, como já mencionado anteriormente, com a maior presença do Estado a partir do pós-guerra (II guerra mundial) em um pacto de reconstrução dos países destruídos pelas batalhas. Esping-Andersen (1991) demonstrou que esse estado não era homogêneo, pois a intervenção estatal teve, pelo menos, três configurações (regimes) nos países centrais (quadro 05).

Quadro 05 - Os três estados de bem-estar (“*welfare state*”)

Regime ou modelo	Característica
Escandinavo (universalismo)	Os benefícios corresponderam às expectativas da classe média através do universalismo de direitos. Expansão dos serviços sociais e os empregos públicos.
Anglo-saxões (residual)	Os serviços públicos atendem à classe trabalhadora e os pobres. Seguridade privada e benefícios educacionais residuais.
Europa continental (conservador)	Programas de seguridade social segregados ocupacionalmente.

Fonte: Adaptado de Esping-Andersen (1991).

Todos esses modelos foram possíveis, segundo Esping-Andersen (1991),

⁶¹ Atende apenas aos trabalhadores da iniciativa privada, regidos pela CLT (BRASIL, 1943).

⁶² Principalmente a partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988), porém sua implementação e manutenção vêm sendo desmontadas “por conta da expansão do desemprego e da violência em todos os âmbitos da vida societária” (SILVA, 2013, p. 99), mas principalmente pelo avanço neoliberal.

mediante a aliança do Estado com a classe trabalhadora no pós-guerra devido a sua crescente influência política, principalmente pela maior organização dos sindicatos. A respeito das diferenças entre os sistemas de proteção social dentro dos estados sociais, Castel (2013) também observa que:

[...] a expressão 'Estado-nacional-social' seria mais adequada. O modo de constituição e o quadro de exercício do Estado Social são, de fato e profundamente, o Estado-nação. Disso não resulta apenas uma certa disparidade das políticas sociais nacionais em função de tradições culturais e políticas entre os países. [...] e questiona:] a gravidade da situação atual em matéria de proteção social não decorrerá, em grande parte, do fato de os Estados-nações estarem ultrapassados diante da mundialização da economia e do mercado de trabalho? (CASTEL, 2013, p. 364).

Mesmo considerando o que Castel (2013) aponta com relação às distinções entre os Estados-nações em um mundo globalizado, no geral, a classe trabalhadora se beneficiou dessa posição, assumindo

[...] uma posição relativamente privilegiada no mercado, também tiveram bastante sucesso no sentido de satisfazer suas demandas previdenciárias fora do Estado e, quando **funcionários públicos**, de conseguir **previdência social privilegiada**. A segurança no emprego é tradicionalmente de tal ordem que o pleno emprego tem sido uma preocupação secundária. [...] (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 114, grifo nosso).

Essa previdência social era privilegiada por ser subsidiada pelo Estado e por ser mais abrangente do que a previdência ofertada aos trabalhadores não-públicos (que se submetem às condições impostas pelo setor privado não-estatal). Além da pressão direta da classe trabalhadora, os sindicatos assumiram um papel estratégico em sua defesa, organizando-se, reivindicando e conquistando direitos tanto trabalhistas como sociais. Porém, a exemplo dos estados observados por Esping-Andersen (1991), não havia homogeneidade nos direitos trabalhistas conquistados nos diversos países que analisou, o que corrobora e coincide, pelo menos nesse ponto, com a tese de Castel (2013). Hobsbawm (2000) exemplifica tal questão ao observar que a organização dos operários, no início do século XX, foi diferente entre países e, em alguns casos, mesmo dentro de um país, quer seja pela capacidade de organização ou pela origem étnica, fortemente marcada em países que se serviram de mão de obra imigrante. As uniões e diferenças internas à classe operária ocorreram por questões culturais e religiosas, sendo que as diferenças eram produzidas entre grupos identitários (nativos e imigrantes, p.ex.), porém essas divisões não impediram que o movimento operário se organizasse.

Logo, os sindicatos organizavam-se na órbita de partidos políticos criados

a partir da consciência de classe (operária) que “embora seja inevitável e essencial, provavelmente é politicamente secundária quanto a outras espécies de consciência” (HOBBSMAWM, 2000, p. 91), principalmente quando oprimida pela força. Ademais, os sindicatos se diferenciavam de acordo com o desenvolvimento industrial do local onde estavam inseridos e de sua relação não harmoniosa com os partidos políticos de esquerda, pois estes últimos eram menos radicais em buscar o socialismo como única alternativa.

Cabe ressaltar, ainda, que as antinomias existentes na relação entre capital e trabalho têm suas origens no desenvolvimento do período pré-industrial (CASTEL, 2013). Nesse, o mercado começa a modificar as relações sociais, pois até então o trabalho artesanal e a autoprodução restringia o poder econômico à posse de terras e ao domínio imperial. O dinheiro era, em muitos casos, secundário, pois o trabalho dos artesãos, os sistemas de trocas e a agricultura/pecuária de subsistência supriam as necessidades básicas.

Analisando a origem da relação do mercado com a sociedade contemporânea, observamos que

Como o desenvolvimento do sistema fabril se organizara como parte de um processo de compra e venda, o trabalho, a terra e o dinheiro também tiveram que se transformar em mercadorias para manter a produção em andamento. É verdade que eles não puderam ser transformados em mercadorias reais, pois não eram produzidos para venda no mercado. Entretanto, a ficção de serem assim produzidos tonou-se o princípio organizador da sociedade. Dos três elementos, um se destaca mais: trabalho (mão-de-obra) é o termo técnico usado para os seres humanos na medida em que **não são empregadores** mas empregados. Segue-se daí que a organização do trabalho mudaria simultaneamente com a organização do sistema de mercado. [...] a sociedade humana tornara-se um acessório do sistema econômico (POLANYI, 2000, p. 97, grifos nosso).

Essa condição acessória permitiu que o mercado industrial expandisse, por um longo tempo, a taxas elevadas. Braverman (2012) observa que, ao ocorrer o limite da expansão do capital industrial, o setor de serviços (público e privado) e do pequeno comércio começa a se tornar mais significativos na economia de países industrializados, sendo que esse setor traduz o “trabalho puro” em mercadoria. Esta conquista provocou modificações estruturais na economia, principalmente na relação entre capital e trabalho, o que levou a ocorrerem mudanças na sociedade. Assim, a sociedade humana volta a sofrer mutações em função do mercado, a exemplo do que Polanyi (2000) observou no nascimento da industrialização. Castel (2013) observa que essas mutações no mundo do trabalho produziram a sociedade salarial que é

estruturada em blocos, não em classes, pois acredita que para ser uma classe há a necessidade de um projeto político, e que as condições precárias de trabalho vêm produzindo grupos ou blocos que lutam unicamente por sua sobrevivência. Porém, é inevitável concordar com Marx (2000) quando aponta que as classes sociais sempre existiram e que no capitalismo ela se dividem em proletariado e capitalistas (burguesia). Estas classificações tipificam os diversos graus de exploração existentes na relação entre capital e trabalho.

No plano econômico, o modelo de acumulação Taylorista-Fordista começa a se esgotar face às transformações ocorridas na década de 1980 onde se dá o “[...] grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril [...]” (ANTUNES, 2005a, p. 24). A partir disso, houve uma transformação no mundo do trabalho tanto em sua configuração dentro do setor produtivo quanto nas formas de representação sindical e política.

Essas transformações começam a ocorrer na década de 1970⁶³ e na década seguinte pelo mundo, ao que Bourdieu (1998) denominou de revoluções conservadoras, principalmente nos governos de Thatcher na Inglaterra e Reagan nos EUA. Estes governos não acabaram com as políticas sociais por duas razões: “as resistências dos grupos sociais que haviam conquistado ‘privilégios’ (na realidade, direitos) e o risco político de proceder a desregulações demasiado brutais e demasiado rápidas” (CASTEL, 2013, p. 561). Com a queda do Muro de Berlim, na Alemanha, começa a surgir no mundo o consenso falacioso do fim do socialismo como uma alternativa ao capitalismo e a inevitabilidade deste último. Vieira (2009) observa que neste período ocorreu a falência (ou crise) do Estado, acirrando o movimento privatista (desmonte do Estado), inclusive de serviços sociais. Isso fez com que esta retomada do conservadorismo, agora denominado de neoliberalismo, surgira trazendo novas formas de relações entre capital e trabalho (ALVES, 2011; ANTUNES, 2005a; HOBBSAWM, 2000; MÉSZÁROS, 2002; NETTO, 2012a, 2012b). Estas relações se

⁶³ “Em 1970, a ‘aliança afluyente’ dos anos do pós-guerra começava a fazer água e crescia a pressão sobre os lucros das grandes empresas. Reconhecendo que os Estados Unidos não podiam mais desempenhar o papel de ‘banqueiro internacional’ que fora tão benéfico para as multinacionais baseadas em território norte-americano, Richard Nixon desmantelou a ordem econômica internacional (o sistema de Bretton Woods), suspendendo a convertibilidade do dólar em ouro, impondo controles sobre os salários, sobretaxas de importação e medidas fiscais para colocar o poder do Estado, ainda mais do que antes, a serviço da prosperidade dos ricos. Desde então, esta tem sido a política dirigente, acelerada durante os anos de Reagan e mantida pelos ‘Novos Democratas’. Intensificou-se a incessante guerra de classes livrada por setores empresariais corporativos, do [sic] escala global (CHOMSKY, 2002, p. 62).

desestabilizam produzindo (des)ordem econômica que precariza o trabalho, a exemplo da variação do salário mínimo apontada nos Gráficos 2 e 3, tanto no setor privado como no serviço público, na medida em que se multiplicam frentes temporárias de trabalho levando, em muitos casos, à sua forma mais aguda, o desemprego. Nesse caso,

[...] a precariedade afeta profundamente qualquer homem ou mulher exposto aos seus efeitos; tornando o futuro incerto, ela impede qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável. (BOURDIEU, 1998, p. 120).

A precariedade, assim, se torna uma consequência da reestruturação produtiva (ANTUNES, 2005a; ALVES, 2011; BERNARDO & PEREIRA, 2008; BOURDIEU, 1998; BRAGA, 2014, 2012; COLLADO, 2014; DRUCK, 2013a, 2013b, 2011) em que os antigos padrões de acumulação se renovam e novas formas de exploração do trabalhador começam a vigorar. Esse movimento, porém, não foi harmonioso, pois o capitalismo passou a sofrer crises precisando se renovar a cada uma delas. Essa renovação desencadeou na atual configuração, que objetiva, além de propor novas formas de exploração na relação entre capital e trabalho, também o desmonte do antigo Estado de bem-estar social (*welfare state*). Nesse processo

dá-se a mercantilização, a transformação dos serviços sociais que eram **direitos sociais** e representavam e asseguravam as mínimas condições de vida para as pessoas. Tais direitos transformaram-se em mercadorias, em serviços vendidos no mercado. A política social do neoliberalismo atende aos indigentes, ou seja, aqueles que não têm meios de gerar a mínima renda. [...] (VIEIRA, 2009, p. 107, grifos nosso).

As mutações dos direitos sociais se caracterizam em focalização na miséria ou pauperismo. As políticas sociais que atendem aos indigentes não são uma invenção capitalista, mas sim da sociedade pré-industrial, e surgem a fim de ocultar ou, na pior das hipóteses, mascarar a miséria produzida pelas mutações no mundo produtivo. Essas mudanças (hoje conhecidas como reestruturação produtiva), ao diminuir a oferta de emprego, produzem desequilíbrios no sistema de financiamento das proteções (políticas) sociais, pois esse sistema se baseia na contribuição do trabalhador. Assim, com menos empregos e mais segurados em função do envelhecimento da população, e também do consequente desemprego (CASTEL, 2013), produz-se mais insegurança social.

Druck (2013a, p. 24) observa que

A precarização social do trabalho é um processo mundial, presente na

resposta do capital à crise do fordismo, que redefiniu o padrão de desenvolvimento do capitalismo, constituindo um novo regime de acumulação, chamada de flexível. Trata-se de um novo momento histórico do sistema capitalista, onde se combinam a globalização do capital e a financeirização da economia, as políticas neoliberais e uma radical reestruturação produtiva do trabalho e do emprego.

Embora a precarização seja um fenômeno mundial, ela se dá de forma diferenciada conforme o contexto sócio histórico em que está inserida, ou seja, não existe um padrão único de precarização, situação similar aos Estados sociais abordados anteriormente.

As formas de salário (por peça e por tempo), em Marx (1996), elucidam como as táticas inventivas do empregador, na origem da industrialização, já buscavam reduzir os parcos ganhos do proletário em favor do aumento de seus lucros, na realidade, produzindo mais-valia. Na nova versão do capital, pós-moderno, pós-industrial ou pós-fordista (HARVEY, 2010; CHOMSKY, 2002; MÉSZÁROS, 2002) surgem novas formas de exploração do trabalhador sob a tutela de uma concepção de Estado menos intervencionista com a marca de redução de direitos sociais (das pessoas que vivem do trabalho) em razão de uma política fiscal em que o Estado, por ser mínimo, já não possui recursos para manter os direitos conquistados. Esse movimento se dá principalmente em razão da especulação financeira (CHESNAIS, 2015; NETTO, 2012b), sendo que essa situação afeta diretamente as políticas sociais, ao que denominamos de insegurança social.

Percebemos uma grande contradição nas políticas sociais em curso em nosso país, principalmente quando observarmos que

o Brasil há muito é reconhecidamente um dos países mais ricos do mundo, dotado de enormes vantagens, até mesmo meio século de influência e tutela dos Estados Unidos, que, com a melhor das intenções, por acaso estão uma vez mais a serviço do lucro da minoria, enquanto a maioria do povo é deixada na miséria (CHOMSKY, 2002, p. 14).

Essas políticas, no Brasil, tuteladas por organismos internacionais, muitos deles fortemente influenciados por grupos externos, recomendam e induzem políticas sociais residuais focalizadas na extrema pobreza (OCAMPO, 2008; OLIVEIRA, 2004), o que Castel (2013, p. 380) caracterizou como “direitos aos socorros” que, na concepção do liberalismo do início do Século XX, deveria ocorrer somente onde há a insuficiência da condição salarial.

Observando o campo do trabalho com suas mutações e para analisar os fenômenos no entorno da carreira docente EBTT, percebemos a necessidade de

delimitar o que se considera como trabalho docente, e, para tanto, faremos comparação desse com o conceito de trabalho decente e, por fim, caracterizamos a carreira docente EBTT no capítulo seguinte.

5 TRABALHO DOCENTE E TRABALHO DECENTE

A OIT aponta o trabalho decente como o ponto de convergência entre quatro de seus objetivos estratégicos, anotados como fundamentais pela Declaração Sobre os Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho⁶⁴ (em 1998) e que fundamentam o respeito aos direitos no trabalho.

As ações de governo no Brasil vêm acompanhando a agenda da OIT focalizando esses quatro objetivos estratégicos materializados na Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD). Rosenfield e Pauli (2013) observam que o trabalho digno está pautado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948. Os princípios do trabalho decente, pautados na DUDH, produzem a possibilidade de garantir uma vida digna ao trabalhador e que essa dignidade não é um constructo fechado e uniforme, ou seja, sofre influências tanto espaciais como temporais e assim se configurando como uma categoria axiológica aberta que se remete sempre à noção de cidadania e direitos sociais, buscando contrapor-se à crescente insegurança e desproteção dos trabalhadores.

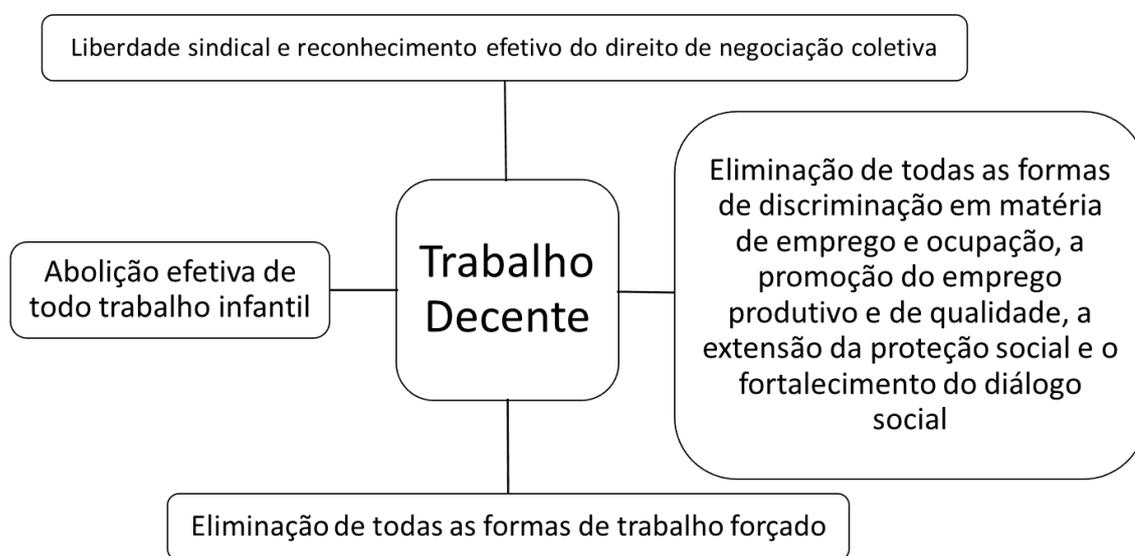


Figura 2 - Objetivos estratégicos da OIT para a promoção do trabalho decente
Fonte: Adaptado de OIT (2016).

O trabalho decente, então, extrapola as esferas da agenda da OIT e entrelaça-se, também, com os Direitos Humanos, pois além da cidadania há que se

⁶⁴ Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/standards/declaration/declaration_portuguese.pdf>>. Acesso em: 20/02/2018.

considerar a dignidade do trabalhador e ambos como interdependentes. Assim, a proteção do trabalhador necessita ser observada ainda pela ótica da dignidade (humana) no trabalho (ROSENFELD; PAULI, 2013).

Abramo (2011) aponta a equidade como um elemento central e transversal na Agenda de Trabalho Decente, em que deve ser buscada e eliminada toda e qualquer forma de discriminação. Embora existam discrepâncias nas relações entre capital e trabalho, tais iniciativas apontam e alertam para a existência de eventuais abusos.

Já o trabalho docente, por ser um serviço e por ser oferecido ao seu público por meio do trabalho vivo, ou seja, o professor oferece seus conhecimentos que foram construídos durante sua trajetória acadêmica (formação inicial e continuada) e profissional⁶⁵, tem sua prática refinada ao longo do desenvolvimento de sua carreira.

Se conceituarmos genericamente serviços, observamos que esta ação humana assume uma forma diferenciada de “mercadoria” no mundo do trabalho, embora Marx tenha criticado a rigidez de Smith ao excluir “todos os serviços da esfera do trabalho produtivo [...] restringindo apenas à produção de bens materiais [...]. Não chegou, todavia, a realizar um estudo abrangente e conclusivo sobre os serviços em geral” (GORENDER, 1996, p. 39-40). O autor destaca que, no período de Marx, a participação dos serviços na produção econômica era ainda pouco significativa. Como vimos anteriormente, estes passaram a ter maior peso na economia a partir do esgotamento do modelo Taylorista Fordista (ANTUNES, 2005a).

Não obstante, Lessa (2005) apresenta críticas acerca da teoria do trabalho imaterial (associada aos serviços), que merece ser observada no intuito de contribuir para que não seja confundida a natureza imaterial do trabalho com as teorias que tratam essa característica como emancipação, mas compreende-la como uma relação entre capital e trabalho em uma sociedade capitalista, ou seja, mercadoria – na sua essência.

Meirelles (2006), após fazer uma exposição das concepções econômicas, desde as clássicas (passando por Marx) até as contemporâneas, percebe algumas particularidades exclusivas do setor de serviços. Das mais atuais, aponta que a intangibilidade e pessoalidade são traduzidas nas funções desempenhadas pelo

⁶⁵ Na educação profissional a experiência no mundo do trabalho qualifica a ação docente, pois este pode levar aos seus alunos, além do conteúdo acadêmico, a vivência laboral e também desvelar possíveis estratégias de exploração do patrão (burguês ou o próprio Estado).

trabalhador, ou seja, não é possível distinguir trabalho e mercadoria nesse processo. Assim, para Meirelles (2006) o serviço é trabalho em processo que pode se dar de três maneiras (cf. quadro 06).

Quadro 06 - Tipos de serviço

Serviço	Característica	Exemplos
de trabalho puro	o resultado do processo é o próprio processo	Serviços domésticos, serviços de saúde e educação, serviços de segurança etc.
de transformação	trabalho para transformação de insumos em novos produtos	Serviços de alimentação e terceirização da indústria
de troca e circulação	de bens tangíveis e intangíveis	Serviços bancários, armazenamento e transporte, comerciais etc.

Fonte: Adaptado de (MEIRELLES, 2006).

A autora ainda observa que o

[...] serviço é simplesmente realização de trabalho em processo e é a sua existência que garante a incessante reprodução do capital aplicado no setor ao qual está vinculado, o que permite tratá-los de forma endógena e integrada no sistema econômico (MEIRELLES, 2006, p. 134).

A atuação do docente encontra-se enquadrada no perfil mais puro dos tipos de serviço, ou seja, a ferramenta de trabalho do professor é ele mesmo com a sua bagagem. A esses conhecimentos ou capacidades Bourdieu (2001) atribuiu o conceito de capital cultural, mas, além do capital cultural, os capitais social e econômico são intervenientes em sua atuação laboral. O capital social, de certa forma, confunde-se com a capacidade de relacionar-se, que se associa com a capacidade de comunicação, um atributo muito valorizado na profissão e repercute diretamente no sucesso profissional⁶⁶. Para acumular e manter esses capitais, em uma sociedade capitalista, há necessariamente a exigência de capital econômico⁶⁷.

Segundo Bourdieu (2001), estes capitais são intercambiáveis e se alimentam mutuamente. Na perspectiva da educação, objeto deste estudo, um professor para adquirir mais conhecimento (capital cultural) necessita de recursos financeiros para comprar livros e financiar cursos bem como para sua subsistência física. Assim, a remuneração deve ser condizente com suas necessidades, e essa

⁶⁶ O termo é empregado aqui como resultado de venda de uma “mercadoria”.

⁶⁷ Condições de sobrevivência e retroalimentação de seus conhecimentos, ou seja, investimentos em formação inicial e continuada.

situação é comum aos outros tipos de trabalhadores. Para o autor (BOURDIEU, 2014) existe ainda o capital simbólico que está relacionado com o reconhecimento pessoal, assim os capitais intelectual e cultural são mais predispostos a funcionar como capital simbólico do que o capital econômico.

Gatti (2013) aponta a atividade docente sendo carregada socialmente por sinalizações contraditórias que perpassam pela representação social (construções positivas e negativas) da figura do professor e pelas dificuldades materiais (número de alunos, baixa remuneração, falta de tempo para aprimorar-se etc.) encontradas no exercício da profissão, principalmente em escolas públicas. Logo, o trabalho decente do professor necessariamente é influenciado por suas condições de trabalho e de vida, em que a remuneração, segurança social e liberdade para organizar-se como classe trabalhadora são os elos de uma corrente que cerca seu bem-estar. Assim, como destacamos, esse movimento está sendo ameaçado pelo neoliberalismo. Com base nisso, passaremos, então, a considerar esses efeitos.

5.1 neoliberalismo e trabalho docente

Como sustentamos ao longo desta pesquisa, o trabalho docente (pelo menos da educação pública) está inserido dentro do quadro de políticas sociais implementadas no Brasil. Essas políticas estruturam-se de forma complexa e buscam garantir direitos e atender a demandas sociais que visem à melhoria dos cidadãos que necessitam de proteção social e vêm sofrendo mutações de acordo como a sociedade também se modifica. Os aspectos que mais afetam a essas políticas são os econômicos, principalmente porque vivemos em uma sociedade capitalista na qual as relações de mercado induzem prioridades.

Entendendo o serviço público como aquele que vem passando pelas maiores interferências do capital, as políticas públicas de corte social têm sido reconfiguradas à luz da lógica neoliberal. Souza (2011) observa que, tanto no setor de saúde como no de educação, esse movimento do capital promove a flexibilização⁶⁸ e a precarização do trabalho com a utilização de servidor temporário o que

⁶⁸ Entendemos flexibilização de forma similar a de Mészáros (2002, p. 330) quando observa que “regras flexíveis querem dizer [...] a precarização da força de trabalho no mais alto grau praticável, na esperança de melhorar as perspectivas de acumulação lucrativa do capital, enquanto se finge uma preocupação com a garantia dos empregos e com a redução do desemprego.”

compromete os serviços, mesmo reconhecendo que em determinadas situações a temporariedade do vínculo é necessária, mas alerta que essa prática se alastra além do que seria, de fato, necessário, tornando-se regra e não exceção.

Na mesma direção, Ramos e Stampa (2015), ao observarem um movimento de inclusão excludente com o PRONATEC, verificam que tal política pública de corte social apresenta inúmeros comportamentos que levam também à precarização do trabalho. Dentre esses, observam que embora seja uma política pública com financiamento público, a maioria dos seus recursos financia projetos em instituições privadas. Além disso, apontam que a oferta do programa contribui para a responsabilização do trabalhador por suas condições precárias e que os cursos ofertados em instituições públicas, além de utilizar professores contratados por meio de bolsas e sem vínculo de trabalho formal (contrato de trabalho registrado em CTPS⁶⁹ com garantia de continuidade no “emprego”), oferecem cursos com objetivos de atender ao setor produtivo. Além disso, inviabilizam qualquer possibilidade de formação crítica (sem diálogo com uma formação humanista) aos trabalhadores e não trabalhadores que buscam essa formação. Os autores ressaltam, ainda, que os desempregados, para serem beneficiados pelo seguro desemprego, são obrigados a fazer os cursos que nem sempre estão vinculados aos seus perfis ou anseios profissionais. Compreendem, portanto, que se trata de um processo de educação fragmentada e precária, ainda que percebam, contraditoriamente, que há relatos de casos exitosos. Entendemos que casos exitosos dependem tanto da liberdade de escolha do aluno como a competência técnica e o compromisso político do professor.

Sampaio e Marin (2004) observam que os salários dos professores na educação pública no Brasil é um dos menores do mundo, e, além disso, apontam para a extensa carga horária de trabalho, o elevado número de alunos por professor e a sua rotatividade e itinerância destes, produzindo condições precárias de trabalho. Apesar do cenário desfavorável, observam que a escola pode e deve continuar a se constituir como um espaço de lutas e que os professores devem ser valorizados por seu trabalho⁷⁰.

Se na educação básica o trabalho docente perpassa por questões de

⁶⁹ Carteira de Trabalho e Previdência Social.

⁷⁰ “O trabalho docente não é definido mais apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação” (OLIVEIRA, 2004, p. 1132).

gestão, seguindo a mesma lógica, a educação superior acrescenta as atividades de pesquisa e extensão que também são exigidas sob forma de produtividade, ou seja, número de alunos e produtos acadêmicos necessários para manutenção e progressão na carreira em um movimento que vem se intensificando ao longo das últimas décadas (BOSI, 2007). O “bom professor” deixa de ser aquele que apenas sabe ensinar e passa a ser cobrado por seus resultados não só no ensino, mas também na pesquisa, extensão e gestão. Assim, o docente da carreira docente EBTT atua tanto na educação básica como superior, agudizando a sua predisposição à precarização.

Essa produtividade vem associada ao discurso da eficiência próprios da pós-modernidade. No Chile, a título de exemplo de um modelo mercantil de educação e da conseqüente precarização da carreira docente, Ahumada (2013, p. 10) observa que o excesso de oferta de vagas na área da psicologia cria um exército de reserva em que:

La superpoblación de Psicólogos titulados o la sobreoferta, como se dice según la adopción de la terminología del libre mercado, lleva a la mantención y promoción de condiciones para la enseñanza de la Psicología que sigue una concepción mercantil, teniendo como resultado cesantía, precariedad laboral y explotación bajo la práctica ampliamente difundida de la flexibilidad laboral contractual, donde los psicólogos son mano de obra barata, permitiendo la acumulación capitalista como resultado del lucro⁷¹.

Apesar de estar se reportando à realidade de um outro país e focalizando em uma área específica do conhecimento, o autor observa que a lógica capitalista baseada na livre concorrência produz excesso de profissionais em uma determinada área, o que leva a se sujeitarem a condições precarizadas de trabalho, elevando o mal-estar e o adoecimento docente.

Por outro caminho, mas sob a mesma lógica de Ahumada (2013), observamos o discurso dominante da produtividade afirmando que a educação é promotora de desenvolvimento humano em um país. Telleria (2014) critica o discurso do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), quando afirma que ele está imbricado da mesma razão produtivista do capitalismo neoliberal. Neste caminho, Telleria (2014) busca demonstrar que por trás do discurso explícito de desenvolvimento humano, há implícito um discurso técnico meramente quantitativo e

⁷¹ A superpopulação de psicólogos qualificados ou o excesso de oferta, como indicado pela adoção da terminologia do livre mercado, conduz à manutenção e promoção de condições para o ensino de psicologia que segue uma concepção mercantil, resultando em desemprego, precariedade no trabalho e exploração generalizada de flexibilidade do contrato de trabalho, onde os psicólogos são mão de obra barata, permitindo a acumulação capitalista como um resultado da prática do lucro (tradução livre).

um discurso filosófico que em conjunto reproduzem a lógica capitalista. Assim, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) não leva em conta as origens do subdesenvolvimento dos países que estuda, pois aparentes melhoras levam em conta apenas dados quantitativos, prática que também é muito comum na área da educação, estimulada por organismos internacionais como o Banco Mundial, por exemplo.

Avançando nos conceitos, se mostra importante delimitar a categoria trabalho docente na perspectiva inclusiva, expondo o que entendemos por trabalho docente decente.

5.2 Trabalho docente decente

Retomando o conceito de trabalho decente da OIT (2016), principalmente em relação aos objetivos estratégicos vinculados às proteções sociais e trabalhistas, bem como no direito ao sindicalismo, percebemos que estes, embora declarem e defendam essas proteções, não são priorizados pela agenda neoliberal, que vem produzindo relações de trabalho que poderíamos denominar de menos decentes ou precarizadas, na perspectiva de Druck (2013a, 2013b, 2011).

Com relação à atividade ou carreira docente, observamos que a precarização social do trabalho vem ocorrendo não apenas no Brasil, mas se trata de um comportamento comum à agenda (oculta) internacional. Kuenzer (1999) denominou esse profissional precarizado de “professor sobranete”, por ser fruto das políticas de educação alinhadas com a agenda internacional e sua formação, principalmente aos docentes do Ensino Médio e da Educação Profissional, que demandam um perfil profissional em que os cursos de licenciatura não oportunizavam. Observa que esse profissional precisa:

[...] ter **competência** para suprir, em uma escola precarizada, com condições de trabalho cada vez piores, as deficiências culturais e cognitivas decorrentes da origem de classe da maioria dos alunos. Evidentemente, a ninguém ocorreria imaginar que a escola pública pudesse resolver essa questão, o que significaria atribuir-lhe o poder de mudar as estruturas que determinam as desigualdades sociais. Contudo, é inegável o **compromisso** da escola pública, e portanto de seus professores, com o enfrentamento das desigualdades, pela democratização dos conhecimentos que minimamente permitirão aos alunos participar, da melhor forma possível, da vida social e produtiva (KUENZER, 1999, p. 173-174, grifos nosso).

Assim, o docente deve ter sólida formação para enfrentar a precarização

do seu trabalho e, ainda, ter a capacidade de promover a consciência de classe aos alunos por meio de uma educação libertadora. A questão que nos fazemos aqui é: Como promover educação de qualidade com políticas de educação que visam à produtividade e que aumentam o número de alunos por sala, incluem alunos com necessidades especiais (BRASIL, 2016a) sem oferecer o suporte necessário aos educadores, dentre outras questões que intensificam e prejudicam o trabalho docente?

Se a formação inicial (nos cursos de licenciatura) ou complementar (principalmente em cursos de formação pedagógica) não são suficientes para municiar o docente para atuar como um sujeito que consiga provocar a consciência de classe àqueles que mais necessitam (compromisso político), ou seja, os pobres, torna-se necessária a educação continuada. Nesse caminho, observamos que a subjetividade do trabalhador lhe é diminuída ou retirada na medida em que há a intensificação do trabalho, produzindo o que Druck (2013a) denominou de perda das identidades individual e coletiva (ver quadro 04). Assim, para articular os saberes necessários a essa formação política, com o tempo que lhe é permitido aprimorar sua formação, há que se ter políticas públicas que favoreçam a formação continuada do professor, porém, como vimos, a ação docente, que vem sofrendo com a precarização social do trabalho, demonstra fragilidades e necessidades que a lógica neoliberal não busca, e até evita suprir.

Diante disso, precisamos de um trabalho docente decente, ou seja, para que a população tenha uma educação de qualidade e que esse ensino contribua para a formação de consciência de classe, o professor precisa ser tratado com dignidade em suas relações laborais. Tal situação se mostra necessária partindo do princípio de que a educação contribui para a (re)produção da sociedade, quando o professor é alijado de sua subjetividade (ALVES, 2011), oportuniza o avanço da agenda neoliberal, implícita no discurso dos organismos internacionais, como vimos na análise que Telleria (2014) realizou acerca do discurso do PNUD.

Observando a lógica da produtividade acadêmica, alertada por Bosi (2007), utilizamos a metáfora do mito de Procusto (SANTOS GUERRA, 2014), personagem da mitologia grega. Um bandido que atraía as pessoas para sua casa à beira de uma estrada, dava-lhes de jantar e, ao deitarem para descansar, os comparava em tamanho com a cama em que estavam repousando. Se o viajante fosse maior cortava a parte que sobrava (os pés, as pernas, ou seja, o necessário para adequar-se ao

tamanho da cama), caso ocorresse o contrário, se fosse menor que o leito, esticava-o até atingir o tamanho exato da cama, provocando desmembramentos. Assim, existia uma medida padrão estipulada pelo julgador (no caso, Procusto) que buscava adaptar, todos os transeuntes que passavam pela estrada à sua porta, ao mesmo padrão. Santos Guerra (2014) faz uso do mito para compará-lo ao currículo escolar, observando que os alunos não são idênticos, e que, portanto, têm necessidades diferentes. Nos apropriamos dessa analogia para observar as regras existentes para se avaliar um professor (servidor público) na carreira docente ou em seu estágio probatório e questionamos se estas medidas avaliativas não funcionam como o leito de Procusto.

Verificamos que a RFEPCT é constituída por uma diversidade de individualidades e particularidades de cada IF e, dentro destes, a cada *campus*. Ressaltamos ainda que em cada *campus* isso se estende a cada unidade interna até a individualidade de cada docente. Assim, avaliar os docentes por meio de critérios homogeneizantes (BRASIL, 2016b) propicia, como no mito, mutilações ou desmembramentos permanentes nas individualidades. Indicamos, também, que em vez de trabalhar com propostas de formação crítica que permitiriam a melhoria do desempenho pedagógico dos professores (e oportunizar uma educação crítica omnilateral e emancipadora aos seus alunos), tal fato produz distinções que se traduzem em privilégios (direitos conquistados) ou, no mínimo, em diferentes formas de tratamento.

Já o discurso dominante caminha em direção oposta a uma educação crítica. Castro (2016), com um discurso explicitamente neoliberal, chega a se questionar se os professores fazem parte de uma classe privilegiada em que têm 45 dias de férias por ano e que, por serem funcionários públicos, podem ser maus docentes vitaliciamente sem qualquer mecanismo “punitivo”. O autor se esquece da extensa carga laboral imposta pelo número excessivo de alunos e de aulas que dificultam o investimento em formação continuada (GATTI, 2013).

Tramita, no Congresso Nacional, um Projeto de Lei 876/2015 (BRASIL, 2015b) que limita a ação docente, impedindo que convicções políticas sejam discutidas em sala de aula. Partimos do princípio crítico de que não existe neutralidade para questionar o que seria não ser político em uma “escola sem partido”. Vázquez (1990) observa que a práxis social é construída pelos indivíduos através de ações individuais – intencionais ou não –, cujos objetivos são construídos pela ação coletiva.

O programa “escola sem partido” é um exemplo de interferência ostensiva do pensamento neoliberal em busca de promover a reprodução de sua lógica social. Outro exemplo, que vem a ser mais eficiente, é a própria precarização social do trabalho (DRUCK, 2011, 2013a, 2013b).

Verificamos que não apenas a educação, mas os serviços públicos, principalmente os de corte social, como a saúde e a assistência social, vêm sofrendo com a precarização social do trabalho em função da agenda internacional neoliberal que prioriza o baixo investimento em políticas sociais com sua consequente mercantilização⁷². Entendemos que um importante passo para minimizar os efeitos dessas políticas na educação é investir na formação continuada dos docentes e estabelecer critérios justos de avaliação na carreira, baseados tanto na agenda de trabalho decente como parametrizados pelos indicadores de precarização social do trabalho a fim de minimizá-los. Tendo por base essas concepções, na seção seguinte abordamos especificamente os docentes da carreira docente EBTT na RFEPCT.

5.3 A carreira docente na RFEPCT – o leito de Procusto

Usaremos a metáfora (mito) de Procusto para a análise nesta seção, pois entendemos que as novas regras na carreira provocam distinções. Ao observarmos a expansão da RFEPCT percebemos que ela vem ocorrendo de forma acelerada na mesma medida em que ocorre a expansão da educação superior no país. Recentemente, com a Lei n.º 12.772/2012 (BRASIL, 2012b), o Governo Federal instituiu o Plano de Carreiras do Magistério Federal, que inclui a carreira do Magistério Superior (docentes das Universidades Federais e outras Instituições Federais de Ensino) e a do Magistério da EBTT⁷³. Essa legislação acabou por equiparar as duas carreiras em número de classes e níveis.

Um dos pontos que o texto legal estabelece são as regras para a progressão na carreira docente EBTT. Dentre elas, as que mais chamam a atenção são as que tratam da progressão vertical, denominada como “aceleração da promoção” (BRASIL, 2012b), na qual o docente somente tem direito a avançar na carreira, em função da obtenção de titulação em pós-graduação (*lato* e ou *stricto sensu*), após o cumprimento de seu estágio probatório, fixado em três anos. Essa

⁷² Atribuindo maior eficiência às instituições privadas e assim prescrevendo o Estado mínimo.

⁷³ Para efeito de padronização do texto, usamos o termo carreira docente EBTT.

situação ocorre também quando este ingressa na carreira, por meio de concurso público, mesmo já possuindo essa titulação. Trata-se de um desmembramento aos moldes de Procusto, pois os valores recebidos pela titulação do docente, no caso, são menores do que aqueles a que ele teria direito, se submetido às regras postas na vigência da legislação que antecedeu a estas mudanças.

Assim, dependendo do nível de titulação do docente, durante o estágio probatório ele recebe remuneração menor em relação a outros docentes com mesma titulação que ingressaram na carreira antes da vigência dessa lei, conforme Parágrafo único do Art. 15. O texto legal trata ainda da obrigação dos docentes ingressantes na carreira submeterem-se ao regime de dedicação exclusiva⁷⁴, conforme Inciso I do Art. 20 (BRASIL, 2012b). A alteração desse regime só pode ocorrer a partir do cumprimento do estágio probatório, conforme § 2.º do Art. 22 (BRASIL, 2012b). Assim, ficando a remuneração do docente restrita ao primeiro nível da carreira durante três anos. Com isso, mais uma vez percebemos a presença do leito de Procusto, pois o docente obrigatoriamente tem que se adaptar a uma condição de dedicação única⁷⁵. Porém, importante ressaltar que este regime e sua remuneração correspondente é fruto de extensas lutas sindicais que visam melhores condições de trabalho e salários.

Essa situação coaduna com a reestruturação produtiva que nasceu no “mercado de trabalho” capitalista que proporcionou o controle social e

[...] trouxe graves consequências para o trabalho, como o desmantelamento dos direitos trabalhistas e das conquistas sociais, a flexibilização do trabalho que resulta em contratos temporários, subcontratos, a desproletarização e subproletarização, o aumento da concentração de renda, o agravamento da questão social, a desmobilização de suas organizações, lutas e reivindicações coletivas (CALVI, 2008, p. 16).

Esse desmantelamento dos direitos trabalhistas também pode ser comparado ao leito de Procusto na medida em que estes direitos são moldados às necessidades dos empregadores, nesse caso em particular, ao Estado. Na direção de reduzir gastos⁷⁶ (amputando o “excesso” de gastos) foi criado um sistema de previdência social complementar destinado a todos os servidores públicos federais, denominado e instituído pela Lei 12.618/2012 (BRASIL, 2012a). Tal regime de

⁷⁴ O § 2º do Art. 20 prevê “O regime de 40 (quarenta) horas com dedicação exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas nesta Lei” (BRASIL, 2012b).

⁷⁵ Mesmo que a dedicação exclusiva oferece melhores condições de remuneração, entendemos que se trata de uma obrigatoriedade e não uma opção.

⁷⁶ Essa redução de gastos é promovida pela política de Estado mínimo de cunho neoliberal e também privilegia interesses privatistas do mercado financeiro.

previdência pode implicar na redução de ganhos reais na remuneração do professor (bem como dos demais servidores públicos), uma vez que nessa nova situação o servidor contribui complementarmente a um sistema de previdência privada para sua aposentadoria⁷⁷. Além disso, ao aposentar-se, a remuneração (benefício) fica restrita ao teto da previdência social que a atual legislação prevê:

Art. 2º A partir de 1º de janeiro de 2018, o salário de benefício e o salário de contribuição não poderão ser inferiores a R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), nem superiores a R\$ 5.645,80 (cinco mil seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos) (BRASIL, 2018b).

Um docente em final de carreira e com título de doutor, hoje, recebe bruto mais de três vezes o teto estipulado pela previdência social. Assim, a complementação privada torna-se muito onerosa para o servidor, reduzindo seus ganhos reais. Este tratamento é dado apenas para os que ingressaram no serviço público a partir de fevereiro de 2013.

Embora a carreira docente estabeleça uma divisão da carga horária em atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, com o PRONATEC e a consequente expansão das vagas para o ingresso de alunos na Rede Pública Federal, ela corre o risco de não ser cumprida. Com o aumento do número de alunos é provável que aumente a carga horária de ensino, porém, para ter certa essa afirmação faz-se necessário verificar se a quantidade de novas vagas para docentes e servidores ocorre na mesma proporção do aumento previsto no número de alunos. Havendo um aumento de alunos em maior proporção dos que de docentes e servidores ocorrerá um aumento na carga laboral e haverá a consequente precarização do trabalho. Ressaltamos que esta análise não é objeto deste trabalho, mas aponta caminhos para futuras pesquisas.

Além da sua situação no espaço do trabalho, o docente possui outros compromissos sociais. Sua atividade não se resume a um trabalho que se dê na imediata prestação do serviço, pois necessita de tempo para preparar – produzir serviço – as suas aulas.

Meirelles (2006, p 134), aponta que “[...] serviço é simplesmente realização de trabalho em processo e é a sua existência que garante a incessante reprodução do capital aplicado no setor ao qual está vinculado [...]”. Assim, os serviços possuem como atributo a intangibilidade, a inestocabilidade e a simultaneidade, ou seja, o

⁷⁷ Aprofundamos essa questão no capítulo 8.

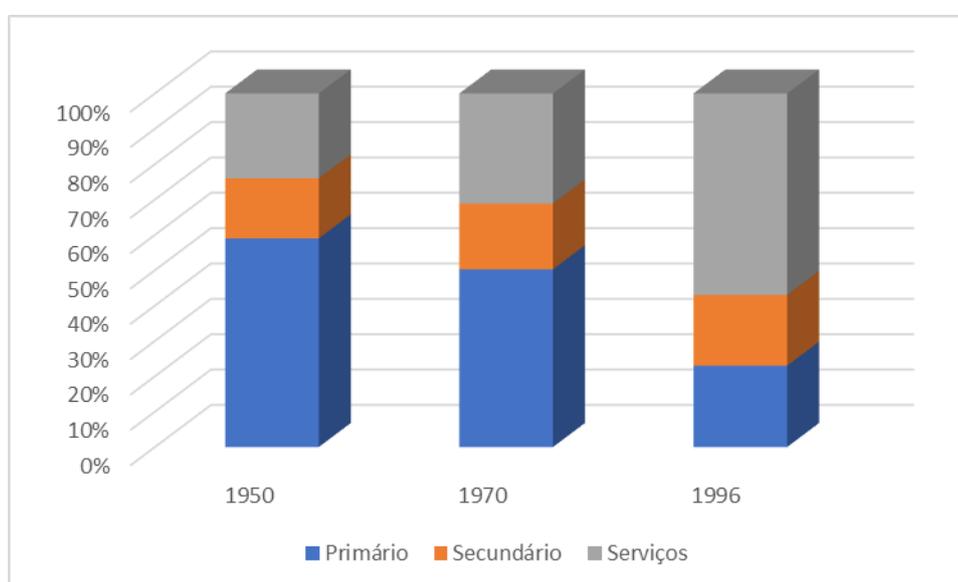
serviço é resultado do trabalho, sendo assim, não se produz serviço, mas sim se presta um serviço.

O setor de serviços vem se ajustando de acordo com a reestruturação produtiva. No Brasil, segundo Gadrey (2001 apud MUNIZ, 2005, p. 101-102),

[...] a participação dos serviços no emprego total (assalariado e não-assalariado) passou de 24%, em 1950, para 31% em 1970 e para 57% em 1996, enquanto o setor primário (agricultura, extração vegetal, pesca) passava de 59%, em 1950, para 50% em 1970 e para 23% em 1996. No mesmo período, o setor secundário (indústria, extração mineral) passava de 17%, em 1950, para 18,5% em 1970 e 20% em 1996 (Gadrey, 2001: 26).

No gráfico 4, a seguir, observamos que o setor de serviços vem aumentando a participação na economia enquanto o setor industrial vem decaindo. Trata-se de uma evolução de acordo com a reestruturação produtiva e a necessidade de formação de novos postos de trabalho que a indústria não absorve em função, em parte também, de sua mecanização (automação industrial). Esse crescimento se dá também em função da necessidade de bem-estar que se converte em serviços, que em boa parte, são serviços sociais.

Gráfico 4 - Evolução dos serviços no Brasil⁷⁸



Fonte: adaptado de Muniz (2005)

O aumento do setor de serviços se relaciona diretamente com o aumento da participação da mulher no mundo do trabalho, uma vez que os serviços domésticos

⁷⁸ Observamos que embora os dados sejam antigos, nos revelam a tendência da relevância dos serviços na economia nacional.

precisam ser supridos por outros profissionais. Ocupando postos na cadeia produtiva, essas mulheres também demandam por melhoria de condições de vida. Dentre os serviços essenciais podemos citar a saúde, a educação e a habitação com forte participação do Estado, porém, esses serviços essenciais tendem a diminuir sua participação em função das questões econômicas aliadas à expansão neoliberal do capitalismo tanto no Brasil como na Europa (MUNIZ, 2005).

Nessa direção, observa-se o docente submetendo-se a uma jornada de trabalho excessiva de aulas possuindo pouco tempo para dedicar-se às tarefas extraclases necessárias para o seu bom desempenho como professor e um melhor rendimento de seus alunos e também para as suas responsabilidades familiares. Essa situação pressiona cada vez mais os professores, particularmente as mulheres, dada a condição histórica de serem responsáveis pela casa e pelo cuidado de seus membros. Essa situação se aprofunda quando se observa que, nas políticas sociais em geral, a educação particularmente passa por um processo em que a família também é responsabilizada, as tarefas que pertenceriam à escola tendem a ser transferidas para a família, principalmente em razão da jornada reduzida do aluno na escola e da excessiva carga laboral que o docente possui⁷⁹. Tal situação reproduz o que Miotto (2010) aponta acerca da responsabilização da família diante das políticas sociais.

Pode-se dizer que analogamente a uma situação em que a família é responsabilizada pelo cuidado do idoso ou incapaz, o cuidado da criança e/ou jovem também não se dá por completo no seio da escola. Nesse estudo, cabe observar que, em razão do reduzido tempo disponível da família, esta produz excesso de expectativa em relação à escola e, conseqüentemente, acerca do nível de dedicação do docente.

Em relação ao trabalho docente, não é possível compará-lo de forma linear com outras profissões, uma vez que possui especificidades e depende de vários fatores. Assim,

[...] como em qualquer outra profissão, alguns professores fazem exata e unicamente o que é previsto pelas normas oficiais da organização escolar, ao passo que outros se engajam a fundo num trabalho que chega a tomar um tempo considerável, até mesmo invadindo sua vida particular, as noites, os fins de semana, sem falar das atividades de duração mais longa, como cursos de aperfeiçoamento, de formação específica, atividades paraescolares ou

⁷⁹ Existem outros pontos de vista com argumentos opostos. Aqui utilizamos a discussão para problematizar o papel da escola, do docente e da família, cujas responsabilidades parecem não ter uma única compreensão. Esta situação é muito complexa e carece de maiores discussões que não cabem neste trabalho.

sindicais, das associações profissionais, dos clubes esportivos para jovens etc (TARDIF; LESSARD, 2009).

Os autores, focando a análise na atividade docente observam que não há como separar o profissional do pessoal, e que na esfera dos serviços isto é mais evidente. Assim, investigar as condições de vida⁸⁰ (com base nos ganhos ou perdas provocados pelas mutações ocorridas a partir do ano de 2013) de docentes que ingressaram na RFEPCCT após as mudanças na previdência e no próprio desenvolvimento da carreira, poderia nos oferecer mais subsídios para um novo olhar acerca da forma como vem sendo tratada essa política social, assim como do próprio serviço prestado, a educação.

Esses indicadores permitiriam avaliar melhor as políticas públicas implementadas nesse segmento de serviços sociais. Ressaltamos, aqui, que, devido ao volume de informações aqui postos e a natureza documental/bibliográfica de nossa pesquisa, tal investigação fica como indicação de futuros trabalhos, pois dependeria da utilização de alguns instrumentos de pesquisa, como entrevistas e/ou questionários, os quais não foram previstos neste trabalho.

No IFSul, por meio da Resolução nº 36/2014 (IFSUL, 2014), foram estabelecidos os mínimos e máximos de carga horária docente, onde é levado em consideração o número de aulas e disciplinas diferentes, não levando em conta o número de alunos⁸¹, por exemplo, o que produz tratamentos distintos dentro de um mesmo tipo de atividade⁸². Dessa forma, há a possibilidade de se produzirem privilégios, o que reforça a reprodução social. Assim, observamos que

a educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legítima* os interesses dominantes, como não se pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da

⁸⁰ Acerca da relação laboral do profissional em sua carreira muito se discute e a Qualidade de Vida no Trabalho – QVT (LIMONGI-FRANÇA, 2008) é um destes caminhos. Este estudo não pretende adentrar pelas categorias de análise da QVT, mas como a metodologia adentra pela satisfação profissional, seus indicadores psicossociais podem auxiliar a compreensão da atual situação dos docentes que estão sob o novo regime laboral nos Institutos Federais. Dos estudos existentes em QVT, a grande maioria trata de relações laborais em empresas privadas ou demais setores do serviço público. Acerca da atividade docente nos Institutos Federais podemos observar o trabalho de Oliveira (2012), porém este é anterior à aludida legislação que altera o processo de desenvolvimento na carreira docente. Assim, neste estudo o termo “condições de vida” é adotado tomando-se por base os indicadores sociais do IBGE (2013).

⁸¹ Em discussões internas em comissões que tratam da reformulação desses regulamentos, o tema quantitativo de alunos está sendo recorrente, inclusive figura como proposta de alteração na redação. No caso, participo desta comissão, porém é um trabalho em andamento, não concluído.

⁸² Importante também ressaltar que, para a carreira docente EBTT, há a exigência de registro de ponto eletrônico, mesmo considerando as especificidades do trabalho docente.

sociedade [...] (MÉSZÁROS, 2005, p. 35, grifos do autor).

Segundo o autor, a educação em uma sociedade capitalista só pode vir a reproduzi-la, e, desse modo, a gestão da carga-horária docente obedece aos indicadores quantitativos. Por outro lado, limites são importantes, pois o regramento também prevê máximos, o que, de certa forma, oferece proteção ao docente. Resta saber se estes serão respeitados.

É importante observar que esta resolução está em processo de revisão e, neste trabalho, estão sendo desprendidos calorosos debates, pois se trata de um regulamento que atinge, segundo dados de setembro de 2018, 973 docentes distribuídos em 14 *campi*, ou seja, 14 realidades diferentes que têm que se moldar a um regulamento. Esta situação assemelha-se muito com a metáfora do leito de Procusto. No capítulo 7 veremos mais detalhadamente a distribuição desses docentes dentro do IFSul. Ainda é possível extrapolar a metáfora para toda a RFEPCT, pois as outras instituições pertencentes também possuem características comuns. Tal observação não minimiza as diferenças ou homogeneiza o perfil dos professores, mas, pelo contrário, inferimos que quanto maior a rede, mais complexa ela é.

Um importante trabalho é o de averiguar esses limites em relação à carga laboral do docente e quanto isso afeta a sua condição de vida. Dessa carga laboral, é relevante delimitar o quanto dela é invisível, ou seja, o quanto não está composta nos cálculos e em indicadores oficiais⁸³. Antes, porém, passaremos a caracterizar o espaço em que se dá a nossa pesquisa, a partir da caracterização da RFEPCT bem como da Carreira docente EBTT usando outra metáfora, a equidna.

⁸³ Aqui também temos um indicativo para futuras pesquisas, pois a nossa análise será mais restrita em razão do objeto de estudo. Encontramos e apontamos pesquisas que abordam essa questão no capítulo 4.

6 A EQUIDNA E A CARREIRA DOCENTE: AS MUTAÇÕES NA RFEPCT

Já nos aproximando do objeto de estudo e apresentamos, neste capítulo, as primeiras incursões acerca da estrutura e do funcionamento tanto da RFEPCT como da carreira docente EBTT. No sentido de compreender a estrutura dos atuais IFs, realizamos sua comparação a um animal estranho que, porém, existe na natureza. Na segunda parte apresentamos os argumentos, estranhamentos e detalhes que devem ser observados na carreira docente EBTT durante esta pesquisa.

6.1 Mutações e inflexões na Rede Federal Tecnológica: a equidna⁸⁴

Comparar a atual configuração da RFEPCT com um animal tão estranho como a equidna, que é pouco conhecida, nos traz a reflexão acerca de uma estrutura nova para nós que a observamos, mas que já existe, de fato, já há muito tempo. A educação profissional no Brasil, especificamente no âmbito das instituições públicas federais, subdividiu-se por áreas de atuação. Dessas áreas, destacam-se as especializadas na área industrial e as que focam na área agrícola, os setores de comércio e serviços também figuram em seu seio, porém, em suas origens, em menor proporção. Assim, quando da constituição dos IFs, ocorreu uma junção de instituições que nasceram e viveram quase um século (desde as primeiras instituições em 1909) com objetivos distintos.

A crítica de Francisco Oliveira (2003) aos avanços do capital, principalmente financeiro, o remete a comparar o capitalismo ao ornitorrinco. Nossa analogia à equidna remete-nos a uma análise do diferente em um mundo mais atual e com um capital mais voraz. Na época, o Brasil estava experimentando o início de um governo de esquerda e, no momento atual (2018), estamos sob o domínio de um governo de ideais totalmente opostos. Porém, tentamos comparar a Rede a um animal estranho a partir de suas mutações.

A RFEPCT sofreu grande transformação no ano de 2008 quando foram

⁸⁴ Trata-se de um animal único. Assemelha-se a um porco-espinho por ter espinhos e tem focinho e língua semelhantes ao de tamanduá, se alimentam de formigas e outros insetos. “A fêmea geralmente põe um único ovo coriáceo por ano. A mãe carrega esse ovo em uma dobra do ventre chamada marsúpio, que surge apenas no período da postura. O ovo eclode cerca de dez dias depois. O recém-nascido continua vivendo na bolsa por cerca de dois meses e mama através de pelos especiais no corpo da mãe” (EQUIDNA, 2016). É mamífero como o ornitorrinco e os dois botam ovos.

criados os IFs. Na ocasião, sob o amparo da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008a), nasceram trinta e oito (38) IFs. De fato, as instituições que compunham a RFEPCT não eram homogêneas, como ainda não são. Assim, existiam, dentre outros, os CEFETs, as ETEFs, as EAFs e as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. Na ocasião, nem todas as instituições converteram-se a IFs. Podemos observar nos quadros a seguir as características dos IFs criados em 2008, destacando-os conforme sua origem, ou seja, aqueles que eram uma instituição e apenas receberam nova institucionalidade (Quadros 07 e 08), aqueles que foram formados por duas ou mais institucionalidades diferenciadas (Quadro 09) e as que permaneceram como eram antes da nova legislação (Quadro 10).

A institucionalidade aqui é entendida como estrutura para seu funcionamento, tanto a parte física (prédios, terras, máquinas e equipamentos, dentre outros), como sua estrutura funcional (setor administrativo e docente com hábitos e necessidades próprios de suas áreas de atuação). No capítulo seguinte abordaremos mais acerca da institucionalidade e da identidade dos atuais componentes da RFEPCT.

Quadro 07 - Institutos Federais criados a partir de um tipo de institucionalidade

Subgrupo	Instituição de origem	Instituto Federal
Transformação de CEFET para IF	CEFET da Bahia	da Bahia – IFBA
	CEFET de Goiás	de Goiás – IFGO
	CEFET de Petrolina	do Sertão Pernambucano – IFSertão-PE
	CEFET do Piauí	do Piauí – IFPI
	CEFET de Química de Nilópolis	do Rio de Janeiro – IFRJ
	CEFET de Campos	Fluminense – IFF
	CEFET do Rio Grande do Norte	do Rio Grande do Norte – IFRN
	CEFET (RS) de Pelotas	Sul-rio-grandense – IFSul
	CEFET de Roraima	de Roraima – IFRR
	CEFET de Santa Catarina	de Santa Catarina – IFSC
CEFET de São Paulo	de São Paulo – IFSP	
Transformação de ETEF em IF	ETEF do Acre	do Acre – IFAC
	ETEF do Amapá	do Amapá – IFAP
	ETEF de Brasília	de Brasília – IFB
Não autarquia para IF	Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná	do Paraná – IFPR

Fonte: Adaptado da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008a)

Podemos, então, afirmar que, em sua origem, essas instituições (quadro

07) são “puras” (na perspectiva que assumimos anteriormente). Para seu funcionamento bastou apenas a expansão de seu quadro administrativo desmembrando-o em uma estrutura de reitoria, embora esse passo tenha exigido muitas contratações. Essa situação se deu apenas na transformação, pois muitos diversificaram sua oferta ou agregaram outras institucionalidades após a criação dos IFs.

Quadro 08 - Institutos Federais criados a partir de um tipo de institucionalidade, porém com mais de uma unidade anteriormente autônoma

Subgrupo	Instituições de Origem	IF
Integração de EAFs	EAF de Inconfidentes + EAF de Machado + EAF de Muzambinho	do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS
	EAF de Catu + EAF de Guanambi (Antonio José Teixeira) + EAF de Santa Inês + EAF de Senhor do Bonfim	Baiano – IFBaiano
	CEFET de Bento Gonçalves + EAFs de Canoas e de Sertão	do Rio Grande do Sul – IFRS
	EAF de Concórdia + EAF de Rio do Sul + EAF de Sombrio	Catarinense – IFC

Fonte: Adaptado da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008a)

Os IFs que tiveram sua constituição a partir de integração de EAFs (quadro 08) foram constituídas a partir de uma junção de três instituições independentes ou autarquias (tanto o IFSULDEMINAS como o IFC e o IFBaiano), mas suas finalidades continuaram as mesmas (pelo menos inicialmente), a educação técnica e tecnológica na área agrícola. O IFRS, embora ter um CEFET de origem, este era fundamentalmente agrícola. Tiveram, porém, que converter a sua administração central a apenas uma estrutura de Reitoria.

Já uma terceira configuração (quadro 09), mais complexa, uniu instituições prioritariamente agrícolas com outras instituições mais focadas na tecnologia industrial, comercial e outras que não as vinculadas ao campo agrícola. Cabe ressaltar que a educação agrícola possui certas especificidades que lhe são peculiares, principalmente a criação de animais e o plantio/colheita, o que demandam procedimentos administrativos e pedagógicos específicos.

As EAFs e os CEFETs eram autarquias independentes entre si e, com as junções, tornou-se necessário unir as duas estruturas administrativas e pedagógicas gerando diferenças entre as unidades (*campus*⁸⁵) de um mesmo IF. Essas diferenças

⁸⁵ Os IFs utilizam a mesma nomenclatura de *campus* para identificar suas unidades de ensino, bem como uma Reitoria encarregada da gestão dos processos administrativos e pedagógicos das unidades/*campus*.

podem traduzir-se em tratamentos diferenciados aos professores, por exemplo, uma vez que uma aula no campo pode demandar mais de um profissional docente em um mesmo componente curricular⁸⁶, o que diminui a relação aluno por docente⁸⁷. Este tratamento pode ser entendido como um privilégio e não como uma necessidade, podendo provocar certos estranhamentos entre estes grupos de docentes.

Quadro 09 - IFs criados a partir de mais de uma institucionalidade⁸⁸

Subgrupo	Instituições de Origem	IF
Integração de CEFETs e EAFs	CEFET Alagoas + EAF de Satuba	de Alagoas – IFAL
	CEFET do Amazonas + EAF de Manaus + EAF São Gabriel da Cachoeira	do Amazonas – IFAM
	CEFET do Ceará + EAF de Crato + EAF de Iguatu	do Ceará – IFCE
	CEFET do Espírito Santo + EAF de Alegre + EAF de Colatina + EAF de Santa Teresa	do Espírito Santo – IFES
	CEFET de Rio Verde + CEFET Urutaí + EAF de Ceres	Goiano – IFGoiano
	CEFET Maranhão + EAF de Codó + EAF de São Luís + EAF de São Raimundo das Mangabeiras	do Maranhão – IFMA
	CEFETs: de Ouro Preto e Bambuí + EAF de São João Evangelista	de Minas Gerais – IFMG
	CEFET de Januária + EAF de Salinas	do Norte de Minas Gerais – IFNMG
	CEFET do Rio Pomba e EAF de Barbacena	do Sudeste de Minas Gerais – IF Sudeste MG
	CEFET de Uberaba e EAF de Uberlândia	do Triângulo Mineiro – IFTM
	CEFETs de Mato Grosso e de Cuiabá + EAF de Cárceres	de Mato Grosso – IFMT
	CEFET do Pará + EAFs de Castanhal e de Marabá	do Pará – IFPA
	CEFET da Paraíba + EAF de Sousa	da Paraíba – IFPB
	CEFET de Pernambuco + EAFs de Barreiros, de Belo Jardim e de Vitória de Santo Antão	de Pernambuco – IFPE
	CEFET de São Vicente do Sul + EAF de Alegrete	Farroupilha – IFFarroupilha
CEFET de Sergipe + EAF de São Cristóvão	de Sergipe – IFSE	
Integração de ETFs e EAFs	ETF de Mato Grosso do Sul + EAF de Nova Andradina	de Mato Grosso do Sul – IFMS
	ETF de Rondônia + EAF de Colorado do Oeste	de Rondônia – IFRO
	ETF de Palmas + EAF de Araguatins	do Tocantins – IFTO

Fonte: Adaptado da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008a)

Percebemos ainda que a RFEPCT não foi reconfigurada apenas com os

⁸⁶ Uma disciplina dentro de um curso.

⁸⁷ A relação aluno professor – RAP – faz parte da composição de uma métrica que compõe indicadores de gestão cobrados por órgãos de controle (CGU – Controladoria Geral da União/TCU – Tribunal de Contas da União). Esse assunto será abordado no capítulo 7.

⁸⁸ Aqui, assumimos os CEFETs como escolas com enfoque industrial. Eventualmente alguns poderiam ter experiência agrícola, porém não dispomos dessa informação.

novos IFs criados em 2008. Naquela época ainda existiam instituições que optaram pela não transformação, permanecendo como autarquias, ou na não incorporação aos IFs no caso das escolas vinculadas, embora algumas tenham se incorporado posteriormente. É o caso do CAVG, escola agrícola vinculada à Universidade Federal de Pelotas (UFPe), que se incorporou ao IFSul em 31/05/2010 (BRASIL, 2010a) tornando-se o CaVG. A partir dessa data, o IFSul deixou de ser “puro”, dentro da estrutura de raciocínio que apresentamos.

Quadro 10 - Instituições que compunham a RFEPCT, além dos IFs, em 2008

Instituição	Vinculação (U = Universidade)
UTFPR	Autarquias (autônomas)
CEFET-MG	
Colégio Dom Pedro II	
CEFET-RJ	
Instituto Nacional de Surdos	
Colégio Técnico Frederico Westphalen	U. Federal de Santa Maria (UFSM)
Colégio Politécnico de Santa Maria	
Colégio Técnico Industrial de Santa Maria	
Escola Técnica de Saúde	U. Federal de Uberlândia (UFU)
Centro de Formação em Saúde	U. Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
Centro Técnico Pedagógico	U. Federal de Minas Gerais (UFMG)
Teatro Universitário	
Centro de Ensino e Desenvolvimento Agrário	U. Federal de Viçosa (UFV)
Colégio Técnico	U. Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Escola Técnica de Artes	U. Federal de Alagoas (UFAL)
Colégio Universitário	U. Federal do Maranhão (UFMA)
Colégio Agrícola Vidal de Negreiros	U. Federal de Pernambuco (UFPB)
Escola de Saúde	
Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras	U. Federal de Campina Grande (UFCG)
Colégio Agrícola Dom Agostinho IKAS	U. Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Colégio Amilcar Ferreira Sobral	U. Federal do Piauí (UFPI)
Colégio Agrícola de Teresina	
Colégio Agrícola Bom Jesus	
Escola Agrícola de Jundiá	U. Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Escola de Enfermagem	
Escola de Música	
Escola de Teatro e Dança	
Escola de Música	U. Federal do Pará (UFPA)
Escola Agrotécnica	U. Federal de Roraima (UFRR)

Fonte⁸⁹: Adaptado de <http://institutofederal.mec.gov.br/>. Acesso em: 01/03/2016

Atualmente, além dos 38 IFs apresentados nos Quadros de 6 a 8, também compõem a RFEPCT as instituições descritas no quadro acima. Das instituições apontadas como autarquias no Quadro 10, a UTFPR destaca-se por ser a única Universidade Tecnológica⁹⁰ do país. Além dela, os CEFET-MG e CEFET-RJ foram os

⁸⁹ Os quadros anteriores apresentaram a estrutura da RFEPCT no ato da constituição dos IFs, este quadro, porém, apresenta as atuais instituições, não IFs, que pertencem à RFEPCT.

⁹⁰ Na criação dos IFs (BRASIL, 2008a), a UTFPR pertencia à RFEPCT, porém atualmente não faz mais

primeiros a serem alçados à categoria de CEFETs a partir de 1978 (BRASIL, 1978)⁹¹, bem antes dos demais então CEFETs que figuraram nos Quadros de 7 a 9, que chegaram a esta categoria com a promulgação da Lei 8.948/1994 (BRASIL, 1994) que transforma as ETFs em CEFETs, concedendo, também, esta possibilidade às EAFs. Assim, estas três autarquias desenvolveram-se também na educação superior, tanto na graduação como na pós-graduação. Dessa forma, o CEFET-MG e o CEFET-RJ optaram por não se transformar em Institutos Federais na perspectiva de se alçarem ao *status* de Universidade Tecnológica (CEFET-RJ, 2009; CEFET-MG, 2009; MORAES, 2106).

O que diferenciava a UTFPR de um IF era o seu *status* de universidade⁹². Os IFs, quando de sua constituição (BRASIL, 2008a), possuem prerrogativas semelhantes às da autonomia universitária, uma vez que

está prescrito também que, para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos da educação superior, **os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.** [...] autonomia que se constitui prerrogativa de autogoverno e autonormação, vinculada aos fins e aos interesses dessa institucionalidade de ensino, pesquisa e extensão que se define como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2010b, grifos nosso).

A UTFPR, embora universidade, continua a ofertar cursos técnicos de nível médio. O que não se pode negar, é que ela e os dois CEFETs que não optaram por se tornar IFs detêm a maioria esmagadora dos programas de pós-graduação *stricto sensu* dentro da RFEPCT, com destaque para a UTFPR. O Quadro 11 apresenta esta situação levantada em 2016.

As duas instituições destacadas que optaram por não se transformar em IF e a UTFPR, apresentam grande experiência na pós-graduação *stricto sensu*⁹³ em

parte.

⁹¹ A Lei nº 6.545/1978 (BRASIL, 1978) em seu Art. 2º apresenta seus objetivos: “I – ministrar em grau superior: a) de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica; b) de licenciatura com vistas à formação de professores especializados para as disciplinas específicas do ensino técnico e tecnológico; II – ministrar cursos técnicos [...]” (BRASIL, 1978).

⁹² Há que se ressaltar a estrutura de pós-graduação desta instituição (ver quadro 11).

⁹³ Juntos, o CEFET-RJ, o CEFET-MG e a UTFPR têm 60 programas de pós-graduação *stricto sensu*, o que equivale a 49,6%, praticamente a metade, de todos os programas da RFEPCT. Além disso, possuem três programas de Doutorado isolados (todos da RFEPCT) e onze programas de mestrados e doutorados consolidados, ou seja, com exceção das três instituições, apenas o IF Goiano possui um programa de mestrado e doutorado em Agronomia.

razão de terem se tornado CEFET's dezesseis anos (1978-1996) antes dos outros que pertenciam à RFEPCT, porém apenas a UTFPR se destaca dentre as demais instituições da rede. Ressaltamos que os CEFET's diferenciam-se das ETEFs justamente pela oferta de cursos superiores e pós-graduação *stricto sensu*.

Quadro 11 - Programas de pós-graduação stricto sensu na RFEPCT

Região	Instituto Federal	M	D	M + D	F	Total
Norte	ACRE	-	-	-	-	-
	AMAZONAS	-	-	-	1	1
	AMAPÁ	-	-	-	-	-
	PARÁ	-	-	-	2	2
	RONDÔNIA	-	-	-	-	-
	RORAIMA	-	-	-	-	-
	TOCANTINS	-	-	-	-	-
Nordeste	ALAGOAS	-	-	-	-	-
	BAIANO	-	-	-	1	1
	BAHIA	-	-	-	1	1
	CEARÁ	6	-	-	-	6
	MARANHÃO	2	-	-	-	2
	PARAÍBA	1	-	-	-	1
	PERNAMBUCO	-	-	-	1	1
	SERTÃO PERNAMBUCANO	-	-	-	-	0
	PIAUI	1	-	-	-	1
	RIO GRANDE DO NORTE	1	-	-	1	2
SERGIPE	-	-	-	1	1	
Centro-Oeste	BRASÍLIA	-	-	-	-	-
	GOIÁS	-	-	-	2	2
	GOIANO	3	-	1	5	9
	MATO GROSSO DO SUL	-	-	-	-	-
	MATO GROSSO	1	-	-	-	1
Sudeste	ESPÍRITO SANTO	1	-	-	5	6
	NORTE DE MINAS GERAIS	-	-	-	-	0
	SUDESTE DE MINAS GERAIS	-	-	-	2	2
	MINAS GERAIS	-	-	-	1	1
	SUL DE MINAS	-	-	-	1	1
	TRIÂNGULO MINEIRO	-	-	-	3	3
	CEFET-MG*	5	-	2	-	7
	RIO DE JANEIRO	1	-	-	2	3
	FLUMINENSE	-	-	-	2	2
	CEFET-RJ*	3	1	3	1	8
	CLÉGIO PEDRO II*	-	-	-	1	1
SÃO PAULO	1	-	-	2	3	
Sul	PARANÁ	-	-	-	-	-
	UTFPR**	26	2	6	11	45
	SUL-RIO-GRANDENSE	-	-	-	2	2
	FARROUPILHA	-	-	-	-	-
	RIO GRANDE DO SUL	-	-	-	2	2
	CATARINENSE	-	-	-	1	1
SANTA CATARINA (12/2010)	-	-	-	3	3	
Totais		52	3	12	53	121

Fonte: CAPES/Plataforma Sucupira – consulta em 24/10/2016 – elaboração do autor.

(*) Não IFs, mas pertencentes à RFEPCT

(**) Pela maior oferta de cursos superiores, atualmente não está vinculada ao CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Portanto, atualmente não é considerada como componente da RFEPCT.

Nessa diferenciação, Silveira (2015, p. 153) aponta que

Com a criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, em 1978, pela Lei Federal nº 6.545, como um modelo de formação de profissionais tecnólogos [...] e engenheiros industriais [...], começa a clarificar, no país, a concepção de educação tecnológica. Concepção essa que estabelece a política diretriz de ações futuras do MEC. Isto é, ao longo do governo civil-militar se desenvolve a concepção de que as então escolas técnicas [ETEFs] e CEFETs se constituem em instituições de ensino diferenciadas [...].

Além dos três CEFETs criados em 1978 (PR, RJ e MG), foi somente a partir do final da década de 1980 é que começaram a surgir os novos CEFETs. Estes foram criados entre 1989 a 1994, conforme quadro 11.

Quadro 12 – Legislação do segundo movimento na criação dos CEFETs

Lei	Objeto
7.863/1989	Cría o CEFET-MA
8.711/1993	Cría o CEFET-BA
8.948/1994 ⁹⁴	Cría os CEFETs: Pelotas/RS, Campos/RJ, PA, PB, RN, MT e SP; além de criar o Sistema Nacional de Educação Tecnológica (SNET).

Fonte: Adaptado de Silveira (2015)

Segundo Silveira (2015) o processo de “cefetização” oportunizou a estas instituições também a oferta de cursos superiores, nos moldes dos três pioneiros, além do SNET que vem consolidar os primeiros passos para a constituição da RFEPECT. Observa-se, ainda, que estes CEFETs, hoje IFs, se apresentam no quadro 10 como ofertantes de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, porém ainda com pequena participação, com exceção do IF-Goiano.

Otranto (2010) aponta a possível causa da resistência do CEFET-RJ e do CEFET-MG com em se tornarem IFs, inferindo

[...] o porquê do MEC não ter incentivado, ou melhor, de ter impedido, a transformação de outros CEFETs em universidades tecnológicas. A proposta delas é atuar de forma muito similar à das universidades federais, e isso não é prioridade na política de educação profissional técnica e tecnológica da atualidade. A forma como está estruturado o IFET prevê **otimização dos custos**, e **total controle** da nova instituição, o que pode acarretar uma fiscalização e um direcionamento mais eficaz na **subordinação** da educação por ela ministrada **aos interesses do mercado**, que deve ser fiscalizado desde já pelos docentes, discentes e técnicos dos Institutos Federais. A observação deve ser feita nos vários níveis de ensino, uma vez que a disseminação ideológica, de que a educação deve **subordinar-se à lógica do mercado**, pode começar bem cedo, na educação básica, principalmente no ensino médio e, é bom lembrar que, a educação não é mercadoria, mas um bem que deve ser disponibilizado a todo cidadão, condição indispensável à ampliação da cidadania (OTRANTO, 2010, grifos nosso).

⁹⁴ A legislação cria os CEFETs e o SNET, porém a implantação dos centros foi gradativa, mediante decreto. Assim, nem todos tiveram sua transformação em 1994.

A autora (OTRANTO, 2010) utiliza o termo IFET como sinônimo de Instituto Federal de Educação Tecnológica, que começou a ser utilizado na RFEPCT, porém foi logo substituído por IF por razões estéticas (cacofonia). Suas observações se encaminham para o questionamento das reais intenções do MEC ao propor uma educação profissional de “qualidade”. A rendição ao mercado, sob a lógica da reestruturação produtiva, torna-se um ponto a ser aprofundado na interpretação desta expansão em uma política social de inclusão que se pretende universalizar. Assim, não podemos olvidar o contexto neoliberal, da reestruturação produtiva e da lógica do capital financeiro que cerca a expansão da RFEPCT antes, durante e depois da conversão dos IFs. Devemos observar a estrutura e o funcionamento da carreira docente EBTT apontando para alguns fortes indícios de precariedade.

Antes, porém, cabe ressaltar ainda a estrutura multiforme que nos leva a uma metáfora comparando a RFEPCT com a equidna, citada anteriormente, um animal que possui características de diversos outros, porém é único e, mesmo com toda esta distinção, vive bem em seu habitat. Assim, não se trata de uma espécie frágil, mas um capricho da natureza evolutiva que oportunizou a sua existência. Assim, aliar a RFEPCT à equidna trata-se de uma comparação metafórica sem preconceitos, mesmo que à primeira vista possa parecer estranha. De fato, trata-se de algo novo que deve ser mais bem conhecido. De igual forma, buscamos, na seção seguinte, observar mais de perto as mutações na carreira docente, bem como a sua atual estrutura e funcionamento.

6.2 Mutações na carreira docente: avanços ou precarização?

A carreira docente na RFEPCT também sofreu grandes mudanças. A principal delas ocorreu na mesma época da transformação dos CEFETs e ETEFs em IFs, em 2008, com a lei 11.784 (BRASIL, 2008b), que institui, dentre outras, a Carreira docente EBTT da qual seu titular passou a ser denominado de Professor EBTT. Anteriormente, os docentes da carreira atuavam apenas na Educação Básica. A carreira tinha a nomenclatura de Magistério de 1º e 2º Graus, dada pela Lei nº 5.692/71, que em seu artigo 36, prevê que “Em cada sistema de ensino, haverá um estatuto que estruture a carreira de magistério de 1º e 2º graus [...]” (BRASIL, 1971).

Depois de várias alterações⁹⁵, a carreira passou, com a Lei n. 11.344, em 2006 (BRASIL, 2006), a ter uma estrutura mais similar a atual. Ela era, e ainda é, composta por classes e níveis que permitem a ascensão na carreira por mérito (progressão horizontal, a cada dois anos) ou por titulação (progressão vertical).

Quadro 13 - Estrutura da carreira de professor do Magistério de 1º e 2º graus

Classe	Padrão (nível)	Requisitos
Especial	único	No interstício de dois anos da Classe E-IV para a atual mediante avaliação se: Mestre ou doutor – ter oito anos de efetivo exercício na carreira; Ser portador de título de especialista ou aperfeiçoamento, ou ser graduado em curso superior – ter quinze anos de efetivo exercício na carreira; Titulação inferior à graduação – já pertencer à carreira na publicação da lei e/ou aposentados que estiveram por, no mínimo, dois anos na Classe E-IV.
E	IV	No interstício de dois anos da Classe/Padrão anterior para a atual mediante avaliação
	III	
	II	
	I	
D	IV	No interstício de dois anos da Classe/Padrão anterior para a atual mediante avaliação
	III	
	II	
	I	
C	IV	No interstício de dois anos da Classe/Padrão anterior para a atual mediante avaliação
	III	
	II	
	I	
B	IV	No interstício de dois anos da Classe/Padrão anterior para a atual mediante avaliação ⁹⁶ .
	III	
	II	
	I	
A	IV	No interstício de dois anos da Classe/Padrão anterior para a atual mediante avaliação ⁹⁶ .
	III	
	II	
	I	

Fonte: Adaptado da Lei nº 11.344/2006 (BRASIL, 2006).

O documento legal observa que para o ingresso na carreira, se o docente for portador de títulos, há a possibilidade de ascensão vertical, chegando mais próximo ao topo em um menor tempo. A Classe Especial foi um acréscimo no final da carreira, sendo ofertada a progressão também para os aposentados. Assim, percebemos que houve vantagens advindas de extensas greves e negociações, pois surgiu mais um

⁹⁵ Optamos por não apresentar todas as alterações na carreira desde a reforma da LDBEN, em 1971, por compreender que, embora em cada uma delas tenham ocorrido perdas e ganhos, as mudanças mais significativas vêm ocorrendo a partir da estrutura criada em 2008. A de 2006 é justamente a que antecede estas mudanças. No capítulo 7 apresentamos mais algumas características dessa carreira.

⁹⁶ Para as classes A e B, àqueles que não possuíam graduação, a partir da vigência da Lei nº 11.344/2006, não se admitia ingresso na carreira em cumprimento da Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), atual LDB, que admite apenas docentes apenas com cursos superiores para atuar na educação básica, especificamente no nível médio. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a lei admite docentes com formação em magistério em nível médio.

nível (padrão) na carreira, possibilitando, aparentemente, mais ganhos.

O Quadro 14, a seguir, nos oportuniza observar que o desenvolvimento na carreira é mais rápido para aqueles que possuem titulação *stricto sensu*. Cabe ressaltar que quanto maior o nível e a classe, maior será a remuneração do docente.

Conhecendo a estrutura anterior na carreira, podemos analisar melhor as mutações ocorridas em 2008 com a instituição da Carreira do Magistério EBTT (BRASIL, 2008b), onde as Classes A e B são extintas e mudam as nomenclaturas das classes, além da criação de uma nova classe, a DV. Assim, o quadro 14 apresenta estas mudanças.

Quadro 14 - Evolução na carreira docente EBTT a partir da Lei 11.784/2008

Classe/Padrão Anterior (Lei 11344/06)	Classe/Padrão Atual (Lei 11784/08)	Critérios atuais
Não existiam	DV-03	Dezoito meses na Classe/Nível anterior
	DV-02	
	DV-01	
Classe Especial	DIV-S	
E-IV	DIII-04	
E-III	DIII-03	
E-II	DIII-02	
E-I	DIII-01	Título de mestre ou doutor; ou dezoito meses na Classe/Nível anterior
D-IV	DII-04	Dezoito meses na Classe/Nível anterior
D-III	DII-03	
D-II	DII-02	
D-I	DII-01	Título de especialista; ou dezoito meses na Classe/Nível anterior
C-IV	DI-04	Dezoito meses na Classe/Nível anterior
C-III	DI-03	
C-II	DI-02	
C-I	D1-01	
Classes A e B	Não existem	-

Fonte: Adaptado da Lei nº 11.784/08 (BRASIL, 2008b).

A principal alteração na carreira foi a inclusão de mais níveis em seu topo e a redução do período avaliativo de 24 para 18 meses. Assim, justificava-se encurtar a carreira e, ao mesmo tempo, reduzir o tempo de avaliação para minimizar o impacto na escalada até seu topo. Esta mesma legislação previu a criação de um cargo isolado de Professor Titular, porém com ingresso por meio de concurso público, não se tratando de uma possibilidade de acesso através do desenvolvimento na carreira. A legislação criou 354 vagas para professor titular no Brasil todo, conforme seu Art. 110 (BRASIL, 2008b), mas não encontramos registro de preenchimento destas na RFEPCT.

A remuneração do docente passou a ser por um vencimento básico (VB) e pela retribuição por titulação (RT), ou seja, conforme a titulação (Graduação, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado e Doutorado), maior a remuneração do professor. Até agora, as características se repetem, elas se tornam importantes quando resgatamos as alterações e/ou mutações ocorridas a partir da Lei nº 12.772/2012 (BRASIL, 2012a) cuja vigência passou a ser a partir de 1º de março de 2013. A título de comparação, apresentamos a atual estrutura a partir da anterior, apresentada no quadro a seguir.

Quadro 15 - Comparação da atual estrutura da Carreira docente EBTT com a anterior

Classe/Nível Anterior (Lei 11784/08)	Classe/Nível Atual (Lei 12772/12)	Critérios atuais
Não tem	Titular	Título de doutor; vinte e quatro meses na Classe/Nível anterior; avaliação especial por pares (Doutores DIV-04 ou Titulares)
DV-03	DIV-04	Vinte e quatro meses na Classe/Nível anterior
DV-02	DIV-03	
DV-01	DIV-02	
DIV-S	DIV-01	
DIII-04	DIII-04	
DIII-03	DIII-03	
DIII-02	DIII-02	
DIII-01	DIII-01	Título de mestre ou doutor (após o cumprimento do estágio probatório); ou vinte e quatro meses na Classe/Nível anterior
DII-04	DII-02	Vinte e quatro meses na Classe/Nível anterior
DII-03		
DII-02		
DII-01	DII-01	Título de especialista (após o cumprimento do estágio probatório); ou vinte e quatro meses na Classe/Nível anterior
DI-04	DI-02	Vinte e quatro meses na Classe/Nível anterior
DI-03		
DI-02	DI-01	
DI-01		

Fonte: Adaptado da Lei nº 12.772/2012 (BRASIL, 2012a).

A partir da leitura do quadro 15 percebemos o retorno do interstício (intervalo entre avaliações) de 24 meses para poder saltar de um Nível para o seguinte dentro de uma classe ou do último nível de uma classe para o primeiro nível da seguinte. Além disso, para o salto que se dava imediatamente ao ingressar na carreira para os níveis DII, quando especialista, e DIII quando mestre ou doutor, passou-se a exigir o cumprimento do estágio probatório, ou seja, o professor, embora possua título, só pode avançar na carreira (por esse motivo) após três anos. Utilizamos a metáfora

de Procusto para esse tratamento. Assim, trata-se de um represamento que influencia diretamente no tempo de duração em que se pode chegar ao topo da carreira, diga-se de passagem, acessível apenas aos doutores. Há que se destacar, ainda, que nas Classes DI e DII os níveis foram reduzidos pela metade, ou seja, em vez de quatro níveis passaram a ser dois em cada uma das classes.

Segundo os novos critérios, conforme a titulação e a aprovação em todos os períodos avaliativos, houve um acréscimo de tempo considerável na carreira. No quadro 16 realizamos esta simulação.

Quadro 16 - Simulação para chegar ao topo da carreira conforme titulação⁹⁷

Titulação	Nível a alcançar	Tempo mínimo (anos)
Graduação	DIV-04	22
Especialização		21
Mestrado		17
Doutorado	Titular	19

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Lei nº 12.772/12 (BRASIL, 2012a).

Aplicando as mesmas regras, considerando a legislação anterior e considerando que não havia a classe titular, o graduado alcançaria o topo da carreira em 22,5 anos, o especialista em 16,5 e mestres/doutores em 10,5. Assim, percebemos que esticar a carreira produz perdas consideráveis, principalmente para especialistas, mestres e doutores, pois com o represamento dos três anos e o interstício para progressão passando para 24 meses (dois anos), a carreira torna-se mais longa e menos atrativa financeiramente. Assim, a isso podemos considerar uma perda, principalmente em razão dos valores remuneratórios serem mais altos no final da carreira. Aqui temos concretamente indícios de precarização (DRUCK, 2011, 2013a, 2013b), na medida em que ocorre a perda de direitos já adquiridos.

Tomando por referência os vencimentos básicos desses professores (quadro 17), para os que possuem regime de trabalho de 40 horas, com dedicação exclusiva, o maior salto está na passagem da classe/nível DIII-04 para DIV-01, que representa, nessa rubrica, um aumento de 24,03%. Considerando o tempo de dois anos para o salto entre cada classe e nível, e o estágio probatório de três anos para a aceleração da promoção, para se chegar na Classe DIV, nível 1, o docente que ingressa hoje na carreira, levará:

⁹⁷ Considerando apenas as progressões de 24 meses e o salto após três anos de estágio probatório. Nesta simulação não há previsão de aquisição de títulos durante a carreira e seus possíveis saltos. Assim, não se tratam de números fechados.

- a) Se doutor ou mestre – 11 anos;
- b) Se especialista (e não mudar a titulação) – 15 anos;
- c) Se graduado (e não mudar a titulação) – 16 anos.

Por outro lado, a mesma Lei (BRASIL, 2012a) previu o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) que pode ser pleiteado pelo Graduado a remuneração equivalente à Retribuição por Titulação (RT) de especialista; ao especialista a de mestre; e ao mestre a de doutor. Tal reconhecimento se dá mediante processo avaliativo regulamentado pela instituição com base na Resolução nº 01 do Conselho Permanente de Reconhecimento de Saberes e Competências (CPRSC, 2014) e referendado por esse Conselho. Este reconhecimento não garante os privilégios de aceleração da promoção por titulação.

Quadro 17 - Remuneração – vencimento básico (VB) – professor EBTT com vigência a partir de 1º de agosto de 2018

CLASSE	NÍVEL	VENCIMENTO BÁSICO EM R\$					
		REGIME DE TRABALHO					
		20 HORAS	% de aumento*	40 HORAS	% de aumento*	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA ⁹⁸	% de aumento*
Titular	1	4.297,76	8,40%	6.064,50	8,21%	8.833,96	8,12%
D IV	4	3.964,67	3,46%	5.604,23	3,37%	8.170,51	3,34%
	3	3.831,94	3,46%	5.421,65	3,35%	7.906,60	3,33%
	2	3.703,92	3,45%	5.245,83	2,88%	7.651,79	2,81%
	1	3.580,42	20,24%	5.098,98	21,52%	7.442,47	24,03%
D III	4	2.977,72	3,05%	4.196,06	3,04%	6.000,73	3,04%
	3	2.889,46	3,04%	4.072,41	3,50%	5.823,77	3,02%
	2	2.804,34	4,00%	3.934,69	4,32%	5.653,08	3,00%
	1	2.696,38	5,92%	3.771,66	4,90%	5.488,42	6,96%
D II	2	2.545,70	3,69%	3.595,35	4,37%	5.131,36	3,67%
	1	2.455,08	5,53%	3.444,80	5,51%	4.949,74	6,96%
D I	2	2.326,40	4,03%	3.265,04	4,44%	4.627,84	3,67%
	1	2.236,31	-	3.126,31	-	4.463,93	-

Fonte: Adaptado da Lei 12.772/2012 (BRASIL, 2012a).

(*) Em relação à classe imediatamente anterior.

O quadro 17, detalha os valores para um docente com regime de trabalho de 40 horas com dedicação exclusiva. Nesse mesmo quadro observamos, também, comportamento similar em relação aos ganhos no vencimento básico, e isso reforça

⁹⁸ No regime de dedicação exclusiva o docente não pode possuir outro vínculo empregatício ou exercer outras atividades remuneradas salvo os casos previstos no Art. 21 da Lei 12.772/2012 (BRASIL, 2012a.). Esta é uma amarra que prende o docente unicamente à sua remuneração no IF, exceto algumas exceções em caráter eventual.

a observação de que a carreira fica mais atrativa em seu final, porém aparentemente o docente deve submeter-se a sacrifícios até chegar ao primeiro nível da classe D-IV.

O ganho, com esse reconhecimento de saberes e competências, é concedido após uma avaliação por mérito e, paradoxalmente, exclui os melhores titulados, ou seja, os doutores. Assim, o ganho real para aqueles que se submetem à avaliação e passam a perceber o valor correspondente a um título acima⁹⁹ do seu (ver quadro 18). Assim, passa a ser um ganho desproporcional, já que os que possuem o título de doutor não têm outros direitos além do acesso à classe Titular, que representa um ganho real de apenas 8,12% (para doutor com dedicação exclusiva).

Quadro 18 - Valores de Retribuição por Titulação (RT) para docentes com regime de trabalho de 40 horas com dedicação exclusiva – vigência em agosto/2018

CLASSE	NÍVEL	RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO (RT) EM R\$							
		APERFEIÇOAMENTO	% de ganho	ESPECIALIZAÇÃO OU RSC-I + Graduação	% de ganho	MESTRADO ou RSC-II + Especialização	% de ganho	DOCTORADO ou RSC-III + Mestrado	% de ganho
Titular	1	982,75	15,37%	1.825,35	13,10%	4.522,76	10,10%	11.151,28	11,71%
D IV	4	851,83	4,20%	1.613,99	3,79%	4.107,89	4,08%	9.982,17	4,61%
	3	817,47	3,82%	1.555,08	3,78%	3.947,00	2,80%	9.542,70	4,42%
	2	787,37	8,84%	1.498,47	6,27%	3.839,66	2,77%	9.138,67	4,36%
	1	723,45	23,92%	1.410,10	25,53%	3.735,99	25,31%	8.756,77	27,05%
D III	4	583,79	4,58%	1.123,32	4,02%	2.981,50	4,02%	6.892,39	4,62%
	3	558,21	4,57%	1.079,90	3,20%	2.866,14	3,70%	6.588,12	4,61%
	2	533,79	3,71%	1.046,37	4,98%	2.763,76	3,72%	6.297,78	3,69%
	1	514,69	5,64%	996,76	4,06%	2.664,68	7,20%	6.073,49	5,31%
D II	2	487,19	3,75%	957,90	5,64%	2.485,67	3,68%	5.766,99	3,63%
	1	469,57	4,06%	906,77	4,22%	2.397,50	3,79%	5.565,09	3,83%
D I	2	451,24	5,30%	870,04	5,57%	2.309,87	4,79%	5.359,65	4,33%
	1	428,51	-	824,12	-	2.204,27	-	5.136,99	-

Fonte: Adaptado da Lei nº 12.772/2012 (BRASIL, 2012a)

O direito ao RSC, ao contrário do que ocorrera em 2006 (BRASIL, 2006), não se estende aos aposentados. Assim, a carreira produz ganhos a uma população restrita, produzindo a exclusão de uma categoria de docentes que contribui, e muito, para a qualidade dos atuais IFs. Além disso, outra contradição que surge nesse

⁹⁹ O graduado ao de especialista (RSC I); o especialista ao de mestre (RSC II); o mestre ao de doutor (RSC III); porém, ao doutor, nada.

processo meritocrático é a possibilidade de um docente com pouco tempo na carreira, mesmo em estágio probatório, conseguir o benefício, em contrapartida um servidor com muitos anos de casa, às portas da aposentadoria, pode não o obter. Isso ocorre principalmente em razão dos critérios para se chegar aos níveis mais altos (os equivalentes ao mestrado e doutorado) demandarem produção científica. Ocorre que os que atualmente ingressam na carreira vem de recente formação em nível de pós-graduação têm sua produção científica mais elevada¹⁰⁰, por este motivo, temos um elevado número de concessões.

Tabela 1 - Docentes por titulação/nível de remuneração no IFSul

Titulação	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
Graduação	16	1,64%
Aperfeiçoamento	2	0,21%
Graduação + RSC I	9	0,92%
Especialização	28	2,88%
Especialização + RSC II	73	7,50%
Mestrado	88	9,04%
Mestrado + RSC III	464	47,69%
Doutorado	293	30,11%
Total	973	100,00%

Fonte: PROGEP/SIAPE/IFSul – dados da folha de pagamento de set./2018 – Elaboração do autor

A tabela 1 nos mostra que, em setembro de 2018, o IFSul tinha cerca de 56,1% (428) dos docentes (973) beneficiados pelo RSC e esse número tende a aumentar pois existem processos ainda em avaliação. Observamos ainda que desses, 464 ou 47,69% do total recebem o RSC III, equivalente aos ganhos de um docente com doutorado.

Assim, esses possíveis ganhos, ou ganhos parciais, que não atingem aos aposentados, apontam para uma precarização pós-carreira, em um movimento, anunciado pelo neoliberalismo, de desmonte do “Estado de bem-estar” (MÉSZÁROS, 2002, 2011; ANTUNES, 2005a; VIEIRA, 2009; GOMES, 2015; BOURDIEU, 1998), reduzindo ganhos bem como direitos sociais, mais especificamente as garantias previdenciárias.

Nesse caminho, outra lei (BRASIL, 2012b) apontou para algo que vem se

¹⁰⁰ No capítulo 9, apresentamos o perfil dos professores distribuídos por ano de ingresso e faixa etária. Esta análise corrobora com a tese aqui apresentada. No geral, os novos professores são mestres e doutores pertencentes aos primeiros níveis de faixa etária. Na tabela 1 podemos observar que 86,84% dos docentes são mestres ou doutores.

tornando, no Brasil, cada vez mais presente, tanto na esfera federal como também em outras esferas do serviço público. Trata-se do teto da previdência para fins de aposentadoria, ou seja, os que ingressaram na carreira pública federal a partir de 04 de fevereiro de 2013 têm a sua aposentadoria limitada ao valor (atualizado em 2018) de R\$ 5.645,80 (BRASIL, 2018b). Assim, quem recebe valor maior, para que tenha aposentadoria equivalente aos seus ganhos, deve contratar um serviço de aposentadoria complementar. Para isso, o governo federal cria três fundações de previdência complementar: “[...] Funpresp-Exe, Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud) [...]” (BRASIL, 2012b). Assim, os três poderes, ou a totalidade dos servidores públicos federais, passam a ter direitos distintos aos que já eram antes da data estabelecida. O objetivo desse ato é o de desonerar a “folha de pagamento” dos aposentados que, segundo o governo, vem produzindo déficits cada vez maiores no orçamento da União.

De fato, essas contradições e mutações constituem-se em perdas para os servidores públicos federais em geral. No caso desta pesquisa, torna-se mais um indicador de uma possível precarização da carreira docente EBTT. Aqui, os próprios docentes passam a se assemelhar à Equidna, pois não se trata de apenas um grupo homogêneo com tratamentos isonômicos, mas de uma amálgama de sujeitos que formam essa criatura estranha, diferente. Há que nos questionarmos, então, tanto sobre a capacidade de mobilização e negociação desses sujeitos, quanto sobre as mutações na previdência social ocorridas recentemente e, ainda, sobre a própria remuneração (renda – já anunciada neste capítulo). Estas três dimensões, em que gravitam a RFEPCT e os docentes desta, constituem-se nos principais eixos desta investigação.

7 O SINDICALISMO, A PRECARIZAÇÃO E A CARREIRA DOCENTE EBTT

Conforme vimos no capítulo 4, Prado (2013) aponta para a pulverização de sindicatos que representam a carreira e Silva (2015a) aponta para a precarização da carreira docente EBTT, e justifica referindo-se ao movimento de sucessivas greves. Druck (2013a, p. 24), ao apresentar as dimensões da precarização social do trabalho, observa que

O quinto TIPO de precarização pode ser identificado nas dificuldades da organização sindical e das formas de luta e representação dos trabalhadores, decorrentes da violenta concorrência entre os mesmos, da sua heterogeneidade e divisão, implicando numa pulverização dos sindicatos criada, principalmente, pela terceirização (grifo da autora).

Embora a autora estabeleça a relação direta com a terceirização, pressupomos que tal situação também esteja presente no âmbito do serviço público. A simples pulverização dos sindicatos em uma mesma carreira, quando estes disputam espaços entre si, é suficiente para desestruturar o seu poder de mobilização e negociação. O movimento sindical tem a sua origem na união de trabalhadores superexplorados em busca de proteção social e sua

[...] inscrição em um direito do trabalho que reconhece o trabalhador como membro de um coletivo dotado de um estatuto social além da dimensão puramente individual do contrato de trabalho (CASTEL, 2013, p. 434).

Assim, observamos que o sindicalismo nasce na medida em que os trabalhadores percebem o seu potencial da força coletiva em busca de garantias (proteções) nos momentos de vulnerabilidade. A negociação de melhores condições de trabalho por grupos unidos para esse fim aparentemente se mostra eficiente. *A priori*, quanto maior a representação de um sindicato, maior será sua força em negociações. Tal construção não é simples e direta, pois envolve, no campo das disputas, a luta de classes. Mesmo em sociedades mais estruturadas de forma a suprimir privilégios de classe, em regimes de esquerda (por exemplo), não existem consensos entre o estado e os trabalhadores, a história apresenta exemplos. Iniciamos esta discussão relatando algumas experiências registradas na história humana.

7.1 Sindicalismo e mobilização

A exploração do trabalhador e a organização sindical na sociedade capitalista deu-se a partir de embates entre burgueses (donos dos meios de produção) e proletários (donos da força de trabalho). Zola (2014) retrata um movimento grevista de mineiros franceses ocorrido no século XIX. Sua obra, ao descrever situações que viveu por meio de ricos detalhes, consegue demonstrar as dificuldades existentes em um processo de reivindicações e mostra como os operários se articularam de forma a construir sistemas de proteção para superarem, de forma coletiva, os percalços provocados por doenças, invalidez, desemprego e lutarem por melhores condições de vida. Trata-se do espírito de grupo presente em associações como os sindicatos, que buscam a ajuda mútua e a possibilidade de luta por direitos e condições de trabalho mais justas ou, melhor seria dizer, menos injustas.

As relações entre capital e trabalho em regimes capitalistas pendem para o lado do poder econômico. Os patrões ou donos dos meios de produção “[...] podia[m] perder milhões, que mais tarde os desferraria[m] nos operários, cerceando-lhes o pão [...]” (ZOLA, 2014, p. 386). Tal desproporcionalidade de forças impera nas negociações sindicais, muitas vezes movidas por movimentos paredistas, que se traduzem em espaços de disputas de forças e argumentos onde todos devem ou deveriam ceder para se chegar a um consenso. Losurdo (2015) observa que essa disputa de forças (entre empregadores e empregados) é proporcionalmente desigual em locais onde há maior concentração de renda. Assim, entendemos que quando ocorre divisão entre os trabalhadores, mais desequilibradas ainda serão essas forças.

O sindicato, dependendo do modo de produção e das relações sociais, pode assumir papéis distintos. No surgimento de uma sociedade que objetivava alcançar o comunismo, na União Soviética, Kollontai (1977) salienta a importância e o papel do sindicato e seus conflitos entre o novo modo de produção (socialista) e o seu antigo opositor¹⁰¹ (capitalista). Embora essa situação tenha ocorrido em uma sociedade na qual características econômicas e sociais do feudalismo ainda se faziam presentes, ali estavam ocorrendo mudanças significativas na relação entre o Estado e o povo.

Kollontai (1977), ao revelar o papel dos sindicatos no processo de

¹⁰¹ A sociedade russa se encontrava em um “profundo abismo de miséria, de barbárie, de anarquia e dissolução, por uma guerra longa e desastrosa (GRAMSCI, 1976, p. 328)”.

constituição do modo de produção nascente, refuta a tese de dirigentes do partido em que os sindicatos seriam apenas uma escola para o comunismo e os seus membros se tornavam professores. Critica Trotski quando este afirmou que os operários soviéticos não tinham o perfil de dirigentes sindicais por não se disporem a sacrifícios em favor do novo regime¹⁰². Assim, Kollontai (1977, p. 57) afirma que,

para todos eles – Lenine, Trotsky, Zinoviev e Bukharine – a produção apresenta-se como uma coisa <<extremamente delicada>> que é impossível pôr em marcha sem a assistência de <<diretores>> [...] a *direcção* da produção deve fazer-se por cima da cabeça dos operários, através de um sistema burocrático herdado do passado [exploração capitalista].

A autora discute, também, que a “burocracia é a negação *directa* da *actividade autónoma* das massas” (KOLLONTAI, 1977, p. 77). Demonstra, portanto, forte resistência a essa estrutura de gestão e critica a falta de liberdade em detrimento da atividade autônoma das massas, mesmo reconhecendo que

[...] a Oposição [sindical] não estava, por toda parte, de acordo com os operários de Moscovo. Por vezes, as fórmulas, os motivos e as reivindicações da Oposição Operária eram bastante vagos, mesquinhos e até absurdos; por vezes, mesmo, existiam diferenças entre pontos essenciais [...] (KOLLONTAI, 1977, p. 77).

Observa ainda que, no momento da revolução, foi a autonomia da classe operária que permitiu o sucesso do levante. Questiona, então, a formação dos comissariados do partido comunista – que era composto também por pequenos proprietários rurais e de elementos burgueses urbanos¹⁰³.

Naquele ponto da história, no contexto soviético, haviam pressões políticas com relação à atividade sindical. Lênin observa a importância do sindicato na construção da ditadura do proletariado classificando-o como uma “‘reserva de forças’ do poder do Estado” (LÊNIN, 1979, p. 191). Ademais, observa que os sindicatos representam, em sua maioria, a classe industrial e que na União Soviética havia os camponeses sem uma representação de classe, nesse contexto faz a indagação de o Estado ser operário ou camponês. Lênin faz tais afirmações ao criticar Trotski quando escreveu sobre “O Papel e a Tarefa dos Sindicatos”.

De fato, na revolução soviética, podemos perceber dissensos acerca do

¹⁰² Cabe ressaltar que essas discussões surgem a partir do que poderíamos denominar de comunismo de guerra. Pois se trata de um momento de consolidação em um processo revolucionário.

¹⁰³ [...] especialistas, técnicos, engenheiros e antigos diretores de empresas industriais e financeiras, ligados pela sua experiência passada ao sistema capitalista de produção. Aliás, eles não podem imaginar outro sistema de produção senão o que situe dentro dos *limites tradicionais da economia capitalista* (KOLLONTAI, 1977, p. 37, grifos da autora).

papel do sindicato. Lênin (1979) chega a questionar sua (sindicato) transitoriedade até a sua extinção futura. Prega também a produção como meio de sobrevivência do regime, e, por fim, defende as ideias de Rudzutak que escreveu acerca das “tarefas dos sindicatos na produção”. Enfim, o sindicato tem o papel de controle da produção, mas longe de ser apenas um papel burocrático, onde Trotski tentava produzir ao afirmar que o Estado deve indicar os dirigentes sindicais e que estes não sejam necessariamente operários.

Diante do exposto, há que considerarmos que os sindicatos possuem ligação orgânica com partidos políticos¹⁰⁴, pois a sua ação é iminentemente política, mesmo defendendo interesses por vezes individuais e mesquinhos e estranhos à classe trabalhadora, como observou Kollontai (1977).

No caminho de uma análise em um contexto capitalista mais atual, Bernardo e Pereira (2008) discutem uma configuração mais recente dos sindicatos, onde eles se tornam “proprietários capitalistas” estabelecendo que, **quanto mais ricos, menos combativos se tornam**. Nesse caminho, a relação entre o Estado e o sindicalismo no Brasil, durante o governo Lula, produziu e vem produzindo um cenário em que “o cimento desse pacto foram os setores da burocracia sindical que se transformaram em gestores dos fundos de pensão e dos fundos salariais” (BRAGA, 2014, p. 395). Poderíamos ousar a remeter tal comportamento ao encontro do pensamento de Kollontai (1977), quando observou, tanto nos partidos como nos sindicatos, resquícios do pensamento burguês. Porém, essa assertiva é um tanto frágil haja vista a luta produzida dentro das fileiras sindicais e dos partidos de esquerda.

A mesma burocracia sindical, no contexto brasileiro, se alimenta de investimentos financeiros nos seus fundos de pensão e tornam os trabalhadores sindicalizados em proprietários de ações. Essa redução de combatividade resulta em perdas de direitos conquistados e, nesse ponto,

deve-se ressaltar que medidas restritivas aos direitos do trabalhador já vêm sendo implementadas desde a extinção da lei de política salarial, em 1994, que garantia reajuste mínimo anual para todos os trabalhadores, em especial, a partir da Lei nº 9.601/98, que possibilitou a contratação por tempo determinado, com redução de direitos, sob a justificativa de que tal instituto incentivaria a criação de novos empregos (BERNARDO; PEREIRA, 2008, p. 94).

¹⁰⁴ Pelo menos seria desejável, pois há momentos históricos em que os sindicatos vinculam-se ao governo (cf. p.114 sobre a representação sindical no Brasil) ou, em casos atuais, onde sindicatos patronais e mesmo de trabalhadores não se vinculam a ideais partidários.

Observamos que a redução dos direitos trabalhistas está elencada dentro dos indicadores de precarização social do trabalho (DRUCK, 2011, 2013a, 2013b). Assim, a atuação sindical pode vir a produzir resultados que corroborem com a política neoliberal de desmonte do Estado Social (CASTEL, 2013; ALVES, 2011; ANTUNES, 2005a; HOBBSAWM, 2000; MÉSZÁROS, 2002; NETTO, 2012a, 2012b).

Este movimento neoliberal afeta diretamente a dinâmica sindical e já vinha produzindo, na Europa da década de 1990, por meio do discurso de

[...] Alguns sociólogos [...] que] acreditavam poder diagnosticar o fim da dinâmica sindical: de um lado, sua **capacidade de mobilização coletiva** seria definitivamente atingida pelo crescimento do individualismo; de outro, sua capacidade de regulação seria minada pela queda do 'Estado Social' e dos procedimentos de **negociação coletiva**, diante da falta do que tratar (LOJKINE, 1999, p. 18, grifos nosso).

As observações de Lojkine (1999) vão ao encontro da dimensão da precarização social do trabalho proposta por Druck (2011, 2013a, 2013b). Cruz (2000), analisando o discurso sindical no Brasil, observa que o “novo sindicalismo”, com as perdas promovidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) em prol da “estabilização monetária”, conduz a um “novo mundo do trabalho” cercado pelo discurso neoliberal, no qual

[...] a nova conjuntura projetada pelas reformas neoliberais no campo do trabalho permitira que, ao aprofundar a crise econômica, a competição individual no interior da própria classe trabalhadora conseguisse colocar na defensiva qualquer discurso assentado sob a unidade dos interesses e da ação dos trabalhadores (CRUZ, 2000, p.121).

As transformações ocorridas com a crise dos anos 1980, e o avanço neoliberal, remodelaram a estrutura sindical no país. Anteriormente, estruturado em bases marxistas em oposição ao regime militar, o discurso sindical (operário) era orientado para a proteção social de uma classe oprimida (CRUZ, 2000). Diante desse contexto, podemos observar que o discurso neoliberal implica em desmobilizar os coletivos através da fragmentação sindical, situação também apontada por Druck (2013a).

Observamos que a fragmentação pode ser percebida nos discursos da CUT¹⁰⁵ que

resultam [...] do enfrentamento dialético entre as condições reais, materiais,

¹⁰⁵ Central Única dos Trabalhadores, fundada em 28/08/1983, na cidade de São Bernardo do Campo, São Paulo. A CUT “é uma organização sindical brasileira de massas, em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora” (CUT, 2018).

de desenvolvimento da luta sindical, e do discurso fundador do Novo Sindicalismo. Confrontação que produziu sínteses tanto no interior do movimento – por sua importância e peso de mobilização social – no conjunto da sociedade brasileira (CRUZ, 2000, p. 180).

Assim, não se trata de um processo passivo e não combativo. Na realidade, as condições materiais postas por crises econômicas estabelecem o cenário de **conquistas e perdas** onde, infelizmente, vem ocorrendo a progressiva supressão de direitos anteriormente conquistados em favor das determinações do capital.

A carreira docente EBTT não foge à regra. Seu processo de lutas dá-se de forma dialética por meio de embates entre sindicatos e o governo federal. A assinatura do acordo que levou à promulgação da Lei nº 12.772/2012 (BRASIL, 2012b) ocorreu entre o governo e apenas um dos sindicatos que representam as duas carreiras, fato que gerou muita discussão (PRADO, 2013). A esse respeito, cabe-nos entender como estão representados os docentes na carreira docente EBTT. Para uma melhor compreensão desse movimento, esboçamos o percurso da atual representação sindical no Brasil, porém sem a pretensão de aprofundar o assunto no seu aspecto histórico. Para tanto, resgatamos fatos e dados que nos permitam observar a sua evolução e apontar indicativos da fragmentação sindical.

7.2 A representação sindical no Brasil

As carreiras do MS e EBTT, da mesma forma que passaram a pertencer ao Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal (MF), compartilham espaços em seus sindicatos, principalmente em função de elas existirem, em maior ou menor quantidade, tanto na RFEPCT como na Rede Federal de Educação Superior, composta pelas Universidades Federais. Para uma melhor compreensão das representações existentes, necessitamos observar a estrutura e o funcionamento dos sindicatos no Brasil em seu contexto histórico.

Na dinâmica de funcionamento dos sindicatos, Ferraz (2014) descreve o arranjo institucional corporativista a partir do governo de Getúlio Vargas, e a criação do Departamento Nacional do Trabalho, em 1931, que coloca os sindicatos sob a tutela do Estado atribuindo-lhes o *status* público com forte grau de subordinação ao governo central. Uma das grandes características dessa submissão foi a adoção do sistema de contribuição compulsória por parte do trabalhador, que resolvia o problema de financiamento dos sindicatos, porém,

O monopólio legal por categoria profissional de base mínima municipal e o calendário oficial da data-base contribuíram para a constituição de uma estrutura extremamente desconcentrada, descentralizada, que se refletia nas formas de luta (FERRAZ, 2014, p. 113).

Então, na origem da estruturação dos direitos do trabalho no Brasil, percebemos que o seu funcionamento contribuía fortemente para a fragmentação em razão de sua estrutura descentralizada.

Com o advento da redemocratização do país, a partir da segunda metade da década de 1980 (fim do regime militar) e com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o poder público ficou limitado em intervir no funcionamento dos sindicatos, o que proporcionou a criação ou, de fato, a legalização das centrais sindicais. Também foi possível a vinculação com partidos, liberdade de sindicalização dos servidores públicos e, principalmente, o direito de greve. As centrais sindicais proporcionam, então, um movimento articulado em oposição à desarticulação até então existente (FERRAZ, 2014).

A redemocratização foi,

[...] sem dúvida, o período de maior crescimento das forças sociais que o Novo Sindicalismo representava. Como previra Leonel Brizola logo imediatamente após o lançamento do Plano Cruzado, o plano representava uma mola comprimida: um artificialismo que seria sabotado por seus próprios patrocinadores tão logo as eleições consolidassem a vitória dos partidos governistas. Passado 15 de novembro de 1986, quando ocorreram eleições gerais para governadores e para a Assembleia Nacional Constituinte, foi o que aconteceu. E, com o desmascaramento do plano “populista-econômico”, a mola propulsora da inflação disparou e, com ela, a resistência sindical e a política do movimento organizado dos trabalhadores (CRUZ, 2000, p. 109).

Tal movimento, impulsionado por um forte anseio democrático, proporcionou o aumento expressivo no número de greves e o crescimento do Partido dos Trabalhadores (PT), bem como no número de sindicatos filiados à CUT. Esse crescimento e a articulação social proporcionada pelos movimentos sociais trouxeram à Assembleia Constituinte um caráter mais democrático que resultou na

Constituição Federal de 1988, em que pese suas contradições, consolidou em seu texto muitas das bandeiras que os movimentos sociais empunharam nas décadas antecedentes, não só no que se refere ao maior acesso à educação, mas aos direitos sociais em geral (OLIVEIRA, 2005, p. 32).

Observamos que que “nos anos 1980 [...] abre-se a era da globalização reconhecida e assumida [...] com] reformas estruturais que pretendem retirar ao Estado o papel de coordenador dos fatos sociais [...]” (MORAES, 2004, p. 311) e atribuir este papel ao “mercado”. A retração do Estado de bem estar não se dá por acaso, porém,

no Brasil, esse processo se deu de forma mais tardia em razão das mudanças nas relações sociais e políticas ocorridas no processo de redemocratização.

Cruz (2000), observa que a desarticulação dos partidos de direita, fragilizados pela instabilidade do Plano Cruzado, proporcionou o avanço da esquerda. A liberdade de sindicalização do servidor público civil foi uma das bandeiras de lutas, pois durante o regime militar existiam restrições a esse setor. Assim, possibilidades de filiação sindical foram previstas no inciso VI do Art. 37 da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) bem como

a ausência da contribuição compulsória, a alta taxa de sindicalização e a capacidade de mobilização fizeram do **sindicalismo do setor público** o grande exemplo de organização voluntária, reforçando sua legitimidade e aproximando-o da base. Mas apesar da garantia constitucional da liberdade, o sindicalismo no setor público foi limitado por duas questões básicas: a regulamentação da greve e da negociação coletiva (FERRAZ, 2014, p. 114, grifos nosso).

O direito de Greve e a negociação coletiva dos servidores públicos foram sanados, ao menos em parte, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) aplicou as regras do setor privado para o setor público até a sua regulamentação (FERRAZ, 2014). Como estamos analisando uma carreira de profissionais que atuam no serviço público, esse histórico representa as raízes de sua atual situação sindical. É importante, então, lançarmos um olhar para esse processo durante a criação das centrais sindicais.

No período de redemocratização houve um movimento inicial de união dos sindicatos em razão da criação da CUT¹⁰⁶, porém, esse processo foi fragmentado, como também observamos no Quadro 19, pois pouco tempo depois começaram a surgir outras centrais sindicais. Tal movimento encaminha, novamente, a tendência de fragmentação das lutas.

É importante observar o envolvimento político partidário que se faz presente na análise de Ferraz (2014). Partidos de esquerda e de centro (tendendo à direita) que apoiaram desde posturas combativas até a defesa aberta a interesses de direita – favoráveis às reformas neoliberais de reestruturação produtiva –, trazem em seu interior prioridades que visam à redução dos direitos sociais e o avanço do capital

¹⁰⁶ O surgimento da CUT proporcionou inicialmente uma unificação “*Porém, o que se vê a seguir é o retorno à pulverização com o surgimento também de outras centrais, a partir, principalmente, das disputas internas, muitas delas, inclusive, logo após a chegada do Lula à presidência do Brasil, o que trouxe, então, grande dispersão com advento de várias centrais disputando hegemonia no seio da classe trabalhadora brasileira, lançando novos desafios organizativos e mobilizatórios para o conjunto da classe*” (HILÁRIO, 2012, p. 337).

financeiro especulativo (ALVES, 2011; HOBBSAWM, 2000; MÉSZÁROS, 2002; NETTO, 2012a; CHESNAIS, 2015; CHOMSKY, 2002).

Quadro 19 – Centrais sindicais criadas no período inicial do processo de redemocratização

Sigla	Denominação	Criação	Características
CUT	Central Única dos Trabalhadores	1983	primeira central criada sob a bandeira do “novo sindicalismo”, mantendo desde o início estreitos vínculos com o PT. O discurso contrário ao corporativismo estatal, ao imposto sindical e pela liberdade sindical, juntamente com uma estratégia combativa e a recusa dos pactos sociais nos anos de 1980.
USI	União Sindical Independente	1985	predomínio de sindicatos ligados ao comércio.
CGT	Central Geral dos Trabalhadores	1986	aglutina membros da estrutura oficial ligados aos partidos MR-8, PCB, PMDB e PCdoB
FS	Força Sindical	1992	discurso de contraposição à CUT, buscando aproximar-se do governo em defesa das reformas neoliberais.
CAT	Central Autônoma dos Trabalhadores	1994	com dissidentes da FS e apoio político do PSDB.
SDS	Social Democracia Sindical	1996	

Fonte: Adaptado de Ferraz (2014).

Em 2016, o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE publicou uma lista atualizada das centrais sindicais certificadas. A certificação de uma central sindical deve obedecer aos parâmetros exigidos no Art. 2º da Lei nº 11.648/2008 (BRASIL, 2008d). O Quadro 20 apresenta os incisos e o parágrafo único do referido artigo e nos permitem observar as condições mínimas para se criar uma central sindical.

Quadro 20 – parâmetros para certificação de uma central sindical

<p>I - filiação de, no mínimo, 100 (cem) sindicatos distribuídos nas 5 (cinco) regiões do País;</p> <p>II - filiação em pelo menos 3 (três) regiões do País de, no mínimo, 20 (vinte) sindicatos em cada uma;</p> <p>III - filiação de sindicatos em, no mínimo, 5 (cinco) setores de atividade econômica; e</p> <p>IV - filiação de sindicatos que representem, no mínimo, 7% (sete por cento) do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional.</p> <p>Parágrafo único. O índice previsto no inciso IV do caput deste artigo será de 5% (cinco por cento) do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional no período de 24 (vinte e quatro) meses a contar da publicação desta Lei</p>
--

Fonte: Adaptado de Brasil (2008d).

Observamos que as condições impostas pela legislação são brandas, uma vez que a quantidade de sindicatos existentes no país é elevada. Existem muitos setores na economia que permitem aos sindicatos se especializarem em áreas de atuação. Assim, ter o mínimo de cem sindicatos, em um país que possui dimensões continentais, não se trata de uma tarefa impossível, porém pode ser, no mínimo,

complexa. Assim, podemos inferir que as centrais sindicais acabam por funcionar como o aglomerado de sindicatos que possuem interesses em comum.

No que se diz respeito às centrais sindicais, a quantidade de

[...] entidades associativas centrais que disputam entre si reunir os trabalhadores, representá-los e conduzi-los constitui a principal prova da crescente divisão da classe, da fragmentação. No nível geral e no nível de base procede o fracionamento dos trabalhadores em organizações cada vez menores. O fracionamento implica em **perda de capacidade de luta** (DAL ROSSO, 2013, p. 50, grifos nosso).

Essa capacidade de luta, desfigurada pela fragmentação, encontra, em seu interior, disputas por espaços de representação que se constituem em espaços de poder, inclusive econômico, devido às subvenções advindas do imposto sindical destinadas a essas entidades centrais. No quadro 21, a seguir, apresentamos a estrutura das centrais sindicais no Brasil.

Quadro 21 – Centrais sindicais certificadas pelo MTE em 2016

Centrais Sindicais	Sindicatos		Trabalhadores Filiados	
	nº	%	nº	%
CUT - Central Única dos Trabalhadores	2.319	21,2	3.878.261	30,4
UGT - União Geral dos Trabalhadores	1.277	11,7	1.440.121	11,3
CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil	744	6,81	1.286.313	10,1
FS - Força Sindical	1.615	14,8	1.285.348	10,1
CSB - Central dos Sindicatos Brasileiros	597	5,46	1.039.902	8,15
NCST - Nova Central Sindical de Trabalhadores	1.136	10,4	950.240	7,45
CONLUTAS	105	0,96	286.732	2,25
CGTB - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil	217	1,99	239.844	1,88
CBDT - Central Brasileira Democrática dos Trabalhadores	94	0,86	85.299	0,67
PÚBLICA	21	0,19	16.580	0,13
INTERSINDICAL	1	0,01	1.739	0,01
Central Unificada dos Profissionais Servidores Públicos do Brasil	3	0,03	875	0,01
UST - União Sindical dos Trabalhadores	6	0,05	791	0,01
Sem declaração de filiação/Centrais não cadastradas	2.791	25,5	2.245.076	17,6
Total	10.926	100	12.757.121	100

Fonte: MTE (2016).

Em consulta ao sítio do Ministério do Trabalho observamos que, em novembro de 2018, as centrais sindicais certificadas pelo MTE (Quadro 21) foram atualizadas até o ano de 2016. Destacamos a prevalência da CUT (30,4%) em relação às demais centrais sindicais. Embora o quadro apresente 14 (quatorze) entidades, a soma das três primeiras ultrapassa os 50% de representação dos trabalhadores sindicalizados. Tal estrutura corrobora com Hilário (2012), demonstrando a

pulverização sindical, o que divide a classe trabalhadora em fragmentos que acabam por perder o seu poder de negociação coletiva.

Das centrais apresentadas no Quadro 21 verificamos que a União Geral dos Trabalhadores (UGT) (a segunda maior – 11,3%) surgiu em 19 de julho de 2007 a partir da unificação entre CGT¹⁰⁷, SDS¹⁰⁸ e CAT¹⁰⁹ (UGT, 2018). Já a CTB (terceira maior – 10,1%) foi criada em assembleia nos dias 12, 13 e 14 de dezembro de 2007 (ESTATUTO, 2013).

Observando as origens descritas no quadro 19, e a última configuração certificada pelo MTE no quadro 21, percebemos que, embora a CUT tenha um domínio sobre as sindicalizações, mais de dois terços das representações encontra-se diluído entre outras centrais. É importante, também, observarmos que cerca de dois milhões de trabalhadores estão divididos em 2.791 sindicatos que não possuem filiação a uma central sindical.

Diante do exposto, percebemos que no cenário brasileiro há indícios de uma fragmentação sindical, pois, como vimos, as centrais sindicais possuem matizes ideológicas divergentes em suas origens. Há que se considerar o hiato existente entre a divulgação dos números e o momento de sua análise, o ano de 2018, contudo, a constatação não é inválida, pois está alicerçada na origem dessas instituições, que são obrigadas a ter um mínimo de representatividade para subsistir (BRASIL, 2008d).

Ainda é preciso considerarmos que,

nesse processo de crescente fragmentação, a criação de centrais sindicais pode acontecer para ocupar espaço para um ou mais partidos políticos. As centrais sindicais convertem-se em braços sindicais de partidos. Dessa forma, os partidos têm uma força sindical a seu alcance. Raras são as centrais, hoje, se há por acaso alguma que não se vincula a um partido (DAL ROSO, 2013, p. 51).

A relação entre sindicato e partido, como vimos também no contexto soviético, tem seus aspectos positivos na medida em que a representação da classe trabalhadora tenha um posicionamento político, principalmente quando se posiciona em defesa dos menos favorecidos na eterna luta de classes. Representando, nesse caso, os sujeitos que vivem do trabalho e se opondo à ganância do capital que tem em seu ideário a exploração do trabalhador.

Tendo uma noção das principais características, inclusive ideológicas, das

¹⁰⁷ Central Geral dos Trabalhadores

¹⁰⁸ Social Democracia Sindical

¹⁰⁹ Central Autônoma dos Trabalhadores

representações sindicais no Brasil, cabe-nos, agora, analisar essa representação dentro da RFEPCT.

7.3 Representações sindicais e a RFEPCT

Para analisar se a estrutura de representação sindical pode interferir no processo de articulação da carreira docente EBTT e promover a sua consequente precarização, buscamos observar primeiramente como essa relação entre sindicatos vem se dando no processo de negociações entre governo e docentes da RFEPCT.

Como vimos anteriormente, o hibridismo na base da criação dos IFs, com suas diferentes institucionalidades (CEFETs, ETEFs, escolas técnicas vinculadas a Universidades Federais e escolas Agrotécnicas), inclusive unindo autarquias que gozavam de autonomia institucional com outras que não possuíam essa prerrogativa, criou uma nova institucionalidade a que denominamos de “equidna” em uma analogia ao novo, estranho e diferente. Essas novas estruturas trouxeram consigo filiações à sindicatos já estruturados e habituados com o serviço público federal na área da educação.

No ano de 2012, porém, o ANDES deflagrou um processo de greve no dia 17 de maio. No dia 11 de junho a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra) aderiu ao movimento. Por fim, dois dias depois (dia 13), o Sinasefe também aderiu ao movimento. Face às inúmeras idas e vindas em negociações o governo apresentou um reordenamento da carreira docente que foi rejeitado pelos grevistas. Mattos (2013, p. 138) observa que

diante da rejeição da proposta pelos grevistas, o MPOG assinou um simulacro de acordo com a Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes), entidade criada e alimentada pelo próprio governo, desrespeitando a totalidade das manifestações de assembleias de base (aí incluídas as das bases que o Proifes alegava representar) que rejeitaram a proposta do governo.

Essa assinatura no Termo de Acordo nº 1/2012 (ANEXO A) gerou controvérsias com relação à legitimidade de representação do Proifes face aos demais sindicatos que representam as categorias EBTT e MS. Prado (2013) também observa esse episódio e faz as mesmas críticas. Tal conflito, então, nos remete a verificar de que forma estas representações sindicais estão presentes dentro da RFEPCT.

Se mostra importante ressaltar que o PROIFES é uma federação de

sindicatos, não propriamente uma central sindical. Em seu sítio na internet apresenta onze sindicatos federados¹¹⁰ e, dos sindicatos filiados, o SIND-PROIFES é o **que declara** ter a maior parte da representação de docentes EBTT em seu interior. Com sede em Brasília, **informa**, em seu sítio (Anexo A) atender 90 instituições de ensino, sendo que dessas identificamos 33¹¹¹ pertencentes à RFEPCT (80,48%). Não foi possível obter o número de docentes filiados a este sindicato.

Dos Estados apresentados, podemos verificar que o sindicato não atende Bahia, Ceará e Paraná, porém estes são representados por outros sindicatos federados ao PROIFES. Embora a representatividade pareça relevante, no sítio do MTE não foi possível localizar referido sindicato¹¹². Considerando que a última análise fora feita em 2016, não há como afirmar se realmente representam ou não todos os estados e qual a quantidade de docentes sindicalizados. Diante do exposto, não é possível identificar o nível de representatividade numérica do PROIFES na carreira docente EBTT, porém verificamos que informam representar, pelo menos, cerca de 80% das instituições pertencentes à RFEPCT. Na seção seguinte (7.4) poderemos observar a participação do PROIFES no IFSul por meio da ADUFRGS que atua em alguns *campi* da região da Grande Porto Alegre. Nessa situação, a participação em relação ao Sinasefe é muito pequena.

Considerando as quatro representações nacionais dos sindicatos que adentraram para a negociação em 2012, e considerando que apenas três¹¹³ representam a carreira docente, tanto EBTT quanto MS, buscamos verificar a filiação

¹¹⁰ ADAFA – Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior do Município de Pirassununga; ADUFC – Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Ceará; ADUFG – Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás; ADUFRGS – Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul; ADUFSCAR – Sindicato dos Docentes em Instituições Federais de Ensino Superior dos Municípios de São Carlos, Araras e Sorocaba; ADURN – Sindicato dos Docentes da UFRN; SIND-PROIFES – Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Federal; APUB – Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia; SINDIEDUTEC – Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica Técnica e Tecnológica do Estado do Paraná; Sindproifes-PA – Sindicato dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior dos Municípios de Ananindeua, Abaetetuba, Belém, Bragança e Cameta; e SINDUFMA – Sindicato dos Professores das Universidades Federais do Maranhão (PROIFES,2018).

¹¹¹ 1) CEFET-MG; 2) CEFET-RJ; 3) CPEI; 4) IF Sudeste MG; 5) IFAC; 6) IFAL; 7) IFAM; 8) IFAP; 9) IFB; 10) IFC; 11) IFES; 12) IFFarroupilha; 13) IFG; 14) IFGO; 15) IFMA; 16) IFMG; 17) IFMS; 18) IFMT; 19) IFNMG; 20) IFPB; 21) IFPE; 22) IFPI; 23) IFRJ; 24) IFRN; 25) IFRO; 26) IFRR; 27) IFRS; 28) IFS; 29) IFSC; 30) IFSP; 31) IFSul; 32) IFTM; e 33) IFTO (PROIFES, 2018) – Dispostos em ordem alfabética de suas siglas.

¹¹² No sítio é permitida a consulta por CNPJ. Buscando na Base de Dados da Receita Federal, encontramos o CNPJ nº 10.341.771/0001-04 (ANEXO B) e o mesmo não consta para a consulta no portal do MTE.

¹¹³ ANDES, Sinasefe e Proifes.

destes em termos de centrais sindicais e constatamos que Sinasefe e ANDES estão filiados à Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas). No cadastro do MTE temos o Sinasefe com 26.122 sindicalizados e o ANDES com 66.532, que somados representam cerca de 32% de sua central sindical, embora esta represente apenas 2,25% dos trabalhadores sindicalizados do Brasil. Ademais, levemos em consideração que na RFEPCT temos 39.444 docentes e 34.863 técnicos administrativos, ambos efetivos (PLATAFORMA, 2018). Assim, considerando que o Sinasefe representa docentes e técnicos administrativos na RFEPCT, os totais do MTE são expressivos.

Dados da PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PESQUISA, 2018), referente ao quinquênio 2012 a 2016, apontam um certo equilíbrio entre o número de pessoas sindicalizadas e não sindicalizadas com o índice de sindicalização de 1,1% entre os anos de 2012 a 2015 e, em 2016, um ligeiro aumento para 1,3%. Em se tratando da mobilização da classe trabalhadora (em trabalho formal ou informal), trata-se de um número preocupante, pois “quanto mais amplas são as massas que os sindicatos abrangem, melhor eles cumprem sua missão (TROTSKI, 1978, p. 31). Aqui, além da representação das classes que vivem do trabalho, o autor também se refere à ação política em defesa do proletariado em oposição aos capitalistas, o que entendemos ser de extrema importância.

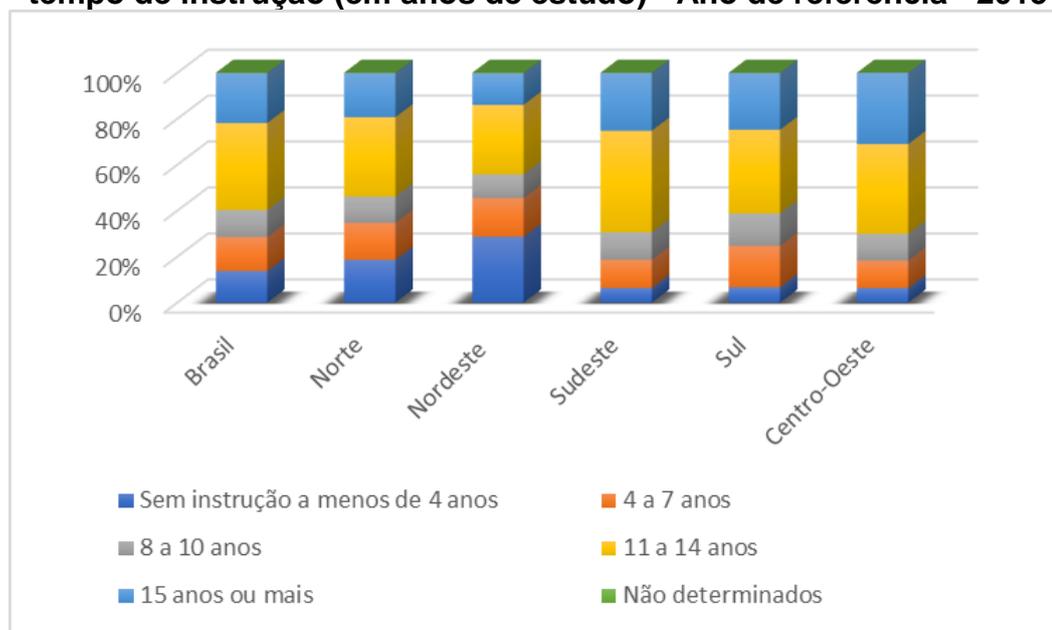
Criticando Trotski, quando ele afirma que o papel dos sindicatos é de educar os trabalhadores, Kollontai (1977, p. 60) afirma que “[...] existe uma grave omissão [nesse discurso]: os sindicatos não são apenas escolas para o comunismo, mas igualmente seus criadores”. Ela observa que Trotski entende os sindicatos como administradores da produção, esquecendo-se que no seu interior brotam ideais genuinamente revolucionários. Entendemos ser esse o grande papel dos sindicatos.

Ressaltamos que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou um estudo no ano de 2015, por meio do PNAD, no qual buscou traçar o perfil dos trabalhadores sindicalizados fazendo segmentação por idade e por tempo e nível de escolarização. O Gráfico 5 apresenta o perfil dos sindicalizados por quantidade de anos de formação. Podemos perceber que há significativa diferença entre as regiões norte e nordeste em relação às demais. As regiões sudeste e sul apresentam um maior tempo de escolarização dos sindicalizados.

Dessa forma, o baixo índice de sindicalização apresentado nas estatísticas nacionais revela a necessidade de uma maior articulação e envolvimento da classe que vive do trabalho nos movimentos sindicais, sob a pena de não subsistirem às

forças neoliberais cada vez mais presentes nos dias atuais. O comportamento do nível de escolarização em relação aos sindicalizados indica que o acesso à educação possibilita um maior envolvimento com as questões sindicais.

Gráfico 5 – Trabalhadores sindicalizados segmentados por tempo de instrução (em anos de estudo) - Ano de referência - 2015



Fonte: PESQUISA, 2018.

No caminho de verificar a capacidade de luta dessas representações nacionais (quantidade de servidores sindicalizados), não identificamos no sítio do MTE, a informação a respeito do quantitativo de servidores sindicalizados pelo PROIFES¹¹⁴. Porém, se mostra importante frisar que esta federação sindical surgiu a partir de uma cisão dentro do ANDES quando de sua desfiliação à CUT. O grupo dissidente alegou a crescente onda de interferência partidária no corpo do ANDES (ATA, 2004). Essa clivagem político-partidária também é observada por Dal Rosso (2013).

O não envolvimento político e (consequentemente) partidário dos sindicatos é improvável, pois se os sindicatos servem de escudo de proteção aos avanços neoliberais, devem adotar uma posição contrária à exploração acentuada das classes que vivem do trabalho, ou seja, devem ter uma posição concreta no interior da luta de classes.

¹¹⁴ Uma das grandes questões em relação ao PROIFES é justamente o grau de representatividade que esta federação possui na medida em que ela se autoriza a representar as duas carreiras (EBTT e MF) na assinatura do acordo que deu origem à Lei nº 12.772/2012 (BRASIL, 2012b).

Kollontai (1977, p. 54) observa que “Um *correcto* instinto de classe ensinou aos primeiros capitalistas que em vez do chicote e do cão-de-fila deviam usar um outro incentivo – a rivalidade, a ambição pessoal dos operários, face ao desemprego e à miséria”. Assim, observamos que a luta de classes não se dá apenas mediante a opressão, mas também do convencimento do individualismo, que está muito presente no discurso neoliberal, constituindo no *modus operandi* do capitalista diante do “exército industrial de reserva” (MARX, 1996, p. 57) que procura manter suas fileiras extensas para subtrair o máximo de mais-valia das classes que vivem do trabalho. Assim, o trabalhador que não se filia a um sindicato está tecnicamente sem proteção, ou seja, atuando individualmente, o maior anseio dos neoliberais.

Observando a estrutura dos sindicatos que representam a RFEPCT e os seus docentes, percebemos fragmentações, cisões e ações individuais em detrimento de decisões que representam o todo na carreira. Diante do exposto, verificamos que há fortes indícios da presença do quinto indicador de precarização social do trabalho, proposto por Druck (2011, 2013a, 2013b). Tal processo acontece na medida em que as

[...] decisões são transmitidas à base, já inteiramente elaboradas por pessoas ou *colectivos* extremamente restritos, enquanto os interessados ficam quase sempre totalmente de fora. Há sempre uma terceira pessoa que decide o vosso destino: tal é a essência da burocracia (KOLLONTAI, 1977, p. 79).

A burocracia sindical, a necessidade de os sindicatos constituírem-se em coletivos que buscam satisfazer os interesses de grupos internos, ou mesmo de poucos dirigentes, provocam cisões e contendas. Um sindicato fragmentado proporciona a desmobilização da classe e a redução da possibilidade de vencer aos avanços da vaga neoliberal que ocorre inicialmente como ondas (marolas), porém se não houver união, elas podem se tornar grandes ondas que provocam grandes estragos, culminando em mais precarização.

A greve de 2012 que se encaminhou até o acordo assinado pelo PROIFES, tinha por objetivo

a defesa de uma nova carreira [que] se relacionou à avaliação objetiva de que os professores universitários são uma das carreiras de servidores públicos com formação superior mais mal remuneradas. Relacionou-se também a uma tentativa de reverter a marcha em curso, da **precarização da atividade docente**, submetida a formas “informais” de contratação (bolsas várias, professores substitutos ou temporários) e a um modelo produtivista de avaliação de desempenho (elevação da carga de trabalho em sala de aula, combinada a cobranças de indicadores quantitativos de publicação, participação em congressos, orientações, patentes) (MATTOS, 2013, p. 136,

grifos nosso).

Na pauta dessa greve, estava a reivindicação por questões que visavam coibir a precarização do trabalho. A assinatura do acordo por uma “terceira pessoa” como também observado por Kollontai (1977) nos remete a lançar um olhar para essas condições de trabalho na carreira para efetivamente verificarmos se há, de fato, um processo de precarização em curso. Essa assinatura pelo PROIFES em uma atitude unilateral também foi questionada por Prado (2013), exarando as mesmas críticas. Entendemos ter sido uma situação grave que provocou contendas dentro do seio sindical que representa a RFEPCT.

Adiante, adentramos para o contexto de sindicalização dentro de uma unidade da RFEPCT, o IFSul. Consideraremos que este representa uma fração da rede, embora temos ciência de que a mesma não é uniforme, e, portanto, a mesma análise, em sendo reproduzida em outra instituição, pode chegar a conclusões distintas, porém sua principal característica, a fragmentação, invariavelmente se fará presente. Como vimos, a RFEPCT é composta pela junção de várias institucionalidades, a equidna.

7.4 Filiação sindical no IFSul: um olhar crítico

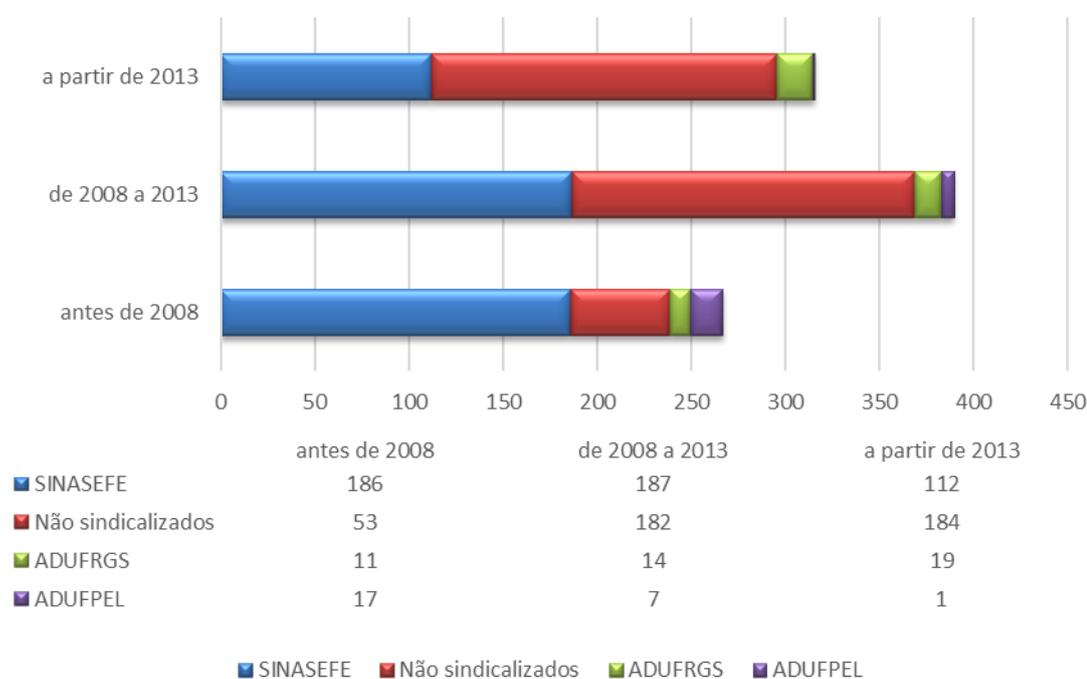
Adentrando para o universo do IFSul, podemos ter uma noção da forma como estão dispostos os sindicatos e suas representações da carreira docente EBTT em seu interior. Em setembro de 2018 o Instituto contava com 973 docentes, e, destes, 529¹¹⁵ filiados a sindicatos com recolhimento em folha de pagamento. Porém, existem mais 25 docentes que contribuem sem o desconto em folha, segundo informação da ADUFPeI-SSind¹¹⁶, pois contribuem diretamente em débito em conta bancária. Portanto, ao total, foram identificados 554 sindicalizações de docentes ativos (não considerando aposentados e pensionistas), o que representa em 56,9% a taxa de sindicalização, número muito superior à taxa nacional apontada no PNAD. Consideramos, também, que todos os sindicalizados possuem, pelo menos, curso superior, ou seja, muitos anos de escolarização. Assim, o Gráfico 6, a seguir, aponta

¹¹⁵ Desses, quatro estão filiados a dois sindicatos (ADUFRGS e Sinasefe), porém consideramos as filiações nesta análise. O quantitativo de docentes filiados em dois sindicatos é inexpressivo em relação ao seu total (menos de 1%). Podemos entender, então, que são exceções.

¹¹⁶ Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas – Seção Sindical do ANDES-SN. Informação prestada por meio de correio eletrônico ao pesquisador.

os dados quantitativos de sindicalizações docentes no IFSul, segmentados por período de ingresso antes de 01/07/2008, durante e depois de 28/02/2013, respectivamente de vigência da Medida Provisória nº 431/2008 (BRASIL, 2008c) e da Lei nº 12.772/2012 (BRASIL, 2012b).

Gráfico 6 – Docentes do IFSul - sindicalização por data de ingresso



Fonte: PROGEP/IFSUL e ADUFPeI-SSind (Setembro de 2018) – elaboração do autor.

Observando os dados do Gráfico 6 verificamos que embora haja um percentual expressivo de sindicalização, muito superior à média nacional, ao compararmos as taxas de sindicalização nos três períodos destacados, percebemos que o número relativo de ingressantes por período de ingresso vem decaindo. Isso representa perdas futuras, pois com a aposentadoria dos mais antigos o número relativo de filiados tende a diminuir.

O quadro 22, a seguir, nos permite um olhar mais qualificado para os dados e compara três períodos: no primeiro grupo temos os docentes efetivos que ingressaram na carreira antes de sua reestruturação, em 2008; o segundo grupo compreende aqueles que ingressaram a partir da criação da carreira até a vigência da nova reestruturação, em 2013; e, por fim, o terceiro compreende aos docentes que ingressaram a partir de 2013, quando passa a vigor também novas regras para as carreiras EBTT e MS. Observamos que os docentes não sindicalizados crescem de 19% para 58,2%, movimento diametralmente oposto ao decréscimo percebido no total

relativo de sindicalizados do Sinasefe, de 69,7% para 35,4%. Ressaltamos que estamos comparando três grupos e seus percentuais relativos, porém como observamos antes, tais indicadores permitem-nos projetar uma taxa absoluta de sindicalização decrescente em períodos futuros.

Quadro 22 – Participação relativa dos sindicatos no total de ingressantes nos três períodos

Docentes sindicalizados	antes de 2008	de 2008 a 2013	a partir de 2013	Tendência
Não sindicalizados	19,9%	46,7%	58,2%	↗
SINASEFE	69,7%	47,9%	35,4%	↘
ADUFRGS	4,1%	3,6%	6,0%	↗
ADUFPEL	6,4%	1,8%	0,3%	↘
Total	100,0%	100,0%	100,0%	-

Fonte: PROGEP/IFSUL e ADUFPel-SSind (setembro de 2018)

Os indicadores apresentados no Quadro 22 servem de bandeira de alerta para um sinal de desmobilização da carreira no IFSul. Assim, a aparente posição confortável na taxa de sindicalização absoluta desta instituição fica desvelada diante da análise aqui exposta. Trata-se de uma evidência preocupante que enseja um movimento de esclarecimentos, principalmente em um momento político em que a direita neoliberal vem ganhando força em escala planetária. Acerca disso, Mészáros (2011, p. 151, grifos do autor) observa que

A articulação defensiva do movimento dos trabalhadores no século XX resultou em grandes retrocessos também a esse respeito. Afinal, a altamente necessária *solidariedade* entre membros da classe trabalhadora, para assumir conjuntamente a *responsabilidade* histórica pela alternativa hegemônica à ordem dominante, foi solapada pelo *divisionismo* inerente à ação limitada à melhoria de interesses setoriais. Assim, o capital pôde jogar uns setores de seus adversários de classe contra outros, enfraquecendo grandemente o poder emancipatório da classe trabalhadora como um todo, para a qual a solidariedade de classe restou apenas como uma perspectiva distante no horizonte. No entanto, se não houver de fato solidariedade de classe e uma estratégia globalmente alternativa à ordem existente, não haverá quem tome a responsabilidade necessária para superar a aguda crise estrutural.

O autor alerta para a solidariedade de classe como uma alternativa ao divisionismo provocado pelo capitalista no seio da classe trabalhadora. Assim, tais afirmações corroboram com a tese em que a fragmentação sindical tem por objetivo, ou simplesmente provoca, a redução do poder da classe que vive do trabalho diante do grande capital. Mészáros (2011) ainda afirma que o poder dos sindicatos e dos partidos políticos vem sendo reduzido pela fragmentação. O neoliberalismo adota

estratégias de guerra contra o poder da mobilização, pois faz uso máximas, como a de Sun Tzu (2006, p. 32-33), que afirma:

Jamais dividas os diferentes corpos de teus exércitos. Faz com que possam sempre socorrer-se mutuamente. Por outro lado, **faz com que o inimigo se divida ao máximo**. Se ele se dividir em dez corpos, ataca cada um deles separadamente com teu exército inteiro. É o verdadeiro método de combater sempre com vantagem. Dessa forma, por menor que seja teu exército, estarás sempre em maioria (grifos nosso).

Se o capitalista usa a máxima de dividir os seus oponentes para conquistar, o trabalhador só consegue obter ganhos nesse cenário injusto se não se separar ou dividir, ou seja, sem divisionismos (MÉSZÁROS, 2011). Assim, a estratégia possível para o combate é o da unificação, se usarmos a mesma estratégia proposta por Sun Tzu (2006) – jamais se dividir – teremos maior poder de combate.

Observamos até aqui um cenário que se configura em uma divisão na representação sindical da carreira docente EBTT. Dal Roso (2013) observa que há no texto da Constituição Federal, uma disputa entre a liberdade e a unicidade sindical quando veda, no inciso II do seu Art. 8º, “a criação de mais de uma organização sindical na mesma base territorial” (BRASIL, 2008), enquanto seu *caput* prescreve a livre associação profissional ou sindical. Alerta para a precarização do trabalho em educação na esfera federal, pois existem inúmeras formas de contratação, tanto para docentes como para técnicos administrativos, fato este observado na medida em que encontramos profissionais exercendo a mesma função, porém com salários diferentes (DAL ROSO, 2013).

Tendo fortes indícios de uma situação que envolve a precarização da carreira dentro da realidade de uma unidade da RFEPCT, percebemos que tal hipótese deve ser testada a partir de uma análise mais detalhada desse movimento de redução da taxa de filiação sindical.

Ao concluirmos que está ocorrendo um possível decréscimo no índice de filiação sindical no IFSul, entendemos que não é prudente considerar *a priori* tal questão sem antes nos atermos mais detalhadamente este fenômeno. Para tanto, passamos a analisar este comportamento nas 14 unidades (*campus*) do IFSul. Observamos que até o momento em que foi realizada esta análise (novembro de 2018) não há docentes lotados na unidade central (Reitoria), pois trata-se de uma unidade administrativa.

O quadro 23, a seguir, apresenta a taxa de sindicalização por *campus* do

IFSul. Se mostra importante ressaltar a circunscrição da ADUFPel-Ssind ao *Campus* CaVG por serem, na sua maioria, docente egressos da época em que esta unidade era vinculada à Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Este sindicato se trata de uma seção sindical do ANDES. Percebemos que este *campus*, bem como outros seis¹¹⁷, têm, em seu interior, mais de uma representação sindical. Para entendermos melhor esse perfil de sindicalização, necessitamos verificar, como antes, a antiguidade¹¹⁸ dos professores nesses espaços.

Quadro 23 – Taxa de sindicalização por Câmpus - IFSul

<i>Campus</i>	Ano de implantação	SINDICATOS			Total de sindicalizações (a)	Total de docentes (b)	Taxa de Sindicalização (a/b)
		SINASEFE	ADUFRGS	ADUFPel			
Avançado Jaguarão	2014	11	-	-	11	21	52,38%
Avançado Novo Hamburgo	2014	9 ^a	1	-	10	20	50,00%
Bagé	2010	11	-	-	11	45	24,44%
Camaquã	2010	24	-	-	24	45	53,33%
Charqueadas	2006	19	13	-	32	65	49,23%
Gravataí	2014	4	3	-	7	20	35,00%
Lajeado	2014	6	-	-	6	22	27,27%
Passo Fundo	2007	2	-	-	2	57	3,51%
Pelotas	1943	280	-	-	280	357	78,43%
Pelotas Visconde da Graça	1923	61	-	25	86	125	68,80%
Santana do Livramento	2010	19	-	-	19	37	51,35%
Sapiranga	2013	7	3	-	10	30	33,33%
Sapucaia do Sul	1996	16 ^b	23	-	39	81	48,15%
Venâncio Aires	2010	15	1	-	16	48	33,33%
TOTAL	-	484	44	25	553	973	-

Fonte: IFSul/PROGEP/SIAPE e ADUFPel (elaboração do autor).

Obs.: a) inclui um docente que é filiado ao Sinasefe e à ADUFRGS simultaneamente;

b) incluem três docentes também filiados aos dois sindicatos (Sinasefe e ADUFRGS).

É importante percebermos, porém, algumas especificidades com relação a essa representação. Dos cinco *campus* que tiveram a sua implantação a partir de 2013¹¹⁹, três possuem taxas de sindicalização inferiores a 50%, sendo Lajeado o que apresenta a menor delas (27,27%). Essas unidades não necessariamente se

¹¹⁷ Avançado Novo Hamburgo, Charqueadas, Gravataí, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Venâncio Aires

¹¹⁸ Tempo de permanência na carreira EBTT – com cortes em 2008 e 2013, conforme análise feita no quadro 21.

¹¹⁹ Sapiranga, Avançado Jaguarão, Avançado Novo Hamburgo, Gravataí e Lajeado.

enquadram no perfil de docentes com o ingresso a partir de 2013, pois existe mobilidade¹²⁰ entre *campi* ou no próprio serviço público federal. Assim, não é raro encontrarmos servidores “antigos” atuando nessas unidades.

Considerando que há a possibilidade de existência de docentes com maior antiguidade nos *campi* “novos”, sentimos a necessidade de quantificar essa distribuição de forma a observar o nosso objeto de uma forma mais densa (GEERTZ, 2008), não deixando escapar os detalhes. Analisamos, então, no quadro 24, essa antiguidade dos docentes divididos entre as unidades do IFSul.

Quadro 24 – Docentes sindicalizados por *campus* e período de ingresso

<i>Campus</i>	Sindicatos e antiguidade									Total de Sindicalizações*
	Antes de 2008			de 2008 a 2013			após 2013			
	SINASEFE	ADURFGS	ADUFPeI	SINASEFE	ADURFGS	ADUFPeI	SINASEFE	ADURFGS	ADUFPeI	
Avançado Jaguarão	1	0	0	1	0	0	9	0	0	11
Avançado Novo Hamburgo	0	0	0	2	0	0	7	1	0	10
Bagé	2	0	0	7	0	0	2	0	0	11
Camaquã	2	0	0	8	0	0	14	0	0	24
Charqueadas	1	2	0	9	3	0	9	8	0	32
Gravataí	1	0	0	3	0	0	0	3	0	7
Lajeado	0	0	0	3	0	0	3	0	0	6
Passo Fundo	1	0	0	0	0	0	1	0	0	2
Pelotas	161	0	0	90	0	0	29	0	0	280
Pelotas Visconde da Graça	9	0	17	46	0	7	6	0	1	86
Santana do Livramento	1	0	0	5	0	0	13	0	0	19
Sapiranga	2	0	0	0	1	0	5	2	0	10
Sapucaia do Sul	10	12	0	3	7	0	3	4	0	39
Venâncio Aires	0	0	0	6	0	0	9	1	0	16
TOTAL	191	14	17	183	11	7	110	19	1	553

Fonte: IFSul/PROGEP/SIAPE e ADUFPeI (elaboração do autor).

Obs.: Encontramos quatro docentes com filiação a mais de um sindicato (SINASEFE e ADURFGS) sendo três no *Campus* Sapucaia do Sul (com ingresso anterior a 2008) e um em Novo Hamburgo (com ingresso após 2013).

Também cabe ressaltar que há um comportamento geográfico em relação à sindicalização. Excetuando o *Campus* Lajeado, os demais que se localizam na

¹²⁰ Os servidores podem ser transferidos entre unidades (*campus*) ou entre instituições através de procedimentos de remoção e redistribuição, respectivamente. Tais processos são regulamentados pela Lei nº 8.112/1990 (BRASIL, 1990).

região da Grande Porto Alegre (Figura 3), e detém todos os docentes filiados à ADUFRGS. Embora haja a atuação do Sinasefe na região percebemos a nítida prevalência da ADUFRGS no *Campus* Sapucaia do Sul, que contém mais de 50% dos filiados a este sindicato no IFSul (ver quadro 23). Cabe ressaltar, ainda, que o *campus* possui docentes sindicalizados ao Sinasefe, porém em proporção menor.

A ADUFRGS é filiada ao PROIFES que, como verificamos, possui divergências políticas tanto com o ANDES (a ADUFPel é uma seção sindical desta) como com o SINASEFE. Este dado demonstra, então, que não existe uma unidade sindical no IFSul, embora a ADUFPel e o SINASEFE dialoguem, estes não convergem com o PROIFES, como apresentamos anteriormente nesta pesquisa.

Destacamos, então, que a menor taxa de sindicalização pertence ao *Campus* Passo Fundo que já ultrapassou os dez anos de atividade, porém conta com apenas dois docentes sindicalizados. No quadro 24, verificamos que um ingressou antes de 2008 e outro após o ano de 2013. Podemos verificar, assim, que este *campus* não possui evidência atividade sindical, pelo menos com os professores, pois o SINASEFE representa tanto os docentes como os técnicos administrativos.

O *campus* com maior taxa de sindicalização, conforme observamos no quadro 23, é o Pelotas, com uma taxa de sindicalização de 78,43%. Considerando que verificamos no quadro 22 um decréscimo nesta taxa e considerando os três períodos de recorte apresentados no quadro 24, podemos perceber, no quadro 25, que neste *campus* tivemos:

- a) para os que ingressaram antes de 2008, 161 sindicalizados de 191 docentes (cf. quadro 2) o que perfaz 84,29%;
- b) para os que ingressaram entre 2008 e 2013, 90 sindicalizados dos 120 docentes, que equivalem a 75%; e,
- c) Para os docentes que ingressaram após 01/03/2013, foram 29 sindicalizados de 46 totais, representando 63,04%.



Figura 3 - Distribuição geográfica dos *campi* do IFSul

Fonte: Adaptado de imagem extraída do portal IFSul – Disponível em: <<www.ifsul.edu.br/mapa>>
Acesso em: 07/11/2018.

Embora sejam taxas altas, percebemos nitidamente um comportamento de retração neste índice de participação no *campus* Pelotas, considerando que a partir do ano de 2013 ocorreram mudanças significativas na carreira docente EBTT, bem como no serviço público em geral, onde a maior perda foi a questão da previdência social (FUNPRESP) que abordamos no capítulo 2 deste trabalho. Estas são situações que requerem espaço de luta e esta redução nos indicadores de sindicalização refletem na divisão da classe/carreira, ou seja, reduzem o seu poder de luta.

Quadro 25 – Taxa de sindicalização e antiguidade – IFSul

Campus	Taxa de sindicalização e antiguidade								
	Antes de 2008			de 2008 a 2013			após 2013		
	Sindicalizados	Total de docentes	Frequência	Sindicalizados	Total de docentes	Frequência	Sindicalizados	Total de docentes	Frequência
Avançado Jaguarão	1	1	100,00%	1	1	100,00%	9	19	47,37%
Avançado Novo Hamburgo	0	0	-	2	3	66,67%	8	17	47,06%
Bagé	2	2	100,00%	7	29	24,14%	2	14	14,29%
Camaquã	2	2	100,00%	8	19	42,11%	14	24	58,33%
Charqueadas	3	6	50,00%	12	24	50,00%	17	35	48,57%
Gravataí	1	1	100,00%	3	5	60,00%	3	14	21,43%
Lajeado	0	0	-	3	6	50,00%	3	16	18,75%
Passo Fundo	1	8	12,50%	0	32	0,00%	1	17	5,88%
Pelotas	161	191	84,29%	90	120	75,00%	29	46	63,04%
Pelotas Visconde da Graça	26	41	63,41%	53	66	80,30%	7	18	38,89%
Santana do Livramento	1	1	100,00%	5	9	55,56%	13	27	48,15%
Sapiranga	2	3	66,67%	1	3	33,33%	7	24	29,17%
Sapucaia do Sul	22	27	81,48%	10	35	28,57%	7	19	36,84%
Venâncio Aires	0	2	0,00%	6	23	26,09%	10	23	43,48%
TOTAL	222	285	77,89%	201	375	53,60%	130	313	41,53%

Fonte: IFSul/PROGEP/SIAPE e ADUFPel (elaboração do autor).

Verificamos, neste capítulo, que a representação sindical só se torna forte na medida em que consegue representar uma classe/categoria quanto maior for suas taxas de sindicalização. Percebemos que a divisão existente no cenário nacional dificulta, ou melhor, reduz o poder de negociação das representações sindicais. Da mesma forma que verificamos perdas, a partir das legislações vigentes em 2013 (2012a, 2012b), e que se originaram por meio de negociações realizadas após um longo período de greve. O fato é que uma única representação sindical (PRADO, 2013) – que sozinha não representa a totalidade dos servidores – assinou o termo de acordo (ANEXO A) com o governo federal, compactuando com decisões que não eram unanimidade no coletivo da carreira docente EBTT.

Diante do exposto, aprofundamos a análise do comportamento sindical em uma instituição que abarca a carreira docente EBTT, o IFSul. Percebemos que embora haja prevalência significativa da representação do SINASEFE neste espaço,

encontramos unidades/*campus* com baixa taxa de sindicalização bem como outros com presença de mais de um sindicato, retratando a divisão em seus interiores. Tais comportamentos coadunam com o quinto tipo de precarização social do trabalho (DRUCK, 2013a), que relata a perda do poder de luta a partir da pulverização sindical e sua conseqüente concorrência.

A este comportamento disforme percebemos certa similaridade com a metáfora da equidna atribuída à RFEPCT. Em se tratando de uma unidade desta rede, ela traz consigo fortes traços de fragmentação e de comportamentos individualistas e/ou regionalizados. No próximo capítulo examinaremos outra questão que tem relação com a sindicalização e, entendemos, também, com a precarização social do trabalho. Trata-se da reforma e adesão às novas regras da previdência dos servidores públicos.

8 PREVIDÊNCIA SOCIAL E REMUNERAÇÃO: A EMERGÊNCIA DE RISCOS AOS DIREITOS SOCIAIS CONQUISTADOS

Retomando o nosso objeto, ou seja, a precarização do trabalho docente, Druck (2011, 2013a, 2013b) aponta como o sexto indicador de precarização social do trabalho, **a Crise do trabalho provocada pela fetichização do mercado**, na qual as leis trabalhistas e sociais vêm sendo reformuladas pelos ideais neoliberais que visam promover o “Estado mínimo”. A esse movimento restritivo do Estado, Rocha e Macário (2015) denominam **reestruturação destrutiva de direitos**. Tal nomenclatura traduz, em boa medida, os verdadeiros interesses do capital no movimento de reforma da previdência social no Brasil. Dessa forma, vemos que

para compreender a política da previdência social e seu processo de reestruturação faz-se necessário analisar a realidade do mundo do trabalho e o modo como o atual padrão de acumulação de capital opõe sérios óbices à integração por meio do emprego, do salário e dos direitos sociais a eles vinculados (ROCHA; MACÁRIO, 2015, p. 192).

Os autores observam que nos sistemas protetivos de servidores públicos existem opções de regimes complementares de seguros privados, tanto abertos (opcionais tanto para indivíduos do setor público como privado) como fechados (destinados especificamente a determinado grupo de trabalhadores, normalmente servidores públicos), também conhecidos como fundos de pensão. Encontramos situação similar em nossas investigações, ao identificarmos que profundas mutações ocorreram nas carreiras dos servidores públicos. Neste trabalho, direcionamos o nosso olhar para o docente EBTT e para as alterações em seu regime de previdência.

Dessa forma, observamos que os servidores públicos federais que ingressaram na carreira a partir de 04 de fevereiro de 2013, sob os efeitos da Lei nº 12.618/2012 (BRASIL, 2012a), e possuem remuneração superior ao teto da previdência¹²¹ são os mais afetados por essas novas regras. Porém, vimos também que a carreira docente EBTT sofreu significativas mutações a partir de 1º de março de 2013, sob os efeitos da Lei nº 12.772/2012 (BRASIL, 2012b). A partir destas duas constatações, percebemos que a data mais recente (01/03/2013) converge as duas alterações, agudizando os seus efeitos de forma a produzir efeitos complementares que provocam distinções entre membros de uma mesma carreira, gerando um efeito

¹²¹ Limite máximo de contribuição do empregado que restringe as aposentadorias ao mesmo teto no Regime Geral de Previdência Social – RGPS

ao qual denominamos neste trabalho de equidna, por evidenciar um coletivo com uma heterogeneidade evidente, que, porém, segue existindo. Não adotamos um discurso de resignação à situação estabelecida, mas lançamos o olhar para um processo de desmonte de direitos produzido pela retirada de direitos sociais (trabalhistas) conquistados por meio da luta de classes que, a exemplo do cenário descrito por Zola (2014), produz perdas e concessões ao capital (aqui personificado pelo Estado enquanto “patrão” e legislador ao mesmo tempo).

Marx (2011b, p. 63, grifos do autor) observa que “[...] A social-democracia acredita [...] que as condições *específicas* da sua libertação constituem as condições *gerais*, as únicas nas quais a sociedade moderna pode ser salva e a luta de classes evitada”. Trata-se de um interesse egoísta de classe, ou seja, o Estado busca harmonia nas relações entre capital e trabalho privilegiando o primeiro e suprimindo direitos da classe que vive do segundo. Tal situação ocorre quando se reduz o papel do Estado em benefício do capital.

As mutações nas regras da previdência – que partem do princípio da redução do Estado transferindo seu papel para o capital “privado” – ocorreram com a institucionalização do Funpresp (BRASIL, 2012a) que surge de forma subsidiária a alteração do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)¹²². Esse regime passa a oferecer a aposentadoria do servidor público limitada ao valor do teto de previdência no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que, a partir de janeiro de 2018, passou a ser R\$ 5.645,80 (BRASIL, 2018a). Lavinias e Araújo (2017) observam que este fundo previdenciário entrou em vigor vinculado ao Ministério do Planejamento, sem nenhuma ligação com o Ministério da Previdência Social (MPS), mas ressaltam que, dentre os servidores públicos, os militares não tiveram o seu regime previdenciário alterado e estes representam 45% do déficit estimado do RPPS (LAVINAS; ARAÚJO, 2017).

Como percebemos, as mutações nas regras não são para todos, o que produz mais distinções (equidna). Tal prescrição também se assemelha a outra analogia que realizamos neste trabalho, o leito de Procusto, pois, no caso que presenciemos, produz desmembramento de direitos que vão se traduzir em menor remuneração e insegurança, pois não há garantias concretas de que estes fundos sobreviverão em um mercado (de capitais) que é altamente voraz e impiedoso com

¹²² Regime de previdência vinculado aos servidores públicos federais.

seus “investidores” (aqui involuntários).

No IFSul, em setembro de 2018¹²³, temos um total de 315¹²⁴ (32,37% do quadro efetivo) docentes efetivos¹²⁵ que ingressaram na carreira docente EBTT, já sob os efeitos das novas regras previdenciárias de 2013 (BRASIL, 2012a), ou seja, quase um terço do quadro de professores encontra-se sob o RPPS, presos aos limites do teto da previdência. Assim, aos servidores nessa situação que desejarem receber aposentadoria superior a esse valor, devem, necessariamente, optar pelo fundo de previdência cujas contribuições passam a ser 7,5%, 8% ou 8,5% sobre a parcela que exceder o valor do teto. Pena (2014), observa que a Funpresp-Exe foi criada para administrar o plano de benefícios previdenciários para os servidores efetivos do Poder Executivo Federal¹²⁶, mas que vem encontrando dificuldades na adesão ao plano pelo forte movimento sindical contra o fundo. Esta observação se deu em 2014 e resta saber se este quadro permanece nos dias atuais – setembro de 2018 (data em que coletamos os dados para esta análise).

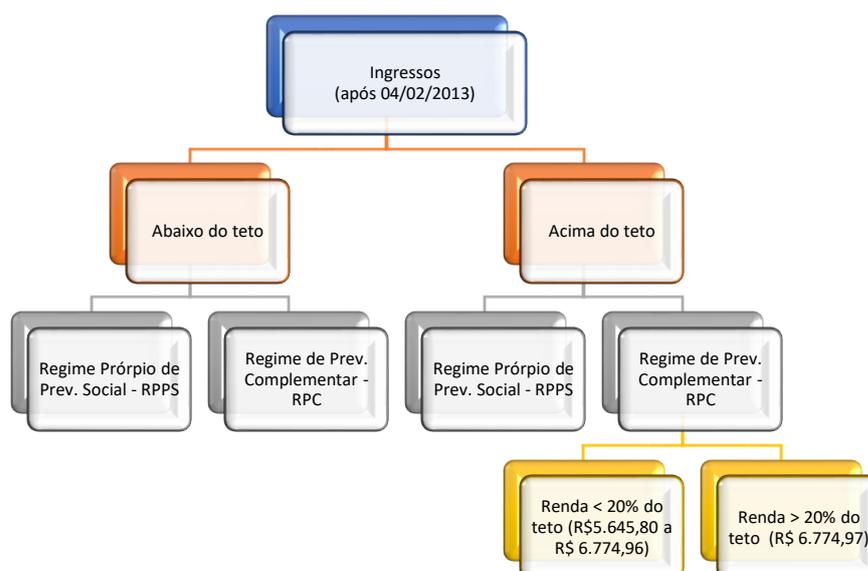


Figura 4 – Metodologia de Adesão à Funpresp-Exe
Fonte: Adaptado de Pena (2014, p. 6), valores atualizados em outubro de 2018.

Na Figura 4 observamos que é possível ao servidor manter-se apenas no RPPS, porém, neste caso, terá direito à aposentadoria no limite dos valores máximos (teto) da previdência. O autor observa que seu público-alvo são os que recebem acima dos 20% do teto da previdência (em 2018, R\$ 6.774,97). Pena (2014) informa que

¹²³ Dados da folha de pagamento referente ao mês de setembro de 2018 – fornecidos por PROGEP/IFSul.

¹²⁴ Cf. quadro 26, adiante.

¹²⁵ Consideramos efetivos os docentes ativos (não aposentados).

¹²⁶ Incluem aqui os servidores do Ministério da Educação, dentre outros, os docentes EBTT.

apesar dos participantes do Funpresp-Exe, 36,2% são vinculados à educação, porém, por ser um dos maiores ministérios, apresenta um dos menores índices de adesão, apresentando, individualmente, 11,3% e 13,4%, em agosto de 2014, para os servidores acima do teto e acima dos 20% do teto respectivamente. Assim, percebemos a eficiência dos sindicatos em recomendar a não adesão na perspectiva de reverter às regras da previdência. Pena (2014, p. 10) observa que

as adesões dos servidores nessa área representa um dos maiores desafios à estratégia de ampliação da Funpresp-Exe devido às características de descentralização e interiorização das **Universidades e Institutos Federais**, mas, principalmente, como já mencionado, em virtude da atuação contrária de diversas entidades representativas de classe. As taxas de adesão deste segmento têm se mostrado consideravelmente mais baixas (13%) que as demais (45%), ainda que o contingente absoluto de adesões seja significativo em função da maior quantidade de servidores que ingressaram no setor nos últimos anos (grifos nosso).

Mesmo observando que os servidores com maior renda vêm aderindo mais ao fundo previdenciário, sua participação, no total, é pequena. Assim, é possível constatar, a partir dessa situação, que existe um motivo de insegurança por parte dos servidores em educação, aqui especialmente destacados os docentes EBTT. No IFSul, em setembro de 2018, temos 158¹²⁷ docentes contribuindo com o Funpresp-Exe, ou seja, 50,48% do total de ingressantes a partir de 1º março de 2013¹²⁸, já sob as regras do atual regime de previdência, bem como das alterações na carreira do MF (BRASIL, 2012b).

Pena (2014) observa, ainda, que a faixa etária de maior adesão encontra-se no grupo de até 24 anos, ou seja, os mais jovens, participando de 23,1% do total dos que aderiram ao fundo. Assim, conforme aumenta a faixa etária diminui a participação. Observa, também, que a UF de maior participação é o Distrito Federal (47,8%). O Estado do Rio Grande do Sul aparece com 13,8% do total. Em um ranking das instituições com menor participação, Pena (2014, p 12) aponta em 6º lugar o “IF-Rio-Grandense [*sic*]” (IFSul), com apenas 1% de adesão. Na RFEPCT, o autor avalia que no ranking de menores adesões figuram, em 10º lugar, os professores de Institutos Federais (EBTT) que, dos 3.565 ingressos, apenas 7% (238) aderiram ao

¹²⁷ Fonte: PROGEP/IFSul – folha de pagamento setembro/2018.

¹²⁸ Apesar da vigência da legislação ser a partir de 04/02/2013, como ocorre a vigência das mutações na carreira EBTT a partir de 01/03/2018, utilizamos esta última data para fins de análise quando for necessária a comparação dos dados de número de docentes que envolvam carreira e adesão ao fundo previdenciário. Dos docentes que optaram pela adesão ao fundo, nenhum que ingressou no mês de fevereiro. Dos que não aderiram, apenas dois tiveram ingresso neste intervalo (nos dias 25 e 27 de fevereiro de 2013).

fundo. Devemos observar que esses dados foram extraídos em 23 de agosto de 2014 levando-se em conta os ingressos a partir de 04 de fevereiro de 2013. Observamos que estes índices, pelo menos para o IFSul, já se encontram bem maiores¹²⁹, mas que deixam, ainda, mais da metade dos docentes sem a cobertura previdenciária complementar (cf. quadro 26, adiante). Essa situação evidencia o comportamento desigual (equidna) entre os servidores de uma mesma categoria, sinônimo de divisionismo (MÉSZÁROS, 2011).

Sartori *et al.* (2016, p. 588-589) observam que,

ao contrário do setor privado, onde a aposentadoria é limitada pelo teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a aposentadoria no setor público sempre foi obtida com vencimentos integrais, porém a regra de aposentadoria mudou a partir de fevereiro de 2013 [...] Segundo a nova regra, o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) proporcionará o benefício previdenciário complementar para aqueles que optarem por participar de seus planos.

Observamos, então, que, por ser opcional aos servidores e por haver o movimento contrário à adesão na base dos sindicatos, os docentes EBTT não aderiram como o governo federal planejou. Porém, mesmo com a adesão abaixo do esperado, novas articulações vêm surgindo no caminho de promover ajustes no caminho da financeirização desse “produto”. Tais ações se deram por meio de articulações promovidas pelo projeto do atual governo federal (2018), buscando a todas às custas a **reforma da previdência** a qual Antunes (2005b) denominou de “reforma da improvidência”, criticando as políticas de governo neoliberais de FHC.

Este movimento de reforma que deforma é similar à metáfora de Procusto, que impõe às suas vítimas sua lógica a partir de regras arbitrárias que somente as prejudicam. A aparente vantagem de uma aposentadoria privada decente passa pela sombra de um futuro incerto, típico do mercado de capitais, que sofre oscilações em razão do capital financeiro especulativo (ALVES, 2011; HOBBSAWM, 2000; MÉSZÁROS, 2002; NETTO, 2012a; CHESNAIS, 2015; CHOMSKY, 2002) e das crises cíclicas do capitalismo “[...] com epicentros vários, ora asiático, ora latino-americano, ora russo, ora norte-americano [...]” (ANTUNES, 2005b, p. 58).

Além das perdas de direitos, com a agenda da reforma da previdência (que está em curso e tende a ser incrementada por governos de direita) e outros

¹²⁹ Uma possível justificativa para o aumento do índice de adesão é que a partir de novembro de 2015, sob os efeitos da Medida Provisória nº 676/2015, este processo passa ser automático para os novos servidores que ingressam na carreira pública federal (FUNPRESP, 2018).

movimentos que vêm ocorrendo de acordo com a agenda neoliberal, podemos perceber esse processo de financeirização também nos governos de “esquerda” no Brasil (2003-2014), principalmente nos três setores da política social: previdência, saúde e educação. Sobre isso, Lavinias e Gentil (2018) observam que

Um dos riscos mais imediatos, resultado da **reforma da previdência**, é a abertura do Funpresp-Exe, hoje fundo fechado, à gestão da grande finança. Ele tenderá, assim, a se transformar num fundo de capitalização sem seu diferencial, o de ser um mecanismo de proteção de um setor específico, de menor risco e maior estabilidade de ingressos. Essa ameaça está posta desde já no projeto de incorporar planos de benefícios de servidores estaduais e municipais (LAVINAS; GENTIL, 2018, p. 208, grifos nosso).

As autoras observam a estratégia do governo de buscar “desonerar” as suas folhas de pagamento com os benefícios (conquistados pelos trabalhadores a partir de movimentos de lutas), tornando o fundo de pensão privado, parcialmente subsidiado pelo Estado, em um fundo de investimento. Tal discurso pauta-se em duas linhas de argumentação, sendo a primeira defendida com subsídios de dados estatísticos que apontam para o envelhecimento populacional no país e realizam projeções onde cidadãos com mais de 60 anos passam de 12,59% em 2015 para 31,5% em 2060. Como segundo argumento afirmam a necessidade de elevar a taxa de poupança (capitalização), o que estimularia a economia com mais injeção de capital no sistema produtivo (LAVINAS; ARAÚJO, 2017). Nesse ponto, as autoras observam que as projeções realizadas para identificar a taxa de envelhecimento apresentam inconsistências e que existem alternativas para tornar a previdência mais eficiente na medida em que haja incentivo para o emprego formal e a adoção de medidas que produzam aumento das receitas da Previdência Social. Entendemos que essas manipulações nos dados demonstram uma tendência do setor privado em encontrar, neste segmento de trabalhadores, a possibilidade de lucros, o que torna mais preocupante a possibilidade destes fundos serem abertos para investidores estrangeiros, alimentando o capital financeiro especulativo.

Lavinias e Araújo (2017) ainda apontam que entre o período da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e a instituição do Funpresp (BRASIL, 2012a), surge a Emenda Constitucional nº 41 (BRASIL, 2003) que altera significativamente os regimes de previdência introduzindo a contribuição aos inativos e o fim da aposentadoria integral¹³⁰ para os servidores públicos no RPPS. Tal movimento não impulsionou

¹³⁰ As aposentadorias passam a contar com regras que levam em consideração o tempo e os valores médios de contribuição - cf. Brasil (2018).

efetivamente os fundos de previdência privados, pelo menos no início de sua implantação.

A renúncia fiscal¹³¹ e a Desvinculação de Receitas da União (DRU)¹³² proporcionam, no orçamento da seguridade social, um desfalque que promovem um espaço para o argumento liberal de “menos Estado” quando apresentam apenas os números finais. Esse discurso é traduzido em

propostas de planos de previdência e de saúde populares, seguros variados, programas de microcrédito, linhas de crédito ao gosto do freguês [que] são algumas das rotas de progressão da finança na subsunção da política social. A conjuntura requer discernimento, perseverança e zelo crítico para desnudar sinais de modernidade e progresso que dissimulam, ao fim e ao cabo, impasses cujo perigo maior é hipotecar nosso futuro (LAVINAS; GENTIL, 2018, p. 209).

Percebemos que essa hipoteca produz riscos, principalmente quando o Estado opta por um fundo privado de previdência, mesmo que parcialmente subsidiado. Assim, passaremos a analisar como está sendo a adesão ao fundo de previdência no espaço de nossa pesquisa.

8.1 A adesão ao Funpresp no IFSul: a equidna no leito de Procusto

Para verificar como está se dando o comportamento dos docentes do IFSul diante dessa nova oferta e no intuito de analisar como vem se dando o índice de adesão ao Funpresp-exe, observamos os dados mostrados no quadro 26 e percebemos que, recentemente, está ocorrendo uma significativa adesão por parte dos docentes que ingressaram nos últimos anos.

Analisando as informações dispostas no quadro 26 percebemos que, embora haja um aparente equilíbrio entre os que aderiram ao fundo (se considerarmos apenas os totais das adesões) e os que não o fizeram, anualmente ocorre um aumento considerável na participação (taxa anual) dos docentes EBTT neste fundo previdenciário, superando inversamente o comportamento observado em 2013. Ressaltamos que, como informamos (cf. nota 129), a partir de novembro de 2015 houve um movimento de compulsório na adesão ao fundo.

¹³¹ Incentivos fiscais a empresas e grandes corporações (em sua maioria) bem como perdão ou desconto em dívidas de empresas inadimplentes com impostos e contribuições sociais.

¹³² Mecanismo que permite ao governo federal usar livremente 20% de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos os despesas, em 2016 houve aumento para 30% das receitas destinadas à seguridade social (GENTIL *et al.*, 2017).

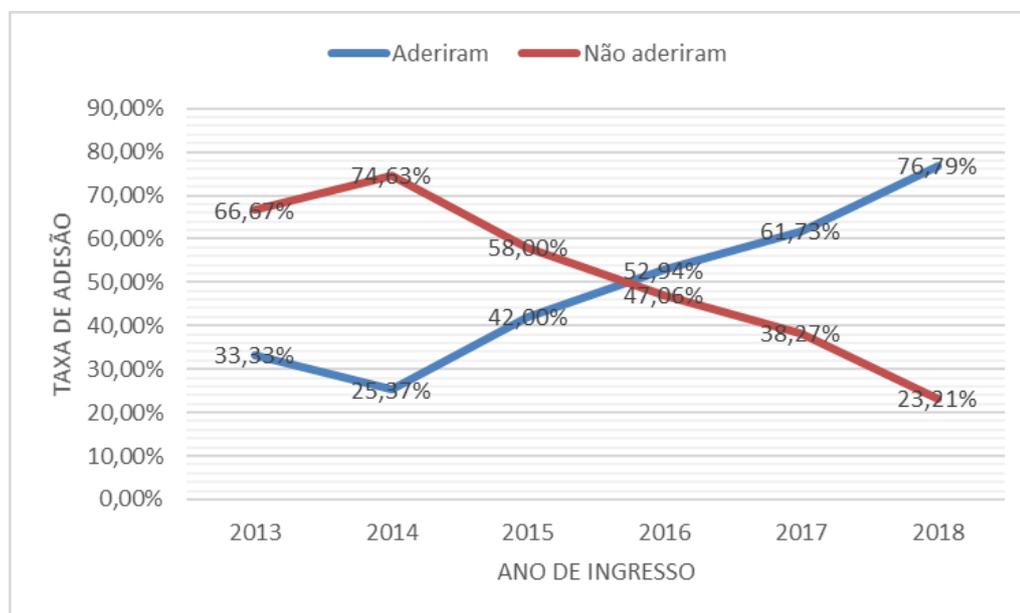
Quadro 26 – Docentes ingressantes a partir de 04 de fevereiro de 2013, por ano de ingresso no IFSul e atual situação com o Funpresp-Exe

Ano	Aderiram ao Funpresp?				Ingresso total
	Sim	%	Não	%	
2013	9	33,33%	18	66,67%	27
2014	17	25,37%	50	74,63%	67
2015	21	42,00%	29	58,00%	50
2016	18	52,94%	16	47,06%	34
2017	50	61,73%	31	38,27%	81
2018	43	76,79%	13	23,21%	56
Totais	158	50,16%	157	49,84%	315

Fonte: PROGEP/IFSul – Folha de pagamento – setembro/2018 (elaboração do autor).

Para melhor vislumbrar esse movimento, elaboramos o Gráfico 7, mostrado a seguir, que demonstra a tendência do índice relativo de adesão comparando os dois grupos (os que aderiram e os que não aderiram) em relação aos totais de ingressantes a cada ano, desde a implantação do fundo previdenciário. Observamos que houve, entre os anos de 2013 e 2014, o aumento da taxa relativa de não adesão, porém, a partir de 2015 as tendências se inverteram e, após o ano seguinte, o número dos docentes que optaram pela adesão passa a ser cada vez maior.

Gráfico 7 - Evolução da taxa de adesão ao Funpresp-Exe no IFSul



Fonte: PROGEP/IFSul – folha de pagamento de setembro/2018 – elaboração do autor

Diante dessa situação, surge uma dúvida que os números não podem responder: como ficam os docentes que ingressaram no IFSul e não aderiram ao fundo previdenciário, sendo que alguns já passaram pelo estágio probatório¹³³ e já

¹³³ Como vimos no capítulo 5, seção 5.3, o cumprimento dos três anos de estágio probatório permite

detém maiores ganhos? Em contraparte, se há uma orientação dos sindicatos para a não adesão, os que vêm aderindo sofrerão consequências?

Essas incertezas, mesmo sem resposta devido ao limite das informações disponíveis para esta pesquisa, apontam diretamente para a dimensão de precarização social do trabalho (cf. quadro 04), vinculada às questões do direito do trabalho (DRUCK, 2013a). Além destes docentes não terem a sua previdência garantida (aposentadoria) acima dos valores do teto, estão alheios ao benefício (híbrido – público – privado) que aparentemente garante melhores condições no pós-carreira (aposentadoria). Por outro lado, o risco da financeirização do produto (abertura do fundo ao capital especulativo), produz **insegurança** também naqueles que optaram pela adesão. Novamente nos deparamos com Procusto, que não nos dá alternativas, pois as duas soluções provocam perdas e inseguranças.

Também observamos comportamentos semelhantes tanto quanto ao sindicalismo como agora, na adesão ao fundo de previdência. Tais comportamentos são opostos, ou seja, à medida que a taxa de sindicalização decai a adesão ao fundo cresce. Podemos então suspeitar que haja uma relação entre os dois indicadores de precarização até aqui explorados¹³⁴. Porém, vimos que justamente a partir de 2015 a adesão passou a ser automática para os novos servidores (FUNPRESP, 2018).

Além da percepção das taxas de adesão ao Funpresp-Exe, podemos examinar até que ponto os docentes estão sendo afetados por essa situação (não adesão). Assim, consideramos importante analisar a realidade dos 155¹³⁵ docentes que não contribuem para o fundo de pensão em dois aspectos: no tempo de serviço (contribuição) – esta análise limita-se ao tempo de permanência na carreira, pois há a possibilidade de contabilizar o tempo em outras atividades que tenham contribuição, porém não afetam o regime de previdência; e idade – fator que é utilizado no cálculo para a aposentadoria.

ao docente avançar na carreira de acordo com sua titulação, o que permite maior remuneração, o que implica em distanciamentos do valor estipulado pelo teto da previdência. Essa situação, aos que não aderiram, provoca insegurança quanto à aposentadoria, pelo menos em relação aos rendimentos.

¹³⁴ Os indicadores 5 e 6 de Druck (2013a), cf. quadro 4 neste trabalho (5. Dificuldades na organização sindical e das formas de luta e representação dos trabalhadores; e 6. Crise do direito do trabalho provocado pela fetichização do mercado).

¹³⁵ Aqui desconsideramos os dois docentes que tiveram seu ingresso em fevereiro de 2013, pois estes ainda tiveram acesso aos diretos na carreira, tanto de aceleração da promoção (aumento de classe/nível em função da titulação (um deles possui doutorado e outro apenas graduação) e ainda ter progressão de nível na carreira em 18 meses – Observamos essas questões no capítulo anterior, principalmente quando verificamos a perspectiva de tempo de permanência na carreira conforme a titulação do docente.

Observando ainda o quadro 26, podemos perceber apenas o tempo de serviço no IFSul, pois não temos dados referentes à experiência profissional dos docentes ou o tempo de contribuição anterior ao seu ingresso.

Ressaltamos que os servidores que já pertenciam ao quadro efetivo mantêm os seus direitos previdenciários de aposentadoria, como é o caso dos dois docentes que ingressaram no mês de fevereiro de 2013 e que, mesmo após as novas regras da previdência, suas regras de progressão na carreira ainda não haviam sido alteradas). Essa sombra produzida entre as duas regras (carreira e previdência) produz mais uma individualidade. Assim, dentro dos limites que podemos observar até aqui, encontramos pelo menos quatro situações distintas: 1) servidores (docentes) que ingressaram antes de 2003 e detêm o direito à aposentadoria integral e, ao mesmo tempo, tiveram o direito de ascender na carreira com prazos menores de avaliação (progressão), o que encurtou sua chegada nos níveis mais altos da carreira; 2) os que ingressaram a partir de 2003 e têm a perspectiva de aposentadoria com valores menores limitada aos limites da média de suas remunerações (progrediram mais rapidamente também)¹³⁶; 3) os que ingressaram a partir de 2008, sob as regras da Lei 11.784 (BRASIL, 2008b) que tiveram acesso às regras de progressão com prazos menores, mas não detinham direitos à aposentadoria integral¹³⁷; e, 4) os que ingressaram a partir de 1º de março de 2013 que apresentam o perfil até aqui descrito. Estas configurações produzem concretas distinções dentro de uma mesma carreira, pois cada modificação produz sujeitos com direitos diferentes (a equidna sob os efeitos de procusto). Estas situações se assemelham aos direitos de herança, que Marx (2011a) observa que o sistema do capital considera como natural, porém

[...] A própria herança e outras relações jurídicas similares que perpetuam as desigualdades assim surgidas nada afetam essa liberdade e essa igualdade naturais [... ao contrário] Trata-se [...] de uma vigência da determinação social para além do limite natural da vida [...] cujo efeito [...] seria muito mais a supressão da liberdade do indivíduo (MARX, 2011a, p. 301).

Distinções que criam sujeitos diferentes em um mesmo espaço bem similar nossa sociedade quando produz privilégios de classe. Avançando no olhar para essas divergências e considerando as mutações nas regras de aposentadoria, verificamos que, em 04 de novembro de 2015 – com a promulgação da Lei nº 13.183 (BRASIL,

¹³⁶ Estes puderam chegar mais rapidamente ao topo da carreira – que se traduz em melhores remunerações (cf. quadros 17 e 18).

¹³⁷ Até 2013 não puderam alcançar o topo da carreira devido o curto espaço de tempo, considerando o tempo de intervalo a cada progressão (1,5 anos).

2015a) que converteu a Medida Provisória nº 676/2015 –, o trabalhador brasileiro passou às regras progressivas de pontuação para aposentadoria mediante a soma entre o tempo de contribuição (em anos) e a idade do trabalhador, conforme o quadro 27 (adiante) que construímos para ilustrar e esclarecer essas regras.

Quadro 27 – Limites mínimos de pontuação para aposentadoria

Vigência	até 30/12/2018		de 31/12/2018 até 30/12/2020		de 31/12/2020 até 30/12/2022		de 31/12/2022 até 30/12/2024		de 31/12/2024 até 30/12/2026		a partir de 31/12/2026	
	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc
Mínimos												
Pontos	85	95	86	96	87	97	88	98	89	99	90	100
Idade	55	60	56	61	57	62	58	63	59	64	60	65
Tempo de contribuição	30	35	30	35	30	35	30	35	30	35	30	35

Fonte: Adaptado de Brasil (2015).

Observação: Para professores que atuaram exclusivamente no magistério da educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), há um redutor de 5 pontos, tanto para homens como mulheres (§3º do Art. 29-C).

Utilizamos valores constantes para os limites, pois assim está prescrito na legislação, porém eles podem variar para mais ou para menos por haver casos de aposentadorias especiais em determinadas carreiras. Esta legislação inaugura um forte movimento do Estado brasileiro no caminho de uma reforma mais profunda na previdência, colocando em risco mais ainda os direitos até então conquistados, a reforma da improvidência, nas palavras de (ANTUNES, 2005b).

8.2 Novos tempos, novas incertezas

Em outubro de 2018 ocorreram eleições, em segundo turno, no Brasil. Dentre os cargos postulados, tivemos candidatura à Presidência da República, Governadores de Estado e membros do congresso nacional. Embora a eleição presidencial tenha sido bem polarizada, houve ligeira vantagem do candidato assumidamente de direita, Jair Bolsonaro, do Partido Social **Liberal** (PSL). Sua plataforma abertamente aponta para o Estado mínimo apoiando o Liberalismo econômico, a iniciativa privada, o governo limitado, o conservadorismo, dentre outros temas que divulgam em sua plataforma. Detalhamos suas prioridades, no quadro 28, por entendermos a importância de conhecer os caminhos que as políticas e os direitos

sociais devem se encaminhar em um novo governo assumidamente de direita.

Quadro 28 – Plataforma política do PSL

- a) segurança pública nacional, em todos os níveis, prestigiando, protegendo e apoiando os respectivos órgãos que nela atuam, tais como as polícias federal, rodoviária federal, militares e civis; receita federal; corpos de bombeiros; as guardas municipais e as Forças Armadas;
- b) proposição de mudanças legislativas e implementação de políticas que visem minimizar os índices crescentes de violência e homicídios no país, reduzindo-os substancialmente no mais curto espaço de tempo possível;
- c) políticas de proteção às nossas fronteiras, minimizando o contrabando e o tráfico de armas e de drogas;
- d) políticas de esclarecimento à população, que visem a conscientização a respeito dos **males provocados pelo comunismo e socialismo**;
- e) **proteção à propriedade privada** e garantia de que cada cidadão de bem tenha o direito de proteger seu principal patrimônio: sua vida. Para tanto, é necessária a **revogação do Estatuto do Desarmamento** e a criação de condições para que os cidadãos possam ter a posse de armas de fogo, se assim o desejarem;
- f) proteção intransigente à democracia e à liberdade de cada cidadão;
- g) **redução do tamanho do Estado**, em todos os seus níveis e esferas, a fim de torná-lo mais ágil e eficiente, bem como menos corrupto;
- h) garantia de prestação de **serviços públicos de qualidade e de eficiência** nas áreas de **saúde e educação**;
- i) incentivo a todas as formas de **livre iniciativa privada**, mediante a adoção de **políticas econômicas liberais**, a fim de que haja maior produção de riqueza e melhor distribuição;
- j) combate à censura, ao constrangimento e aos **desequilíbrios morais e sociais** decorrentes do discurso “politicamente correto”;
- k) combate à sexualização precoce de crianças;
- l) combate à apologia da ideologia de gênero;
- m) combate aos privilégios decorrentes de “quotas” que resultem na divisão do povo, seja em função de gênero, opção sexual, cor, raça, credo;
- n) combate frontal à corrupção endêmica instalada no Brasil, em todas as suas formas, níveis e esferas;
- o) **vedação de parcerias, alianças, conjugações e coligações com partidos de esquerda bolivariana, tais como PT, PSol, PCdoB, PSTU, PCO, PCB, e quaisquer outros que apoiem regimes autoritários instalados em outros países.**

Fonte: PSL (2018, grifos nosso).

Essas metas, além de elencar prioridades radicais, no sentido de tratar o pensamento de esquerda como prejudicial ao Estado, só são prejudiciais à classe que vive do trabalho. No item proteção à propriedade privada, observamos evidentemente ideais liberais retornando com força. Se tais medidas forem colocadas em prática, estaremos beirando um Estado de exceção muito similar ao golpe militar de 1964 (no Brasil).

Logo, trata-se de um momento de muita apreensão, pois, como vimos, essas políticas neoliberais priorizam a retirada de direitos sociais principalmente dos sujeitos que vivem do trabalho, (re)inaugurando a fase do Estado empresário. Declaram o combate à censura, porém apresentam objetivos evidentes que visam à destruição de direitos conquistados por minorias discriminadas, bem como de repúdio a políticas e partidos políticos de esquerda. As medidas de apoio à livre iniciativa

privada e redução do Estado convergem com as medidas que aqui foram analisadas face às mutações provocadas pela legislação que evidenciam retiradas de direitos. Em um Estado mais à direita, corremos o risco de termos esses direitos, até então garantidos, também sendo retirados, ou seja, estamos deitados no leito de Procusto aguardando as amputações e desmembramentos.

Rocha e Macário (2015, p. 197) observam que “o fim da aposentadoria integral para os servidores públicos era objeto de desejo das frações da classe dominante, principalmente as que personificam o capital financeiro e que deram a tona do governo FHC”. Tratava-se de um governo que adotou políticas neoliberais abertamente. Assim, com a retomada da direita nas urnas, é perfeitamente previsível a existência de comportamentos dessa natureza (ou pior) no novo governo que inicia em janeiro de 2019.

Ressaltamos que o momento em que se deu esta pesquisa é anterior à posse deste novo governo. Assim, para efeito de análise neste trabalho, consideraremos o tempo de serviço desde o ingresso dos docentes do IFSul a fim de poder comparar os números, porém sabendo, que é possível os mesmos terem maior tempo para aposentar-se. Lembramos, nesse sentido, que a atuação na Educação Básica (própria da carreira docente EBTT) possibilita o direito ao docente à aposentadoria especial, ou seja, uma redução de cinco anos nos limites de contribuição e idade para aposentadoria. Este indicador só tem sentido para efeitos de aposentadoria se agregado à idade, indicador que buscamos com mais detalhes a seguir.

Um indicador importante que envolve o tempo de serviço é a informação daqueles que concluíram, ou não, o estágio probatório que optaram, ou não, ao Funpresp-Exe. O quadro 29 apresenta estes dados. Percebemos que dos 313 docentes, 142 (45,37%) já completaram o estágio probatório e, destes, 95 não aderiram ao fundo. Este dado acompanha a lógica apresentada no quadro 26, mas nos fornece o elemento faixa etária que mostra docentes com idade mais avançada sem contribuição complementar, ou seja, com perspectiva de aposentadoria pelo teto da previdência e sem o plano que assegura melhores ganhos. O fato de ter completado o estágio probatório permite o salto na carreira por titulação (aceleração da promoção) o que se traduz em rendimentos maiores, possivelmente já ultrapassando o teto previdenciário, o que pode gerar perdas futuras.

Quadro 29 – Totais de docentes com e sem adesão ao Funpresp-Exe por faixa etária

Faixa etária	Com Funpresp			Sem Funpresp			Totais		
	Probatório		Total	Probatório		Total	Probatório		Total
	Compl.	Incompl.		Compl.	Incompl.		Compl.	Incompl.	
26 a 30	4	24	28	9	14	23	13	38	51
31 a 35	18	32	50	24	16	40	42	48	90
36 a 40	15	31	46	29	16	45	44	47	91
41 a 45	6	12	18	15	7	22	21	19	40
46 a 50	2	6	8	9	3	12	11	9	20
51 a 55	1	2	3	6	3	9	7	5	12
56 a 60	1	3	4	3	1	4	4	4	8
61 a 65	0	1	1	0	0	0	0	1	1
Total	47	111	158	95	60	155	142	171	313

Fonte: PROGEP/IFSul – folha de pagamento de setembro/2018 (elaboração do autor).

Obs.: Dados referentes aos docentes que ingressaram a partir de 1º de março de 2018.

Buscando analisar o perfil etário dos docentes do IFSul que estão sob os efeitos dessas legislações, adotamos o intervalo de idade de cinco anos, iniciando pela idade de 26 anos (menor idade encontrada entre os que ingressaram no período). O quadro 29 nos permite realizar uma projeção e verificar a situação dos docentes que ingressaram no IFSul após 1º de março de 2013. Verificamos que dos professores que aderiram ao Funpresp, cerca de 70% (111) não concluiu o seu estágio probatório, ou seja, ainda estão posicionados no início da carreira (Classe D I), onde possuem menores remunerações, mesmo dependendo da titulação. Além disso, permanecerão mais tempo na carreira, pois metade destes (56) estão nos dois primeiros níveis de faixa etária, entre 26 e 35 anos.

Observando o quadro 30, a seguir, percebemos que dos docentes que optaram pelo fundo previdenciário e não concluíram o estágio probatório, 72,3% (66) possuem título de doutor ou mestrado com RSC III, o que os coloca no maior nível de remuneração por titulação. Observando as tabelas remuneratórias, na primeira posição da carreira, para esse tipo de titulação, somando-se VB (quadro 17) e RT (quadro 18) de um docente com regime de trabalho de 40 horas com dedicação exclusiva (todos ingressam nessa condição) temos uma remuneração de R\$ 9.627,92, valor bem acima do teto da previdência (R\$ 5.645,80). Já para o outro grupo, mestres e especialistas com RSC II, o valor seria R\$ 6.668,20, muito mais próximo ao valor do teto. Além do desconto do fundo, o docente deve ter descontados os valores de previdência e imposto de renda. Mesmo considerando esses valores acima da média

de remuneração nacional para professores de outras redes, principalmente as públicas estaduais e municipais, verificamos que para o docente ter uma carreira decente, seus vencimentos devem ser suficientes para se manter. Vimos que o salário para se viver com o mínimo de dignidade, segundo o DIEESE (2018), deve ser de R\$ 3.783,39, ou seja, esse valor seria para suprir as necessidades básicas mínimas. Observando que o docente deve investir em sua formação (inicial e continuada), adquirir livros e ter uma vida cultural razoável para poder construir conhecimentos e ter estrutura suficiente para lidar com a educação, vemos que tanto o teto da previdência quanto à remuneração do segundo nível são próximas deste nível básico de subsistência. Assim, políticas que aleijam a perspectiva de remuneração e, principalmente, de aposentadoria digna, só produzem insegurança no trabalhador, sinônimo de precarização.

Quadro 30 – Total de docentes que aderiram ao Funpresp e não concluíram o estágio probatório no IFSul segmentados por titulação e faixa etária

Faixa etária	TITULAÇÃO				Total
	Doutorado	Mestrado + RSCIII	Mestrado	Especialização + RSC II	
26 a 30	5	7	12	-	24
31 a 35	7	13	12	-	32
36 a 40	7	10	13	1	31
41 a 45	2	8	2	-	12
46 a 50	1	1	3	1	6
51 a 55	1	-	-	1	2
56 a 60	3	-	-	-	3
61 a 65	1	-	-	-	1
Total	27	39	42	3	111

Fonte: PROGEP/IFSul – folha de pagamento de setembro/2018 (elaboração do autor).

Olhando o outro lado da tabela remuneratória, um professor na classe titular (somente doutores), com pelo menos 19 anos de trabalho (quadro 16), chega, nos dias de hoje ao valor bruto de R\$ 19.985,24, sem contar os descontos previdenciários e imposto de renda. Trata-se de um valor mais confortável, porém leva-se muito tempo nos patamares inferiores de remuneração. Como vimos nos quadros 17 e 18, apenas quando se chega na classe D IV há um salto significativo nos valores. É de se estranhar esse salto, pois quando se pensa em carreiras com classes e níveis torna-se necessário pensar em um tratamento isonômico. Com a diferença existente, para o professor, passa a ser quase que como um rito de

passagem. Assim, criam-se distinções que provocam individualismos.

Devemos observar que a crescente progressão do limite de idade nas regras da previdência (cf. quadro 27) acaba sendo uma penalização para o trabalhador em razão de um déficit existente, ou seja, um retrocesso na impossibilidade de garantias em relação à direitos trabalhistas adquiridos em processos históricos de lutas e negociações. Tais constatações corroboram com o que Mézáros (2002) afirma acerca do comportamento econômico, onde

o estreitamento da margem de acumulação lucrativa do capital afetou grandemente as perspectivas do **movimento dos trabalhadores** até mesmo na maioria dos países de capitalismo avançado. Não apenas **piorou o padrão de vida da força de trabalho** em emprego formal (para não mencionar as condições de milhões de pessoas desempregadas e subempregadas), mas [...] também reduziu as possibilidades da sua ação autodefensiva como resultado da **legislação autoritária imposta às classes trabalhadoras** pelos seus parlamentos **supostamente democráticos** (MÉSZÁROS, 2002, p. 824, grifos nosso).

O Estado brasileiro, na defesa de reformas na previdência, argumenta de que a expectativa de vida da população vem aumentando. Observamos, porém, que essa proporção não acompanha numericamente os limites estabelecidos nessa lei (BRASIL, 2015a) para os fins de aposentadoria. Dados do IBGE indicam que na última década do século passado (entre 1991 e 2000), a população brasileira experimentou um acréscimo de 2,6 anos no índice de expectativa de vida, sendo de 64,8 anos para os homens e 72,6 anos para as mulheres (IBGE, 2018a). Cabe ressaltar que o estudo trata de uma média e que vivemos em um país de dimensões continentais com diferenças regionais profundas. À guisa da compreensão dessas dimensões, podemos observar o Atlas Nacional Digital (IBGE, 2018b) para percebemos as diferenças quanto à expectativa de vida também no mundo.

Observando o mapa (Figura 5, adiante), percebemos que, em 2014, a expectativa de vida da população brasileira, em média, encontrava-se entre 70 e 75 anos. Comparando com as regras de transição e verificando então o tempo “mínimo” estimado para aposentadoria, não restaria muito tempo para o trabalhador desfrutar do seu direito à aposentadoria. Devemos levar em conta que a expectativa de vida da população aumenta de acordo com as melhorias nas suas condições de vida que, necessariamente, passam pelas questões previdenciárias e pelo tempo dedicado ao trabalho, ambos frutos de lutas da classe que vive do trabalho nos quais o Estado vem subtraindo direitos sob a pressão do capital financeiro internacional. Mézáros (2002) denunciou que essas perdas trabalhista afetam as condições de vida dos

trabalhadores produzindo mais precarização. Entendemos que essa situação pode levar à redução da expectativa de vida, tornando mais distantes os objetivos de aposentadoria para a classe que vive do trabalho.

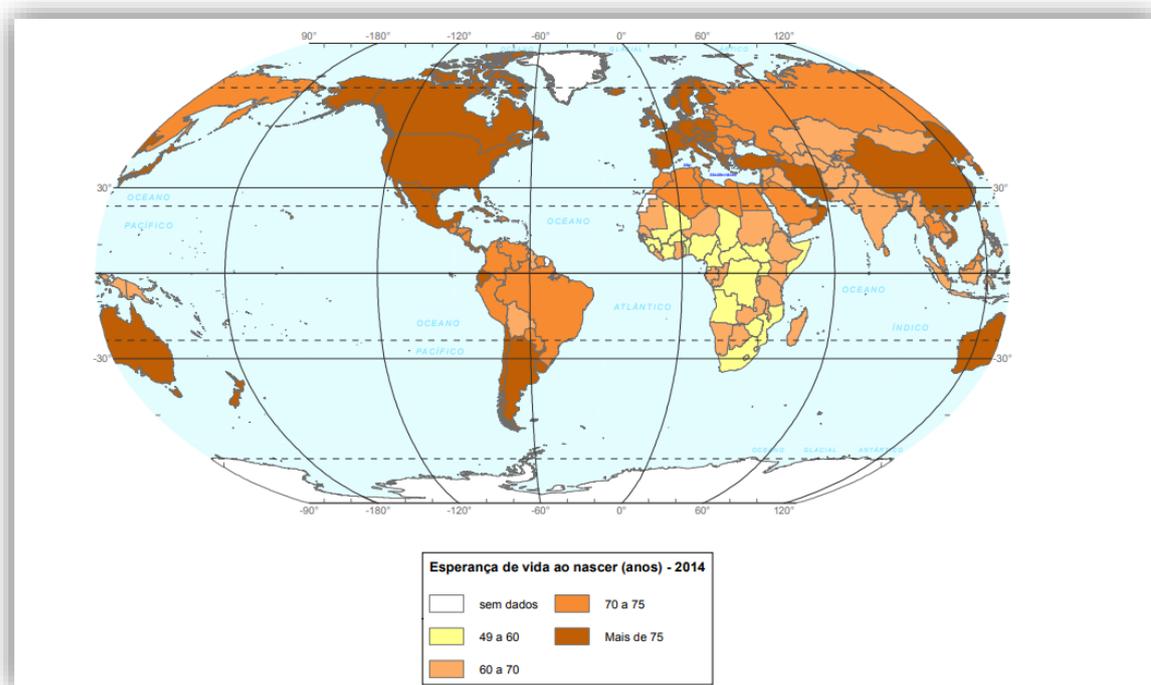


Figura 5 - Atlas Nacional Digital – Indicadores Sociais – Esperança de Vida ao Nascer
Fonte: IBGE, 2018b.

A tabela 2, a seguir, apresenta os totais de docentes por faixa etária que ingressaram no IFSul antes e depois de 1º de março de 2013. Nela, percebemos uma maior concentração, nas primeiras faixas, da população com ingresso posterior a 2013. Observando este comportamento, pressupomos que boa parte dos docentes que ingressaram nesse período não possui muito tempo de contribuição anterior à carreira, o que nos leva a conclusão de que boa parte (45,05%) está nos dois primeiros níveis da amostra, ou seja, tem até 35 anos. Observando as regras descritas no quadro 27, verificamos que a idade é um dos componentes no cálculo para a aposentadoria.

Tabela 2 – Docentes que ingressaram no IFSul antes e depois de 1º de março de 2013 – distribuídos por faixa etária

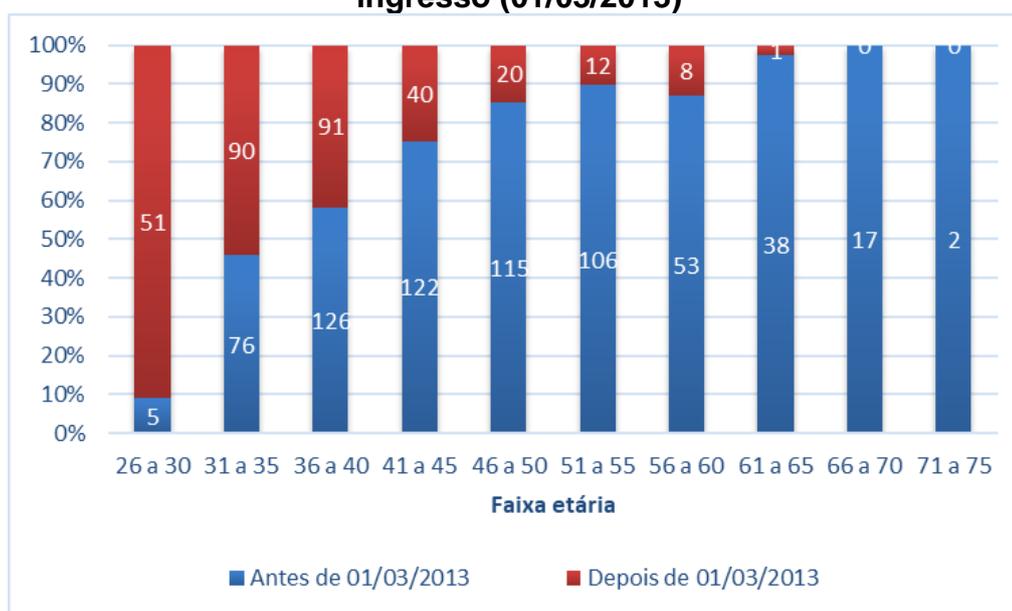
Idade	Docentes totais	%	ingresso em 01/03/2013			
			antes	%	depois	%
26 a 30	56	5,76%	5	0,76%	51	16,29%
31 a 35	166	17,06%	76	11,52%	90	28,75%
36 a 40	217	22,30%	126	19,09%	91	29,07%
41 a 45	162	16,65%	122	18,48%	40	12,78%
46 a 50	135	13,87%	115	17,42%	20	6,39%
51 a 55	118	12,13%	106	16,06%	12	3,83%
56 a 60	61	6,27%	53	8,03%	8	2,56%
61 a 65	39	4,01%	38	5,76%	1	0,32%
66 a 70	17	1,75%	17	2,58%	0	0,00%
71 a 75	2	0,21%	2	0,30%	0	0,00%

Fonte: IFSul/PROGEP – Folha de pagamento de setembro de 2018 (elaboração do autor).

Obs.: Idade calculada em anos completos no dia 13/11/2018.

Assim, aliando idade e tempo de serviço para os docentes que ingressaram a partir de 1º de março de 2013, analisamos os que aderiram ao Funpresp-Exe e os que não o fizeram dentro de cada faixa etária (cf. Quadro 29). Podemos perceber, então, um tratamento distinto que afeta em maior grau gerações distintas, o que pode vir a provocar a existência de grupos por afinidade, desmobilizando coletivos na mesma lógica capitalista da máxima do separar para conquistar de Sun Tzu (2006).

Gráfico 8 – Participação dos docentes nos grupos etários por período de ingresso (01/03/2013)



Fonte: PROGEP/IFSul – folha de pagamento de setembro/2018 (elaboração do autor)

Podemos perceber visualmente a participação de cada grupo no gráfico 8, que expressa de forma evidente a presença relativa dos docentes nos grupos etários que representam os mais jovens. A análise pura das faixas etárias (gráfico 8 e tabela 2) nos desvelam parte do perfil do docente que aderiu ou não ao Funpresp. Assim, sentimos a necessidade de cruzar os dados de adesão com os de sindicalização. Como percebemos, o índice de sindicalização vem decrescendo em oposição ao de adesão ao fundo de previdência. Verificamos que houve, na implementação do Funpresp, um forte movimento sindical em oposição à adesão ao mesmo (PENA, 2014). Assim, buscamos analisar o perfil dos docentes ingressantes a partir de março de 2013 com relação ao grau de sindicalização e adesão ao fundo previdenciário.

Quadro 31 – Adesão ao Funpresp e sindicalização por ano de ingresso

Ano de ingresso	Sindicalizados			Não sindicalizados			Totais
	Com Funpresp	Sem Funpresp	Total	Com Funpresp	Sem Funpresp	Total	
2013	6	7	13	3	9	12	25
2014	9	27	36	8	23	31	67
2015	11	13	24	10	16	26	50
2016	9	7	16	9	9	18	34
2017	23	12	35	27	19	46	81
2018	4	0	4	39	13	52	56
Totais	62	66	128	96	89	185	313

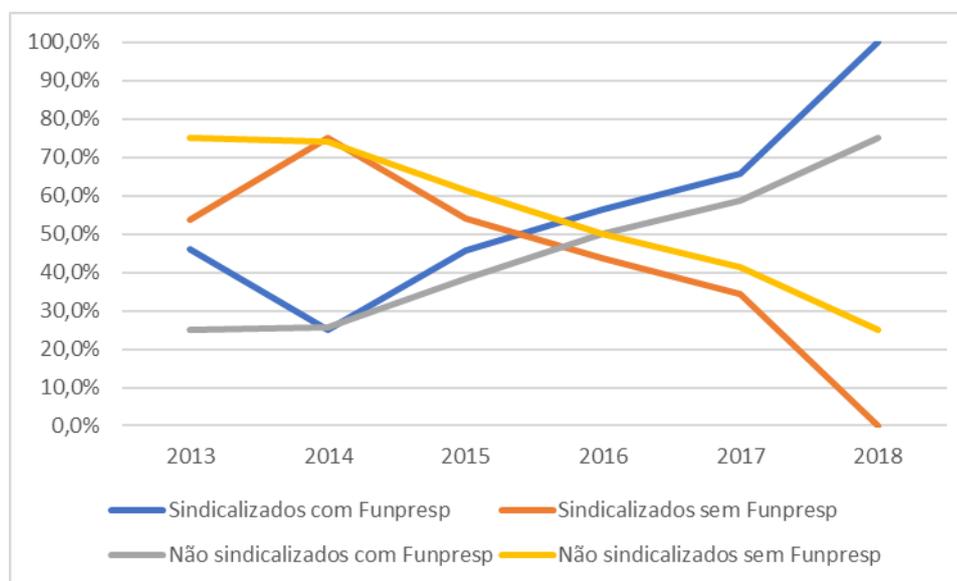
Fonte: IFSul/PROGEP – Folha de pagamento de setembro de 2018 (elaboração do autor).

Dos 313 docentes que ingressaram a partir de 1º de março de 2013 observamos que 128 encontravam-se sindicalizados, sendo 110 do SINASEFE e 18 da ADUFRGS. Dos não sindicalizados (185) 96 deles aderiram ao fundo previdenciário. Assim, como nas análises anteriores, percebemos certo equilíbrio entre os dois grupos. Dessa forma, igualmente sentimos a necessidade de separar os grupos por ano de ingresso, ou seja, de 2013 a 2018, para assim verificarmos o comportamento dos sindicalizados e não sindicalizados.

A adesão ao Funpresp, como percebemos no quadro 31, tanto para o grupo de sindicalizados como os não sindicalizados, vem aumentando, apresentando enquanto a não adesão ao fundo vem decaindo, independente da sindicalização. Assim, a adesão ao fundo independe da sindicalização, pois as duas situações apresentam a mesma tendência. Para ilustrar melhor, apresentamos, a seguir, o gráfico 9, que representa essas tendências. Percebemos que até 2014 ainda existia

uma tendência de resistência ao fundo, mas a partir de 2015 a adesão ao fundo vem crescendo.

Gráfico 9 - Adesão ao Funpresp conforme sindicalização por ano de ingresso no IFSul



Fonte: PROGEP/IFSul – folha de pagamento de setembro/2018 – elaboração do autor

Embora a filiação sindical tenha se apresentado como não interveniente no grau de adesão ao fundo previdenciário, percebemos que com o decréscimo da taxa de sindicalização houve um comportamento maior de adesão ao Funpresp. Dessa forma, tal comportamento está atrelado à falta de articulação do grupo dos docentes mais novos, o que representa falta de diálogo entre os pares. Verificamos, também, o comportamento desse grupo de ingressantes, em sua maioria nas primeiras faixas etárias em que utilizamos na análise (jovens) e a grande maioria com alta titulação (mestrado ou doutorado), representados no quadro 30. Jovens, com alta titulação e baixa sindicalização – este perfil indica uma tendência de desmobilização à medida que esses profissionais forem envelhecendo. Portanto, estamos observando o fenecimento da capacidade de mobilização de um grupo de profissionais em uma unidade de uma Rede Federal que tem sua estrutura e funcionamento similar ao conjunto maior.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos no capítulo anterior, vivemos momentos de incertezas, porém tomamos como problema de pesquisa a precarização social do trabalho dentro da carreira docente EBTT. Diante deste desafio, buscamos responder as três perguntas formuladas inicialmente (cf. cap. 3).

Dessa forma, à primeira questão buscou avaliar **quais as possíveis mutações nas relações de trabalho dos docentes da carreira docente EBTT, antes e após a vigência da legislação**. Esta indagação foi densamente explorada ao longo do trabalho, verificamos que as mutações estão afetando a forma de mobilização destes professores, conduzindo a um processo de redução na taxa de filiação sindical e de insegurança quanto às regras de aposentadoria/previdência em vigor para os que ingressaram posteriormente à data limite de análise, 1º de março de 2013.

A segunda questão buscava entender se **as mutações na carreira docente, principalmente aquelas decorrentes das mudanças legislativas a partir de 2013 produzem a precarização social do trabalho**. Verificamos que as mudanças produziram uma alteração significativa no perfil do docente, efetivamente afetando não só as questões de remuneração, como também a sua capacidade de mobilização, refletida tanto nos indicadores de filiação sindical quanto no comportamento de adesão ao fundo previdenciário criado pela legislação analisada. Tais comportamentos coadunam com as categorias de análise de Graça Druck (2011, 2013a, 2013b), em especial as dimensões 5 (dificuldades da organização sindical e das formas de luta e representação dos trabalhadores), quando verificamos que há concorrência entre os sindicatos e sua consequente pulverização na RFEPCT.

A terceira e última questão buscou verificar se **a mobilização sindical é efetiva diante das mutações na carreira docente EBTT e na RFEPCT**. Embora a análise tenha se dado no âmbito do IFSul, foi possível perceber o divisionismo existente na RFEPCT onde há uma repartição entre três instituições sindicais: ANDES, Sinasefe e PROIFES. Como pelo menos um deles (PROIFES) é antagônico aos demais e foi protagonista em negociações da carreira, entendemos que a efetividade se daria na desejável unificação sindical, porém algo ainda distante.

De igual forma, elencamos alguns objetivos para cercar o fenômeno a ser analisado nesta pesquisa, qual seja, a precarização social do trabalho dos docentes

da carreira docente EBTT. Assim, o primeiro objetivo tratou de **levantar documentos legais e normativos que estabelecem parâmetros para inserção e manutenção do professor na carreira docente EBTT**. Buscamos na legislação posta, bem como analisamos informações disponibilizadas sob a forma de banco de dados de onde pudemos traçar um perfil dos docentes do IFSul e identificar como se dá seu ingresso e permanência diante de uma carreira que vem sendo modificada produzindo distinções em seu interior.

O segundo objetivo tratou de **examinar as mudanças produzidas pela legislação, na remuneração, previdência e no desenvolvimento da carreira docente EBTT**. Verificamos que a legislação que trata da carreira vem sofrendo mutações que incidem diretamente na remuneração, no tratamento dado pela previdência e no desenvolvimento da carreira. Vimos que o tempo para se chegar aos últimos níveis na carreira vem aumentando e que as alterações na previdência vem produzindo perdas e insegurança.

O terceiro objetivo teve como intenção **verificar se há indicação de precarização social do trabalho do docente em razão da organização política (sindical)**. Percebemos o comportamento da sindicalização por meio dos estudos de Prado (2013), Mészáros (2015a, 2015b), Druck (2011, 2013a, 2013b), dentre outros, bem como por meio dos dados levantados no IFSul, que mostraram que há fortes indícios de precarização da carreira e que a mobilização sindical vem fenecendo, de forma lenta, mas significativa.

Dessa forma, o objetivo principal (geral) desta pesquisa foi **a identificação da existência (ou não) de indicativos de precarização do trabalho na carreira docente EBTT, considerando as mudanças no campo da remuneração, previdência social e da organização política/sindical dos professores, bem como nas modificações na estrutura da RFEPCT quando de sua criação**.

Se levarmos em consideração que este trabalho buscou demonstrar a precarização nestes três níveis em que a carreira docente EBTT se localiza em seu centro, verificamos que o fenômeno da precarização vem ocorrendo em todos estes âmbitos, porém não conseguimos estabelecer relação entre mobilização sindical e a adesão ao Funpresp, parecendo este último movimento ser autônomo¹³⁸. Porém, tal autonomia é reflexo do individualismo encontrado na literatura consultada, bem como

¹³⁸ Aqui evidenciada a autonomia em razão da adesão compulsória ao Funpresp a partir de 2015.

nos dados estatísticos do corpo docente do IFSul. Recorremos, também, à bases de dados nacionais (PNAD, Plataforma Nilo Peçanha, DIEESE, dentre outros) que consubstanciaram elementos suficientes para trazer à tona uma problemática que vem sendo muito explorada em pesquisas, a precarização social do trabalho, mas que vimos no capítulo 4 o ineditismo da abordagem do sindicalismo e da previdência que discutimos, em especial a sua interrelação.

Com relação à previdência e o desenvolvimento na carreira, identificamos quatro perfis¹³⁹ de acordo com a data de ingresso e das formas de progressão na carreira pelas quais passaram. Identificamos esses perfis como modelos diferenciados do leito de Procusto e, por serem diferenciados, assemelham-se à equidna. Constituem-se em um todo composto por partes diferentes, ou seja, não há homogeneidade e, conseqüentemente, unidade.

O comportamento individualista permite ao Estado (patrão), por meio da desmobilização, promover retirada de direitos e, ao mesmo tempo, garantir cada vez mais a exploração sob o discurso de “enxugar” a máquina (Estado). Tal discurso de direita vem ganhando força, como vimos nas últimas eleições majoritárias no Brasil. Vence o discurso de direita que, mesmo com o país dividido, demonstra a desmobilização da população. Tal comportamento reflete no perfil que apresentamos aqui, tanto ao discutir as mutações na previdência quanto no sindicalismo, mais especificamente a filiação sindical no contexto do IFSul.

A sociedade e a carreira divididas só reforçam o poder do Estado em avançar nas reformas. Mézáros (2011) já nos alertou, anteriormente, acerca dos divisionismos, e indicou que se não formos capazes de nos mobilizar e unir para (re)conquistar direitos, estaremos cada vez mais sozinhos em um labirinto onde cada um se resolve no ápice do individualismo pós-moderno (HARVEY, 2010).

Assim, o Estado Procusto provoca na carreira equidna a precarização social do trabalho. Deixamos como proposta a futuros pesquisadores que se interessam pelo assunto o aprofundamento em questões que também concorrem para

¹³⁹ 1) Servidores (docentes) que ingressaram antes de 2003 e detêm o direito à aposentadoria integral e, ao mesmo tempo, tiveram o direito de ascender na carreira com prazos menores de avaliação, o que encurtou sua chegada nos níveis mais altos da carreira; 2) os que ingressaram a partir de 2003 e têm a perspectiva de aposentadoria com valores menores limitada aos limites da média de suas remunerações (progrediram mais rapidamente também); 3) os que ingressaram a partir de 2008, sob as regras da Lei 11.784 (BRASIL, 2008b) que tiveram acesso às regras de progressão com prazos menores, mas não detinham direitos à aposentadoria integral ; e, 4) os que ingressaram a partir de 1º de março de 2013 que apresentam o perfil até aqui descrito.

a precarização, bem como estender esta análise para outras unidades da RFEPCT, verificando se há uma reprodução dos comportamentos ou que tipo de fenômeno ocorre: individual, regional, por origem de institucionalidade ou geral.

De igual forma, o fenômeno da precarização em relação à mobilização (filiação) sindical deve ser mais explorado tanto na RFEPCT como em outros espaços laborais, pois futuros estudos podem traduzir-se em novas formas e estratégias de lutas da classe trabalhadora ou das classes que vivem do trabalho, independentemente de serem servidores públicos ou trabalhadores da iniciativa privada.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. Trabalho decente. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena [orgs]. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Zouk, 2011. p. 445-452.
- ADELANTADO, J.; NOGUERA, J.A.; RAMBLA, X. **El marco de análisis: las relaciones complejas entre estructura social y políticas sociales**. Cambios en el Estado del Bienestar. Barcelona: Icaria. 2000.
- AHUMADA, C.A.V. Capitalismo y subjetividade laboral. El discurso del malestar docente. In: **Aposta – revista de ciencias sociales**. n. 59, Octubre, Noviembre y Diciembre 2013. Disponível em: << <http://www.apostadigital.com/revistav3/hemeroteca/cvenegas2.pdf>>>. Acesso em: 22/08/2016.
- ALVES, G. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- AMORIM, M.M.T. **A organização dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia no conjunto da educação profissional brasileira**. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2013. (Tese de doutorado).
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. - 10a. ed. - São Paulo: Cortez, 2005a.
- ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. - 2a. ed. - Campinas-SP: Autores Associados, 2015b.
- ATA da reunião de fundação do PROIFES**. Brasília-DF, 15 de abril de 2004. Disponível em: << <http://www.adurn.org.br/secretaria/arquivos/e174f738952ac85e334c16b1ed86adfb.pdf>>>. Acesso em: 22/10/2018.
- AUSTIN, J.L. **Sentido e percepção**. 2a. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BALL, S.J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. In: **Currículo sem fronteiras**, v. 1, n. 2, pp. 99-116, jul/dez – 2001. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.pdf>>. Acesso em: 18/08/2015.
- BASSO, I.S. Significado e sentido do trabalho docente. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 19, n. 44, p. 19-32, Abr. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000100003&lng=en&nrm=iso>>. Acesso em: 23/08/2016.
- BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. – 9ª ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- BERNARDO, J.; PEREIRA, L. **Capitalismo sindical**. São Paulo: Xamã, 2008.
- BOSI, A. de P. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. In: **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/>

pdf/es/v28n101/a1228101.pdf>>. Acesso em: 28/05/2016.

BOURDIEU, P. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOURDIEU, P. Las formas del capital. Capital económico, capital cultural y capital social. In: BOURDIEU, P. **Poder, derecho y classes sociales**. 2 ed. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2001. p. 131-164.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**: cursos no *Collège de France* (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRAGA, R. **A formação do precariado pós-fordista no Brasil**: limites do atual modelo de desenvolvimento periférico. In: ANTUNES, R. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2014. p. 389-399. (Mundo do trabalho).

BRAGA, R. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo; USP, Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2012. (Mundo do trabalho).

BRASIL. Benefícios: índice de reajuste para segurados que recebem acima do mínimo é de 2,07% em 2018. In: **Secretaria da Previdência, Ministério da Fazenda**. Disponível em: << <http://www.previdencia.gov.br/2018/01/beneficios-indice-de-reajuste-para-segurados-que-recebem-acima-do-minimo-e-de-207-em-2018/>>>. Acesso em: 28/10/2018a.

BRASIL. **Portaria nº 15**, de 16 de janeiro de 2018. Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social - RPS. Portaria N.º 15: Ministério da Fazenda. Disponível em: << <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=17/01/2018&jornal=515&pagina=28&totalArquivos=168> >>. Acesso em: 20 fev. 2018b.

BRASIL. **Lei nº 13.409**, de 28 de dezembro de 2016a. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: << http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm>>. Acesso em: 08/11/2018.

BRASIL. **Portaria MEC nº 14**, de 17 de maio de 2016b. Estabelecer diretrizes gerais para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Diário Oficial da União. n. 91, Seção 1, p. 50-51. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=50&data=13/05/2016>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.183, de 04 de novembro de 2015a**. Altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e 8.213, de 24 de julho de 1991 [...]; e dá outras providências. Disponível em: << http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13183.htm>>. Acesso em: 28/10/2018.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 876 de 2015b**. Câmara dos Deputados. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Brasília

(DF), 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=3F8FB0325E524917A7855D58AF0420D3.proposicoesWeb1?codteor=1317168&filename=Avulso+PL+867/2015>. Acesso em: 14 de set. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Lei nº 13.005: legislação federal. D.O.U. n. 120-A, Seção 1, p. 1-7.

BRASIL. **Lei n.º 12.618**, de 30 de abril de 2012a – Institui o regime de previdência complementar [...]. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1 – Edição n.º 84 de 02/05/2012.

BRASIL. **Lei n.º 12.772**, de 28 de dezembro de 2012b – Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal [...]. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1 – Edição n.º 84 de 02/05/2012, p. 2-5.

BRASIL. **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2012c. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Resolução CNS Nº 466/2012. DOU, Seção 1, p. 59. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 21 jul. 2016.

BRASIL. **Decreto n.º 7.492**, de 02 de junho de 2011 – Institui o plano Brasil sem miséria. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1 - Edição n.º 106 de 03/06/2011.

BRASIL. **Portaria MEC nº 715, de 31 de maio de 2010a**: legislação federal. Brasília, DF: Imprensa Nacional DOU, 02 jun. 2010. n. 104, Seção 1, p. 26.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (Ed.). **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepções e diretrizes. 2010b**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid&gid=6691&option=com_docman&task=doc_download>. Acesso em: 17 out. 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008a. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>>. Acesso em: 13/03/2016.

BRASIL. **Lei nº 11.784**, de 22 de setembro de 2008b. Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE [...]. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11784.htm>>. Acesso em: 23/03/2016.

BRASIL. **Medida Provisória nº 431**, de 14 de maio de 2008c. Dispõe sobre a reestruturação [...] do Plano de Carreira e Cargos do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e do Plano de Carreira do Ensino Básico Federal, [...] e dá outras providências. Disponível em: << http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Mpv/431.htm>>> Acesso em: 12/10/2018.

BRASIL. **Lei nº 11.648**, de 31 de março de 2008d. Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das

Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e dá outras providências. Disponível em: <<
http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm>>.
Acesso em: 12/10/2018.

BRASIL. **Lei nº 11.344**, de 08 de setembro de 2006. Dispõe sobre a reestruturação das carreiras [...] de Magistério de 1º e 2º graus [...], e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Lei/L11344.htm>>. Acesso em: 23/03/2016.

BRASIL, **Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003**. Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc41.htm>>. Acesso em: 13/11/2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de janeiro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.948**, de 08 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Lei N. 8.948/1994: legislação federal. Brasília, DF: Imprensa Nacional Dou, 09 dez. 1994. n. 233, Seção 1, p. 18882.

BRASIL. **Lei nº 8.112**, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Lei N. 8.112, de 11 de Dezembro de 1990: legislação federal. Brasília, DF: Imprensa Nacional Dou, 12 dez. 1990. n. 237, Seção 1, p. 23935-23946.

BRASIL. **Constituição Federal**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei nº 6.545**, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6545.htm>>. Acesso em: 15/03/2016.

BRASIL. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: << http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>>. Acesso em: 23/03/2016.

BRASIL. **Decreto nº 5.452**, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>>. Acesso em: 21/02/2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.566**, de 25 de setembro de 1909. Créa nas capitales dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. DOU, Seção 1 – de 26/09/1909, p. 6975. Disponível em: << <http://portal>.

mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>>. Acesso em: 15/13/2016.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no Século XX** - 7a. ed. - Rio de Janeiro: GEN/LTC, 2012.

CALVI, K.U. O controle social nos conselhos de políticas e de direitos. Emancipação, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p.9-20, jan. 2008. Fundação Araucária. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/111>>. Acesso em: 10 out. 2014. CRESWELL, John W. Projetos de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

CARDOSO JR, J.C.; JACCOUD, L. Políticas Sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, Luciana (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 181-260. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=5599>>. Acesso em: 15/08/2015.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 11a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CASTRO, C. de M. Professor ganha mal? In: **Veja**, edição 2488, ano 49, n. 30, 27 de julho de 2016. p. 29.

CAVALCANTI, P.A. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas: uma contribuição para a área educacional**. Tese de doutorado. Faculdade de Educação. Unicamp. 2007, p. 13-42.

CEFET-MG. **Projeto de transformação do CEFET-MG em Universidade Tecnológica**. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2009. Disponível em: <<http://opencms.dri.cefetmg.br/galerias/arquivos_download/alunos/Projeto_UT_abril_2009.pdf>>. Acesso em: 15/03/2016.

CEFET-RJ. **Projeto de transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ em Universidade Tecnológica Federal do Rio de Janeiro – UTFRJ**. Rio de Janeiro: CEFET-RJ, 2009. Disponível em: <<http://www.cefet-rj.br/attachments/article/98/projeto_abril_2009.pdf>>. Acesso em: 15/03/2016.

CHESNAIS, F. O fim de um ciclo: alcance e curso da crise financeira. In: GOMES, H. (Org.). **Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea**. - 1a. ed.- São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 205-246.

CHOMSKY, N. **O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e a ordem global**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002. Disponível em: <<<http://www.filoczar.com.br/filosoficos/Chomsky/CHOMSKY,%20N.%20O%20lucro%20ou%20as%20pessoas.pdf>>>. Acesso em: 15/03/2016.

CIAVATTA, M. Dilemas do cidadão produtivo no trabalho e na educação. In: BEHRING, E.R.; ALMEIDA M.H.T. (orgs.). **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008. p. 77-94.

COLLADO, P.A. **Os trabalhadores não são imateriais: uma recusa ao renovado**

ímpeto pela fetichização da mercadoria força de trabalho. In: ANTUNES, R. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2014. p. 99-119. (Mundo do trabalho).

COMENIUS, J.A. **Didáctica magna**. Fundação Calouste Gulbekian, 2001 - Livro digital. Disponível em: << https://social.stoa.usp.br/articles/0016/1300/Didatica_Magna_-_COMENIUS.pdf>>. Acesso em: 20/10/2018.

CORNELIO, A. da S. **Políticas para o trabalho docente na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: relações de gênero**. Faculdade de Educação. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Belo Horizonte, 2016. (Dissertação de mestrado em educação).

COSTA, L.C. **Os impasses do Estado Capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.

CPRSC. Resolução nº 01, de 20 de fevereiro de 2014. Brasília: MEC/SETEC/CPRSC, 2014. Diário Oficial da União, n. 37, 21/02/2014, seção1, p. 29. Disponível em: <<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=21/02/2014&jornal=1&pagina=29&totalArquivos=200>>>. Acesso em: 23/03/2016.

CRUZ, A. **A janela estilhaçada: a crise do discurso do novo sindicalismo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CUT – **Central Única dos Trabalhadores** – breve histórico. Disponível em: <<<https://www.cut.org.br/conteudo/breve-historico>>>. Acesso em: 19/10/2018.

DAL ROSSO, S. Fragmentação sindical. In: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 39-52. Abr./jun. 2013. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/er/n48/n48a04.pdf>>>. Acesso em: 07/11/2018.

DEMO, P. **Política social, educação e cidadania**. - 10 ed. - Campinas, SP: Papirus, 2007.

DI GIOVANNI, G.; NOGUEIRA, M.A. **Introdução**. Dicionário de Políticas Públicas. São Paulo: Fundap, 2013. Mimeo.

DI GIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. NEPP. **Cadernos de pesquisa**, n. 82, UNICAMP, 2009. Disponível em: << <https://observatorio03.files.wordpress.com/2010/06/elementos-das-politicas-publicas.pdf> >>. Acesso em: 08/11/2015.8

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: <<<http://dieese.org>>>. Acesso em: 20/11/2018.

DRAIBE, S.; HENRIQUE, W. Welfare State, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 3, n. 6, São Paulo, fev. 1998. (NEPP – UNICAMP). Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_06/rbcs06_04.htm>>. Acesso em: 17/08/2015.

DRUCK, G. A "legalização" da precarização, da flexibilização e da modernização do

trabalho no Brasil: as 101 propostas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) - Versão preliminar e resumida. In: **Acta Científica XXIX Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología 2013**. Santiago: FACSO, socioRED, ALAS, 2013a. ISBN: 978-956-19-0828-4. Disponível em: <<http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT18/GT18_DruckG.pdf>>. Acesso em: 09/05/2016.

DRUCK, G. Precarização social do trabalho. In: IVO, A.B.L. (coord.). **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas**. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2013b. (Coleção Trabalho e contemporaneidade). p. 373-380.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios. In: **CADERNO CRH**, Salvador, v. 24, n. 01, p. 37-57, 2011.

EQUIDNA. In **Britannica Escola Online**. Enciclopédia Escolar Britannica, 2016. Web, 2016. Disponível em: <<http://escola.britannica.com.br/article/481193/equidna>>. Acesso em: 23 de março de 2016.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, Set. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30/07/2014.

ESTATUTO da central dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil – CTB. Assembleia em 22, 23 e 24 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://portalctb.org.br/site/images/Arquivos/estatuto_ctb.pdf>> Acesso em: 19/10/2018.

FALEIROS, V. P. **A política social do Estado capitalista**. 6a. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

FERNANDES, F. **Dicionário de sinônimos e antônimos da Língua Portuguesa: de acordo com a ortografia oficial brasileira**. – 43. Ed.- rev. e ampl. Por Celso Pedro Luft – São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, M.R. da S. **O processo de verticalização da educação profissional e tecnológica e suas implicações na qualidade do trabalho dos docentes do Câmpus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Instituto de Agronomia. Seropédica (RJ), 2013. (Dissertação de mestrado).

FERRAZ, A. S. Novos rumos do sindicalismo no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 29, nº 86, São Paulo, outubro de 2014, p. 109-123. Disponível em: << <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v29n86/08.pdf>>>. Acesso em: 19/10/2018.

FERREIRA, A.B. de H.. **Dicionário básico da Língua Portuguesa**. – 1a. ed. - Rio de Janeiro, 1988.

FRIGOTTO, G. Enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. – 4a. ed. – São Paulo: Cortez, 1997. p. 69-90.

FUNPRESP - Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal: começa a valer a adesão automática à FUNPRESP-Exe. Disponível em: <<<https://www.funpresp.com.br/fique-por-dentro/noticias/2015/novembro/6427>>>. Acesso em: 21/12/2018.

FUNPRESP - Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal. Disponível em: <<https://www.funpresp.com.br/portal/?page_id=515>>. Acesso em: 14/07/2015.

GATTI, B.A. Valorização da docência e avaliação do trabalho docente: o papel da avaliação participativa em um contexto institucional. In: GATTI, Bernadete A. (Org.). **O trabalho docente: avaliação, valorização, controvérsias**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013. p. 153-176.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GENTIL, D. L. *et al.* Uma análise não convencional para o financiamento da Previdência Social no Brasil: aspectos teóricos e evidências empíricas. In: PUTY, C.A.C.B; GENTIL, D.L. (orgs.). **A previdência social em 2060: as inconsistências do modelo de projeção atuarial do governo brasileiro**. Brasília: ANFIP/DIEESE; PLATAFORMA POLÍTICA SOCIAL, 2017, p. 40-62.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. – 4a ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, C.M.; THEDIM-COSTA, S.M. da F. Precarização do trabalho e desproteção social: desafios para a saúde coletiva. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 4, p. 411-421, 1999. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v4n2/7123.pdf>>>. Acesso em: 23/05/2016.

GOMES, H. (org.). **Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

GORENDER, J. Apresentação. In: MARX, Karl. **O Capital** – Tomo 1 – Livro Primeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 5-70.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. - 6a. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos** – Volume I. Lisboa: Seara Nova, 1976. (Coleção universidade livre).

GROULX, Lionel-Henri. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 95-124.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. - 20 ed. - São Paulo: Loyola, 2010.

HILÁRIO, A.C. Movimento Sindical. In: CASTRO, C.L.F. de; GONTIJO, C.R.B; AMABILE, A. E. de N. (Orgs.). **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012, p. 334-338.

HOBBSBAWM, E. J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. Trajetórias e desafios. In: **XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social: La cuestión social y la formación profesional em el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latino-americana**. San José, Costa Rica, 12 de julio de 2004.

Disponível em: <<<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-001.pdf>>>. Acesso em: 18/10/2016.

IBGE. **Tábua de vida** – A evolução da esperança de vida na última década do século XX: os diferenciais por sexo. Disponível em: << https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuadevida/evolucao_da_mortalidade.shtml#sub_populacao>> Acesso em: 29/10/2018a.

IBGE. **Atlas Nacional Digital: Indicadores sociais**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/atlas_nacional/>>. Acesso em: 29/10/2018b.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2013**. – Estudos e pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica – n. 32 – Rio de Janeiro: MPOG/IBGE, 2013.

IFSUL. Resolução interna (2014). Resolução do Conselho Superior nº 36, de 23 de maio de 2014. Aprova a regulamentação da atividade docente. Regulamento. Pelotas, RS.

KOLLONTAI, A. **A oposição operária – 1920-21**. - 2.^a ed. - Porto: Afrontamento, 1977.

KUENZER, A. As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobrance. In: **Educação & Sociedade**, v. 20, nº 68, p. 163-183, Dezembro/99. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000300009>>. Acesso em: 01/08/2016.

KUENZER, A. Z. As políticas da educação profissional: uma reflexão necessária. In: MOLLS, Jaqueline e cols. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 256-270.

KUNZE, N.C. O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro. In: **Revista Brasileira da Educação Profissional Tecnológica**. v. 2, n. 2, (nov. 2009). – Brasília: MEC, SETEC, 2009.

LAVINAS, L.; ARAÚJO, E. de. Reforma da previdência e regime complementar. In: **Revista de Economia Política**, v. 37, nº 3 (148), pp. 615-635, julho-setembro/2017. Disponível em: <<<http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572017v37n03a09>>>. Acesso em: 26/10/2018.

LE GOFF, J. **História e memória**. – 5a. ed. – Campinas, SP: Unicamp, 2003.

LÊNIN, V. I. **Sobre os sindicatos**. – Coleção teoria e história – São Paulo: Polis, 1979.

LESSA, S. **Para além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial**. São Paulo: Xamã, 2005.

- LIMA FILHO, D.L. Universidade tecnológica e redefinição da institucionalidade da educação profissional: concepções e práticas em disputa. In: MOLL, Jaqueline e cols. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 141-158.
- LIMONGI-FRANÇA, A.C. Qualidade de vida no trabalho - QVT: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LOJKINE, J. **O tabu da gestão: a cultura sindical entre contestação e proposição**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LOSURDO, D. **A luta de classes: uma história política e filosófica**. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2015.
- MARX, K. **A origem do capital**. São Paulo: Centauro, 2000.
- MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011a.
- MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- MARX, K. **O capital**. Livro 1, Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Ideologia alemã – 1º capítulo – seguido das Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Centauro, 1984.
- MAURIEL, A.P.O. Combate à pobreza e (des) proteção social. In **Praia Vermelha**, nº 14 e 15. 2006.
- MEIRELLES, D.S. O conceito de serviço. **Revista de Economia Política**, v. 26, 2006, p. 119-136
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo; Campinas: Unicamp, 2002.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Boletim Estatístico de Pessoal**. Brasília-DF: Ministério do Planejamento – (Infográfico dinâmico). Disponível em: <<<http://paineldoservidor.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=Boletim%20Estatistico%20de%20Pessoal.qvw&host=Local&anonymous=true>>>. Acesso em: 03/10/2016.
- MIOTO, R.C.T. A família como referência nas políticas públicas: dilemas e tendências. In: TRAD, L.B. (org.) **Família contemporânea e saúde. Significados, práticas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 51-66.
- MOCELIN, D.G. Qualidade do emprego. In: CATTANI, Antonio D.; HOLZMANN, Lorena (orgs.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. – 2a. ed. rev. ampl. – Porto Alegre: Zouk, 2011.

MORAES, G.H. **Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade: A Formação da Identidade dos Institutos Federais.** (Tese de Doutorado). Brasília: UNB, 2016.

MORAES, R.C.C. de. Globalização e as políticas públicas: vida, paixão e morte do estado nacional? **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, nº 87, p. 309-333, mai/ago. 2004. Disponível em: << http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >>. Acesso em: 12/10/2018.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/04.pdf>>. Acesso em: 14/04/2015.

MOROSINI, M. (org.). **Enciclopédia de Pedagogia Universitária.** Vol. 2. Porto Alegre: INEP/RIES, 2006.

MOURA, Ê. **Biologia educacional:** noções de biologia aplicadas à educação. São Paulo: Moderna, 1993.

MTE. **Divulgada a relação das centrais sindicais certificadas para 2016:** CUT ainda é a maior entidade, representando quase um terço dos trabalhadores brasileiros. Disponível em: << <http://trabalho.gov.br/noticias/3202-divulgada-relacao-das-centrais-sindicais-certificadas-para-2016>>>. Acesso em: 19/10/2018.

MUNIZ, E. **Os serviços de proteção social:** um estudo comparado entre Brasil e Portugal. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J.P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal.** – 5a. ed. – São Paulo: Cortez, 2012a. - (Coleção questões da nossa época; v. 44).

NETTO, J.P. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.111, p. 413-429. Jul/set. 2012b.

NEVES, M. da S. **Trabalho docente e estresse:** um estudo com professores do IFMT – Cuiabá. Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Faculdade de Educação. Cárceres (MT), 2014. (Dissertação de mestrado).

OCAMPO, J.A. Las concepciones de la política social: universalismo versus focalización. In. **Nueva Sociedad.** nº 215. 2008.

OIT. **Equilíbrio, trabalho e família.** OIT - Organização Internacional do Trabalho - Escritório no Brasil. Disponível em: << <http://www.oitbrasil.org.br/content/equilibrio-entre-trabalho-e-familia> >>. Acesso em: 09/08/2014.

OIT. **O que é trabalho decente.** [S.l.]: OIT – Escritório Brasil. Disponível em: << <http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente>>>. Acesso em: 17/08/2016.

OLIVEIRA, D.A. de. A educação no contexto das políticas sociais atuais: entre a focalização e a universalização. In: **Linhas Críticas:** revista da Faculdade de Educação – UnB. V. 11, n. 20, jan/jun. 2005. p. 27-40.

OLIVEIRA, D.A. de. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p.1127-1144, 01 set. 2004. Set. Dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614>>. Acesso em: 10 out. 2014.

OLIVEIRA, R.R. de. Uma metodologia para avaliação do grau de satisfação de qualidade de vida no trabalho dos professores. 2012. 183 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba-SP, 2012.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OTRANTO, C.R. **Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs**. In Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas. Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1, 2010. Disponível em: <<<http://www.ufrrj.br/SEER/index.php?journal=retta&page=issue&op=view&path%5B%5D=41&path%5B%5D=showToc>>>. Acesso em: 23/03/2016.

PAIVA, A. B.; OURIQUES, N. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? **Revista Katálysis**, vol.10. n.1, Florianópolis: UFSC, jan/jun, 2007, p.166-175.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.
PENA, R. **Funpresp: alicerces para o futuro da previdência complementar**. Coletânea ABRAPP, São Paulo, 2014. Disponível em: << <https://www.funpresp.com.br/fique-por-dentro/artigos-e-estudos/artigo-funpresp-alicerces-para-o-futuro-da-previdencia-complementar-autor-ricardo-pena-colaboracao-rafael-liberal-ferreira-de-santana-publicado-na-coletania-de-textos-abrapp-2014>>>. Acesso em: 26/10/2018.

PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua – 2012 - 2016. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: << https://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>>. Acesso em: 01/11/2018.

PEREIRA, P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In. BOSCHETTI, Ivanete et all. **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

PLATAFORMA Nilo Peçanha. Brasil: MEC/SETEC – base de dados da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <<plataformanilopecanha.org.br>> Acesso em: 20/10/2018.

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano 2014: Sustentar o progresso humano – reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência**. Washington, D.C.: PNUD, 2014. Disponível em: <<<http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>>>. Acesso em: 20/07/2016.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. - 2. Ed.- Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRADO, R.A.N. **Políticas públicas e condições de trabalho do professor da rede federal de educação profissional no Brasil: uma análise quanto à regulamentação**

da carga horária de trabalho docente. Universidade Federal do Piauí. Faculdade de Educação. Teresina, 2013. (Dissertação de mestrado em educação).

PRIORIDADES y estratégias para la educación: examen del Banco Mundial. Washington D. C.: Banco Mundial, 1996. (Priorities and strategies for education. Spanish). Disponível em: <<http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2005/06/13/000160016_20050613172136/Rendered/PDF/14948010spanish.pdf>>. Acesso em: 15/08/2015.

PRONATEC. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Objetivos e iniciativas. Disponível em: <<<http://pronatec.mec.gov.br/institucional/objetivos-e-iniciativas>>>. Acesso em: 09/08/2014.

PSL - Partido Social Liberal: em que acreditamos. Disponível em: <<<https://www.pslnacional.org.br/pagina/em-que-acreditamos>>>. Acesso em: 16/11/2018.

RAICHELIS, R. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura da crise mundial. **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez, n. 116, p. 609-635, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-662820143000400003>>. Acesso em: 21/05/2016.

RAMOS, M.S.; STAMPA, I.T. Políticas de Educação profissional: naturalização da questão social? In: **Argumentum.** Vitória-ES, v. 7, n. 2, p. 74-88, 2015. Disponível em: <<<http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/10492>>>. Acesso em: 27/05/2016.

ROCHA, F.R.F.; MACÁRIO, E. Padrão atual de acumulação de capital, mundo do trabalho e reestruturação da previdência social no Brasil. In: **Katálisis,** Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 191-201, jul./dez. 2015. Disponível em: <<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/37581>>>. Acesso em: 14/11/2018.

RODRIGUES, L.M. **Destino do sindicalismo.** São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1999.

ROSENFELD, C.L.; PAULI, J. Trabalho decente e trabalho digno. In: IVO, A.B.L. (coord.). **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas.** São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2013. (Coleção Trabalho e contemporaneidade). p. 487-493.

SAMPAIO, M.M.F.; MARIN, A.J. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Educ. Soc.,** Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1203-1225, Set./Dez. 2004. Disponível em <<<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22618>>>. Acesso em 20/05/2016.

SANTIAGO, R. V. **O trabalho docente no ensino básico, técnico e tecnológico: o caso do If Sudeste MG - Campus Rio Pomba.** Universidade Federal de Viçosa – UFV. Faculdade de Educação. Viçosa, MG, 2015. (Dissertação de mestrado em educação).

SANTOS GUERRA, M. A. **El arca de Noé: la escuela salva del diluvio.** Guadalajara, México: ITESO, 2014.

SANTOS, B. de S. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, 2013.

SARTORI, T. *et al.* Os servidores públicos estão aderindo a Funpres?: um estudo em uma instituição federal de ensino. In: **Revista de Políticas Públicas**. v. 20, nº 2, 2016. p. 587-612. Disponível em: <<
<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/6352>>>. Acesso em: 20/10/2018.

SIND-PROIFES. Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Federal (Universidades Federais) – **Proifes-Sindicato**: sindicatos federados. Disponível em: <<<http://sind-proifes.org.br/>>>. Acesso em: 22/10/2018.

SILVA, M. da C. C. C. da. **A saúde do servidor público em sua dimensão social**. Maceió: EDUFAL, 2013.

SILVA, P.F. da. **A expansão da educação superior e o trabalho docente no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais**. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2015a. (Dissertação de mestrado em educação).

SILVA, S.L. **Estresse ocupacional em professores**: estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. Faculdade Novos Horizontes. Belo Horizonte, 2015b. (Dissertação de mestrado em Administração).

SILVEIRA, Z.S. Educação profissional, desenvolvimento econômico e desenvolvimento científico e tecnológico. In: BATISTA, E.L.; MÜLLER, M.T. (orgs.). **Realidade da educação profissional no Brasil**. São Paulo: Ícone, 2015. p. 145-162.

SOUSA, J.R.F. de. **O exercício da docência na educação profissional e técnica de nível médio no CEFET-MG**: entre a formação acadêmica e a profissionalização. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2015. (Tese de doutorado em educação).

SOUZA, M. N. de. Flexibilização e precarização do trabalho no âmbito da saúde e educação: um desafio às políticas públicas de corte social. In: **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**. UFMA, 2011. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/TRANSFORMACOES_NO_MUNDO_DO_TRABALHO/FLEXIBILIZACAO_E_PRECARIZACAO_DO_TRABALHO_NO_AMBITO_DA_SAUDE_E_EDUCACAO.pdf>>. Acesso em: 27/05/2016.

SOUZA, M.A.L. de. As novas configurações do trabalho em saúde: os indicativos do processo de desregulamentação. In: **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 9, n. 2, p. 334-344, ago./dez. 2010. Disponível em: <<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7340>>>. Acesso em: 22/08/2016.

TARDIF, M.; LESSARD C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. – 5a. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TELLERIA, J. Los discursos del desarrollo humano. Las contradicciones del PNUD. In: **Aposta – revista de ciencias sociales**. Madrid, España, n. 63, octubre,

noviembre y diciembre 2014. Disponível em: << <http://apostadigital.com/revistav3/hemeroteca/telle1.pdf>>>. Acesso em: 15/08/2016.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2013.

TROTSKI, L. **Escritos sobre sindicato**. – 1ª ed. – São Paulo: Kairós, 1978.

TZU, S. **A arte da guerra**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

UGT. **União Geral dos Trabalhadores: Histórico**. São Paulo. Disponível em: << <http://www.ugt.org.br/index.php/Historico>>>. Acesso em: 19/10/2018.

VÁZQUEZ, A.S. **Filosofia da práxis**. – 4a. ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VIEIRA, E. **Os direitos e a política social**. - 3a. ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

WHITTY, G.; POWER, S. A escola, o Estado e o mercado: a investigação do campo atualizada. In: **Currículo sem Fronteiras**, V. 2, n. 1, pp. 15-40, jan/jun 2002. Disponível em: < <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol2iss1/articles/whitty.pdf>>. Acesso em 16/08/2015.

ZOLA, E. **Germinal**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A - INSTITUIÇÕES SINDICALIZADAS NO SIND-PROIFES

Fonte: Adaptado de Sind-Proifes (2018) - elaboração do autor.

Obs.: A grafia dos nomes das instituições foi preservada como consta no sítio.

Região Norte

UF	Cidade	Instituição
RO	Porto Velho	UNIR - Universidade Federal de Rondônia Instituto Federal Rondônia Governo do Ex-Território Federal de Rondonia
AC	Rio Branco	UFAC - Universidade Federal do Acre Instituto Federal Acre
AM	Manaus	UFAM - Universidade Federal do Amazonas Instituto Federal Amazonas
RR	Boa Vista	UFRR - Universidade Federal de Roraima Instituto Federal Roraima Governo do Ex-Território de Roraima
PA	Santarém Belém	UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia Universidade Federal Rural da Amazônia Pará (sic) Escola Tenente Rêgo Barros
AP	Marabá Macapá	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará UNIFAP - Universidade Federal do Amapá Instituto Federal Amapá Governo do Ex-território do Amapá
TO	Palmas	UFT - Universidade Federal de Tocantins Instituto Federal Tocantins

Região Nordeste

UF	Cidade	Instituição
PI	Teresina	UFPI - Universidade Federal do Piauí Instituto Federal Piauí
MA	São Luís	IFMA - Instituto Federal do Maranhão
RN	Mossoró	UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-árido Natal Instituto Federal Rio Grande do Norte
PB	Campina Grande João Pessoa	UFCG - Universidade Federal de Campina Grande UFPB - Universidade Federal da Paraíba Instituto Federal Paraíba
PE	Recife	UFPE - Universidade Federal de Pernambuco UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco Instituto Federal Pernambuco Colégio Militar do Recife
AL	Maceió	UFAL - Universidade Federal de Alagoas Instituto Federal Alagoas
SE	São Cristóvão Aracajú	UFS - Universidade Federal de Sergipe Instituto Federal Sergipe

Região Sudeste

UF	Cidade	Instituição
SP	Santo André São Paulo	UFABC - Universidade Federal do ABC
		UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo Instituto Federal São Paulo
RJ	Guaratinguetá	Escola de Especialistas de Aeronáutica
	Niterói	UFF - Universidade Federal Fluminense
	Rio de Janeiro	UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
		UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
		UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
		Instituto Federal Rio de Janeiro
		Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
		Colégio Pedro II
		Instituto Nacional de Educação de Surdos
		Instituto Benjamin Constant
Colégio Brigadeiro Newton Braga		
ES	Vitória	CIAA - Centro de Instrução Almirante Alexandrino
		Terceiro Comando Aéreo Regional III COMAR
		UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
		Instituto Federal Espírito Santo
MG	Juiz de Fora	UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
		Instituto Federal Sudeste de Minas
		Colégio Militar de Juiz de Fora (CMJF)
	Lavras	UFLA - Universidade Federal de Lavras
	Ouro Preto	UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto
	São João Del Rei	UFSJ - Universidade Federal de São João Del-Rei
		Uberaba
	Uberlândia	UFU - Universidade Federal de Uberlândia
	Viçosa	UFV - Universidade Federal de Viçosa
	Diamantina	UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
		Alfenas
	Itajubá	UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá
	Montes Claros	Instituto Federal Norte de Minas Gerais
	Belo Horizonte	Instituto Federal Minas Gerais
		Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR) Colégio Militar de Belo Horizonte (CMBH)		

Região Sul

UF	Cidade	Instituição
RS	Rio Grande	FURG - Fundação Universidade Federal do Rio Grande
	Pelotas	UFPel - Universidade Federal de Pelotas
		Instituto Federal Sul-rio-grandense
	Santa Maria	UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
SC	Erechim	Instituto Federal Farroupilha
	Blumenau	Instituto Federal Rio Grande do Sul
	Florianópolis	Instituto Federal Catarinense
		Instituto Federal Santa Catarina

Região Centro Oeste

UF	Cidade	Instituição
MS	Dourados	UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
	Campo Grande	Instituto Federal Mato Grosso do Sul
		Colégio Militar de Campo Grande
GO	Goiânia	Instituto Federal Goiás
		Instituto Federal Goiano
DF	Brasília	UnB - Universidade de Brasília
		Instituto Federal Brasília
		Colégio Militar de Brasília
MT	Cuiabá	UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso
		Instituto Federal Mato Grosso

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE ACORDO ASSINADO PELO PROIFES

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público
Coordenação-Geral de Negociação e Relações Sindicais

TERMO DE ACORDO N. 1/2012

Define os Termos do Acordo resultante das negociações entre o Governo Federal e a Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior – PROIFES-FEDERAÇÃO.

Cláusula primeira. Este Termo de Acordo dispõe sobre o processo de reestruturação das seguintes carreiras:

- I – Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que tratam os arts. 105 e seguintes da Lei n. 11.784, de 22 de setembro de 2008;
- II – Magistério Superior, de que trata a Lei n. 7.596, de 10 de abril de 1987; e
- III – Magistério de Ensino Básico Federal, de que tratam os arts. 122 e seguintes da Lei n. 11.784, de 22 de setembro de 2008.

Cláusula segunda. As carreiras de Magistério Superior e de Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico serão reestruturadas em Plano de Carreiras de Magistério Federal, da seguinte forma:

- I – Carreira de Magistério Superior, de que trata a Lei n. 7.596, de 10 de abril de 1987, composta pelos cargos de:
 - a) Professor do Magistério Superior; e
 - b) Cargo isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior.
- II – Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que tratam os arts. 105 e seguintes da Lei n. 11.784, de 22 de setembro de 2008, composta pelos cargos de:
 - a) Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; e
 - b) Cargo isolado de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Cláusula terceira. As carreiras objeto deste Termo terão a sua estrutura de classes e padrões alteradas, com vistas a aprofundar o processo de aproximação entre as carreiras de Magistério Superior e de Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Parágrafo primeiro. O cargo de Professor do Magistério Superior integrante da Carreira de Magistério Superior contará com a seguinte estrutura de classes:

- I – Professor Auxiliar;
- II – Professor Assistente;
- III – Professor Adjunto;
- IV – Professor Associado; e
- V – Professor Titular.

[Handwritten signature and initials]
MPT.

Fls. 2 do Termo de Acordo n. 1/2012

Parágrafo segundo. O cargo de Professor de Ensino, Básico, Técnico e Tecnológico integrante da Carreira de Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico contará com a seguinte estrutura de classes:

- I – D I
- II – D II;
- III – D III;
- IV – D IV; e
- V – Professor Titular.

Parágrafo terceiro. A correlação entre as estruturas vigentes e as decorrentes deste Termo de Acordo constam do ANEXO I.

Cláusula quarta. O desenvolvimento do servidor nas Carreiras de que trata este Termo dar-se-á mediante progressão e promoção.

Parágrafo primeiro. Na Carreira de Magistério Superior, a progressão e a promoção ocorrerão da seguinte forma:

I – A progressão funcional entre os padrões ocorrerá, exclusivamente, por desempenho acadêmico, observado o seguinte:

- a) interstício de 24 meses de efetivo exercício em cada nível; e
- b) aprovação em avaliação de desempenho.

II – A promoção de uma classe para a outra observará o interstício mínimo de 24 meses no último padrão de cada classe, além das seguintes regras:

- a) para a Classe Professor Assistente, aprovação em processo de avaliação de desempenho;
- b) para a Classe Professor Adjunto, aprovação em processo de avaliação de desempenho;
- c) para a Classe Professor Associado, possuir o título de Doutor e ter aprovação em processo de avaliação de desempenho;
- d) para a Classe Professor Titular, possuir o título de Doutor; ter aprovação em processo de avaliação de desempenho, de acordo com diretrizes estabelecidas em regulamento; e lograr aprovação de Memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita.

III – Haverá processo de promoção por titulação, adquirida antes ou após o ingresso no cargo, cumprido o estágio probatório, conforme o que segue:

- a) de qualquer nível da Classe Professor Auxiliar para o nível 1 da Classe Professor Assistente, exigido o título de Mestre; e
- b) de qualquer nível das Classes Professor Auxiliar e Professor Assistente para o nível 1 da classe Professor Adjunto, exigido o título de Doutor.

Parágrafo segundo. Na Carreira de Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, a progressão e a promoção ocorrerão da seguinte forma:

I – A progressão funcional entre os padrões ocorrerá, exclusivamente, por desempenho acadêmico, observado o seguinte:

- a) interstício de 24 meses de efetivo exercício em cada nível; e
- b) aprovação em avaliação de desempenho.

Handwritten signature and initials:
M.T.
W

Fls. 3 do Termo de Acordo n. 1/2012

II – A promoção de uma classe para a outra observará o interstício mínimo de 24 meses no último padrão de cada classe, além das seguintes regras:

- a) para a Classe D II e para a Classe DIII, ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;
- b) para a Classe D IV, ser aprovado em processo de avaliação de desempenho e possuir o título de Doutor ou Mestre; e
- c) para a Classe Titular, possuir o título de Doutor; ser aprovado em processo de avaliação de desempenho, de acordo com diretrizes estabelecidas em regulamento; e lograr aprovação de Memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita.

III – Haverá processo de promoção por titulação, adquirida antes ou após o ingresso no cargo, cumprido o estágio probatório, conforme o que segue:

- a) de qualquer nível da Classe D I para o nível 1 da Classe D II, exigido o título de Especialista; e
- b) de qualquer nível das Classes D I e D II para o nível 1 da classe D III, exigido o título de Mestre ou Doutor.

Parágrafo terceiro. Na Carreira de Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, os servidores poderão ser beneficiados com a Certificação de Conhecimento Tecnológico (CCT), para fins de Retribuição por Titulação, e terão equivalência aos títulos de Especialista, Mestre e Doutor, da seguinte forma:

- I – Graduação somada à CCT-I: equivale à titulação de Especialização;
- II – Especialização somada à CCT-II: equivale à titulação de Mestrado; e
- III – Mestrado somado à CCT-III: equivale à titulação de Doutorado.

Parágrafo quarto. No momento da entrada em vigor do interstício de 24 meses previsto no inciso I do Parágrafo segundo desta Cláusula, será considerado o interstício de 18 meses para a primeira progressão ou promoção dos servidores que já estiverem na carreira, contado a partir da data da última progressão ou promoção.

Parágrafo quinto. No que se refere ao processo de promoção por titulação previsto no inciso III do parágrafo primeiro e no inciso III do parágrafo segundo desta Cláusula, a título de regra de transição, não será exigido o cumprimento do estágio probatório para os professores que já estiverem na carreira no momento da entrada em vigor das regras citadas.

Parágrafo sexto. A avaliação do processo de promoção para a classe de Professor Titular dos cargos de Professor do Magistério Superior e de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico deve ser realizada por comissão constituída por, no mínimo, 75% de membros externos à instituição.

Parágrafo sétimo. O ingresso nos cargos isolados de Professor Titular-Livre de Magistério Superior e de Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico dar-se-á em classe e nível únicos, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, com comissão constituída por, no mínimo, 75% de membros externos à instituição e terá parcelas remuneratórias idênticas às da Classe de Professor Titular das respectivas carreiras.

Cláusula quinta. Os docentes que em 31 de dezembro de 2012 se encontrarem em efetivo exercício na Classe de Professor Associado do cargo de Professor da Carreira do Magistério Superior, com titulação de Doutor, serão reposicionados mediante requerimento à respectiva Instituição Federal de Ensino (IFE), de acordo com os seguintes critérios:



Fls. 4 do Termo de Acordo n. 1/2012

I – 17 anos de obtenção do título de doutor e efetivo exercício no cargo de Professor do Magistério Superior, serão repositados na Classe Associado, nível 2;

II – 19 anos de obtenção do título de doutor e efetivo exercício no cargo de Professor do Magistério Superior, serão repositados na Classe Associado, nível 3;

III – 21 anos de obtenção do título de doutor e efetivo exercício no cargo de Professor do Magistério Superior, serão repositados na Classe Associado, nível 4.

Cláusula sexta. As Carreiras objeto deste Termo terão suas tabelas remuneratórias reestruturadas, com composição correspondente a Vencimento Básico e Retribuição por Titulação, organizados em classes e níveis, observados os regimes de trabalho de 20h, 40h e Dedicação Exclusiva, com valores a serem implementados em três etapas, na forma do ANEXO II.

Parágrafo único. A representação governamental adotará as providências que lhe competem para que os efeitos financeiros das medidas previstas nesta cláusula sejam implementados em 1º de março de 2013, 1º de março de 2014 e 1º de março de 2015.

Cláusula sétima. A Carreira de Magistério de Ensino Básico Federal, de que tratam os arts. 122 e seguintes da Lei n. 11.784, de 22 de setembro de 2008, terá suas tabelas remuneratórias reestruturadas em consonância da Cláusula Sexta deste Termo.

Parágrafo único. Será reaberto, até 31 de julho de 2013, o prazo de que trata o § 1º do art. 108-A para que os professores de que trata o *caput* desta Cláusula solicitem o enquadramento na Carreira de Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Cláusula oitava. A regulamentação da progressão funcional da Carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológica nos termos do art. 120 da Lei n. 11.784, de 22 de setembro de 2008, levará em consideração o disposto no art. 13 da Lei n. 11.344, de 8 setembro de 2006, inclusive o seu § 2º, e será encaminhada até 31 de agosto de 2012.

Cláusula nona. Será constituído Grupo de Trabalho no âmbito do Ministério da Educação, com a entidade signatária deste Termo, além das entidades representativas dos reitores, ANDIFES e CONIF, com o prazo de 60 dias, prorrogável por igual período, para dar tratamento aos seguintes pontos:

- I – Diretrizes para a avaliação de desempenho para fins de progressão e promoção;
- II – Critérios para promoção à classe de Professor Titular a serem estabelecidos em regulamento;
- III – Avaliação da demanda de reenquadramento na Classe de Professor Associado de professores aposentados anteriormente represados na Classe de Professor Adjunto IV;
- IV – Transição para adequação da mudança de interstício de 18 para 24 meses na Carreira de Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico;
- V – Critérios para Certificação de Conhecimento Tecnológico;
- VI – Critérios de transição para os atuais professores titulares provenientes da Carreira de Magistério Superior;
- VII – Criação de programa de capacitação para os professores das carreiras de que trata este Termo;
- VIII – Estímulos à retenção de professores em locais de difícil lotação; e
- IX – Critérios para concessão do auxílio-transporte.
- X – Acompanhamento do plano de expansão das universidades e institutos federais.

Parágrafo primeiro. Em setembro será realizada reunião para definir metodologia do Grupo de Trabalho de que trata esta cláusula.



Handwritten signature and date: 19/07.

Fls. 5 do Termo de Acordo n. 1/2012

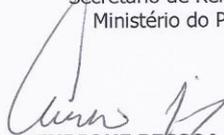
Parágrafo segundo. A participação no Grupo de Trabalho de que trata esta Cláusula será assegurada a outras entidades sindicais que venham aderir ao presente Termo.

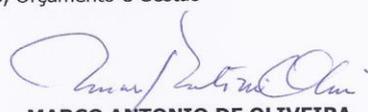
Cláusula décima. Será instituído Banco de Professor Equivalente da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico para as universidades federais que possuem Escolas Técnicas, Colégios de Aplicação ou Unidades de Educação Infantil.

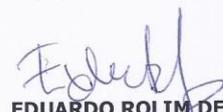
E por terem justas e acordadas as cláusulas e condições deste Termo, assinam o presente documento:

Brasília, 3 de agosto de 2012.

SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA
Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão


AMARO HENRIQUE PESSOA LINS
Secretário de Educação Superior
Ministério da Educação


MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA
Secretário de Educação Média e Tecnológica
Ministério da Educação


EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA
Presidente
Federação de Sindicatos de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior
PROIFES-FEDERAÇÃO


Marcela Tapajós e Silva
Secretária-Adjunta de Relações
de Trabalho no Serviço Público
SART/SRT/MP

m/s

2

ANEXO I

DOCENTE - SUPERIOR

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA	
DEDICAÇÃO EXCLUSIVA			
CLASSE	NIVEL	CLASSE	NIVEL
		TITULAR	1
	4		4
ASSOCIADO	3	ASSOCIADO	3
	2		2
	1		1
	4		4
ADJUNTO	3	ADJUNTO	3
	2		2
	1		1
	4		2
ASSISTENTE	3	ASSISTENTE	2
	2		1
	1		1
	4		2
AUXILIAR	3	AUXILIAR	2
	2		1
	1		1

40 HORAS			
CLASSE	NIVEL	CLASSE	NIVEL
		TITULAR	1
	4		4
ASSOCIADO	3	ASSOCIADO	3
	2		2
	1		1
	4		4
ADJUNTO	3	ADJUNTO	3
	2		2
	1		1
	4		2
ASSISTENTE	3	ASSISTENTE	2
	2		1
	1		1
	4		2
AUXILIAR	3	AUXILIAR	2
	2		1
	1		1

20 HORAS			
CLASSE	NIVEL	CLASSE	NIVEL
		TITULAR	1
	4		4
ASSOCIADO	3	ASSOCIADO	3
	2		2
	1		1
	4		4
ADJUNTO	3	ADJUNTO	3
	2		2
	1		1
	4		2
ASSISTENTE	3	ASSISTENTE	2
	2		1
	1		1
	4		2
AUXILIAR	3	AUXILIAR	2
	2		1
	1		1

DOCENTE - EBT

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA	
DEDICAÇÃO EXCLUSIVA			
CLASSE	NIVEL	CLASSE	NIVEL
		TITULAR	1
	3		4
D V	2	D IV	3
	1		2
D IV	1		1
	4		4
D III	3	D III	3
	2		2
	1		1
	4		2
D II	3	D II	2
	2		1
	1		1
	4		2
D I	3	D I	2
	2		1
	1		1

40 HORAS			
CLASSE	NIVEL	CLASSE	NIVEL
		TITULAR	1
	3		4
D V	2	D IV	3
	1		2
D IV	1		1
	4		4
D III	3	D III	3
	2		2
	1		1
	4		2
D II	3	D II	2
	2		1
	1		1
	4		2
D I	3	D I	2
	2		1
	1		1

20 HORAS			
CLASSE	NIVEL	CLASSE	NIVEL
		TITULAR	1
	3		4
D V	2	D IV	3
	1		2
D IV	1		1
	4		4
D III	3	D III	3
	2		2
	1		1
	4		2
D II	3	D II	2
	2		1
	1		1
	4		2
D I	3	D I	2
	2		1
	1		1

[Handwritten signature]
 Mat.

ANEXO II

DOCENTES - TABELA março/2013

DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

CLASSE	NIV	VB	RT				
			Aperf	Espec	Mestr	Dout	
TITULAR	1	6.042,34	575,20	994,60	3.293,40	7.747,80	
	4	5.834,89	553,89	976,50	3.155,10	7.619,34	
ASSOCIADO	3	5.733,71	535,96	961,25	3.154,25	7.322,48	
	D IV	2	5.635,45	522,60	945,67	3.153,36	7.204,30
	1	5.625,24	511,60	933,12	3.151,25	6.987,79	
	4	4.304,72	332,51	679,30	2.501,25	4.984,99	
ADJUNTO	3	4.205,81	322,76	641,40	2.403,19	4.860,74	
	D III	2	4.109,39	314,89	602,82	2.332,03	4.730,14
	1	4.015,41	307,26	588,27	2.261,68	4.603,12	
	2	3.849,74	292,85	533,95	2.008,63	4.486,67	
ASSISTENTE	D II	1	3.762,54	285,84	519,87	1.945,10	4.473,70
	AUXILIAR	2	3.677,52	279,05	507,80	1.916,09	4.465,66
D I	1	3.594,57	272,46	496,08	1.871,98	4.455,20	

TOTAL ATIVO e APOSENTADO				
Grad.	Aperf	Espec	Mestr	Dout
6.042,34	6.617,54	7.036,94	9.335,74	13.790,14
5.834,89	6.388,78	6.811,39	8.989,99	13.454,23
5.733,71	6.269,67	6.694,96	8.887,96	13.056,19
5.635,45	6.158,05	6.581,32	8.788,81	12.839,75
5.625,24	6.136,84	6.558,36	8.776,49	12.613,02
4.304,72	4.637,23	4.984,02	6.805,97	9.299,71
4.205,81	4.528,56	4.847,21	6.609,00	9.066,55
4.109,39	4.424,29	4.712,21	6.441,42	8.839,54
4.015,41	4.322,67	4.583,68	6.277,30	8.618,53
3.849,74	4.142,59	4.383,70	5.858,37	8.336,41
3.762,54	4.048,39	4.282,42	5.707,64	8.236,24
3.677,52	3.956,57	4.185,32	5.593,61	8.143,18
3.594,57	3.867,03	4.090,65	5.466,55	8.049,77

40 HORAS

CLASSE	NIV	VB	RT				
			Aperf	Espec	Mestr	Dout	
TITULAR	1	3.937,63	211,64	526,22	1.387,22	2.756,08	
	4	3.802,56	186,80	525,40	1.220,66	2.515,50	
ASSOCIADO	3	3.737,02	184,50	523,10	1.199,45	2.436,53	
	D IV	2	3.673,36	182,85	520,50	1.195,44	2.385,67
	1	3.666,51	181,78	518,19	1.192,68	2.364,04	
	4	3.224,68	146,85	430,10	1.030,63	2.301,31	
ADJUNTO	3	3.159,83	143,82	416,93	997,75	2.238,26	
	D III	2	3.096,70	140,67	403,96	970,44	2.181,00
	1	2.959,02	137,99	391,29	941,93	2.123,32	
	2	2.858,53	131,60	353,14	918,68	2.041,45	
ASSISTENTE	D II	1	2.809,26	126,94	330,22	905,31	1.995,64
	AUXILIAR	2	2.761,39	118,09	294,46	867,31	1.965,32
D I	1	2.714,89	110,22	253,13	835,05	1.934,76	

TOTAL ATIVO e APOSENTADO				
Grad.	Aperf	Espec	Mestr	Dout
3.937,63	4.149,27	4.465,85	5.324,85	6.693,71
3.802,56	3.989,36	4.327,96	5.023,22	6.318,06
3.737,02	3.921,52	4.260,12	4.936,47	6.173,55
3.673,36	3.856,21	4.193,86	4.868,79	6.059,03
3.666,51	3.848,29	4.184,70	4.859,18	6.030,55
3.224,68	3.371,53	3.654,78	4.255,30	5.525,99
3.159,83	3.303,65	3.576,76	4.157,58	5.398,09
3.096,70	3.237,57	3.500,66	4.067,14	5.277,70
2.959,02	3.097,02	3.350,31	3.900,95	5.082,34
2.858,53	2.990,13	3.211,67	3.777,21	4.899,99
2.809,26	2.936,20	3.139,48	3.714,56	4.804,90
2.761,39	2.879,48	3.055,85	3.628,71	4.726,71
2.714,89	2.825,10	2.968,02	3.549,94	4.649,65

20 HORAS

CLASSE	NIV	VB	RT				
			Aperf	Espec	Mestr	Dout	
TITULAR	1	2.584,28	198,50	441,18	921,92	1.533,03	
	4	2.516,23	197,20	436,80	812,19	1.351,17	
ASSOCIADO	3	2.483,09	195,50	415,80	770,83	1.226,87	
	D IV	2	2.450,89	194,10	405,26	757,03	1.157,96
	1	2.447,10	192,71	401,23	746,99	1.125,43	
	4	2.224,05	187,05	228,85	546,97	1.000,49	
ADJUNTO	3	2.187,19	175,12	219,38	529,49	972,47	
	D III	2	2.151,22	167,52	207,67	513,27	948,13
	1	2.039,91	82,29	197,48	497,32	917,13	
	2	1.988,85	74,43	183,76	472,55	837,82	
ASSISTENTE	D II	1	1.963,39	73,58	173,22	457,74	823,54
	AUXILIAR	2	1.938,65	72,59	161,35	443,28	802,60
D I	1	1.914,58	69,82	152,35	428,07	785,93	

TOTAL ATIVO e APOSENTADO				
Grad.	Aperf	Espec	Mestr	Dout
2.584,28	2.782,78	3.025,45	3.506,20	4.117,31
2.516,23	2.713,43	2.953,03	3.328,42	3.867,40
2.483,09	2.678,59	2.898,89	3.253,92	3.709,96
2.450,89	2.644,99	2.856,15	3.207,92	3.608,85
2.447,10	2.639,80	2.848,33	3.194,08	3.572,53
2.224,05	2.411,10	2.453,90	2.771,03	3.224,54
2.187,19	2.362,31	2.406,57	2.716,67	3.159,66
2.151,22	2.318,74	2.358,88	2.664,48	3.099,34
2.039,91	2.122,20	2.237,39	2.537,23	2.957,04
1.988,85	2.063,26	2.172,01	2.401,40	2.820,07
1.963,39	2.036,98	2.136,61	2.421,14	2.786,94
1.938,65	2.011,24	2.099,99	2.381,93	2.741,24
1.914,58	1.984,40	2.066,93	2.342,65	2.700,51

[Handwritten signature]
19/03/13

ANEXO II

DOCENTES - TABELA março/2014

DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

CLASSE	NIV	VB	RT			
			Aperf	Espec	Mestr	Dout
TITULAR	1	6.363,17	838,46	1.427,12	3.293,40	9.592,90
	4	6.144,71	656,77	1.106,48	3.155,10	8.914,38
ASSOCIADO	3	6.038,15	653,42	1.079,36	3.154,25	8.499,36
D IV	2	5.933,80	650,95	1.052,98	3.153,36	8.076,97
	1	5.923,92	563,78	997,67	3.151,25	7.680,58
	4	4.704,71	462,05	803,71	2.501,25	5.668,86
ADJUNTO	3	4.629,98	438,29	771,14	2.403,19	5.430,55
D III	2	4.556,75	413,36	749,12	2.332,03	5.203,58
	1	4.484,99	401,09	716,91	2.261,88	5.051,87
ASSISTENTE	2	4.176,95	377,95	711,25	2.035,40	4.651,67
D II	1	4.111,05	375,93	659,70	2.020,25	4.628,98
AUXILIAR	2	3.865,83	373,14	635,66	2.016,09	4.614,91
D I	1	3.804,29	351,49	608,22	1.931,98	4.540,35

TOTAL ATIVO e APOSENTADO				
Grad.	Aperf	Espec	Mestr	Dout
6.363,17	7.201,63	7.790,29	9.656,57	15.956,07
6.144,71	6.801,47	7.251,18	9.299,81	15.059,09
6.038,15	6.691,57	7.117,52	9.192,40	14.537,51
5.933,80	6.584,75	6.966,78	9.067,16	14.010,77
5.923,92	6.487,70	6.921,59	9.075,17	13.604,50
4.704,71	5.166,76	5.508,41	7.205,96	10.373,57
4.629,98	5.068,27	5.401,12	7.033,17	10.060,53
4.556,75	4.970,11	5.305,67	6.888,78	9.760,33
4.484,99	4.886,08	5.201,90	6.746,87	9.536,86
4.176,95	4.554,90	4.888,20	6.212,35	8.828,62
4.111,05	4.486,98	4.770,75	6.131,30	8.740,03
3.865,83	4.238,97	4.501,49	5.881,92	8.480,74
3.804,29	4.155,77	4.412,50	5.736,26	8.344,64

40 HORAS

CLASSE	NIV	VB	RT			
			Aperf	Espec	Mestr	Dout
TITULAR	1	4.146,71	211,64	547,75	1.387,22	2.906,08
	4	4.004,47	205,85	546,95	1.220,66	2.595,50
ASSOCIADO	3	3.935,45	204,15	545,85	1.199,45	2.536,53
D IV	2	3.868,40	202,85	544,25	1.195,44	2.520,67
	1	3.861,19	201,78	543,19	1.192,68	2.510,25
	4	3.392,96	146,85	430,10	1.070,63	2.450,68
ADJUNTO	3	3.343,15	143,82	416,93	997,75	2.315,20
D III	2	3.269,38	140,87	403,96	970,44	2.285,87
	1	3.118,50	137,99	391,29	941,93	2.189,50
ASSISTENTE	2	3.010,32	131,60	353,14	918,68	2.111,45
D II	1	2.938,37	126,94	330,22	905,31	2.025,64
AUXILIAR	2	2.834,24	118,09	294,46	867,31	1.965,32
D I	1	2.764,45	110,22	253,13	835,05	1.934,76

TOTAL ATIVO e APOSENTADO				
Grad.	Aperf	Espec	Mestr	Dout
4.146,71	4.358,35	4.694,46	5.533,93	7.052,79
4.004,47	4.210,32	4.551,42	5.225,13	6.599,97
3.935,45	4.139,60	4.481,30	5.134,90	6.471,98
3.868,40	4.071,25	4.412,65	5.063,84	6.389,07
3.861,19	4.062,97	4.404,38	5.053,86	6.371,44
3.392,96	3.539,81	3.823,06	4.463,58	5.843,64
3.343,15	3.486,97	3.760,08	4.340,90	5.658,35
3.269,38	3.410,24	3.673,34	4.239,82	5.555,25
3.118,50	3.256,49	3.509,79	4.060,43	5.308,00
3.010,32	3.141,92	3.363,45	3.928,99	5.121,77
2.938,37	3.065,31	3.268,59	3.843,67	4.964,01
2.834,24	2.952,33	3.128,69	3.701,55	4.799,55
2.764,45	2.874,66	3.017,58	3.599,50	4.699,21

20 HORAS

CLASSE	NIV	VB	RT			
			Aperf	Espec	Mestr	Dout
TITULAR	1	2.801,70	198,50	441,18	921,92	1.533,03
	4	2.708,47	197,20	436,80	812,19	1.351,17
ASSOCIADO	3	2.662,87	195,50	415,80	770,83	1.226,87
D IV	2	2.618,31	194,10	405,26	757,03	1.157,66
	1	2.588,51	192,71	401,23	746,99	1.145,43
	4	2.357,53	187,05	229,85	566,97	1.030,49
ADJUNTO	3	2.326,77	175,12	219,38	529,49	1.002,47
D III	2	2.296,57	167,52	207,67	513,27	968,13
	1	2.193,83	82,29	197,48	497,32	917,13
ASSISTENTE	2	2.093,40	74,43	183,76	487,55	877,82
D II	1	2.069,79	73,58	173,22	457,74	823,54
AUXILIAR	2	1.999,75	72,59	161,35	443,28	802,60
D I	1	1.966,67	69,82	152,35	428,07	785,93

TOTAL ATIVO e APOSENTADO				
Grad.	Aperf	Espec	Mestr	Dout
2.801,70	3.000,20	3.242,88	3.723,63	4.334,73
2.708,47	2.905,67	3.145,27	3.520,65	4.059,63
2.662,87	2.858,37	3.078,67	3.433,70	3.889,74
2.618,31	2.812,41	3.023,57	3.375,34	3.776,27
2.588,51	2.781,22	2.989,75	3.335,50	3.733,94
2.357,53	2.544,58	2.587,38	2.924,51	3.388,02
2.326,77	2.501,89	2.546,15	2.856,25	3.329,24
2.296,57	2.464,09	2.504,24	2.809,84	3.264,70
2.193,83	2.276,12	2.391,31	2.691,15	3.110,96
2.093,40	2.167,83	2.277,17	2.580,95	2.971,22
2.069,79	2.143,38	2.243,01	2.527,53	2.893,34
1.999,75	2.072,34	2.161,10	2.443,03	2.802,35
1.966,67	2.036,50	2.119,03	2.394,75	2.752,60

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

ANEXO II

DOCENTES - TABELA março/2015

DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

CLASSE	NIV	VB	RT			
			Aperf	Espec	Mestr	Dout
TITULAR	1	6.684,00	937,46	1.495,39	3.293,40	10.373,74
	4	6.454,52	739,64	1.236,45	3.155,10	9.009,93
ASSOCIADO	3	6.342,60	706,88	1.197,47	3.154,25	8.512,98
D IV	2	6.232,15	683,30	1.160,08	3.153,36	8.085,35
	1	6.222,60	565,95	1.032,22	3.151,25	7.692,01
	4	5.104,69	466,36	812,88	2.501,25	5.847,50
ADJUNTO	3	5.054,15	439,97	781,02	2.403,19	5.516,51
D III	2	5.004,11	415,06	772,66	2.332,03	5.204,25
	1	4.954,56	402,97	717,60	2.261,88	5.052,67
ASSISTENTE	2	4.504,15	380,16	715,66	2.035,40	4.816,67
D II	1	4.459,55	377,15	666,06	2.020,25	4.784,25
AUXILIAR	2	4.054,14	374,15	660,44	2.016,09	4.764,16
D I	1	4.014,00	352,98	616,83	1.931,98	4.625,50

TOTAL ATIVO e APOSENTADO				
Grad.	Aperf	Espec	Mestr	Dout
6.684,00	7.621,46	8.179,39	9.977,40	17.057,74
6.454,52	7.194,16	7.690,97	9.609,62	15.464,45
6.342,60	7.049,48	7.540,07	9.496,85	14.855,58
6.232,15	6.915,45	7.392,23	9.385,51	14.317,50
6.222,60	6.788,55	7.254,82	9.373,85	13.914,61
5.104,69	5.571,06	5.917,57	7.605,94	10.952,19
5.054,15	5.494,12	5.835,17	7.457,34	10.570,66
5.004,11	5.419,17	5.776,77	7.336,14	10.208,36
4.954,56	5.357,54	5.672,17	7.216,45	10.007,24
4.504,15	4.884,31	5.219,81	6.539,55	9.320,82
4.459,55	4.836,70	5.126,22	6.479,80	9.243,80
4.054,14	4.428,29	4.714,58	6.070,23	8.818,30
4.014,00	4.366,96	4.630,83	5.945,98	8.639,50

40 HORAS

CLASSE	NIV	VB	RT			
			Aperf	Espec	Mestr	Dout
TITULAR	1	4.355,79	265,75	614,97	1.476,87	3.503,82
	4	4.208,37	264,25	613,97	1.294,36	2.997,68
ASSOCIADO	3	4.133,87	259,69	612,37	1.242,33	2.846,85
D IV	2	4.063,45	247,75	611,77	1.233,26	2.691,05
	1	4.055,87	219,46	587,98	1.227,34	2.687,96
	4	3.561,24	208,67	521,68	1.222,23	2.682,95
ADJUNTO	3	3.526,47	204,58	511,46	1.198,27	2.630,34
D III	2	3.442,05	200,57	501,43	1.174,77	2.578,77
	1	3.277,97	196,64	491,60	1.151,74	2.528,20
ASSISTENTE	2	3.162,10	192,78	431,96	1.129,15	2.478,63
D II	1	3.067,48	190,87	427,18	1.117,97	2.454,09
AUXILIAR	2	2.907,08	178,39	395,97	1.044,84	2.330,79
D I	1	2.814,01	168,29	370,72	985,69	2.329,40

TOTAL ATIVO e APOSENTADO				
Grad.	Aperf	Espec	Mestr	Dout
4.355,79	4.621,54	4.970,76	5.832,66	7.859,61
4.208,37	4.470,62	4.820,34	5.500,73	7.204,05
4.133,87	4.393,56	4.746,24	5.376,20	6.980,72
4.063,45	4.311,20	4.675,22	5.296,71	6.754,49
4.055,87	4.275,33	4.643,85	5.283,21	6.743,83
3.561,24	3.769,91	4.082,92	4.783,47	6.244,19
3.526,47	3.731,05	4.037,93	4.724,74	6.156,82
3.442,05	3.642,62	3.943,48	4.616,62	6.020,82
3.277,97	3.474,61	3.769,57	4.429,71	5.806,18
3.162,10	3.354,88	3.594,06	4.291,25	5.640,73
3.067,48	3.258,36	3.494,67	4.185,46	5.521,57
2.907,08	3.085,47	3.303,05	3.951,92	5.237,87
2.814,01	2.982,30	3.184,73	3.799,70	5.143,41

20 HORAS

CLASSE	NIV	VB	RT			
			Aperf	Espec	Mestr	Dout
TITULAR	1	3.019,13	211,34	571,89	1.177,46	2.022,81
	4	2.900,70	210,57	562,81	905,74	1.556,01
ASSOCIADO	3	2.842,65	205,83	556,89	879,36	1.510,69
D IV	2	2.785,73	201,24	543,45	853,74	1.466,69
	1	2.729,93	196,77	535,58	828,88	1.423,97
	4	2.491,01	187,44	230,05	637,60	1.095,36
ADJUNTO	3	2.466,35	175,17	220,50	595,89	1.023,70
D III	2	2.441,93	168,13	208,10	556,90	1.007,89
	1	2.347,75	97,05	197,75	540,68	997,13
ASSISTENTE	2	2.197,96	92,42	193,50	514,94	989,55
D II	1	2.176,19	92,06	173,70	512,88	971,36
AUXILIAR	2	2.060,86	91,33	164,39	508,81	968,99
D I	1	2.018,77	86,16	155,08	480,01	964,82

TOTAL ATIVO e APOSENTADO				
Grad.	Aperf	Espec	Mestr	Dout
3.019,13	3.230,47	3.591,02	4.196,59	5.041,94
2.900,70	3.111,27	3.463,51	3.806,44	4.456,71
2.842,65	3.048,48	3.399,54	3.722,00	4.353,34
2.785,73	2.986,97	3.329,18	3.639,48	4.252,42
2.729,93	2.926,71	3.265,51	3.558,81	4.153,90
2.491,01	2.678,45	2.721,06	3.128,61	3.586,37
2.466,35	2.641,52	2.686,85	3.062,23	3.490,05
2.441,93	2.610,06	2.650,03	2.998,83	3.449,82
2.347,75	2.444,80	2.545,50	2.888,43	3.344,88
2.197,96	2.290,38	2.391,46	2.712,89	3.187,51
2.176,19	2.268,25	2.349,89	2.689,08	3.147,55
2.060,86	2.152,18	2.225,24	2.569,67	3.029,85
2.018,77	2.104,93	2.173,85	2.498,78	2.983,59

[Handwritten signatures and initials]

ANEXO B – CONSULTA AO CADASTRO DA RECEITA FEDERAL

22/10/2018

Receita Federal do Brasil

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
		CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.341.771/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 11/09/2008
NOME EMPRESARIAL SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR PUBLICO FEDERAL (UNIVERSIDADES FEDERAIS)			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PROIFES-SINDICATO			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.20-1-00 - Atividades de organizações sindicais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 313-1 - Entidade Sindical			
LOGRADOURO ST SETOR COMERCIAL SUL - QUADRA 01 BLOCO I SALAS 803 E 804	NÚMERO SN	COMPLEMENTO EDIF CENTRAL	
CEP 70.304-900	BAIRRO/DISTRITO ASA SUL	MUNICÍPIO BRASILIA	UF DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO SINDPROIFES@GMAIL.COM		TELEFONE (61) 3322-4162 / (61) 3322-4162	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/09/2008	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 22/10/2018 às 13:35:45 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1